

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
---------------------	---

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	2
---------------------------------------	---

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	9
--------------------------------------	---

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	11
-------------------------------	----

3.2 - Medições não contábeis	12
------------------------------	----

3.3 - Eventos subsequentes às DFs	13
-----------------------------------	----

3.4 - Política destinação de resultados	15
---	----

3.5 - Distribuição de dividendos	19
----------------------------------	----

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	20
--	----

3.7 - Nível de endividamento	21
------------------------------	----

3.8 - Obrigações	22
------------------	----

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	23
---	----

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	24
------------------------------------	----

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	27
-------------------------------------	----

4.3 - Processos não sigilosos relevantes	28
--	----

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	52
--	----

4.5 - Processos sigilosos relevantes	53
--------------------------------------	----

4.6 - Processos repetitivos ou conexos	54
--	----

4.7 - Outras contingências relevantes	55
---------------------------------------	----

4.8 - Regras-país origem/país custodiante	56
---	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	57
---	----

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	60
--	----

5.3 - Descrição - Controles Internos	61
--------------------------------------	----

5.4 - Alterações significativas	62
---------------------------------	----

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	63
---	----

Índice

6.3 - Breve histórico	64
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	69
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	70
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	71
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	79
7.3 - Produção/comercialização/mercados	81
7.4 - Principais clientes	96
7.5 - Efeitos da regulação estatal	97
7.6 - Receitas relevantes no exterior	100
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	101
7.8 - Políticas socioambientais	102
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	103
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	104
8.2 - Alterações na condução de negócios	105
8.3 - Contratos relevantes	106
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	107
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	108
9.1.a - Ativos imobilizados	109
9.1.b - Ativos Intangíveis	110
9.1.c - Participação em sociedades	111
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	112
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	113
10.2 - Resultado operacional e financeiro	138
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	150
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	151
10.5 - Políticas contábeis críticas	165
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	215
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	236

Índice

10.8 - Plano de Negócios	238
10.9 - Outros fatores com influência relevante	239
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	240
11.2 - Acompanhamento das projeções	242
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	243
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	256
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	258
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	265
12.7/8 - Composição dos comitês	283
12.9 - Relações familiares	285
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	286
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	287
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	288
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	289
13.2 - Remuneração total por órgão	301
13.3 - Remuneração variável	310
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	313
13.5 - Remuneração baseada em ações	314
13.6 - Opções em aberto	315
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	316
13.8 - Precificação das ações/opções	317
13.9 - Participações detidas por órgão	318
13.10 - Planos de previdência	319
13.11 - Remuneração máx, mín e média	322
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	323
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	324
13.14 - Remuneração - outras funções	325
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	326

Índice

13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	327
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	328
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	329
14.3 - Política remuneração dos empregados	330
14.4 - Relações emissor / sindicatos	332
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	333
15.3 - Distribuição de capital	347
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	348
15.5 - Acordo de Acionistas	349
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	356
15.7 - Principais operações societárias	357
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	358
16.2 - Transações com partes relacionadas	360
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	361
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	362
17.2 - Aumentos do capital social	363
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	364
17.4 - Redução do capital social	365
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	366
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	367
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	368
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	370
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	371
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	372
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	375
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	376
18.8 - Títulos emitidos no exterior	377

Índice

18.9 - Ofertas públicas de distribuição	378
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	379
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	380
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	381
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	382
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	383
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	384
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	385
21.3 - Responsáveis pela política	387
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	388

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário **FERNANDO EUGENIO GHIGNONE**

Cargo do responsável Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário **FRANCISCO CESAR FARAH**

Cargo do responsável Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	210-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG AUDITORES ASSOCIADOS
CPF/CNPJ	52.803.244/0007-00
Período de prestação de serviço	04/04/2011 a 28/03/2012
Descrição do serviço contratado	<ul style="list-style-type: none"> - Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis do exercício social de 2011, com emissão do Relatório de Auditoria Independente até 15/02/2012; - Auditoria e emissão de Relatórios de Revisão Especial sobre as informações trimestrais (ITR's): - ITR do 3º trimestre de 2011, até o dia 31/10/2011; - ITR do 1º trimestre de 2012, até o dia 25/04/2012; - ITR do 2º trimestre de 2012, até o dia 25/07/2012 ; - Outros demonstrativos financeiros exigidos pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, conforme instruções CVM nºs 480 e 481. - Elaboração de Parecer dos Auditores Independentes sobre o Demonstrativo Financeiro Padronizado - DFP, que deverá ser emitido até o dia da publicação das Demonstrações Contábeis de 2011; - Participação de um sócio ou diretor nas reuniões do Conselho Fiscal da Sanepar; - Elaboração de Relatório Especial para atendimento específico de operações de financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CEF, contendo informações complementares sobre a gestão da Companhia e seus respectivos controles internos, até 20 de março de 2012; - Elaboração de Relatório sobre os Contratos Internos da Companhia e Sistemas de Informática, que deverá ser emitido até o dia 31 de janeiro de 2012; - Elaboração de Relatório sobre o cumprimento de Índices Fianceiros oriundos de contratos de financiamentos, empréstimos, emissão de debêntures ou valores mobiliários, até 15 de fevereiro de 2012; - Elaboração de Parecer e/ou Relatórios Complementares que venham a ser necessários quando especialmentne solicitados pelos órgãos de administração e fiscalização da gestão da Sanepar e pelos demais órgãos externos de acompanhamento e fiscalização; - Participação de um sócio ou diretor na Reunião do Conselho de Administração e na Assembléia Geral Ordinária, que examinar e/ou aprovar as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011; - Elaboração de Relatório sobre a Revisão da Declaração de Informações Econômico Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ do exercício de 2011, contendo comentários e recomendações especialmente sobre os cálculos dos impostos e contribuições, até 20 de junho de 2012; conforme condições estabelecidas no Edital da Tomada de Preços e seus anexos.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço

O preço global do presente contrato é de R\$ 127.845,27 (cento e vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos).

Os serviços serão pagos mediante a entrega dos serviços, da seguinte forma:

- 15% (quinze por cento) para cada relatório de Revisão Especial Trimestral (ITR) - R\$ 19.176,79 (dezenove mil, cento e setenta e seis reais e setenta e nove centavos) vezes 3 relatórios = R\$ 57.530,37 (cinquenta e sete mil, quinhentos e trinta reais e trinta e sete centavos);
- 35% (trinta e cinco por cento) para o parecer anual - R\$ 44.745,84 (quarenta e quatro mil, setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos);
- 10% (dez por cento) para o Relatório Especial para a Caixa Econômica Federal - R\$ 12.784,53 (doze mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e três centavos);
- 10% (dez por cento) para a revisão da DIPJ - Declaração de Informações Econômico - Fiscais da Pessoa Jurídica, exercício 2011, ano calendário 2010 - R\$ 12.784,53 (doze mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e três centavos).

Justificativa da substituição

A KPMG AUDITORES ASSOCIADOS incorporou a BDO AUDITORES INDEPENDENTES.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
MARCELLO PALAMARTCHUK	04/04/2011 a 28/03/2012	088.818.668-11	AVENIDA PAULISTA, 2313, 5º E 6º ANDARES, BELA VISTA, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01311-300, Telefone (011) 31385000, Fax (011) 31385000, e-mail: mpalamartchuk@kpmg.com.br

Possui auditor?

SIM

Código CVM

418-9

Tipo auditor

Nacional

Nome/Razão social

KPMG Auditores Independentes

CPF/CNPJ

57.755.217/0001-29

Período de prestação de serviço

29/03/2012 a 15/10/2012

Descrição do serviço contratado

- Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis do exercício social de 2011, com emissão do Relatório de Auditoria Independente até 15 de fevereiro de 2012;
- Auditoria e emissão de Relatórios de Revisão Especial sobre as informações trimestrais (ITR's):
- ITR do 3º trimestre de 2011, até o dia 31/10/2011;
- ITR do 1º trimestre de 2012, até o dia 25/04/2012;
- ITR do 2º trimestre de 2012, até o dia 25/07/2012;
- Outros demonstrativos financeiros exigidos pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, conforme instruções CVM nºs 480 e 481;
- Elaboração de Parecer dos Auditores Independentes sobre o Demonstrativo Financeiro Padronizado - DFP, que deverá ser emitido até o dia da publicação das Demonstrações Contábeis de 2011;
- Participação de um sócio ou diretor nas reuniões do Conselho Fiscal da Sanepar;
- Elaboração de Relatório Especial para atendimento específico de operações de financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CEF, contendo informações complementares sobre a gestão da Companhia e seus respectivos controles internos, até 20 de março de 2012;
- Elaboração de Relatório sobre os Contratos Internos e Sistemas de Informática que deverá ser emitido até o dia 31 de janeiro de 2012;
- Elaboração de Relatório sobre o cumprimento de Índices Financeiros oriundos de contratos de financiamentos, empréstimos, emissão de debêntures ou valores mobiliários, até 15 de fevereiro de 2012;
- Elaboração de Parecer e/ou Relatórios Complementares que venham a ser necessários quando especialmente solicitados pelos órgãos de administração e fiscalização da gestão da Sanepar e pelos demais órgãos externos de acompanhamento e fiscalização;
- Participação de um sócio ou diretor na Reunião do Conselho de Administração e na Assembléia Geral Ordinária, que examinar e/ou aprovar as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011;
- Elaboração de Relatório sobre a Revisão da Declaração de Informações Econômico Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ do exercício de 2011, contendo comentários e recomendações especialmente sobre os cálculos dos impostos e contribuições, até 20 de junho de 2012; conforme condições estabelecidas no Edital da Tomada de Preços e seus anexos.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço

O preço global do presente contrato é de R\$ 137.191,51 (cento e trinta e sete mil, cento e noventa e um reais e cinquenta e um centavos). Os serviços serão pagos mediante a entrega do(s) Relatório(s) de Revisão Especial trimestral(is), parecer anual, Relatório da CEF e Revisão da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, observando a seguinte forma:

- 15% (quinze por cento) para cada relatório de Revisão Especial Trimestral (ITR) - R\$ 20.578,73 (vinte mil, quinhentos e setenta e oito reais e setenta e três centavos) vezes 3 relatórios = R\$ 61.736,18 (sessenta e um mil, setecentos e trinta e seis reais e dezoito centavos);
- 35% (trinta e cinco por cento) para o parecer anual - R\$ 48.017,03 (quarenta e oito mil, dezessete reais e três centavos);
- 10% (dez por cento) para o Relatório da CEF - R\$ 13.719,15 (treze mil, setecentos e dezenove reais e quinze centavos);
- 10% (dez por cento) para a revisão da DIPJ - Declaração de Informações Econômico - Fiscais da Pessoa Jurídica, exercício 2012, ano calendário 2011 - R\$ 13.719,15 (treze mil, setecentos e dezenove reais e quinze centavos).

Justificativa da substituição

A KPMG Auditores Independentes incorporou a KPMG Auditores Associados

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
MARCELLO PALAMARTCHUK	29/03/2012 a 15/10/2012	088.818.668-11	ALAMEDA DR. CARLOS DE CARVALHO, 417, 16º ANDAR, CENTRO, Curitiba, PR, Brasil, CEP 80410-180, Telefone (041) 35444747, Fax (041) 35444750, e-mail: mpalamartchuk@kpmg.com.br

Possui auditor? SIM

Código CVM 4715-5

Tipo auditor Nacional

Nome/Razão social Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S

CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	16/10/2012 a 15/10/2013
Descrição do serviço contratado	<ul style="list-style-type: none"> - Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis do exercício social de 2012, com emissão do Relatório (Parecer) até 15 de fevereiro de 2013; - Elaboração de Relatório Especial para atendimento específico de operações de financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CEF, contendo informações complementares sobre a gestão da Companhia e seus controles internos, até 20 de março de 2013; - Elaboração de Relatório sobre o cumprimento de índices financeiros, oriundos de contratos de financiamentos, empréstimos, emissão de debêntures e valores mobiliários, que deverá ser emitido até 15 de fevereiro de 2013; - Elaboração de Relatório sobre os Controles Internos da Companhia e Sistemas de Informática que deverá ser emitido até o dia 31 de janeiro de 2013; - Auditoria e emissão de Relatórios de Revisão Especial sobre as informações trimestrais (ITR's): <ul style="list-style-type: none"> - ITR do 3º trimestre de 2012, até 31 de outubro de 2012; - ITR do 1º trimestre de 2013, até 30 de abril de 2013; - ITR do 2º trimestre de 2013, até 31 de julho de 2013 e outros demonstrativos financeiros exigidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme Pronunciamentos, Interpretações, Orientações Técnicas e Instruções nºs 480 e 481, emitidas pela CVM; - Revisão da DIPJ - Declaração de Informações Econômico - Fiscais da Pessoa Jurídica, do exercício 2013 ano calendário 2012 e os cálculos dos impostos e contribuições, até 20 de junho de 2013.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	<p>Preço global do serviço: R\$ 263.800,08.</p> <p>Segregado por serviço:</p> <p>45% - Revisão de 3 Relatórios de Revisão Especial: R\$ 118.710,04;</p> <p>35% - Parecer Anual: R\$ 92.330,03;</p> <p>10% - Relatório da CEF: R\$ 26.380,01;</p> <p>10% - Revisão da DIPJ: R\$ 26.380,00.</p>
--	---

Justificativa da substituição	Em virtude da obrigatoriedade do rodízio dos auditores independentes a cada 5 (cinco) anos, conforme art. 31 da IN nº 308/99, e da faculdade da prorrogação excepcional, da prestação dos serviços de auditoria independente com a mesma empresa até a data de emissão do parecer de auditoria para as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 2011, para a situação corrente, se fez necessária a substituição da empresa de auditoria independente por intermédio da Concorrência Nacional Pública nº 1.222/12 (Técnica e Preço).
--------------------------------------	--

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Claudio Camargo	16/10/2012 a 15/10/2013	812.937.989-91	Rua. Visconde de Nacar, 1440,, 14º ANDAR, CENTRO, Curitiba, PR, Brasil, CEP 80410-201, Telefone (41) 35930700, Fax (41) 35930719, e-mail: claudio.camargo@br.ey.com

Possui auditor?

SIM

Código CVM	4715-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	16/10/2013
Descrição do serviço contratado	<ul style="list-style-type: none"> - Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis do exercício social de 2013, com emissão do Relatório (Parecer) até 15 de fevereiro de 2014; - Elaboração de Relatório Especial para atendimento específico de operações de financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CEF, contendo informações complementares sobre a gestão da Companhia e seus controles internos, até 20 de março de 2014; - Elaboração de Relatório sobre o cumprimento de índices financeiros, oriundos de contratos de financiamentos, empréstimos, emissão de debêntures e valores mobiliários, que deverá ser emitido até 15 de fevereiro de 2014; - Elaboração de Relatório sobre os Controles Internos da Companhia e Sistemas de Informática que deverá ser emitido até o dia 31 de janeiro de 2014; - Auditoria e emissão de Relatórios de Revisão Especial sobre as informações trimestrais (ITR's): <ul style="list-style-type: none"> - ITR do 3º trimestre de 2013, até 31 de outubro de 2013; - ITR do 1º trimestre de 2014, até 30 de abril de 2014; - ITR do 2º trimestre de 2014, até 31 de julho de 2014 e outros demonstrativos financeiros exigidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme Pronunciamentos, Interpretações, Orientações Técnicas e Instruções nºs 480 e 481, emitidas pela CVM; · Revisão da DIPJ - Declaração de Informações Econômico - Fiscais da Pessoa Jurídica, do exercício 2014 ano calendário 2013 e os cálculos dos impostos e contribuições, até 20 de junho de 2014.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	<p>Preço global do serviço: R\$ 279.258,76.</p> <p>Segregado por serviço:</p> <ul style="list-style-type: none"> 45% - Revisão de 3 Relatórios de Revisão Especial: R\$ 125.666,43; 35% - Parecer Anual: R\$ 97.740,57; 10% - Relatório da CEF: R\$ 27.925,88; 10% - Revisão da DIPJ: R\$ 27.925,88.

Justificativa da substituição**Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor**

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Claudio Camargo	16/10/2013	812.937.989-91	Rua. Visconde de Nacar, 1440,, 14º ANDAR, CENTRO, Curitiba, PR, Brasil, CEP 80410-201, Telefone (41) 35930700, Fax (41) 35930719, e-mail: claudio.camargo@br.ey.com

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - AUDITORES

A Companhia contratou a empresa **ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES S/S**, para a execução dos seguintes serviços, conforme condições estabelecidas no Edital da Concorrência Nacional Pública nº 1.222/12 (Técnica e Preço) e seus anexos:

O contrato tem um prazo de duração de 365 dias, contados a partir de 16 de outubro de 2012.

Constitui o objeto do presente procedimento a contratação de serviços de:

- Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis do exercício social de 2012, com emissão do Relatório (Parecer) até 15 de fevereiro de 2013;
- Elaboração de Relatório Especial para atendimento específico de operações de financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CEF, contendo informações complementares sobre a gestão da Companhia e seus controles internos, até 20 de março de 2013;
- Elaboração de Relatório sobre o cumprimento de índices financeiros, oriundos de contratos de financiamentos, empréstimos, emissão de debêntures e valores mobiliários, que deverá ser emitido até 15 de fevereiro de 2013;
- Elaboração de Relatório sobre os Controles Internos da Companhia e Sistemas de Informática que deverá ser emitido até o dia 31 de janeiro de 2013;
- Auditoria e emissão de Relatórios de Revisão Especial sobre as informações trimestrais (ITR's):
 - o ITR do 3º trimestre de 2012, até 31 de outubro de 2012;
 - o ITR do 1º trimestre de 2013, até 30 de abril de 2013;
 - o ITR do 2º trimestre de 2013, até 31 de julho de 2013 e outros demonstrativos financeiros exigidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme Pronunciamentos, Interpretações, Orientações Técnicas e Instruções nºs 480 e 481, emitidas pela CVM;
- Revisão da DIPJ - Declaração de Informações Econômico - Fiscais da Pessoa Jurídica, do exercício 2013 ano

calendário 2012 e os cálculos dos impostos e contribuições, até 20 de junho de 2013.

Não serão executados pelos referidos auditores, outros serviços que não aqueles relacionados acima.

Adicionalmente, a Companhia celebrou contrato para a execução de serviços não relacionados com auditoria externa das demonstrações contábeis, em 08/03/2012, com prazo de execução de 120 (cento e vinte) dias, junto à empresa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, mediante procedimento licitatório na modalidade Concorrência Nacional, tipo Técnica e Preço, no montante de R\$ 2.628 mil, representando o percentual de 996% em relação aos honorários relativos aos serviços de auditoria externa, conforme contrato assinado em 16/10/2012. O objeto dos serviços contratados foram: i) auditoria nos contratados de locação de bens, comodatos, convênios, parcerias, prestação de serviço, incluindo obras e projetos de engenharia firmados pela Sanepar no período de 5 (cinco) anos, e ii) serviços de auditoria no processo de Recursos Humanos da Companhia. A empresa contratada declarou à Companhia as razões que justificam, que a prestação desses serviços não afetaram a sua independência e objetividade na realização dos trabalhos de auditoria independente.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Individual

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)
Patrimônio Líquido	2.428.829.895,89	2.310.398.959,15	2.179.779.172,26
Ativo Total	6.171.769.225,78	5.678.744.154,31	5.306.877.631,46
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.123.395.181,17	1.742.395.469,47	1.480.274.321,11
Resultado Bruto	1.304.519.993,06	1.015.847.524,41	813.161.903,29
Resultado Líquido	335.756.081,69	284.276.148,78	135.510.713,46
Número de Ações, Ex-Tesouraria	414.082.182	414.082.182	414.082.182
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	5,865575	5,579566	5,264122
Resultado Líquido por Ação	0,810844	0,601741	0,327256

MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

A Sanepar nos três últimos exercícios sociais divulgou o EBITDA (LAJIDA), no Relatório Anual de Administração e informa que não divulgou e não deseja divulgar a medição não contábil EBIT (LAJIR) relativa aos exercícios sociais de 2010, 2011 e 2012.

EVENTOS SUBSEQUENTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir os eventos subsequentes às Demonstrações Contábeis dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012:

EVENTOS SUBSEQUENTES**2010****a) Conselho de Administração**

Em 04 de janeiro de 2011, foi realizada a 94ª Assembléia Geral Extraordinária, tendo como ordem do dia a destituição e eleição de novos membros para o Conselho de Administração, passando a ter a seguinte composição:

Membros Titulares:

Ivan Lelis Bonilha (Presidente), Renato Torres de Faria (Vice-Presidente), Michele Caputo Neto, Fabiano Saporiti Campelo, Mounir Chaowiche, Antonio Augusto Lopes Figueiredo Basto, Christian Gulin Crivellaro, Kevin Michael Altit e Hamilton Aparecido Gimenes.

Membros Suplentes:

Júlio Jacob Júnior, Sezifredo Paulo Alves Paz, José Geraldo Goulart Bolda, Arielson Bittencourt, Luis Gustavo Rodrigues Flores, Orlando Agulham Júnior, Luiz Carlos Brum Ferreira, Juarez Buriol e Paulo Roberto Borges Berlim.

b) Eleição da Diretoria Executiva

Em 04 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª/2011 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, tendo como ordem do dia a destituição e eleição de novos membros para a Diretoria Executiva, passando a ter a seguinte composição:

- Fernando Eugênio Ghignone - Diretor-Presidente;
- Paulo Alberto Dedavid - Diretor de Operações;
- Dirceu Wichnieski - Diretor Financeiro;
- João Martinho Cleto Reis Júnior - Diretor de Investimentos;
- Péricles Sócrates Weber - Diretor de Meio Ambiente e Ação Social;

- Antonio Hallage - Diretor Administrativo;
- Antonio Carlos Salles Belinati - Diretor Comercial;

- Ramon de Medeiros Nogueira - Diretor Jurídico; e
- Ezequias Moreira Rodrigues - Diretor de Relações com Investidores.

2011

Em 04 de janeiro de 2012 a Companhia renovou Concessões por meio de assinatura de Contratos de Programas de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, com os municípios de São Tomé, Marmeleiro e Santa Izabel do Oeste para operar os sistemas de água e esgoto pelo período de 30 anos. Os bens patrimoniais decorrentes destes contratos serão registrados no Ativo Intangível.

A Companhia foi autorizada pelo Decreto Estadual nº 3.839, de 15 de fevereiro de 2012, a proceder reajuste tarifário de 16,5% a vigorar nas contas vencíveis a partir do dia 21 de março de 2012.

2012

Em 29 de janeiro de 2013, foi realizada a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, que deliberou a destituição do Sr. Fernando Eugênio Ghignone do cargo de Diretor-Presidente, sendo eleito como seu substituto o Sr. Antonio Hallage, que acumulará o cargo de Diretor Administrativo, com mandato até 09 de junho de 2015.

A Companhia foi autorizada pelo Decreto Estadual nº 7.290, de 20 de fevereiro de 2013, a proceder reajuste tarifário de 6,9% que incidirá nos serviços prestados a partir de 30 dias após a publicação do referido Decreto.

Em 05 de março de 2013, foi realizada a 3ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, que deliberou pela destituição do Sr. Antonio Hallage da Diretoria da Presidência, mantendo-o, entretanto, como Diretor Administrativo.

O Presidente do Conselho submeteu o nome do Sr. Fernando Eugênio Ghignone para exercer a função de Diretor - Presidente, o qual foi eleito por unanimidade para cumprir o mandato em curso com término previsto para o dia 09 de junho de 2015.

POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE RESULTADOS

a) Regras sobre a retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia não estipula regras para retenção de lucros ou constituição de reserva para plano de investimentos, a Administração, no entanto, nos exercícios sociais de 2010, 2011 e 2012, apurou o Lucro Líquido do Exercício e após as deduções e constituições legais, propôs para aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas que o saldo de cada exercício, relacionado a seguir, fosse revertido para constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos, após aprovação, foram destinados para aplicação em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

ANO	Milhares de R\$
2010	- 106.728
2011	- 165.985
2012	- 168.978

b) Regras sobre distribuição de Dividendos

Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

O Acordo de Acionistas prevê que além do dividendo anual obrigatório referido no item acima, as PARTES se comprometem a deliberar a distribuição, como dividendo adicional e/ou juros sobre capital próprio, de, no mínimo, mais 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. Caso a COMPANHIA decida que os investimentos e obrigações previstos em seu PLANO DE NEGÓCIOS e em seu ORÇAMENTO ANUAL serão financiados mediante a emissão de títulos ou obtenção de empréstimos, as PARTES poderão, de comum acordo, deliberar a distribuição de outras parcelas adicionais do lucro líquido, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando benefício fiscal de R\$ 41.393, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia propôs à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

2010 e 2011

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro Líquido do Exercício	249.170	135.511
Constituição da Reserva Legal	(12.458)	(6.776)
Doações e Subvenções Governamentais	(477)	(2.243)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	<u>236.235</u>	<u>126.392</u>
Dividendos Obrigatórios (25%)	59.059	51.598
Dividendos Complementares	59.491	5.603
Dividendos Propostos (Juros sobre o Capital Próprio)	<u>118.550</u>	<u>37.201</u>

2011 e 2012

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro Líquido do Exercício	335.756	284.276
Constituição da Reserva Legal	(16.788)	(14.213)
Doações e Subvenções Governamentais	(1.079)	(477)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	<u>317.889</u>	<u>269.586</u>
Dividendos Obrigatórios (25%)	79.472	67.396
Dividendos Complementares	79.472	51.154
Dividendos Propostos (Juros sobre o Capital Próprio)	<u>158.944</u>	<u>118.550</u>

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2012 foi de R\$ 121.745 (R\$ 118.550 em 2011) e (R\$ 37.201 em 2010), sendo retido o valor de R\$ 7.312 a título de Imposto de Renda Retido na Fonte (R\$ 7.491 em 2011) e (R\$ 2.486 em 2010), o que resultou em uma alíquota efetiva de 6,01% (6,32% em 2011) e (6,68% em 2010). Em razão dos Juros sobre o Capital Próprio de 2012 não atingirem 50% do lucro líquido do exercício, face ao que estabelece o Estatuto Social e o Acordo de Acionistas, a Administração da Companhia está propondo o pagamento de Dividendos Adicionais de R\$ 37.199, totalizando uma remuneração bruta no montante de R\$ 158.944.

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$ 79.472, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

As propostas para o crédito contábil dos Juros Sobre o Capital Próprio em substituição aos Dividendos Obrigatórios, referente aos exercícios de 2010, 2011 e 2012, foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

2013

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2013 foi de R\$ 126.837, sendo R\$ 58.480 referente aos resultados alcançados pela Companhia no primeiro semestre de 2013, deliberados na 5ª./2013 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 24/06/2013 e R\$ 68.357 referente aos resultados alcançados pela Companhia no

segundo semestre de 2013, deliberados pela 12ª./2013 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 17/12/2013.

A 13ª/2013 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 17/12/2013, deliberou pela antecipação do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio referente ao primeiro semestre de 2013, aos acionistas com posição acionária em 28/06/2013, deliberados na 5ª/2013 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 24/04/2013. O pagamento ocorreu a partir do dia 20/12/2013, de acordo com o Aviso aos Acionistas de 18/12/2013 encaminhado à CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A Companhia nos exercícios de 2010, 2011 e 2012, com base nos resultados apurados em cada semestre, creditou contabilmente aos acionistas, Juros sobre o Capital Próprio semestralmente, de acordo com a posição acionária em 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício. Esses Juros são pagos efetivamente aos acionistas em até 60 (sessenta) dias após a realização da Assembléia Geral de Acionistas que aprovou os mesmos.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

A Sanepar não possui restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especial, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010
Lucro líquido ajustado		335.756.081,69	249.170.088,78	126.392.072,68
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		47,339285	47,578063	29,432838
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		13,823779	5,131162	1,706630
Dividendo distribuído total		158.944.529,90	118.550.301,89	37.200.773,94
Lucro líquido retido		168.977.907,05	132.633.400,77	106.727.604,58
Data da aprovação da retenção		25/04/2013	25/04/2012	27/04/2011

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária			82.732.950,30	24/06/2013	80.562.034,25	22/06/2012	25.280.155,26	24/06/2011
Preferencial			39.011.943,00	24/06/2013	37.988.267,64	22/06/2012	11.920.618,68	24/06/2011
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			25.279.382,17	24/06/2013				
Preferencial			11.920.254,43	24/06/2013				

DIVIDENDOS - LUCROS RETIDOS/RESERVAS

Informamos que nos três últimos exercícios sociais, não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2012	3.742.939.329,89		1,54104630	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2013)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
			5.951.693,84	10.291.666,74	0,00	0,00	16.243.360,58
			136.413.737,86	186.049.750,70	228.228.377,69	429.435.940,43	980.127.806,68
			462.306.837,41	275.476.783,34	405.456.912,79	1.603.327.629,09	2.746.568.162,63
Total			604.672.269,11	471.818.200,78	633.685.290,48	2.032.763.569,52	3.742.939.329,89
Observação							

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Informamos que a Sanepar não possui outras informações financeiras relevantes referente aos três últimos exercícios sociais.

DESCRIÇÃO - FATORES DE RISCO**Risco de negócio**

O negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 sedes municipais operadas no Estado do Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detêm as respectivas concessões municipais, atendendo aproximadamente 10,2 milhões de pessoas com água tratada e 6,3 milhões com o serviço de coleta e tratamento de esgoto.

Existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia. Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

Risco de Taxa de Juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2012	2011
TR	723.662	751.406
TJLP	236.817	197.754
	960.479	949.160

Análise de Sensibilidade à taxa de juros

A seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos teria sido de R\$ 2.177 e R\$4.354 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável conforme descrito abaixo:

Descrição	Indexador	+ 25%	-25%	+50%	-50%
Paraná urbano II	TJLP	(50)	50	(100)	100
Caixa Econômica Federal – CEF	TR	(391)	391	(782)	782
Banco do Brasil S/A	TR	(60)	60	(120)	120
Debêntures	TJLP	(310)	310	(620)	620
Debêntures 2ª Emissão	TJLP	(275)	275	(550)	550
BNDES	TJLP	(1.091)	1.091	(2.182)	2.182
Efeitos no Lucro antes da Tributação		(2.177)	2.177	(4.354)	4.354

Risco de Crédito:

Praticamente toda a população do Estado é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Riscos dos Contratos de Concessão:

Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 346 sedes municipais operadas, aproximadamente 19,9% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 6,1% vencem de 2013 a 2020 e 74,0% foram renovados tendo seus vencimentos após 2020. Para os casos de concessões que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores contábeis residuais dos ativos relacionados à concessão. Os bens patrimoniais decorrentes dos Contratos de Programas, elaborados de acordo com a Lei 11.445/2007 - Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, são registrados no ativo intangível. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

EXPECATIVA DE VARIAÇÃO NA EXPOSIÇÃO

Quanto a expectativa de variação na exposição da Sanepar aos Fatores de Risco, informamos a seguir:

Risco de Negócio

Existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia. Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

Risco de taxa de Juros

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Risco de Crédito

Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento. A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência do Poder Público.

Risco de Concessão

A Administração da Companhia considera que não há aumento ou redução da exposição de risco nos contratos de concessão, visto que de um total de 346 sedes municipais operadas, aproximadamente 19,9% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 6,1% vencem de 2013 a 2020 e 74,0% foram renovados tendo seus vencimentos após 2020.

RELATÓRIO DE AÇÕES TRABALHISTAS - DEZEMBRO DE 2012	
PROCESSO Nº. 08445-2006-028-09-00-8	
a. juízo	19ª. VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
b. instância	EM LIQUIDAÇÃO
c. data de instauração	27/06/2006
d. partes no Processo	AUTOR: SAEMAC SIND. DOS TRAB. NA CAPTAÇÃO PUR. E TRAT. E DISTR. RÉU: SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.041.885,76
f. principais fatos	INCIDÊNCIA DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE NO CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETARÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 4.041.885,76

PROCESSO Nº. 11846-2008-001-09-00-8	
a. juízo	1ª. VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
b. instância	EM LIQUIDAÇÃO
c. data de instauração	28/04/2008
d. partes no Processo	AUTOR: SINTEC SINDICATO DOS TÉCNICOS INDS. NO ESTADO DO PARANÁ
	RÉU: FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.562.936,46
f. principais fatos	PERICULOSIDADE
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETERÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 2.562.936,46

PROCESSO Nº. 14657-2003-006-09-00-4	
a. juízo	6ª. VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
b. instância	EM EXECUÇÃO
c. data de instauração	04/09/2003
d. partes no Processo	AUTOR: SENGE SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO PARANÁ
	RÉUS: FUSAN E SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.037.902,41
f. principais fatos	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE NO PATAMAR DE 30%. AURORES: AGUINALDO BERGAMO MARTINS, ALVACIR DE OLIVEIRA, ALVARO ESTEVES, ARIDIO CHAMORRO, FRANCISCO FRANÇA FRANCO, HELCIO ALEXANDRE R. ZILOTTI, JOSÉ EDUARDO PESSOA SILVA, MARCO ANTONIO DOTTO, MAURO O
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETERÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 2.037.902,41

PROCESSO Nº. 04132-2010-028-09-00-7	
a. juízo	19ª. VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
b. instância	AGRAVO DE INSTRUMENTO AGUARDANDO JULGAMENTO NO TST
c. data de instauração	12/02/2010
d. partes no Processo	<p>AUTORES: SENGE SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO PARANÁ, SINAEP SINDICATO ADM DO ESTADO DO PARANÁ, SINDECON SINDICADO ECONOMISTAS DO PARANÁ, SINDIB SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ, SINDYPSI SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DO PARANÁ.</p> <p>RÉU: SANEPAR</p>
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.920.000,00
f. principais fatos	ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, DANOS MORAIS, INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, JUSTIÇA GRATUÍTA OBS: CONCEDIDA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DIVULGAÇÃO DE SALÁRIOS PELA INTERNET. AÇÃO IMPROCEDENTE - TST - PROCESSO Nº.AIRR-169-77.2010.5.09.0028 (169/2010)
g. chance de perda (provável, possível e remota)	POSSÍVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETERÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 1.920.000,00

PROCESSO Nº. 31210-1996-005-09-00-3	
a. juízo	5ª. VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
b. instância	EM EXECUÇÃO
c. data de instauração	25/09/1996
d. partes no Processo	AUTOR: ACIR DIOGO
	RÉU: SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.906.353,28
f. principais fatos	REINTEGRAÇÃO OBS: REINTEGRAÇÃO Nº.TST 592.182/1999.7
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETARÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 1.906.353,28

PROCESSO Nº. 04259-2010-028-09-00-6	
a. juízo	19ª. VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
b. instância	TST REFORMOU. PROCESSO BAIXOU PARA A 1ª INSTÂNCIA
c. data de instauração	18/02/2010
d. partes no Processo	AUTOR: SINTEC SINDICATO DOS TÉCNICOS INDS NO ESTADO DO PARANÁ
	RÉUS: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ E SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.656.000,00
f. principais fatos	OBS: LISTA DE NOMES E SALÁRIOS DA INTERNET SENTENÇA CONDENOU A SANEPAR E O ESTADO DO PARANÁ EM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS PARA CADA DOS SUBSTITUÍDOS DO SINTEC, NO VALOR DE R\$ 3.000,00. TRT MANTEVE A SENTENÇA, ALTERANDO SÓMENTE A FORMULA DE CÁLCULO
g. chance de perda (provável, possível e remota)	POSSÍVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETERÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 1.656.000,00

PROCESSO Nº. 29204-1997-004-09-00-0	
a. juízo	4ª. VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
b. instância	EM EXECUÇÃO
c. data de instauração	30/10/1997
d. partes no Processo	AUTOR: TAMMY ROMAGUERA DA SILVA
	RÉU: FUSAN
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.502.218,60
f. principais fatos	REINTEGRAÇÃO OBS: SOLIDARIEDADE, VÍNCULO, DIF. SALARIAIS, HORAS EXTRAS, FGTS, HONORÁRIOS - TST - PROCESSO 72221-10.2010.5.00.0000(72221/2010)
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETERÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 1.502.218,60

PROCESSO Nº. 00339-2002-656-09-00-0	
a. juízo	VARA DO TRABALHO DE CASTRO
b. instância	ARQUIVO DEFINITIVO
c. data de instauração	08/07/2002
d. partes no Processo	AUTOR: RUI RIBEIRO
	RÉU: SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.484.024,11
f. principais fatos	OBS: VÍNCULO DE EMPREGO, SANESAÚDE, FGTS, MULTA, VERBAS RESCISÓRIAS, REFL.
g. chance de perda (provável, possível e remota)	REMOTA
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETARÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 1.484.024,11

PROCESSO Nº. 01007-2006-585-09-00-4	
a. juízo	VARA DO TRABALHO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA
b. instância	EM EXECUÇÃO
c. data de instauração	05/10/2006
d. partes no Processo	AUTOR: JORGE ANTONIO DA SILVEIRA
	RÉU: SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.160.847,16
f. principais fatos	OBS: DIFERENÇAS SALARIAIS, REINTEGRAÇÃO NO EMPREGO, HORAS EXTRAS, ADICIONAL NOTURNO, LUCROS E RESULTADOS, FGTS, GRATUIDADE DA JUSTIÇA.
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETARÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 1.160.847,16

PROCESSO Nº. 19732-1993-004-09-00-8	
a. juízo	4ª. VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
b. instância	EM LIQUIDAÇÃO
c. data de instauração	20/09/1993
d. partes no Processo	AUTOR: SINTEC SINDICATO DOS TÉCNICOS INDS. NO ESTADO DO PARANÁ RÉU: SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.134.025,58
f. principais fatos	OBS: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - O VALOR DO CÁLCULO OFICIAL (R\$ 933.906,28) APRESENTADO PELA PARTE AUTORA REPRESENTA A APURAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE DO PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2004 ATÉ OUTUBRO DE 2006 ACRESCIDOS DA MULTA DIÁRIA APURADA.
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETERÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 1.134.025,58

SUB TOTAL (10 MAIORES AÇÕES)	R\$ 19.406.193,36
-------------------------------------	--------------------------

PROCESSO Nº. DEMAIS AÇÕES (3957)	
a. juízo	DIVERSOS
b. instância	DIVERSAS
c. data de instauração	DIVERSAS
d. partes no Processo	AUTOR: DIVERSOS
	RÉU: DIVERSOS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 129.676.525,22
f. principais fatos	DIVERSOS
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL, POSSÍVEL E REMOTA
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAIS INSUCESSOS NAS AÇÕES JUDICIAIS NÃO ACARRETARÃO OBSTÁCULOS PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 129.676.525,22

TOTAL DE PROVISÕES TRABALHISTAS CONTABILIZADAS (3967 AÇÕES)	R\$ 149.082.718,58
--	---------------------------

RELATÓRIO DE AÇÕES CÍVEIS, TRIBUTÁRIAS E AMBIENTAIS - DEZEMBRO DE 2012	
PROCESSO Nº. 1062	
a. juízo	2ª. VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CURITIBA
b. instância	SENTENÇA DANDO PARCIAL PROCEDÊNCIA TENDO AMBAS AS PARTES APELADO PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA, O PROCESSO ESTÁ AGUARDANDO REMESSA AO TJPR
c. data de instauração	18/02/2002
d. partes no Processo	AUTOR: CONSÓRCIO DM / LFM / SEF RÉU: SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.000.000,00
f. principais fatos	OBS: RESSARCIMENTO DE CUSTOS INCORRIDOS PELA SUBSTITUIÇÃO DO MATERIAL DE EMBASAMENTO DE AREIA PARA PEDRISCO
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETERÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 50.000.000,00

PROCESSO Nº. 9000	
a. juízo	2ª. VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CURITIBA
b. instância	A SANEPAR IMPUGNOU A PERÍCIA CONTÁBIL E SOLICITOU NOVA PERÍCIA DE ENGENHARIA CIVIL. AGUARDANDO DECISÃO
c. data de instauração	
d. partes no Processo	AUTOR: CONSTRUTORA ITAÚ LTDA.
	RÉU: SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 25.000.000,00
f. principais fatos	<p>LICITAÇÃO OBS: CONTRATO DE OBRA 01/2002 - PARANASAN REEQUILIBRIO FINANCEIRO *IMPUGNAÇÃO DO VALOR DA CAUSA: 0001400-70.2010.8.16.0004 - 1400/2010*</p> <p>** MEDIDA CAUTELAR PREPARATÓRIA DE ANTECIPAÇÃO DE PROVA-0010378-36.2010.8.16.0004 (10378/2010)**</p> <p>AGRAV</p>
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	<p>QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETERÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA</p>
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 25.000.000,00

PROCESSO N° . 48386	
a. juízo	4ª . VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CURITIBA
b. instância	A SANEPAR APRESENTOU PETIÇÃO QUANTO AOS ESCLARECIMENTOS SOLICITADOS PELO PERITO DE CONTABILIDADE
c. data de instauração	13/04/2007
d. partes no Processo	AUTOR: CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A.
	RÉU: SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 13.917.293,50
f. principais fatos	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INDENIZAÇÃO, JUROS, MULTAS E CORREÇÕES, RESSARCIMENTO OBS: INDENIZAÇÃO REFERENTE AO CONTRATO DE OBRA N°. 03.1/00, EM VIRTUDE DE DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA AUTORA. AGRAVO DE INSTRUMENTO N°. 592.529-5 - 4°. CC - REL DES. L
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETERÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 13.917.293,50

PROCESSO Nº. 643487 - D	
a. juízo	IBAMA
b. instância	ESTÁ NO SETOR COMOC DO IBAMA DESDE 15/04/2011
c. data de instauração	01/12/2008
d. partes no Processo	AUTOR: IBAMA - INST. BRAS. DO MEIO AMBIENTE E DOS REC. NAT. R
	RÉU: SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.546.560,00
f. principais fatos	AUTOS DE INFRACAO Obs: INSTALAR E FAZER FUNCIONAR ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA - ETA'S, SEM LICENÇA DE OPERAÇÃO VÁLIDA (LO), EMITIDA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL, CONTRARIANDO AS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTOS PERTINENTES. TOTAL DE 92 ETA'S, CORRESPONDENDO A UMA
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETERÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 12.546.560,00

PROCESSO Nº. 39	
a. juízo	2ª. VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CURITIBA
b. instância	A SANEPAR ESTÁ AGUARDANDO A DIGITALIZAÇÃO DO AGRAVO PARA O STJ E STF, JÁ QUE O TJPR NEGOU SEGUIMENTO AO RE E RESP DA SANEPAR E DA DM
c. data de instauração	
d. partes no Processo	AUTOR: DM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
	RÉU: SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.004.137,66
f. principais fatos	RESSARCIMENTO Obs: RESSARCIMENTO PELOS PREJUÍZOS EM FUNÇÃO DO DESEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS C.O.05.1/00 E 05.2/00 AGRAVO DE INSTRUMENTO 487.972-1 ASSISTENTES TÉCNICOS SANEPAR: ENVAR SALOMÃO JUNIOR E LUIZ ALVES PEREIRA FILHO AGRAVO DE
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETARÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 10.004.137,66

PROCESSO Nº. 494119	
a. juízo	IBAMA
b. instância	ESTÁ NO SETOR CUT/NUIP DO IBAMA DESDE 27/12/2012. AGUARDA MANIFESTAÇÃO DO IBAMA SOBRE A PETIÇÃO DA SANEPAR PROTOCOLADA EM 12/12/2012
c. data de instauração	01/12/2008
d. partes no Processo	AUTOR: IBAMA - INST BRAS DO MEIO AMBIENTE E DOS REC NAT R
	RÉU: SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.000.000,00
f. principais fatos	AUTOS DE INFRACAO Obs: INSTALAR E FAZER FUNCIONAR ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA - ETA'S, SEM LICENÇA DE OPERAÇÃO VÁLIDA (LO), EMITIDA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL, CONTRARIANDO AS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTOS PERTINENTES. TOTAL DE 92 ETA'S, CORRESPONDENDO A UMA
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETERÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 10.000.000,00

PROCESSO Nº. 494120 - D	
a. juízo	IBAMA
b. instância	ESTÁ NO SETOR CUT/NUIP DO IBAMA DESDE 27/12/2012. AGUARDA MANIFESTAÇÃO DO IBAMA SOBRE A PETIÇÃO DA SANEPAR PROTOCOLADA EM 12/12/2012
c. data de instauração	01/12/2008
d. partes no Processo	AUTOR: IBAMA - INST BRAS DO MEIO AMBIENTE E DOS REC NAT R
	RÉU: SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.000.000,00
f. principais fatos	AUTOS DE INFRACAO Obs: INSTALAR E FAZER FUNCIONAR ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE'S, SEM LICENÇA DE OPERAÇÃO VÁLIDA (LO), EMITIDA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL, CONTRARIANDO AS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTOS PERTINENTES. TOTAL DE 89 ETE'S, CORRESPONDENDO A UM
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETERÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 10.000.000,00

PROCESSO Nº. 27128	
a. juízo	3ª. VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CURITIBA
b. instância	O PROCESSO ESTÁ PARA A SANEPAR MANIFESTAR QUANTO AOS HONORÁRIOS PEDIDO PELO PERITO
c. data de instauração	18/05/2005
d. partes no Processo	AUTOR: COND. EDIF. LA RESIDENCE DE CAIOBÁ E OUTROS
	RÉU: SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 9.311.741,48
f. principais fatos	Obs: NULIDADE DA COBRANÇA MÍNIMA POR UNIDADE, NULIDADE DA COBRANÇA DE 80% DA TARIFA DE ESGOTO, DEVOLUÇÃO DE 20% SOBRE AS TARIFAS SAZONAIS NAS FATURA DO LITORAL STJ - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 118751 TJ - APELAÇÃO CÍVEL 607465-1 AÇÃO ORIGINÁRIA: 0
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETARÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 9.311.741,48

PROCESSO Nº. 50440	
a. juízo	4ª. VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CURITIBA
b. instância	O PROCESSO ESTÁ SUSPENSO
c. data de instauração	
d. partes no Processo	AUTOR: ITAJUÍ ENGENHARIA DE OBRAS LTDA.
	RÉU: SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.900.000,00
f. principais fatos	RESSARCIMENTO Obs: REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DO CONTRATO DE OBRA 6A/2005 PROCESSO/PROTO: 0467977-0/01 AGRAVO DE INSTRUMENTO 511.851-4 ASSISTENTE TÉCNICO PERÍCIA CONTÁBIL: JORGE GASPECHACH (USJU/CRA) **STJ - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1366131 - P
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETARÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 6.900.000,00

PROCESSO Nº. 6838	
a. juízo	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ
b. instância	ESTÁ NA COORDENADORIA DE DÍVIDA ATIVA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ DESDE 31/10/2013
c. data de instauração	02/08/2012
d. partes no Processo	AUTOR: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE MARINGÁ RÉU: SANEPAR
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.837.500,00
f. principais fatos	AUTOS DE INFRAÇÃO Obs: "LANÇAR EFLUENTES LÍQUIDOS TRATADOS FORA DOS PARÂMETROS ESTABELECIDOS DO IAP E/OU CONAMA. AUTO DE INFRAÇÃO REF. ETE 02 SUL - ESTRADA JAGUARUNA, LOTE 05, GLEBA RIBEIRÃO PINGUIM. PROCESSO Nº 49738/2012 DP-01484/2012
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAL INSUCESSO NA AÇÃO JUDICIAL NÃO ACARRETERÁ OBSTÁCULO PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão	R\$ 4.837.500,00

SUB TOTAL (10 MAIORES AÇÕES)	R\$ 152.517.232,64
-------------------------------------	---------------------------

PROCESSO N°. DEMAIS AÇÕES (8650)	
a. juízo	DIVERSOS
b. instância	DIVERSAS
c. data de instauração	DIVERSAS
d. partes no Processo	DIVERSOS
	DIVERSOS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 361.900.003,96
f. principais fatos	DIVERSOS
g. chance de perda (provável, possível e remota)	PROVÁVEL, POSSIVEL E REMOTA
h. análise do impacto em caso de perda do processo	QUANTO AO IMPACTO O MESMO NÃO GUARDA RELEVÂNCIA EM FACE DOS RESULTADOS GLOBAIS DA COMPANHIA. EVENTUAIS INSUCESSOS NAS AÇÕES JUDICIAIS NÃO ACARRETARÃO OBSTÁCULOS PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA
i. valor provisionado se houver provisão (2735 AÇÕES)	R\$ 94.173.983,53

TOTAL DE PROVISÕES DAS AÇÕES CÍVEIS, AMBIENTAIS E TRIBUTÁRIAS (2745)	R\$ 246.691.216,17
---	---------------------------

TOTAL DE DAS AÇÕES CÍVEIS, AMBIENTAIS E TRIBUTÁRIAS NÃO PROVISIONADAS (5915)	R\$ 267.726.020,43
---	---------------------------

AÇÕES CÍVEIS, AMBIENTAIS E TRIBUTÁRIAS PROVISIONADAS E NÃO PROVISIONADAS (8660)	R\$ 514.417.236,60
--	---------------------------

DEPÓSITOS JUDICIAIS (POR AÇÃO) - DEZEMBRO DE 2012

Favorecido	SIND.DOS TECNICOS INDUSTRIAIS NIV.MED.E.PR.SINTEC
Principais Fatos	Adicional de periculosidade com integrações e reflexos.
Valor do depósito judicial	R\$ 2.562.936,46

Favorecido	CLAUDIO DIOGO DOS SANTOS
Principais Fatos	Danos em imóvel por inundação de água e desvio do curso das águas
Valor do depósito judicial	R\$ 2.104.478,28

Favorecido	SIND.DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO PARANA - SENGE
Principais Fatos	Adicional de periculosidade no patamar de 30%.
Valor do depósito judicial	R\$ 2.037.902,41

Favorecido	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAI
Principais Fatos	EXECUÇÃO FISCAL ISSQN. NOTIF. FISCAL 592,293,594,595,596,597.
Valor do depósito judicial	R\$ 2.002.856,81

Favorecido	ACIR DIOGO
Principais Fatos	Reintegração, diferenças salariais, FGTS, reflexos
Valor do depósito judicial	R\$ 1.906.353,28

Favorecido	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGA
Principais Fatos	MULTA AMBIENTAL
Valor do depósito judicial	R\$ 1.721.230,18

Favorecido	TAMMY ROMAGUERA DA SILVA
Principais Fatos	Reintegração Obs: Solidaridade, vínculo, dif. salariais, horas extras, FGTS, honorários
Valor do depósito judicial	R\$ 1.502.218,60

Favorecido	RUI RIBEIRO
Principais Fatos	Vinculo de emprego, SANESAÚDE, FGTS, multa, verbas rescisórias, reflexos
Valor do depósito judicial	R\$ 1.484.024,11

Favorecido	MAURICIO AMBROSIO ALFIERI
Principais Fatos	Indenização por desapropriação
Valor do depósito judicial	R\$ 1.289.058,89

Favorecido	OCA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
Principais Fatos	Ressarcimento por danos causados pela paralização de obras
Valor do depósito judicial	R\$ 1.281.076,75

SUB TOTAL DOS 10 MAIORES DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 17.892.135,77
---	--------------------------

DEMAIS DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 119.599.492,02
-----------------------------------	---------------------------

TOTAL DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 137.491.627,79
--------------------------------------	---------------------------

PROCESSOS NÃO SIGILOSOS ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS

Informamos que a Sanepar não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a mesma ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da mesma ou de suas controladas.

PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES

Informamos que a Sanepar não possui processos sigilosos relevantes não abrangidos pelos itens anteriores.

PROCESSOS REPETITIVOS OU CONEXOS

Informamos que a Sanepar não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a mesma ou suas controladas sejam parte.

OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES

Informamos que a Sanepar possui outros processos sigilosos relevantes em que alguns administradores e gerentes são partes.

Esses processos são oriundos da ação deflagrada pela Polícia Federal, que foi informada à CVM - Comissão de Valores Mobiliários, BM&FBOVESPA e ao mercado em geral pelo Fato Relevante de 21 de setembro de 2012, o qual transcrevemos a seguir:

A **Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar**, vem ao mercado, em atendimento ao disposto no parágrafo 4º do artigo 157 da Lei n. 6.404/76 e em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358/2002, comunicar a seus acionistas, investidores e ao mercado em geral, que, na data de ontem (20 de setembro de 2012) foi surpreendida por ação da Polícia Federal, que deflagrou processo investigatório, visando a apuração de responsabilidade de suposto lançamento de esgoto não tratado no rio Iguaçu.

A Companhia ainda não possui informações detalhadas acerca do teor das investigações, mas desde já afirma que envidará todos os esforços para colaborar com as autoridades constituídas com o fim de esclarecer os fatos e sanar eventuais irregularidades que por ventura venham a ser constatadas.

A Companhia reitera seus compromissos com as melhores práticas de sustentabilidade e com a qualidade dos serviços de abastecimento e esgotamento sanitário prestados à população do Estado do Paraná.

A atual direção da Sanepar assumiu há apenas 20 (vinte) meses e, junto com todos os seus colaboradores, investidores e acionistas, está aprimorando todos os serviços prestados pela empresa buscando a excelência de qualidade em todos os seus setores.

Importa complementar a informação para afirmar que o Inquérito da Polícia Federal, a que faz menção o Fato Relevante de 21 de setembro de 2012, está em fase de instrução e de investigação policial, não havendo processo judicial em curso em face das pessoas envolvidas no referido procedimento policial, sendo que a pessoa jurídica Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, não é parte do feito.

REGRAS - PAÍS ORIGEM / PAÍS CUSTODIANTE

Não aplicável à Sanepar tendo em vista que a mesma não possui relações com emissores estrangeiros.

DESCRIÇÃO - RISCOS DE MERCADO

Riscos das Concessões:

A Companhia atende aproximadamente 10,2 milhões de pessoas com água tratada e 6,3 milhões de pessoas com o serviço de coleta e tratamento de esgoto sanitário em 346 sedes municipais, sendo 345 no Estado do Paraná e 1 no Estado de Santa Catarina, por meio de concessões municipais, destas, aproximadamente 19,9% estão em processo de renovação por estarem vencidas, 6,1% vencem de 2013 a 2020 e 74,0% foram renovadas tendo seus vencimentos após 2020. Para os casos de concessões que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores contábeis residuais dos ativos relacionados à concessão. Os bens patrimoniais decorrentes dos Contratos de Programas, elaborados de acordo com a Lei 11.445/2007 - Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, são registrados no ativo intangível. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Os resultados das operações da Companhia estão ligados diretamente a manutenção das concessões municipais em que opera. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados.

Risco de Crédito:

A Companhia adota a prática de corte no abastecimento em caso de inadimplência e o nível de perda na realização das contas a receber é considerado normal para o setor, essa prática, porém, não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Taxa de Juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2012	2011
TR	723.662	751.406
TJLP	236.817	197.754
	960.479	949.160

Análise de Sensibilidade à taxa de juros

A seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos teria sido de R\$ 2.177 e R\$ 4.354 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável conforme descrito abaixo:

Descrição	Indexador	+ 25%	-25%	+50%	-50%
Paraná urbano II	TJLP	(50)	50	(100)	100
Caixa Econômica Federal – CEF	TR	(391)	391	(782)	782
Banco do Brasil S/A	TR	(60)	60	(120)	120
Debêntures	TJLP	(310)	310	(620)	620
Debêntures 2ª Emissão	TJLP	(275)	275	(550)	550
BNDES	TJLP	(1.091)	1.091	(2.182)	2.182
Efeitos no Lucro antes da Tributação		(2.177)	2.177	(4.354)	4.354

A Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como derivativos.

Informamos que a Sanepar, em 31 de dezembro de 2012, não possuía operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

POLÍTICAS DE GERENCIAMENTO

Informamos que a Sanepar, face ao seu ramo de atividade, não adota política de gerenciamento de riscos de mercado.

ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS RISCOS DE MERCADO

Informamos que em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado que a Sanepar está exposta.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - RISCO DE MERCADO

Informamos que a Sanepar não possui outras informações relevantes sobre riscos de mercado.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	09/01/1964
Forma de Constituição do Emissor	A Lei Estadual nº 4.684, de 1963, autorizou o Poder Executivo a constituir uma sociedade por ações sob a denominação social de Companhia de Águas e Esgotos do Paraná - AGEPAR, destinada a realização de estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários bem como promover o saneamento básico do Estado do Paraná, sendo que o Governo do Estado do Paraná deveria subscrever no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) da totalidade das ações que constituiria o capital inicial. Posteriormente em 19/06/1964, após a aprovação da Lei Estadual nº 4.878, foi alterada a denominação social para Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar. Em 19/12/1997 foi sancionado pela Lei Estadual nº 11.963 que o acionista Estado do Paraná deve deter sempre no mínimo 60% (sessenta por cento) do total de ações ordinárias do capital social da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	10/03/2000

BREVE HISTÓRICO

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, autorizada a ser constituída pela Lei Estadual nº 4.684, de 23 de janeiro de 1963, como uma sociedade por ações, com a denominação de Companhia de Água e Esgotos do Paraná - Agepar, tendo posteriormente sua denominação social alterada conforme a Lei Estadual n.º 4.878, de 19 de junho de 1964.

Criada inicialmente com o objetivo de realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários bem como promover o saneamento básico do Estado do Paraná.

A partir de janeiro de 1972, modificou totalmente seu objetivo social, quando incorporou o Departamento de Água e Esgoto do Paraná, e passou a explorar os serviços dos sistemas de água e esgoto de Curitiba e de mais outros 15 municípios. Aderiu no mesmo ano, ao Plano Nacional de Saneamento - PLANASA. Atendia pouco mais de 500 mil habitantes com sistemas de abastecimento de água e não chegavam a 300 mil os habitantes atendidos pelos serviços de esgoto sanitário no Estado do Paraná.

A partir do dia 10 de março de 2000, a SANEPAR passou a ser uma empresa de Capital Aberto, inicialmente com registro para negociação de seus valores mobiliários na SOMA - Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. e em maio de 2002, a SANEPAR fez o seu registro na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

Ao longo de 50 anos de existência, a empresa soube se renovar para manter-se como referência nos segmentos em que atua, e pronta para enfrentar os desafios de crescer de maneira sustentável econômica, social e ambiental. As ações tomadas no curso de 2012, muitas delas consequência das iniciadas no ano anterior, reforçam o compromisso de manter a excelência dos serviços oferecidos a população, ao mesmo tempo em que a empresa busca a universalização do saneamento ambiental no Paraná.

A Sanepar presta serviços de fornecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto sanitário e gerenciamento de resíduos sólidos. A Companhia é referência no setor, por aliar eficiência operacional e resultados econômicos a uma sólida política socioambiental.

Atualmente são atendidas com sistemas de abastecimento de água 630 localidades, sendo 345 sedes municipais e 284 distritos no Estado do Paraná e 1 município no Estado de Santa Catarina, beneficiando uma população de mais de 10,2 milhões de habitantes, representando 100,0% da população urbana nas áreas de concessão da empresa. Os serviços de esgoto sanitário são prestados em 166 municípios e 6 distritos, beneficiando uma população de 6,3 milhões de habitantes, representando 62,1% da população urbana nas áreas de concessão.

A Sanepar, ampliando o atendimento a municípios com serviços de gestão de resíduos sólidos, assinou, em novembro de 2012, Contrato de Programa com a Prefeitura de Cornélio Procópio, pelo prazo de 30 anos, para prestação de serviços de coleta domiciliar e seletiva dos resíduos sólidos e a gestão do aterro sanitário. Cornélio Procópio é o terceiro município onde a Sanepar executa esse trabalho, além de Cianorte e Apucarana, todos no Paraná.

Em Cianorte, a Sanepar iniciou os trabalhos para obter a certificação ISO 14001 para o aterro sanitário da cidade. A certificação garante que a empresa adota todos os procedimentos legais necessários e que o aterro opera dentro das mais rígidas normas ambientais.

Outra parceria com os municípios, na área de resíduos sólidos, é a assinatura de termos aditivos aos contratos para que a Sanepar arrecade para as Prefeituras a taxa de coleta de lixo. Em 2012, 62 cidades no Paraná tinham a Sanepar como responsável pela arrecadação da taxa de coleta de lixo. O principal benefício do serviço prestado é a redução significativa da inadimplência, que normalmente é bastante elevada.

Esse serviço também foi oferecido aos prefeitos eleitos por ocasião do encontro em Foz do Iguaçu, patrocinado pelo Governo do Estado.

Em 31/12/2010 a Sanepar tinha em seu quadro 6.567 empregados efetivos, em 31/12/2011 aumentou para 6.637 e em 31/12/2012 fechou com 6.962, um acréscimo de 4,90% em relação a 2011.

A Sanepar foi considerada a melhor Companhia de saneamento do Brasil, em ranking de empresas públicas elaborado pelo jornal Brasil Econômico. No ranking, que avalia indicadores como

receita líquida, lucro e endividamento e confere pontos para a qualidade de gestão, a Sanepar ficou à frente de grandes empresas do setor, como Sabesp (SP), Corsan (RS), Copasa (MG), Sanasa (SP), Cesan (ES), Embasa (BA) e Cagece (CE). No ranking das empresas públicas, a Sanepar foi a segunda colocada geral, atrás apenas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A base de dados para a elaboração do ranking levou em consideração os balanços anuais do exercício de 2011.

O programa Se Ligue na Rede: um Caminho para a Sustentabilidade venceu pela quarta vez o prêmio Expressão de Ecologia, em sua 19ª edição. Iniciado em 2006, o programa busca reduzir a poluição dos rios cujas bacias já contam com sistema de coleta de esgoto. No período de avaliação do prêmio, entre 2010 e 2011, 17.350 famílias foram interligadas a rede de esgoto. Foram realizadas ainda 383 reuniões comunitárias, 212 reuniões de grupos gestores e 39 cursos de formação para encanadores de ligações prediais, que capacitaram 973 encanadores.

Das atividades com a comunidade participaram 15.320 pessoas e 2.025 moradores foram qualificados como agentes socioambientais, tornando-se disseminadores das informações de interesse coletivo.

As Unidades Regionais da Sanepar em Cornélio Procópio, Campo Mourão e Toledo foram destaque no Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS) 2012, do Comitê Nacional de Qualidade da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). Trata-se da mais importante premiação do setor no Brasil, e destaca as boas práticas de gestão em Saneamento. A Unidade Regional de Cornélio Procópio foi contemplada com o troféu Prata (nível II), seu terceiro prêmio do PNQS, pela implantação de melhorias para promover a satisfação dos clientes. A Regional de Campo Mourão foi premiada com o troféu Bronze (nível I), por suas ações ambientais.

A Unidade de Toledo foi reconhecida com "Distinção" no nível I, pelo trabalho de redução de vazamentos, manutenção preventiva nas redes de esgoto e redução de riscos para agentes comerciais de campo.

Pela segunda vez consecutiva, Curitiba foi avaliada como a cidade com os melhores índices de saneamento entre as capitais de estados brasileiros, de acordo com o ranking do

Instituto Trata Brasil, que compara 25 indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SNIS), publicado pelo Ministério das Cidades. Entre as 100 melhores cidades brasileiras em saneamento básico, sete são paranaenses, todas atendidas pela Sanepar. Maringá é a melhor paranaense colocada, em segundo lugar no ranking geral, seguida de Londrina (10^a), Curitiba (melhor capital e 12^a no ranking geral), Ponta Grossa (15^a), Foz do Iguaçu (34^a), Cascavel (43^a) e São José dos Pinhais (57^a).

A Sanepar venceu o Prêmio SESI Qualidade no Trabalho (PSQT), na área temática Cultura Organizacional. A empresa conquistou o prêmio na categoria Grandes Empresas, com o programa EcoProsa, iniciado em março de 2010, que incentiva os empregados a incorporar princípios de sustentabilidade nas atividades cotidianas. Mensalmente os empregados participam, voluntariamente, de encontros específicos para discutir sobre o tema e definir atividades. O PSQT reconhece boas práticas adotadas pelas empresas para a melhoria dos processos de gestão de pessoas e das condições de trabalho. É o mais tradicional do setor industrial brasileiro.

Pesquisa realizada pela revista Amanhã, a partir da análise de demonstrações financeiras das 500 maiores empresas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apontou a Sanepar como a maior empresa de prestação de serviços públicos da Região Sul. Com receita bruta de R\$ 1,9 bilhão, em 2011, a Companhia foi classificada como a 26^a maior entre as 500 empresas participantes da pesquisa.

A Sanepar recebeu em 2012 o certificado ISO 14001:2004 para os processos operacionais de Foz do Iguaçu e os processos administrativos da Diretoria de Meio Ambiente e Ação Social (DMA). Os trabalhos de certificação foram feitos pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) Cert. A certificação confirma que as atividades executadas em Foz do Iguaçu e os processos administrativos da DMA são realizados dentro dos critérios da norma de gestão ambiental.

Outro certificado importante recebido foi a NBR ISO 9001:2008 para o sistema de gestão da qualidade para captação, adução, tratamento de água, reservação de distribuição de água, coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgoto de unidades da Companhia em Campo Largo, Londrina, Cambé e Tamarana, além de unidades de serviço corporativas em Curitiba.

A Sanepar foi reconhecida pelo Pequeno Cotoleto Paranaense, com o Prêmio Empresa Cidadã 2012. A iniciativa visa reconhecer empresas e instituições parceiras que apoiam projetos e ações sociais da instituição durante o ano.

Como política de inclusão social na sua área de atuação, a Sanepar mantém o Programa Tarifa Social. Com o objetivo de universalizar o acesso à água potável e ao esgoto sanitário, o programa inclui milhares de famílias paranaenses na utilização do sistema de abastecimento. Essas famílias pagam tarifa reduzida pelos serviços de saneamento. São beneficiadas pelo Programa Tarifa Social as famílias que moram em imóveis com até 70 metros quadrados de área construída e que tenham rendimento de no máximo dois salários mínimos por mês. Além disso, o consumo mensal de água não deve ultrapassar 2,5 metros cúbicos por pessoa.

Em 2012, mais de 171 mil famílias estavam cadastradas no programa. O valor da tarifa reduzida para os serviços de água é de R\$ 5,80 mensais para 10 m³, caso o beneficiário utilize o serviço de coleta e tratamento de esgoto, pagará mais R\$ 2,90 mensais, totalizando R\$ 8,70. No ano, o subsídio proporcionado pelo programa foi de R\$ 45,8 milhões.

O Fundo Azul é um programa da Sanepar que objetiva apoiar com recursos financeiros projetos de recuperação, proteção e conservação de bacias de mananciais utilizados pela empresa. Concebido com o propósito de oferecer às gerências locais a possibilidade de atuarem no processo de planejamento e execução de ações junto aos parceiros, de forma a garantir que as ações propostas efetivamente conduzam a uma melhoria ou manutenção da disponibilidade e/ou qualidade de água. Em 2012 foram aprovados 14 projetos no valor de R\$ 413 mil e reembolsados R\$ 273 mil.

A Sanepar dedica ao tratamento do esgoto a mesma atenção destinada à qualidade da água. Em 2012, o índice de tratamento e destinação adequada do esgoto coletado chegou a 99,42%. O Índice de Conformidade do Esgoto alcançou a média de 90,6%, acima da meta de 90%. O volume de lodo removido nas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) chegou a 507.342 metros cúbicos, um acréscimo de 17,6% em relação a 2011.

PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS

- Em 1998 o acionista Estado do Paraná transferiu 39,7% (trinta e nove virgula sete por cento) das ações ordinárias da Companhia, para a empresa Dominó Holdings S/A;
- Em 26 de dezembro de 2011, a 99^a. Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas autorizou a Companhia a aumentar o Capital Social em um valor máximo de R\$ 968.292.970,32 (novecentos e sessenta e oito milhões, duzentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta reais e trinta e dois centavos), sem bonificação de ações, mediante utilização de parte do saldo das Reservas de Lucros e do saldo das Reservas de Capital. Assim sendo o Capital Social da Companhia passou a ser de R\$ 1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos mil reais);
- Informamos que nos exercícios de 2010 e de 2012 não houve eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes.
- Em 17 de outubro de 2013, a 101^a. Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas aprovou por unanimidade, o aumento do capital social da Companhia, por subscrição particular, no valor de R\$ 797.359.806,00 (setecentos e noventa e sete milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e seis reais), mediante a emissão de 62.538.024 (sessenta e dois milhões, quinhentos e trinta e oito mil e vinte e quatro) ações preferenciais, da mesma classe prevista no Estatuto Social, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 12,75 (doze reais e setenta e cinco centavos) por ação. Assim sendo o Capital Social da Companhia passou a ser de R\$ 2.597.359.806,00 (Dois bilhões, quinhentos e noventa e sete milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e seis reais), divididos em 289.836.870 (duzentos e oitenta e nove milhões, oitocentos e trinta e seis mil, oitocentos e setenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 186.783.336 (cento e oitenta e seis milhões, setecentos e oitenta e três mil e trezentas e trinta e seis) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

PEDIDO DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL

Informamos que nunca houve pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da Sanepar.

DESCRIÇÃO - ATIVIDADE DO EMISSOR / CONTROLADAS

A atividade principal da Sanepar é a atuação em saneamento básico no Estado do Paraná, ou seja, captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água, e de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário.

A Companhia, por meio de contratos de concessão e contratos de programas firmados com prefeituras, mantém a prestação de serviços de distribuição de água tratada e de coleta de esgoto sanitário.

A Sanepar atende 345 dos 399 municípios do Paraná e 284 distritos ou localidades de menor porte no estado, além de Porto União em Santa Catarina. Nas regiões em que atua, a empresa atende com água tratada 10,2 milhões de pessoas e, com sistema de esgotamento sanitário, 6,3 milhões de pessoas. Até 2015, a empresa prevê investir cerca de R\$ 2,1 bilhões em todo o Estado.

A Sanepar presta serviços de fornecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto sanitário e gerenciamento de resíduos sólidos. A empresa é referência no setor, por aliar eficiência operacional e resultados econômicos a uma sólida política socioambiental. A cobertura da rede de água tratada da Sanepar chega a 100% da área urbana dos 346 municípios e 284 distritos onde está presente. A cobertura com rede de esgoto alcançou 62,1% da área urbana dessas localidades. Em relação a coleta e ao tratamento de esgoto, atende a 166 sedes municipais e 6 distritos.

A empresa está sediada em Curitiba (PR), tem 176 Estações de Tratamento de Água (ETA) e 227 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) estabelecidas em todo o Estado.

UM DOS MENORES ÍNDICES DE PERDA DE ÁGUA

Em 2012 o Volume Produzido por Ligação (VPL) alcançou a marca de 715,3 litros/lig/dia (litros por ligação por dia), com incremento de 5,8 litros/lig/dia em relação a 2011, que registrou 709,5 litros/lig/dia, uma alta de 0,8%. Por outro lado, o Volume Micromedido por Ligação (VML) foi de 468,3 litros/lig/dia, uma alta de 0,8% em relação aos 464,7 litros/lig/dia registrados em 2011.

Em 2012 a Sanepar atingiu o IPL de 247,0 litros/lig/dia, um acréscimo em relação aos 244,8 litros/lig/dia, devido

principalmente a avarias provocadas por fenômenos meteorológicos imprevistos. A Sanepar, apesar do ligeiro aumento, mantém um dos melhores índices de IPL do Brasil. Um IPL reduzido se traduz em economia e amplia a rentabilidade da empresa, além de reduzir o impacto ambiental, pois diminui a necessidade de novas captações e da capacidade de tratamento, aumentando o volume entregue aos consumidores.

ÁGUA DE QUALIDADE, MENOS GASTOS COM PROCEDIMENTOS MÉDICOS

Estudos comprovam que a cada real investido na qualidade da água distribuída à população são economizados até cinco reais com saúde. A Sanepar tem consciência de seu papel para a melhoria da saúde da população e trabalha diuturnamente para distribuir água tratada de qualidade, pronta para o consumo. Em 2012, a empresa superou novamente a meta dos índices de conformidade da Portaria 2.914/11 do Ministério da Saúde, que estabelece os padrões mínimos de qualidade para a água distribuída pelas empresas do setor.

Durante o ano de 2012 foram realizadas 1,4 milhão de análises de água. As análises foram feitas nas 176 estações de tratamento, nos 968 poços e nos laboratórios instalados em Cascavel, Curitiba, Londrina e Maringá. As análises feitas nas estações de tratamento são realizadas de hora em hora, todos os dias, inclusive fins de semana e feriados, enquanto nos poços e laboratórios as análises são feitas de acordo com a periodicidade estabelecida na Portaria 2.914/11.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A Sanepar, ampliando o atendimento a municípios com serviços de gestão de resíduos sólidos, assinou, em novembro de 2012, Contrato de Programa com a Prefeitura de Cornélio Procópio, pelo prazo de 30 anos, para prestação de serviços de coleta domiciliar e seletiva dos resíduos sólidos e a gestão do aterro sanitário. Cornélio Procópio é o terceiro município onde a Sanepar executa esse trabalho, além de Cianorte e Apucarana, todos no Paraná.

Em Cianorte, a Sanepar iniciou os trabalhos para obter a certificação ISO 14001 para o aterro sanitário da cidade. A certificação garante que a empresa adota todos os procedimentos legais necessários e que o aterro opera dentro das mais rígidas normas ambientais.

TAXA DE COLETA DO LIXO

Outra parceria com os municípios, na área de resíduos sólidos, é a assinatura de termos aditivos aos contratos para que a Sanepar arrecade para as Prefeituras a taxa de coleta de lixo. Em 2012, 62 cidades no Paraná tinham a Sanepar como responsável pela arrecadação da taxa de coleta de lixo. O principal benefício do serviço prestado é a redução significativa da inadimplência, que normalmente é bastante elevada.

Esse serviço também foi oferecido aos prefeitos eleitos por ocasião do encontro em Foz do Iguaçu, patrocinado pelo Governo do Estado.

PROGRAMAS AMBIENTAIS

Em 2012, a Sanepar criou o Sistema de Gestão Ambiental (SGA-SAN). O programa é uma metodologia desenvolvida para se fazer o diagnóstico ambiental das diversas unidades da empresa e verificar como a mesma se comporta em termos ambientais em relação ao futuro do uso dos recursos naturais. A prática foi implantada em 2012 e já avaliou 22 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE). Posteriormente, serão avaliadas todas as ETES, todas as Estações de Tratamento de Água (ETA) e os aterros sanitários operados pela empresa.

A Sanepar também aumentou o número de ETAs e ETES com licenças ambientais de operação. Ao fim de 2012, a Companhia possuía licença ambiental de operação para 100% de suas ETAs e para 95,67% de suas ETES. Em 2011, 99% das ETAs e 92% das ETES possuíam licença. A Companhia também tem trabalhado para regularizar a outorga de suas captações de água. Hoje 90% dos poços artesianos e 92% dos mananciais usados pela empresa já estão regularizados.

A busca pela sustentabilidade fez com que em 2012 fosse feito um levantamento de todos os processos da Sanepar em todas as suas áreas - operacional e administrativa - e do impacto ambiental de cada processo para verificar a adequação à legislação vigente. O levantamento é feito em conjunto com o Programa Use o Bom Senso. Nele, todos os colaboradores são convidados a trabalhar de maneira a reduzir o impacto ambiental gerado em suas atividades. O programa certificou 23 das 82 unidades da Sanepar em 2012.

Outro projeto executado em 2012 foi a ratificação do inventário de gases de efeito estufa para todas as atividades da Sanepar. A empresa é a primeira do setor de saneamento do Brasil a concluir esse inventário. Com base nos resultados, é possível intervir diretamente nos processos mais poluentes e diminuir seus efeitos. O maior emissor de gases identificado foi o metano produzido pelas ETEs no processo de tratamento do esgoto. A Sanepar investiu em queimadores automáticos para eliminar o gás metano das pequenas ETEs e estuda o uso do metano das médias e grandes ETEs para a geração de energia.

Certificação ISO 14001 e ISO 9001

A Sanepar recebeu em 2012 o certificado ISO 14001:2004 para os processos operacionais de Foz do Iguaçu e os processos administrativos da Diretoria de Meio Ambiente e Ação Social (DMA). Os trabalhos de certificação foram feitos pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) Cert. A certificação confirma que as atividades executadas em Foz do Iguaçu e os processos administrativos da DMA são realizados dentro dos critérios da norma de gestão ambiental.

Outro certificado importante recebido foi a NBR ISO 9001:2008 para o sistema de gestão da qualidade para captação, adução, tratamento de água, reservação de distribuição de água, coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgoto de unidades da Companhia em Campo Largo, Londrina, Cambé e Tamarana, além de unidades de serviço corporativas em Curitiba.

Revitalização e Preservação de Rios e Mananciais

A Sanepar mantém diversos programas para revitalizar e preservar os rios do Estado, sejam os que cortem cidades ou sejam nascentes que abastecem mananciais onde a água é captada. O Programa de Revitalização dos Rios Urbanos foi implantando em duas Regionais em 2012 (em 2011 ele estava presente apenas em Curitiba). Pelo programa, as equipes da Sanepar medem o teor de oxigênio de diversos trechos dos rios que cortam as cidades atendidas pela empresa. Com a localização facilitada, o tempo de reparo e o custo do conserto são reduzidos, minimizando o impacto ambiental. O Programa também capacita cidadãos das comunidades localizadas ao longo dos rios para que também possam comunicar a Sanepar sobre eventuais alterações nos rios.

Em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, o Rio Ressaca passou por um processo de revitalização. O projeto, em parceria da Sanepar com a Prefeitura Municipal e com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal e do município, envolve a revitalização dos 13 km² da bacia hidrográfica. O Rio Ressaca foi canalizado e houve a regularização das ligações de esgoto que eram jogados indevidamente. Após a conclusão da obra, será construído um parque linear urbano ao longo do rio.

Ainda em relação à preservação ambiental, a Sanepar iniciou os repasses para 56 produtores participantes do Projeto Oásis, iniciativa que remunera serviços ambientais prestados na preservação de matas ciliares e reserva legal. O programa já conta com 184 propriedades cadastradas e recuperou 613 nascentes nas bacias dos Rios Pirapó, Tibagi e Ivaí. A melhora da qualidade de água dos mananciais de Apucarana refletiu no aumento da verba do ICMS Ecológico repassada à cidade em 67%.

Em Medianeira, a Sanepar realizou a limpeza e desassoreamento do Rio Alegria principal manancial de abastecimento de água da cidade. No total, foram retirados cerca de 900 metros cúbicos de lodo e resíduos.

Durante o Dia do Rio (24/11), 150 voluntários participaram de um mutirão do Evento Mundial de Limpeza dos Rios e Praias para recolher o lixo no Entorno da Barragem Piraquara II, em Piraquara, importante reservatório para o abastecimento público de Curitiba e Região Metropolitana. Os voluntários coletaram materiais como pneus, latas, linhas de pesca, garrafas pet e restos de mobília.

Um projeto apoiado pela Sanepar e desenvolvido pela Escola Rural Municipal de Avencal, de Ipiranga, o "Técnica de Recuperação de Nascentes", foi premiado com o troféu Gota Verde, da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), na Expoagro Afubra 2012, que aconteceu em Santa Cruz do Sul (RS). O projeto foi desenvolvido por duas alunas do 5º ano da escola. A recuperação se dá através do esgotamento do olho d'água e a aplicação de uma massa, formada de terra e cimento, e posterior instalação de um cano na nascente. A mata do entorno é recomposta e a nascente, preservada. O grupo já conseguiu recuperar 10 nascentes na área da comunidade.

Inventário de gases do efeito estufa

Outro projeto executado em 2012 foi a ratificação do inventário de gases de efeito estufa para todas as atividades da Sanepar. A empresa é a primeira do setor de saneamento do Brasil a concluir esse inventário. Com base nos resultados, é possível intervir diretamente nos processos mais poluentes e diminuir seus efeitos. O maior emissor de gases identificado foi o metano produzido pelas ETES no processo de tratamento do esgoto. A Sanepar investiu em queimadores automáticos para eliminar o gás metano das pequenas ETES e estuda o uso do metano das médias e grandes ETES para a geração de energia.

Educação Ambiental

A Sanepar firmou uma parceria com o Rotary Internacional para construir cinco centros de educação ambiental no Paraná. Os centros serão construídos pela Sanepar e mobiliados pelo Rotary nas cidades de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel. Os novos centros funcionarão como o Centro de Educação Ambiental, à beira da Represa do Caiguava, localizada no município de Piraquara. Em 2012 esse centro recebeu 8.300 visitantes externos (alunos de escolas principalmente) e também 2.500 empregados foram treinados em ações de educação ambiental.

Em outro projeto, a Sanepar e o Consórcio para Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi (Copati), sediado em Londrina, capacitaram 2.440 professores do quinto ano do Ensino Fundamental de 35 municípios da bacia do Tibagi. Os professores se tornaram agentes multiplicadores para levar o conhecimento sobre a importância da proteção da bacia para 33.390 alunos em 2012.

O projeto teatral "O Jardim das Virtudes", patrocinado pela Sanepar, foi apresentado para 40 mil crianças em 35 cidades do Paraná durante os três meses de tournée da peça. O roteiro do espetáculo aborda temas como amizade, solidariedade, cidadania e outros valores fundamentais para a formação da sociedade, e é indicado para crianças de todas as idades.

Fundo Azul

O Fundo Azul é um programa da Sanepar que objetiva apoiar com recursos financeiros projetos de recuperação, proteção e

conservação de bacias de mananciais utilizados pela empresa. Concebido com o propósito de oferecer às gerências locais a possibilidade de atuarem no processo de planejamento e execução de ações junto aos parceiros, de forma a garantir que as ações propostas efetivamente conduzam a uma melhoria ou manutenção da disponibilidade e/ou qualidade de água. Em 2012 foram aprovados 14 projetos no valor de R\$ 413 mil e reembolsados R\$ 273 mil.

Sinalização de Mananciais

Em 2012 foram desenvolvidos oito projetos de sinalização das rodovias e ferrovias que cortam mananciais onde a Sanepar capta água. O trabalho foi executado junto a concessionárias e em parceria com o Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná (DER) e o Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes (DNIT). A Sanepar possui 152 captações de água em rios que podem ser atingidos por sinistros durante o transporte de produtos químicos perigosos à saúde humana. Os mananciais cortados por rodovias ou ferrovias representam 60% do total.

Cortina Verde

A Sanepar tem um programa permanente de plantio de mudas de árvores ao redor das ETEs, com o objetivo de reduzir os efeitos dos gases gerados pelo tratamento. As cortinas são formadas por três fileiras de árvores e seguem aspectos estéticos, de segurança, conservação e manejo da estação. Em 2012, foram criadas cercas verdes ao redor das ETEs de Pato Branco, Mangueirinha, Palmas, São João, Clevelândia, Coronel Vivida e Chopinzinho. As ETEs Norte e Cafezal, em Londrina, receberam aproximadamente 15 mil mudas de árvores para a construção de suas cortinas verdes e cinturões florestais.

Ecoprosa

O projeto Ecoprosa - um café da manhã aberto aos empregados da empresa com o objetivo de proporcionar um momento de reflexão sobre o meio ambiente - ampliou a sua área de atuação para todas as regionais da Sanepar. Em 2012, cerca de 1,5 mil pessoas participaram dos eventos realizados, com uma média de 40 pessoas por evento. Os temas abordados foram tratamento de esgoto, separação do lixo e horta orgânica, entre outros.

Investimento em Atividades Culturais e Esportivas

Para contribuir com a disseminação de atividades culturais no Paraná, a Sanepar apoia projetos voltados à cultura e ao entretenimento, por meio dos incentivos fiscais propostos pelas leis federais do Audiovisual e Rouanet. Além de apoiar projetos culturais, a Companhia faz doações para projetos desportivos e paradesportivos e para o fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. No exercício de 2012, foram investidos quase R\$ 5 milhões.

INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS OPERACIONAIS**2010**

O faturamento da SANEPAR é consubstanciado nas suas ligações do tipo residencial, que representam 91,2% do total de ligações de água e 89,8% do total de ligações de esgoto existentes em 31/12/2010, como demonstrado abaixo:

Tipo Ligação	ÁGUA		ESGOTO	
	número de ligações	Volume Faturado(m³)	número de ligações	Volume Faturado(m³)
Residencial	2.322.115	428.146.994	1.232.418	253.508.690
Comercial	171.023	44.033.001	117.008	34.852.714
Industrial	11.525	15.957.138	3.817	3.421.207
Pública	42.728	23.265.262	19.277	14.682.868
Total	2.547.391	511.402.395	1.372.520	306.465.479

Apresentamos a seguir a Receita Operacional da Sanepar referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R\$	%
Receitas de Água	1.013.665.290,70	63,8
Receitas de Esgoto	496.663.682,64	31,2
Receitas de Serviços de Água e Esgoto	55.299.981,82	3,5
Receitas de Resíduos Sólidos	2.709.969,99	0,2
Receitas Administrativas Eventuais	21.332.273,70	1,3
TOTAIS	1.589.671.198,85	100,0

2011

O faturamento da SANEPAR é consubstanciado nas suas ligações do tipo residencial, que representam 91,1% do total de ligações de água e 89,8% do total de ligações de esgoto existentes em 31/12/2011, como demonstrado abaixo:

Tipo Ligação	ÁGUA		ESGOTO	
	número de ligações	Volume Faturado(m³)	número de ligações	Volume Faturado(m³)
Residencial	2.398.834	444.127.465	1.310.848	269.043.735
Comercial	177.822	46.190.238	123.716	36.793.197
Industrial	11.920	15.219.235	4.091	3.876.796
Pública	43.895	23.776.995	20.357	15.291.340
Total	2.632.471	529.313.933	1.459.012	325.005.068

Apresentamos a seguir a Receita Operacional da Sanepar referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R\$	%
Receitas de Água	1.196.730.462,94	63,8
Receitas de Esgoto	591.604.459,37	31,5
Receitas de Serviços de Água e Esgoto	66.498.513,13	3,6
Receitas de Resíduos Sólidos	4.186.597,69	0,2
Receitas Administrativas Eventuais	16.694.402,12	0,9
TOTAIS	1.875.714.435,25	100,0

2012

O faturamento da SANEPAR é consubstanciado nas suas ligações do tipo residencial, que representam 91,2% do total de ligações de água e 90,1% do total de ligações de esgoto existentes em 31/12/2012, como demonstrado abaixo:

Tipo Ligação	ÁGUA		ESGOTO	
	número de ligações	Volume Faturado(m ³)	número de ligações	Volume Faturado(m ³)
Residencial	2.482.865	463.437.388	1.409.495	287.853.630
Comercial	182.355	48.134.084	129.138	39.077.992
Industrial	12.150	17.067.313	4.303	3.841.639
Pública	45.090	24.691.356	21.595	16.078.098
Total	2.722.460	553.330.141	1.564.531	346.851.359

Apresentamos a seguir a Receita Operacional da Sanepar referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R\$	%
Receitas de Água	1.458.487.896,68	63,7
Receitas de Esgoto	721.420.475,98	31,5
Receitas de Serviços de Água e Esgoto	75.876.250,69	3,3
Receitas de Resíduos Sólidos	4.605.482,00	0,2
Outras Receitas	29.271.942,46	1,3
TOTAIS	2.289.662.047,81	100,0

7.3. PRODUÇÃO / COMERCIALIZAÇÃO / MERCADO

ÁGUA

A Sanepar capta água em rios, barragens e poços, que é levada para as estações de tratamento por adutoras. O primeiro passo para o tratamento da água é a adição de produtos químicos chamados de coagulantes, tais como sulfato de alumínio e policloreto de alumínio, que servem para a coagulação das impurezas que estão em suspensão na água. Esses "coágulos" são de densidade baixa e precisam ser agrupados para formar partículas maiores, então chamados de flocos, que são mais pesados que a água, se depositam no fundo dos tanques. Este processo é conhecido como decantação. Depois a água passa por um filtro com areia e carvão antracito. Em seguida é adicionado o cloro, que garante a desinfecção da água. Por último são adicionados sais de Flúor que servem para prevenção das cáries dentárias. A partir disso, esta água está pronta para ser distribuída à população e segue rigorosamente os padrões determinados pela Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde, através da portaria nº 2914/2011.

O processo de **produção de água** consiste no desenvolvimento das etapas de captação de água, adução de água bruta, tratamento, reservação e rede de distribuição de água, conforme descrição a seguir:

- **Captação de água** - é o início do processo de produção, com a atividade de tomada de água, em rios, barragens ou poços.
- **Adução de água bruta** - é o transporte da água, por meio de adutora, desde a captação até a estação de tratamento.
- **Tratamento de água** - é a etapa principal de todo o processo. Na Sanepar a seqüência de um processo de tratamento segue as seguintes etapas:

COAGULAÇÃO - Transforma as impurezas que se encontram em suspensão fina, ou em solução, em partículas maiores (flocos), para que possam ser removidas por sedimentação e filtração. A coagulação é obtida pela aplicação de produtos químicos chamados de coagulantes, tais como sulfato de alumínio e policloreto de alumínio, que reage com a alcalinidade natural da água, formando hidróxido de alumínio. Se esta alcalinidade não for suficiente, é aumentada acrescentando-se cal hidratada à água;

FLOCULAÇÃO - Fase posterior à coagulação em que se dá a formação de flocos (resultantes da aglutinação das partículas de coágulos) no floculador;

DECANTAÇÃO - É um processo dinâmico de separação de partículas sólidas da água. Estas partículas, sendo mais pesadas que a água, tenderão a se depositar no fundo do tanque, clarificando a água e reduzindo em grande percentagem as impurezas;

FILTRAÇÃO - Consiste em fazê-la passar através de substâncias porosas (areia, carvão antracito), capazes de reter flocos em suspensão e demais materiais que não decantaram;

DESINFECÇÃO E FLUORETAÇÃO - Como os processos de purificação anteriores não são considerados suficientes para a remoção completa das bactérias existentes na água, bem como, visando dar segurança ao produto final, há necessidade de desinfecção com cloro ou hipoclorito de cálcio. A Fluoretação é realizada com o objetivo de prevenir a cárie dental infantil, adicionando-se flúor a água.

Após estes processos a água está dentro dos padrões estabelecidos (padrões do Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde - OMS) para ser distribuída, sendo levada até os reservatórios e de lá distribuída para as casas dos clientes.

- **Reservação de água** - é a acumulação de água em reservatórios de grande porte, para atendimento das necessidades de consumo em horários de pico, proporcionando o fornecimento contínuo de água.
- **Rede de distribuição de água** - é a canalização interligada que proporciona a distribuição de água entre os reservatórios e o domicílio do usuário.

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

O controle de qualidade dos serviços é um dos principais compromissos da Sanepar com seus clientes. Para entregar à população um produto com qualidade comprovada, a Companhia segue as diretrizes da Portaria 2914/11, do Ministério da Saúde, que estabelece os procedimentos e responsabilidades relativas ao controle e à vigilância da qualidade da água para consumo humano, bem como de seu padrão de potabilidade.

Exames microbiológicos, físicos e químicos que atestam a qualidade da água são realizados de forma sistemática nos 77 laboratórios da Sanepar, presentes em diferentes regiões do Paraná. Em 2011 esses laboratórios analisaram cerca de 1,7 milhão de parâmetros, conforme estabelece o Ministério da Saúde.

Mantendo o excelente desempenho dos últimos anos o índice de conformidade à Portaria 2914/11 ficou acima de 99%, destacando a Sanepar entre as companhias de saneamento brasileiras. Os resultados das análises são divulgados no Site da Companhia, nas faturas mensais e nos relatórios anuais enviados a todos os usuários.

CERTIFICAÇÃO ISO 14001 E ISO 9001

A Sanepar recebeu em 2012 o certificado ISO 14001:2004 para os processos operacionais de Foz do Iguaçu e os processos administrativos da Diretoria de Meio Ambiente e Ação Social (DMA). Os trabalhos de certificação foram feitos pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) Cert. A certificação confirma que as atividades executadas em Foz do Iguaçu e os processos administrativos da DMA são realizados dentro dos critérios da norma de gestão ambiental.

Outro certificado importante recebido foi a NBR ISO 9001:2008 para o sistema de gestão da qualidade para captação, adução, tratamento de água, reservação de distribuição de água, coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgoto de unidades da Companhia em Campo Largo, Londrina, Cambé e Tamarana, além de unidades de serviço corporativas em Curitiba.

A iniciativa comprova a manutenção da política de desenvolvimento tecnológico, orientada para a melhoria da eficiência dos processos produtivos e para a redução dos impactos ambientais. Pesquisa e tecnologia garantem condições de competitividade à Sanepar, que se destaca entre as demais empresas do setor por sua capacidade de inovar. A empresa vem gerenciando uma extensa rede de pesquisas, que engloba seus colaboradores internos, as cadeias de suprimento, universidades e empresas operadoras, do País e do exterior.

ESGOTO

O sistema de esgotamento sanitário consiste no desenvolvimento das seguintes etapas: coleta, tratamento e lançamento final.

- **Coleta de esgoto** - é o recolhimento do esgoto domiciliar, por meio de rede de esgoto sanitário, instalada a disposição dos usuários.
- **Tratamento de esgoto** - é a atividade de depuração e tratamento das partes líquida e sólida do esgoto sanitário, em condições de ser devolvida ao meio ambiente.

- **Lançamento final** - é a última fase do processo de tratamento de esgoto, quando a água já tratada deixa a estação de tratamento de esgoto, e é devolvida a natureza por meio de rios, isenta de poluição, ou utilizada, por exemplo, em plantas industriais, na irrigação agrícola, em paisagismo, para irrigação de grama e jardins e ainda lavagem de ruas e o restante que é a parte sólida (lodo de esgoto), após o devido tratamento pode ser utilizado como fonte de adubação orgânica.

PROCESSO DE TRATAMENTO DE ESGOTO

A Sanepar utiliza dois sistemas para o tratamento do esgoto coletado: o aeróbio e o anaeróbio.

PROCESSO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - SISTEMA AERÓBIO

No processo aeróbio operado pela SANEPAR, utiliza-se uma aeração prolongada em fluxo orbital. O Sistema "Carroussel". Desenvolvido na Holanda, permite a obtenção de um efluente com alta qualidade, garantindo uma eficiência acima de 95% no resultado do tratamento.

Etapas:

- Estação elevatória - Na rede coletora e na estação de tratamento o esgoto é elevado por motobombas.
- Tratamento preliminar - Os materiais sólidos e areia que chegam com os esgotos são separados para que o processo de tratamento tenha a continuidade adequada. O material é retirado, lavado e levado em caçambas para o aterro sanitário.
- Tanques de aeração - Nestes tanques, ocorre o processo de introdução de oxigênio na massa líquida. Isso é feito para dar condições ao desenvolvimento dos microorganismos aeróbios, que só vivem em presença de ar e assimilam matéria em grande quantidade no esgoto.
- Decantadores - Nos decantadores, o lodo é sedimentado por gravidade e o líquido, já tratado, é coletado na parte superficial através de uma calha, conduzido por um canal, e lançado no rio. Parte do lodo depositado retorna aos tanques de aeração para assegurar o equilíbrio do processo. A parte excedente é bombeada ao adensador.
- Adensador de lodo - No adensador, o lodo é concentrado para facilitar seu tratamento. Desaguadores permitem a secagem do material aumentando a concentração de sólidos.

O lodo passa por higienização e análises agronômicas para, só então, ser utilizado para reciclagem agrícola.

PROCESSO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - SISTEMA ANAERÓBIO

Este tipo de processo é realizado por um Ralf (Reator Anaeróbio de Lodo Fluidizado), com tecnologia desenvolvida pela SANEPAR.

Funcionamento do processo de tratamento do esgoto sanitário, quando no Sistema Ralf, consiste em:

- Estação elevatória - Na rede coletora e na estação de tratamento, o esgoto é gradeado para reter sólidos grosseiros. O líquido então é bombeado à ETE por meio de conjuntos motobombas.
- Tratamento preliminar - (Gradeamento, Desarenador e Medição de Vazão) - Aqui, materiais sólidos que chegam com o esgoto são separados para que o processo de tratamento tenha continuidade adequada. O material é levado por meio de caçambas para o aterro sanitário.
- Ralf - (Reator Anaeróbio de lodo Fluidizado) - O líquido sofre tratamento anaeróbio por meio de um manto de lodo que se forma no fundo do tanque, rico em bactérias. O esgoto, após percorrer este manto, retém e decompõe a matéria orgânica. Se for necessário o esgoto tratado é coletado e enviado à etapa de tratamento final.
- Pós-tratamento - Se necessário esgoto tratado no Ralf é tratado, novamente, em filtros biológicos ou em lagoas por decantação acelerada e flotação por ar dissolvido. Seu efluente pode ser lançado nos rios sem causar danos ao meio ambiente.
- Leito de secagem de lodo - Recebe o lodo digerido do Ralf para secagem natural. O material é depositado no leito de secagem por um período de até 30 dias para secagem. O lodo passa por higienização e análises agronômicas para, só então, ser utilizado para reciclagem agrícola.

PROCESSO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - LODO DE ESGOTO

O lodo resultante dos processos de tratamento do esgoto, depois de higienizado, pode ser utilizado como insumo agrícola. Através de pesquisa desenvolvida pela Sanepar desde 1988, todas as 225 estações de tratamento de esgoto do estado do Paraná estão adequadas para a reciclagem agrícola do lodo.

COMERCIALIZAÇÃO

A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar atua no mercado de saneamento com a comercialização da água e a prestação de serviço de coleta e tratamento de esgoto, os quais são ofertados aos consumidores por meio de pagamento da taxa de adesão aos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

O processo de comercialização dá início na ligação de água e esgoto, que ocorre de maneira espontânea em relação ao produto água, visto que a percepção de valor relacionada a este já está culturalmente enraizada à população, uma vez que atinge a quase totalidade da população urbana das 345 cidades em que atua. No ano de 2012, foram comercializadas 89.989 novas ligações de água e 105.519 novas ligações de esgoto.

Em contra partida, a percepção do serviço relacionado a coleta e tratamento de esgoto é circunstancialmente inferior, encontrando a Sanepar uma maior resistência quanto a comercialização do serviço e seu valor percebido pelo consumidor. Isto fez com que a empresa acumulasse um número de ligações de esgoto, denominadas factíveis, por se tratar de ligações com potencial para interligações de imóveis a sistemas já operantes de rede coletora, sem comercialização devido a esta circunstância. Em 31/12/2012, a Companhia detinha 2.722.460 ligações de água e 1.564.531 ligações de esgoto.

Diante disso, a Companhia desenvolveu estratégias para comercialização de novas ligações de esgoto e, também, das já factíveis, resultando em um intenso programa de valorização quanto à importância desse serviço. Com as estratégias, a Sanepar atingiu a meta histórica de atender com rede de esgoto 62,11% da população urbana na sua área de atuação, índice superior à média nacional de 53%.

A água utilizada pelo usuário no domicílio, tem sua medição feita mensalmente por meio da leitura do hidrômetro, realizada no domicílio de cada usuário e emissão mensal da conta de água e esgoto.

A tarifa de água é cobrada pelo consumo em metros cúbicos, e a tarifa de esgoto é cobrada em percentual correspondente a 85% do consumo da água na Cidade de Curitiba e 80% nos demais Municípios operados pela Sanepar. Para efeito de aplicação da tabela de tarifas, os usuários são classificados nas seguintes categorias: social, residencial, comercial, industrial, utilidade pública e poder público.

Critérios para cadastro na Tarifa Social:

Imóvel: Somente devem ser cadastrados os imóveis com área construída de até 70 m² (setenta metros quadrados), para fins residenciais.

Consumo: O consumo mensal de água deverá ser de até 10 m³. O volume excedente a 10 m³ até o limite de 2,5 m³/mês por pessoa residente no imóvel, será cobrado pelo valor do metro cúbico da tarifa social vigente. Ultrapassando a este limite, o excedente será calculado pelo valor do m³ da tarifa normal.

Renda: A renda da família residente no imóvel deve ser de até ½ salário mínimo (federal) por pessoa ou de no máximo 2 (dois) salários mínimos por família, vigente na data de solicitação do benefício.

Critérios para cadastro na Tarifa Micro e Pequeno Comércio:

Visando garantir que sejam beneficiados efetivamente as micro e pequenas empresas, propõe-se adotar os seguintes critérios para cadastramento:

- a) Os comércios proponentes deverão comprovar que se enquadram nos critérios que regem o programa de isenção do ICMS do Estado do Paraná, ou faturamento total anual de até R\$ 360.000,00 e preferencialmente enquadrada na condição de micro empresa ou empresa de pequeno porte com inscrição no Simples;
- b) Micro Empreendedor Individual (MEI) - Lei Complementar 128/08, deverá apresentar comprovante de MEI ou Declaração do Imposto de Renda para comprovar o faturamento anual de até R\$ 36.000,00;
- c) Prestadores de serviço deverão comprovar faturamento máximo anual de R\$ 360.000,00;
- d) Apresentar média de consumo dos últimos 5 (cinco) meses de até 10 m³;
- e) Para cadastramento de comércios de mais de 1 (uma) economia, todos deverão estar enquadrados nos critérios acima estabelecidos;
- f) Caso existam débitos com a Sanepar, estes deverão ser negociados;
- g) O cadastramento terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período mediante comprovação documental e atendimento dos demais critérios.

APRESENTAMOS A SEGUIR A TABELA DE TARIFAS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DO PARANÁ PARA AS CONTAS VENCÍVEIS A PARTIR DE 19 DE MARÇO DE 2011.

TABELA DE TARIFAS DE SANEAMENTO BÁSICO			
CONTAS VENCÍVEIS A PARTIR DE 19 DE MARÇO DE 2011			
CATEGORIA / FAIXAS DE CONSUMO	TARIFA (Em Reais)		
<u>TARIFA SOCIAL</u>			
Todas as Localidades Operadas	ATÉ 10 m3	R\$ + R\$/m3	
ÁGUA	5,80	Excedente a 10m3	
ÁGUA E ESGOTO	8,70	5,80 + 0,58/ m3	
		8,70 + 0,87/ m3	
<u>TARIFA NORMAL</u>			
<u>RESIDENCIAL</u>	ATÉ 10 m3	R\$ + R\$/m3	R\$ + R\$/m3
		Excedente a 10m3	Excedente a 30m3
ÁGUA Todas as Localidades Operadas	18,97	18,97 + 2,84/m3	75,77 + 4,85/m3
Curitiba ESGOTO	16,12	16,12 + 2,41/m3	64,40 + 4,12/m3
ÁGUA E ESGOTO	35,09	35,09 + 5,25/m3	140,17 + 8,97/m3
Demais Localidades ESGOTO	15,18	15,18 + 2,27/m3	60,62 + 3,88/m3
ÁGUA E ESGOTO	34,15	34,15 + 5,11/m3	136,39 + 8,73/m3
<u>MICRO E PEQUENO COMÉRCIO</u>			
	ATÉ 10 m3	R\$ + R\$/m3	
		Excedente a 10m3	
ÁGUA Todas as Localidades Operadas	18,97	18,97 + 3,84/m3	
Curitiba ESGOTO	16,12	16,12 + 3,26/m3	
ÁGUA E ESGOTO	35,09	35,09 + 7,10/m3	
Demais Localidades ESGOTO	15,18	15,18 + 3,07/m3	
ÁGUA E ESGOTO	34,15	34,15 + 6,91/m3	
<u>COMERCIAL / INDUSTRIAL / UTILIDADE PÚBLICA</u>			
	ATÉ 10 m3	R\$ + R\$/m3	
		Excedente a 10m3	
ÁGUA Todas as Localidades Operadas	34,10	34,10 + 3,84/m3	
Curitiba ESGOTO	28,99	28,99 + 3,26 /m3	
ÁGUA E ESGOTO	63,09	63,09 + 7,10/m3	
Demais Localidades ESGOTO	27,28	27,28 + 3,07/m3	
ÁGUA E ESGOTO	61,38	61,38 + 6,91/m3	

Obs: Para os consumos superiores a 10 m3 por economia, nos municípios abastecidos pelos sistemas dos balneários de Pontal do Paraná, Guaratuba e de Matinhos, a tarifa será majorada em 20% (vinte por cento) nos meses de JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO E DEZEMBRO, e minorada em igual percentual nos meses de ABRIL a NOVEMBRO.

TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO PARA ENTIDADE FILANTRÓPICA: DESCONTO DE 50% NO EXCEDENTE A 10M3 DA CATEGORIA UTILIDADE PÚBLICA.

TARIFA DE ÁGUA SOCIAL: 30,57% DA TARIFA RESIDENCIAL.
CONTAS VENCÍVEIS A PARTIR DE: 19 DE MARÇO DE 2011
MULTA = 2% + CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IPCA (Índice de Preços do Consumidor Amplo-IBGE)
PARA AS CONTAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 30 DIAS.
REAJUSTE AUTORIZADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 495 de 17 de FEVEREIRO de 2011

FATURAMENTO

O faturamento é efetuado junto ao cliente, pelo Agente Comercial de Campo que, equipado com o microprocessador portátil - MCP, visita o imóvel do consumidor e executa os seguintes serviços:

- Efetua a leitura do hidrômetro,
- Imprime e entrega a fatura ao cliente,
- Fornece informações ao cliente,
- Mantém o cadastro do cliente e do imóvel atualizados,
- Informa sobre débitos e,
- Vende serviços da Sanepar.

ARRECAÇÃO

O processo de arrecadação inicia quando os consumidores efetuam o pagamento da conta de água em qualquer Agente arrecadador, devidamente credenciado. Os serviços de arrecadação são contratados com instituições financeiras (bancos), lotéricas e empresas (supermercados, farmácias, etc), que são denominados rede alternativa.

Em resumo a rede alternativa arrecada 20,59%, as lotéricas 29,45%, débito automático em banco 22,38%, bancos 26,44% e outros 1,14% em tesouraria.

COBRANÇA

Aproximadamente 40% das contas a receber são pagas até a data de vencimento e, apenas pequena parcela permanece inadimplente no encerramento do exercício.

Visando alavancar a arrecadação, a SANEPAR adotou no ano de 2006, um procedimento padronizado de **cobrança**, conforme apresentamos de uma maneira sintética, abaixo.

Trata-se de um sistema que atende plenamente a lei Estadual 14.471, onde estão estabelecidos os procedimentos a serem adotados.

No 15º dia após o vencimento, a SANEPAR entrega o reaviso orientando o usuário sobre o não pagamento.

No 31º dia após o vencimento, a SANEPAR entrega o comunicado de débito, com colocação de fita adesiva no cavalete. A fita adesiva apresenta um resultado médio de 70% no pagamento, sendo o custo da colocação cobrado do usuário.

A partir do 48º dia após o vencimento, a SANEPAR, dependendo da capacidade operacional, poderá efetuar a interrupção do fornecimento com obturador.

Após 70 dias do vencimento e entrega da terceira fatura sem ter havido pagamento, a SANEPAR entrega a CARTA DE DÉBITOS, orientando o usuário sobre a supressão da ligação. Caso não seja registrado pagamento, a supressão é efetuada com corte no ramal. A utilização do sistema de cobrança conforme acima descrito, estabelece uma credibilidade histórica junto aos usuários, de modo que poucos são suprimidos, tornando usuários inativos.

Além disso, a Sanepar poderá negativar os clientes inadimplentes junto a empresa SERASA, ou ainda promover a cobrança judicial.

COMPORTAMENTO DA INADIMPLÊNCIA

As ações de cobrança efetuadas conforme cronograma, são determinantes para que a Unidade tenha bons resultados quanto a usuários inadimplentes.

Apresentamos a seguir os índices de inadimplência, que são extremamente baixos, inclusive nos exercícios de 2007 e 2008 obtivemos índices negativos, ou seja, adimplência, os índices para os exercícios de 2008 a 2012 foram respectivamente de (0,40%), 0,66%, 0,75%, 1,60% e 1,67%.

NEGOCIAÇÃO DE DÉBITOS DE CLIENTES ATIVOS

Entrada de 40% e o saldo remanescente parcelado em 12 vezes, para clientes particulares, porém o valor da parcela não deve ser inferior a tarifa mínima.

RETENÇÃO DE CORTE

Permitir apenas 01 retenção de corte por mês de referência. Liberar segunda retenção por mês de referência somente quando a segunda retenção ocorrer devida ação Judicial.

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

A Sanepar tem ampliado e aprimorado constantemente seus canais de relacionamento com o cliente, sendo que atualmente os canais de comunicação disponibilizados incluem:

- Telefone 115 ou específico da cidade/localidade: possibilita a realização de consultas a consumo, débitos, pagamentos dentre outras informações, o registro de solicitação de serviços e prestar informações;
- Atendimento pessoal, onde o consumidor se dirige aos nossos escritórios em todos os municípios: executa todo o atendimento e negociações necessárias;
- Atendimento virtual por meio site www.sanepar.com.br onde o consumidor tem toda a comodidade para solicitar serviços, registrar falta d'água e problemas relacionados à qualidade da água, consultar valores, consumo e outros dados, dentre outras opções disponíveis na tela, podendo ainda realizar pagamentos, via internet, com emissão de boleto bancário.

A área de atendimento no ano de 2012 demandou, em média mensal:

- 444,4 mil atendimentos telefônicos/personalizados por mês;
- 241,6 mil atendimentos virtuais, sendo que estão cadastrados 972,9 mil consumidores no atendimento virtual.

DISTRIBUIÇÃO

A distribuição de água é efetuada por meio das redes de distribuição de água, e a coleta de esgoto é realizada por meio das redes de coleta de esgoto.

MERCADOS

A Sanepar opera no Estado do Paraná com serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. De acordo com o estatuto social, a SANEPAR poderá atuar em outro Estado da Nação. Atualmente a Companhia detem um sistema fora do Estado.

A Sanepar opera em 345 municípios e 288 distritos dentro do Estado do Paraná, e 01 (um) município no Estado de Santa Catarina (Porto União), com sistema de abastecimento de água, restando 54 municípios e 77 distritos para serem negociados, os quais são operados pelos próprios municípios ou por terceiros. Com coleta e tratamento de esgoto a Sanepar presta serviços para 165 municípios e 6 distritos.

Os serviços são prestados após a contratação por concessão, normalmente por 30 anos com os municípios, sendo que, a cada vencimento do contrato de concessão, os mesmos são renegociados com os municípios.

EXPORTAÇÃO

A SANEPAR não promove a exportação de seus produtos, mas surgindo oportunidade poderá fazê-lo. Somente serviços de consultorias são executados fora do país, normalmente na América Latina. Entretanto, as receitas derivadas da prestação destes serviços não são significativas.

APRESENTAMOS A SEGUIR A TABELA DE TARIFAS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DO PARANÁ PARA AS CONTAS VENCÍVEIS A PARTIR DE 21 DE MARÇO DE 2012.

<p align="center">TABELA DE TARIFAS DE SANEAMENTO BÁSICO CONTAS VENCÍVEIS A PARTIR DE 21 DE MARÇO DE 2012</p>
--

CATEGORIA / FAIXAS DE CONSUMO	TARIFA (Em Reais)
-------------------------------	-------------------

<u>TARIFA SOCIAL</u>		
Todas as Localidades Operadas	ATÉ 10 m3	R\$ + R\$/m3
ÁGUA	5,80	<u>Excedente a 10m3</u> 5,80 + 0,58/ m3
ÁGUA E ESGOTO	8,70	8,70 + 0,87/ m3

<u>TARIFA NORMAL</u>			
<u>RESIDENCIAL</u>	ATÉ 10 m3	R\$ + R\$/m3	R\$ + R\$/m3
		<u>Excedente a 10m3</u>	<u>Excedente a 30m3</u>
ÁGUA Todas as Localidades Operadas	22,10	22,10 + 3,31/m3	88,30 + 5,65/m3
Curitiba ESGOTO	18,78	18,78 + 2,81/m3	75,06 + 4,80/m3
ÁGUA E ESGOTO	40,89	40,89 + 6,12/m3	163,36 + 10,45/m3
Demais Localidades ESGOTO	17,68	17,68 + 2,65/m3	70,64 + 4,52/m3
ÁGUA E ESGOTO	39,78	39,78 + 5,96/m3	158,94 + 10,17/m3

<u>MICRO E PEQUENO COMÉRCIO</u>	ATÉ 10 m3	R\$ + R\$/m3
		<u>Excedente a 10m3</u>
ÁGUA Todas as Localidades Operadas	22,10	22,10 + 4,47/m3
Curitiba ESGOTO	18,78	18,78 + 3,80/m3
ÁGUA E ESGOTO	40,89	40,89 + 8,27/m3
Demais Localidades ESGOTO	17,68	17,68 + 3,58/m3
ÁGUA E ESGOTO	39,78	39,78 + 8,05/m3

<u>COMERCIAL / INDUSTRIAL / UTILIDADE PÚBLICA</u>	ATÉ 10 m3	R\$ + R\$/m3
		<u>Excedente a 10m3</u>
ÁGUA Todas as Localidades Operadas	39,73	39,73 + 4,47/m3
Curitiba ESGOTO	33,77	33,77 + 3,80 /m3
ÁGUA E ESGOTO	73,50	73,50 + 8,27/m3
Demais Localidades ESGOTO	31,78	31,78 + 3,58/m3
ÁGUA E ESGOTO	71,51	71,51 + 8,05/m3

Obs: Para os consumos superiores a 10 m3 por economia, nos municípios abastecidos pelos sistemas dos balneários de Pontal do Paraná, Guaratuba e de Matinhos, a tarifa será majorada em 20% (vinte por cento) nos meses de JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO E DEZEMBRO, e minorada em igual percentual nos meses de ABRIL a NOVEMBRO.

TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO PARA ENTIDADE FILANTRÓPICA: DESCONTO DE 50% NO EXCEDENTE A 10M3 DA CATEGORIA UTILIDADE PÚBLICA.
TARIFA DE ÁGUA SOCIAL: 26,24% DA TARIFA RESIDENCIAL.
CONTAS VENCÍVEIS A PARTIR DE: 21 DE MARÇO DE 2012
MULTA = 2% + CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IPCA (Índice de Preços do Consumidor Amplo-IBGE) PARA AS CONTAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 30 DIAS.
REAJUSTE AUTORIZADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 3.839 de 15 de FEVEREIRO de 2012

APRESENTAMOS A SEGUIR A TABELA DE TARIFAS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DO PARANÁ PARA AS CONTAS VENCÍVEIS A PARTIR DE ABRIL DE 2013.

**TABELA DE TARIFAS DE SANEAMENTO BÁSICO
SERVIÇOS PRESTADOS A PARTIR DE MARÇO DE 2013**

CATEGORIA / FAIXAS DE CONSUMO	TARIFA (Em Reais)
-------------------------------	-------------------

TARIFA SOCIAL		
<u>Todas as Localidades Operadas</u>	ATÉ 10 m3	R\$ + R\$/m3 Excedente a 10m3
<u>ÁGUA</u>	6,20	6,20 + 0,62/ m3
<u>ÁGUA E ESGOTO</u>	9,30	9,30 + 0,93/ m3

TARIFA NORMAL			
RESIDENCIAL	ATÉ 10 m3	R\$ + R\$/m3 Excedente a 10m3	R\$ + R\$/m3 Excedente a 30m3
<u>ÁGUA Todas as Localidades Operadas</u>	23,63	23,63 + 3,54/m3	94,39 + 6,04/m3
<u>Curitiba ESGOTO</u>	20,09	20,09 + 3,01/m3	80,23 + 5,13/m3
<u>ÁGUA E ESGOTO</u>	43,72	43,72 + 6,55/m3	174,62 + 11,17/m3
<u>Demais Localidades ESGOTO</u>	18,90	18,90 + 2,83/m3	75,51 + 4,83/m3
<u>ÁGUA E ESGOTO</u>	42,53	42,53 + 6,37/m3	169,90 + 10,87/m3

MICRO E PEQUENO COMÉRCIO	ATÉ 10 m3	R\$ + R\$/m3 Excedente a 10m3
<u>ÁGUA Todas as Localidades Operadas</u>	23,63	23,63 + 4,78/m3
<u>Curitiba ESGOTO</u>	20,09	20,09 + 4,06/m3
<u>ÁGUA E ESGOTO</u>	43,72	43,72 + 8,84/m3
<u>Demais Localidades ESGOTO</u>	18,90	18,90 + 3,82/m3
<u>ÁGUA E ESGOTO</u>	42,53	42,53 + 8,60/m3

COMERCIAL / INDUSTRIAL / UTILIDADE PÚBLICA	ATÉ 10 m3	R\$ + R\$/m3 Excedente a 10m3
<u>ÁGUA Todas as Localidades Operadas</u>	42,47	42,47 + 4,78/m3
<u>Curitiba ESGOTO</u>	36,10	36,10 + 4,06 /m3
<u>ÁGUA E ESGOTO</u>	78,57	78,57 + 8,84/m3
<u>Demais Localidades ESGOTO</u>	33,98	33,98 + 3,82/m3
<u>ÁGUA E ESGOTO</u>	76,45	76,45 + 8,60/m3

Obs: Para os consumos superiores a 10 m3 por economia, nos municípios abastecidos pelos sistemas dos balneários de Pontal do Paraná, Guaratuba e de Matinhos, a tarifa será majorada em 20% (vinte por cento) nos meses de JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO E DEZEMBRO, e minorada em igual percentual nos meses de ABRIL a NOVEMBRO.

TARIFA DE ÁGUA SOCIAL: 26,24% da Tarifa Residencial.

CONTAS PAGAS APÓS O VENCIMENTO: multa de 2% e correção monetária pela variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IBGE) entre a data do vencimento e a data do pagamento.

REAJUSTE AUTORIZADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 7290 de 20 de FEVEREIRO de 2013.

7.4. PRINCIPAIS CLIENTES

Informamos que na Sanepar não existe cliente ou clientes que sejam responsáveis por mais de 10% (dez por cento) da receita líquida total, apresentamos a seguir a relação dos maiores clientes da Sanepar em 2010, 2011 e 2012 em relação a receita líquida total da Companhia.

2010

CLIENTES	% SOBRE A RECEITA LÍQUIDA TOTAL
Volkswagen do Brasil - Audi	0,13%
Peróxidos do Brasil	0,10%
Ambev	0,13%
Renault do Brasil	0,12%
Ultrafértil	0,10%
UEG Araucária - Copel Distribuição	0,10%

2011

CLIENTES	% SOBRE A RECEITA LÍQUIDA TOTAL
Ambev	0,21%
Peróxidos do Brasil	0,17%
Volkswagen do Brasil - Audi	0,12%
UEG Araucária - Copel Distribuição	0,11%
Ultrafértil	0,11%

2012

CLIENTES	% SOBRE A RECEITA LÍQUIDA TOTAL
Peróxidos do Brasil	0,17%
Ambev	0,15%
Renaut do Brasil	0,15%
UEG Araucária - Copel Distribuição	0,12%
Volkswagen do Brasil - Audi	0,12%

7.5. EFEITOS DA REGULAÇÃO ESTATAL

A Emenda Constitucional 19 de 1998 alterou a redação do art. 241 da Constituição Federal, autorizando a gestão associada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios por meio de consórcios públicos e convênios de cooperação. A Lei 11.107, de 6 de abril de 2005 regulamentou este artigo da Constituição estabelecendo a possibilidade de que os titulares dos serviços públicos de saneamento básico deleguem a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços para outro Ente da Federação mediante consórcio ou convênio de cooperação, podendo o serviço ser prestado por contrato de programa firmado com sociedade de economia mista de um dos Entes consorciados ou conveniados, consoante prevê o art. 31 do Decreto Federal 6.017/2007.

Conforme previsão contida no art. 38 do Decreto Federal 7.271/2010 o Poder Concedente (titular dos serviços) poderá prestar os serviços de saneamento básico:

I - diretamente, por meio de órgão de sua administração direta ou por autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista que integre a sua administração indireta, facultado que contrate terceiros, no regime da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinadas atividades;

II - de forma contratada:

a) indiretamente, mediante concessão ou permissão, sempre precedida de licitação na modalidade concorrência pública, no regime da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; ou

b) no âmbito de gestão associada de serviços públicos, mediante contrato de programa autorizado por contrato de consórcio público ou por convênio de cooperação entre entes federados, no regime da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

Ressalta-se que a prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato (de concessão ou de programa), sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

Considerando-se a regulação como condição de validade dos contratos, também cabe ao titular dos serviços públicos de saneamento básico definir o ente responsável pela sua regulação e fiscalização. O art. 31 do Decreto federal 7.217/2010 prevê que as atividades administrativas de regulação, inclusive organização, e de fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser executadas pelo titular:

I- diretamente, mediante órgão ou entidade de sua administração direta ou indireta, inclusive consórcio público do qual participe; ou

II - mediante delegação, por meio de convênio de cooperação, a órgão ou entidade de outro ente da Federação ou a consórcio público do qual não participe, instituído para gestão associada de serviços públicos.

Ou seja, pode haver delegação da regulação e fiscalização para entidade reguladora estadual constituída dentro dos limites do respectivo Estado, explicitando, no ato de delegação da regulação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.

No Estado do Paraná compete ao Instituto da Águas do Paraná, criado pela Lei Estadual 16242/2009, de 13/10/2009, o exercício das funções de regulação e fiscalização do serviço de saneamento básico, integrado pelos serviços públicos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, desde que haja gestão associada entre Estado e municípios, na forma autorizada pela Lei Federal 11.107 de 06/04/2005 e nos termos da Lei Federal 11.445 de 05/01/2007.

Neste contexto insere-se a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, como entidade que integra a Administração de Ente da Federação a que o Poder Concedente pode delegar a prestação dos serviços de saneamento por meio de Contrato de Programa autorizado em Convênio de Cooperação (gestão associada para prestação de serviços de interesse comum - Federalismo Cooperativo).

O ambiente regulado garante o equilíbrio das relações entre o Poder Concedente, o prestador dos serviços e os usuários, para entre outras coisas, estabelecer padrões e normas para a

adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários; garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas; prevenir e reprimir o abuso do poder econômico; e definir tarifas e outros preços públicos que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, quanto a modicidade tarifária e de outros preços públicos, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

RECEITAS RELEVANTES NO EXTERIOR

Não aplicável à Sanepar tendo em vista que a mesma não possui receitas oriundas do exterior.

EFEITOS DA REGULAÇÃO ESTRANGEIRA

Conforme informamos no item anterior, a Sanepar não sofre efeitos com a regulação estrangeira, por não possuir receitas oriundas do exterior.

7.8. RELAÇÕES DE LONGO PRAZO RELEVANTES

A SANEPAR disponibiliza informações relacionadas ao tema sustentabilidade, especificamente em seus aspectos socioambientais, no seu Relatório Anual de Administração, notadamente nas paginas 35, 39 e 55. O relatório pode ser acessado no link:

<http://site.sanepar.com.br/investidores/informacoes-financeiras/relatorios-trim-aneais>

Atualmente estamos em fase de estruturação do nosso Relatório de Sustentabilidade para 2013 dentro dos padrões GRI, com previsão de publicação no início de 2014.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE AS ATIVIDADES

Informamos que a Sanepar não possui outras informações relevantes sobre as atividades.

DESCRIÇÃO DO GRUPO ECONÔMICO

Informamos que a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar não pertence a nenhum grupo econômico, é uma sociedade de economia mista estadual de capital aberto, e o seu acionista majoritário é o Estado do Paraná.

ORGANOGRAMA DO GRUPO ECONÔMICO

Como já informado no item anterior a Sanepar não pertence a nenhum grupo econômico.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informamos que não houve na Sanepar nos três últimos exercícios sociais, operações de reestruturação, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O GRUPO ECONÔMICO

Informamos que a Sanepar não possui outras informações relevantes sobre o grupo econômico por que não pertence a nenhum grupo econômico.

OUTROS BENS RELEVANTES DO ATIVO NÃO CIRCULANTE**Investimentos:**

BEM	PAÍS DE LOCALIZAÇÃO	UF DE LOCALIZAÇÃO	TIPO DE PROPRIEDADE
Investimentos	Brasil	PR	Própria

Intangível:

BEM	PAÍS DE LOCALIZAÇÃO	UF DE LOCALIZAÇÃO	TIPO DE PROPRIEDADE
Terrenos	Brasil	PR	Própria
Poços	Brasil	PR	Própria
Barragens	Brasil	PR	Própria
Construções Cíveis	Brasil	PR	Própria
Benfeitorias	Brasil	PR	Própria
Tubulações	Brasil	PR	Própria
Ligações Prediais	Brasil	PR	Própria
Instalações	Brasil	PR	Própria
Hidrômetros	Brasil	PR	Própria
Macromedidores	Brasil	PR	Própria
Equipamentos	Brasil	PR	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	PR	Própria
Equipamento de Informática	Brasil	PR	Própria
Programas de Informática	Brasil	PR	Própria
Veículos	Brasil	PR	Própria
Máquinas, Tratores e Similares	Brasil	PR	Própria
Ferramentas	Brasil	PR	Própria
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	Brasil	PR	Própria
Proteção e Preservação Ambiental	Brasil	PR	Própria
Concessão do Município de Curitiba	Brasil	PR	Própria
Concessão do Município de Cianorte	Brasil	PR	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
TERRENOS	Brasil	PR		Própria
POÇOS	Brasil	PR		Própria
BARRAGENS	Brasil	PR		Própria
CONSTRUÇÕES CIVIS	Brasil	PR		Própria
BENFEITORIAS	Brasil	PR		Própria
TUBULAÇÕES	Brasil	PR		Própria
LIGAÇÕES PREDIAIS	Brasil	PR		Própria
INSTALAÇÕES	Brasil	PR		Própria
HIDRÔMETROS	Brasil	PR		Própria
MACROMEDIDORES	Brasil	PR		Própria
EQUIPAMENTOS	Brasil	PR		Própria
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	Brasil	PR		Própria
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	Brasil	PR		Própria
FERRAMENTAS	Brasil	PR		Própria
VEÍCULOS	Brasil	PR		Própria
MÁQUINAS, TRATORES E SIMILARES	Brasil	PR		Própria
PROJETOS E OBRAS EM ANDAMENTO	Brasil	PR		Própria
ESTOQUES PARA OBRAS	Brasil	PR		Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	CONCESSÃO DO MUNICÍPIO DE CURITIBA PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO	30 ANOS	DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE CONCESSÃO, NÃO ATINGIMENTO DAS METAS ESTIPULADAS NO MESMO E O NÃO PAGAMENTO PELA CONCESSÃO. A CONDIÇÃO DE PERDA É MÍNIMA, TENDO EM VISTA A SUPERAÇÃO DAS METAS	RESCISÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO E PERDA DE APROXIMADAMENTE 28% DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA DA COMPANHIA.
Concessões	CONTRATO DE CONCESSÃO COM A PREF. MUNICIPAL DE CIANORTE PARA OPERACIONALIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	20 ANOS	DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE CONCESSÃO, NÃO ATINGIMENTO DAS METAS ESTIPULADAS NO MESMO E O NÃO PAGAMENTO PELA CONCESSÃO. A CONDIÇÃO DE PERDA É MÍNIMA, TENDO EM VISTA O CUMPRIMENTO DAS METAS	RESCISÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Informamos que a Sanepar, nos três últimos exercícios sociais, não teve participação em nenhuma sociedade.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE ATIVOS RELEVANTES

Informamos que a Sanepar não possui outras informações relevantes a respeito de Ativos Relevantes.

10.1. CONDIÇÕES FINANCEIRAS / PATRIMONIAIS

10.1.a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

2010

Apresentamos o desempenho econômico, social e ambiental da Sanepar em 2010 com a transparência e a amplitude que permitem ao leitor avaliar com mais profundidade a atuação da Companhia. Repleto de conquistas o ano de 2010 confirmou o ciclo de expansão vivenciado pela Sanepar nos últimos anos, marcado por expressivos investimentos voltados à universalização do acesso à água tratada e a sistemas de esgotamento sanitário.

Com a meta de levar saúde e qualidade de vida à população do Paraná, trabalhamos incessantemente para ampliar a abrangência de nossos serviços, elevando a patamares históricos os índices de atendimento. A manutenção do 100% da população urbana abastecida com água tratada exige planejamento, investimentos constantes e capacidade de prever demandas futuras. Por isso continuamos a executar obras que ampliam ou aperfeiçoam nossos sistemas de abastecimento, fazendo frente ao crescimento demográfico. A Sanepar tem consciência de que manter a totalidade da população atendida com água tratada será um desafio tão grande quanto a caminhada para chegar ao índice de 100%.

Na área de esgotamento sanitário, essa caminhada ocorre a passos largos. Somente em 2010 investimos R\$ 243,9 milhões na implantação e melhoria de sistemas para coleta e tratamento de esgoto. Somadas às realizadas em anos anteriores, essas obras permitiram que a Sanepar chegasse ao índice de 62% da população urbana atendida com esgotamento sanitário nas áreas em que a Companhia atua.

Recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), esse número coloca o Paraná em destaque no Brasil, onde o indicador nacional beira os 50%. Para ampliar ainda mais o atendimento, inauguramos obras importantes em 2010. Entre os destaques está a Estação de Tratamento de Esgoto Vassoural, em Guarapuava, projetada para acompanhar o crescimento populacional do município pelos próximos 30 anos. A obra, que exigiu R\$ 14 milhões em investimentos, elevará para 80% o índice mínimo de coleta de esgoto.

Os benefícios trazidos à população e ao meio ambiente por empreendimentos desse tipo motivam a Sanepar a concentrar esforços na captação de recursos financeiros, a fim de garantir a execução das obras planejadas para os próximos anos. Assim, asseguramos a viabilização econômica de uma ambiciosa política de expansão.

Pela natureza do setor em que atua, o de saneamento, a Companhia se considera um agente do desenvolvimento sustentável e traduz isso em políticas e práticas socioambientais responsáveis. Em 2010 consolidamos a liderança da Sanepar em ações focadas na conservação ambiental e no desenvolvimento humano. Executadas de forma integrada, compartilhando responsabilidades com governo e sociedade civil, essas ações reforçam o compromisso da Companhia com a sustentabilidade.

Exemplos desse compromisso são os programas para geração de energia renovável, desenvolvidos pela Sanepar em unidades de Curitiba e Foz do Iguaçu. Pioneiros, esses programas propõem a transformação de passivos ambientais em ativos e transformaram a Companhia em referência no desenvolvimento de soluções inovadoras para o setor de saneamento.

Completamente integrada às comunidades das regiões onde atua, a Sanepar promove ações de educação ambiental, capacitação e apoio à cultura local. Além disso mantém o programa Tarifa Social, que oferece serviços de saneamento a preços simbólicos para famílias de baixa renda. Em 2010 a Companhia desenvolveu importantes estudos que culminarão na expansão desse programa.

Em conjunto com os avanços sociais e ambientais, o desempenho econômico-financeiro da Sanepar apresentou boa performance em 2010, baseado na manutenção das tarifas, ou seja, sem repassar reajustes aos usuários de nossos serviços. A Companhia encerrou o exercício com Receita Operacional Bruta de R\$ 1,59 bilhão e lucro líquido de R\$ 136 milhões.

O desempenho econômico-financeiro reflete os excelentes indicadores operacionais obtidos pela Sanepar em 2010. A qualidade dos serviços prestados pela Companhia pode ser comprovada pelos elevados índices de conformidade à legislação, tanto da água quanto do esgoto tratados pela Companhia. A redução de perdas, custos e inadimplência também

ilustra a excelência operacional com a qual a Sanepar tem atuado.

O reconhecimento da sociedade comprova que estamos no caminho certo. Em 2010 a Sanepar foi considerada a melhor empresa de saneamento do Brasil, conquistando o Prêmio Valor 1000. Promovida pelo Jornal Valor Econômico, a premiação avaliou o desempenho das mil maiores empresas brasileiras e classificou a Sanepar como campeã setorial.

Tão importante quanto o Valor 1000 foram os reconhecimentos do Prêmio Nacional de Qualidade do Saneamento (PNQS), do Prêmio Expressão de Ecologia e do Prêmio Bndes Pró-Universalização dos Serviços de Saneamento, entre outros que recebemos.

Todas essas conquistas seriam impossíveis sem o trabalho e a dedicação de nossos 6.820 colaboradores. Por isso investimos continuamente na valorização do maior ativo da Sanepar: as pessoas. Em 2010 a inauguração de um novo Centro de Treinamento, localizado na sede da Companhia, em Curitiba, veio agregar ainda mais à capacitação dos colaboradores. Resultado de um investimento de R\$ 3,7 milhões, esse Centro integra um projeto maior, a Universidade do Saneamento, que tem na formação de recursos humanos qualificados um de seus principais objetivos.

E assim, amparada por pessoas qualificadas, políticas claras e responsabilidade socioambiental, a Sanepar seguirá focada na missão de levar saneamento básico a toda a população do Paraná. Nosso compromisso é colaborar com a construção do desenvolvimento sustentável, marcado pelo respeito às pessoas e ao meio ambiente.

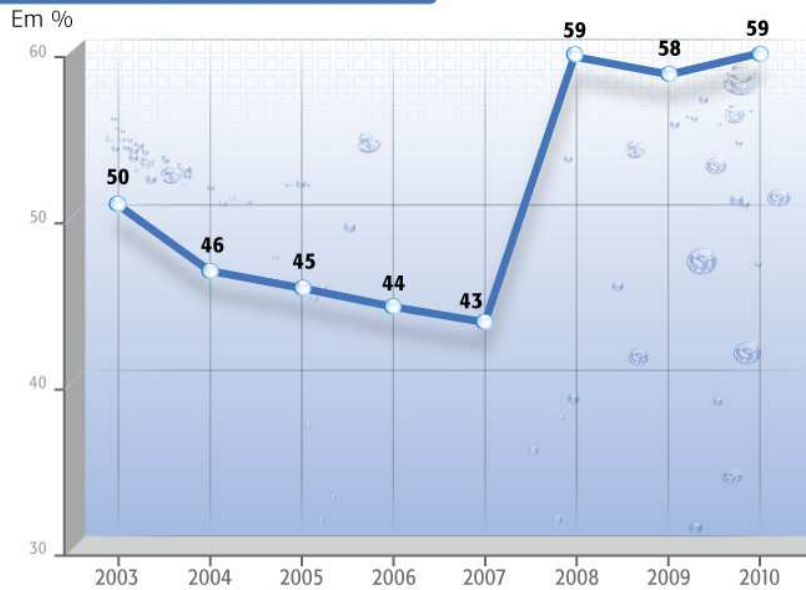
Endividamento e Rentabilidade

No exercício de 2010 o Ativo da Companhia atingiu R\$ 5,3 bilhões, enquanto a dívida total era de R\$ 3,1 bilhões. Assim o Índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 59%, frente a 58% registrado em 2009. O Patrimônio Líquido somava, ao final do exercício, R\$ 2,2 bilhões.

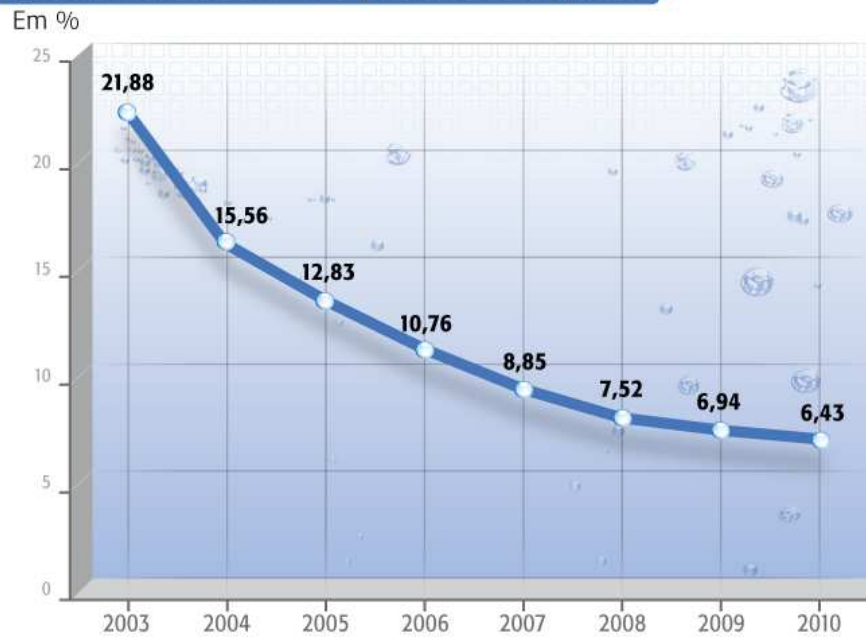
A taxa de rentabilidade em relação ao patrimônio líquido médio foi de 6,4%, valor inferior à rentabilidade obtida em 2009, de 6,9%. A queda desse indicador se justifica pela

redução do lucro líquido, de R\$ 138 milhões em 2009 para R\$ 136 milhões em 2010.

Endividamento sobre o ativo



Rentabilidade sobre o patrimônio líquido



Remuneração aos Acionistas e Mercado de Capitais

Seguindo deliberação de seu Conselho de Administração, a Sanepar atribuiu crédito contábil no valor de R\$ 37,2 milhões, referente a "Juros sobre o Capital Próprio" - em substituição aos dividendos mínimos, conforme previsão estatutária. Desse montante, R\$ 28 milhões foram creditados em 30 de junho, com base nos resultados alcançados pela Companhia entre os meses de janeiro e junho de 2010, resultando em R\$ 0,0656 por ação ordinária (ON) e R\$ 0,0722 por ação preferencial (PN) do capital social da Sanepar. Outros R\$ 9,2 milhões foram creditados em 31 de dezembro, com base nos resultados obtidos no período de julho a dezembro de 2010, correspondendo a R\$ 0,0216 por ON e R\$ 0,0238 por PN.

Em 2010 as ações da Sanepar estiveram presentes em 87,5% dos pregões, movimentando um volume de R\$ 14,1 milhões - contra R\$ 20,6 milhões em 2009. Foram realizados 2.439 negócios - 1.437 a menos que no exercício anterior. A média de negócios diários alcançou 10, com 5,2 milhões de ações negociadas. O preço das ações preferenciais da Sanepar (SAPR4) apresentou valorização de 11,0%, na comparação dos preços de fechamento da ação na BM&FBOVESPA entre o último pregão de 2009 (R\$ 2,63) e o último pregão de 2010 (R\$ 2,92).

A valorização no preço das ações ainda é reflexo da recuperação do mercado financeiro interno e das boas perspectivas para o setor de saneamento. O Capital Social da Sanepar é formado por 414,1 milhões de ações, sendo 289,8 milhões de ações ordinárias e 124,3 milhões de ações preferenciais. O free float é de 52,8 milhões de ações, o que corresponde a 12,8% do capital total.

Evolução do preço das ações



2011

A Sanepar está pronta para enfrentar os seus principais desafios: crescer de maneira sustentável econômica, social e ambiental e oferecer um serviço de qualidade para a população do Paraná. A Sanepar é referência no setor de saneamento no Brasil e as ações tomadas em 2011 garantem a manutenção dessa excelência.

O ano de 2011 se iniciou com a revisão da Missão e da Visão da empresa. Era necessário posicionar a Sanepar para atender as novas demandas da sociedade. Nossa Missão, agora, diz de forma clara que buscamos prestar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável, com o objetivo de preservar os recursos naturais e garantir as fontes de água do presente e do futuro, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A Visão estabelece com clareza que temos o objetivo de ser uma empresa de excelência, referência no setor, comprometida com a meta de universalizar o saneamento ambiental.

A partir da Missão e da Visão, elaboramos um novo Mapa Estratégico, com as perspectivas: Sustentabilidade, Clientes, Processos e Pessoas. No dia a dia da Sanepar, trabalhamos com três frentes que impulsionam a empresa para alcançar esses objetivos. A primeira é a qualificação permanente dos

empregados, cientes de que são eles nosso principal ativo. A segunda frente aborda o trabalho integrado com secretarias e órgãos do Estado, de modo a dar mais agilidade às ações da Sanepar junto à população. A terceira frente é a busca de novos mercados.

Uma das primeiras decisões de 2011 foi a criação de uma força-tarefa de profissionais que acelerou o desenvolvimento e a readequação de projetos e o andamento de obras em todo o Paraná. Essa força-tarefa multiplicou por cinco o volume de recursos licitados na elaboração de projetos, para quase R\$ 25 milhões em 2011, diante de pouco menos de R\$ 5 milhões em 2010.

Todo o trabalho resultou no Plano Plurianual de Investimentos (2012-2014), em que os objetivos da empresa estão claramente delineados. Acreditamos que nossa capacidade de elaborar projetos e conseguir fontes de financiamento nos permitirá crescer continuamente. Estão previstos investimentos de R\$ 2 bilhões, recursos que serão destinados para todas as áreas de atuação da empresa.

Outro marco para a empresa em 2011 foi a emissão de debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 395,2 milhões, totalmente subscritas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela BNDESPAR, braço de participações do banco. Esses recursos contribuirão para ampliar a produção de água, manter a cobertura de 100% da população urbana nos municípios atendidos e aumentar o atendimento nos serviços de coleta e tratamento de esgoto para 72% da população, em 2014. Serão beneficiados 99 municípios com esses investimentos, aos quais a Sanepar adicionará R\$ 69,6 milhões em recursos próprios. E outros R\$ 260 milhões do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) já estão garantidos para investimentos em municípios com menos de 50 mil habitantes.

Esses investimentos também se refletem na geração de empregos e, por consequência, na melhoria da vida da população do Paraná. As obras executadas pela empresa em 2011 criaram mais de 14 mil empregos diretos e 61 mil empregos indiretos em todo o Estado. No total, o programa de obras da Sanepar atendeu 203 municípios em 2011.

Hoje, a Sanepar atende 100% da população urbana de 345 municípios paranaenses e Porto União (SC) com água tratada. A cobertura da rede de esgotamento sanitário alcança 63,2% da

população, e todo o esgoto coletado é tratado. Esses índices mostram que a Sanepar está à frente dos esforços para universalizar os serviços de água e esgoto no País.

Há também novas frentes de atuação da empresa, cujas pedras fundamentais foram lançadas em 2011. A Diretoria Comercial reaproximou a Sanepar das prefeituras municipais, com o objetivo de atender ao novo marco regulatório do Saneamento, definido pela Lei de Saneamento Básico, de 2007. A criação da Gerência de Pequenas Comunidades possibilita levar serviços de água e esgoto para locais que até então ficavam à margem das políticas de investimento. E a Gerência de Resíduos Sólidos amplia a área de atuação da empresa, com a experiência adquirida com o gerenciamento dos aterros sanitários de Cianorte e Apucarana.

O reconhecimento do trabalho da Sanepar pode ser visto na cotação de suas ações na BM&FBOVESPA. A Sanepar teve a 15ª maior valorização em 2011, de 58,6%, reflexo de uma gestão séria, voltada para alcançar resultados operacionais e financeiros que trazem retorno para a sociedade e para os investidores.

Os quase 7 mil empregados da Sanepar tiveram em 2011 um ano de grandes conquistas. Já em março, garantimos um reajuste salarial acima da inflação. Também reajustamos o vale-alimentação e agora ele pode ser usado como vale-refeição em restaurantes. E atendemos a uma antiga reivindicação dos empregados, lançando nosso Plano de Demissão Voluntária com Transferência de Conhecimento - PDVTC, um reconhecimento a quem está se aposentando depois de tantas contribuições à empresa.

Uma política integrada de gestão de pessoas para resultados inclui a elaboração de uma metodologia para dimensionar a necessidade de efetivo e de qualificação da força de trabalho necessária à Sanepar. Também foi estabelecido um Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração com critérios claros para esses itens, e foi definida a sistemática de avaliação de desempenho de todos os empregados.

A Sanepar encerra o ano certa de que os pilares de um crescimento sustentável e duradouro estão estabelecidos. Estamos próximos de nossos clientes, sejam eles consumidores finais ou prefeituras, com o objetivo de trabalhar em conjunto para oferecer serviços de água e esgoto de qualidade. Temos uma equipe altamente motivada e capacitada.

Estamos implantando uma gestão moderna, reconhecida pela sociedade, que trabalha para alcançar resultados cada vez melhores.

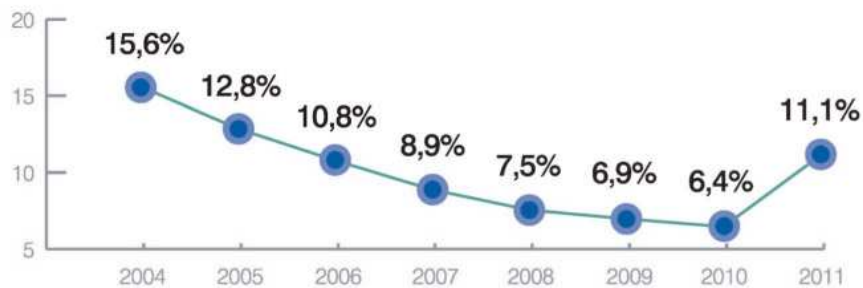
Em 2011 re colocamos a Sanepar na rota do crescimento, com sustentabilidade econômica, social e ambiental. Agora, nos preparamos para os 50 anos de uma história que orgulha o Paraná e o Brasil.

Endividamento e rentabilidade

A rentabilidade obtida em 2011 em relação ao patrimônio líquido médio foi de 11,1%, valor muito superior à de 2010, que foi de 6,4%. O bom desempenho desse indicador se justifica pelo crescimento do lucro líquido, que passou de R\$ 136 milhões em 2010 para R\$ 249,2 milhões em 2011.

RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

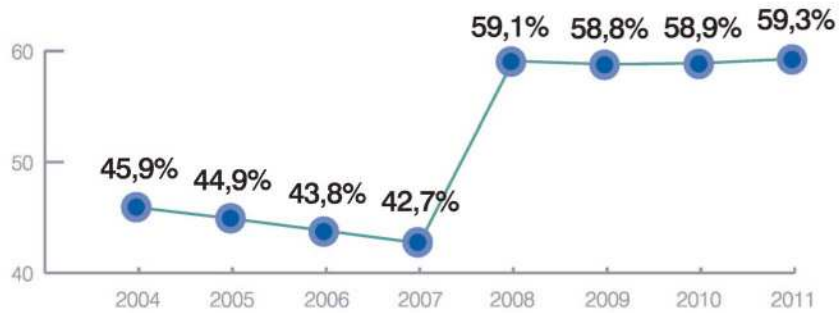
Em %



A Sanepar encerrou 2011 com ativos de R\$ 5,68 bilhões, enquanto a dívida total era de R\$ 3,37 bilhões. O Índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 59,3%. O Patrimônio Líquido era de R\$ 2,31 bilhões ao fim de 2011.

ENDIVIDAMENTO SOBRE O ATIVO

Em %

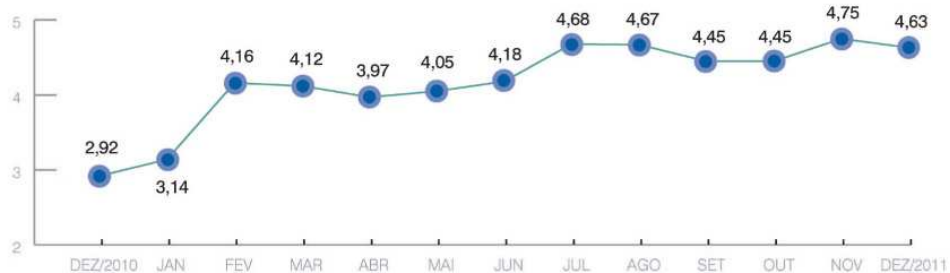


Ações da Sanepar estão entre as mais valorizadas de 2011

O trabalho da Sanepar em 2011 teve o reconhecimento e a confiança da sociedade e dos investidores. As ações preferenciais da companhia tiveram uma valorização de 58,6% em 2011. Foi a 15ª maior alta entre as empresas brasileiras durante o ano e a maior entre as companhias paranaenses com ações na bolsa. Em dezembro do ano passado, a ação preferencial nominativa (PN) da empresa, SAPR4, alcançou R\$ 4,63, bem acima dos R\$ 2,92 de dezembro de 2010. O desempenho das ações fica ainda mais positivo quando comparado com outros indicadores da economia. Em 2011, o Ibovespa caiu 18%, a inflação subiu 6,5%, o dólar teve valorização de 12,3% e a taxa Selic (taxa referencial de juros) encerrou o ano com variação de 11,6%.

AÇÕES DA SANEPAR

Evolução da cotação das ações (SAPR4) na BM&FBovespa*
Em R\$



* Cotação do último dia útil de cada mês

2012

Ao longo de 50 anos de existência, a Sanepar soube se renovar para manter-se como referência nos segmentos em que atua, e pronta para enfrentar os desafios de crescer de maneira sustentável econômica, social e ambiental. As ações tomadas no curso de 2012, muitas delas consequência das iniciadas no ano anterior, reforçam o compromisso de manter a excelência dos serviços oferecidos a população, ao mesmo tempo em que a empresa busca a universalização do saneamento ambiental no Paraná.

Em 2012, foram estabelecidos Contratos de Gestão entre o diretor-presidente da Sanepar e as diretorias, e dessas com as unidades da empresa. Nesse contrato, foram dimensionados indicadores de desempenho das áreas institucional, transversal e setorial da Companhia, com o objetivo de avaliar a evolução de cada área da empresa. Os resultados de cada avaliação estão disponíveis para todos os empregados através da intranet da empresa, para que cada um saiba como pode contribuir mais para o progresso da Companhia. Adicionalmente, foram estabelecidas novas metodologias de avaliação de desempenho, para que na mesma fossem avaliados, além do desempenho comportamental, o desempenho de entregas.

Muitos dos resultados obtidos nos exercícios podem ser creditados à implementação da cultura de planejamento adotada pela empresa.

Com um Plano Plurianual de Investimentos (2012-2014), a Sanepar se qualificou a antecipar às demandas da sociedade e garantir agilidade e objetividade no planejamento de seus investimentos, refletindo em períodos mais reduzidos na implantação de obras e ampliação dos benefícios à população.

Prova disso é que em 2012 a empresa registrou um significativo aumento no volume de recursos destinados à ampliação e renovação de suas redes de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Foram investidos R\$ 476,3 milhões em obras de médio e grande porte em todo o Paraná e ainda em Porto União, município atendido em Santa Catarina. No campo operacional, a Sanepar bateu seu recorde ao instalar mais de 105 mil ligações de esgoto ao longo do ano. O acréscimo da rede coletora de esgoto foi de aproximadamente 1,5 milhão de metros, 163 mil metros a mais do que o

executado em 2011. A ampliação da rede de distribuição de água foi de aproximadamente 1,0 milhão de metros e de 90 mil ligações de água.

Tal volume de investimentos tornou-se possível com a elaboração e manutenção de um acervo de projetos constantemente atualizado, que facilitaram em muito o acesso a linhas de financiamento junto a organismos federais e internacionais. Em consonância com a política de desenvolvimento traçada pelo Governo do Estado, acionista majoritário da empresa, esses investimentos se refletiram na geração de empregos e renda e, por consequência, na melhoria da qualidade de vida da população. O volume de investimentos permitiu a criação de 15,5 mil empregos diretos e 77,5 mil empregos indiretos em todo o Estado. No total, o programa de obras da Sanepar atendeu 228 municípios em 2012.

A recuperação da capacidade de investimentos, iniciada em 2011, permite que a empresa possa continuar investindo fortemente na ampliação da rede de esgotamento sanitário e na modernização e ampliação da rede de água. Hoje a Sanepar atende 100% da população de sua área de atuação com água tratada e 62,1% com rede de esgotamento sanitário, índice superior à média nacional, de 53%.

O desempenho alcançado em 2012 também é reflexo da aproximação da Sanepar com as Prefeituras, que resultou em processos mais ágeis na conclusão de contratos de prestação de serviços de água e esgoto com os municípios, alinhados com o Marco Regulatório do Saneamento, definido pela Lei de Saneamento Básico, de 2007.

O crescimento da receita operacional, aliada ao controle de custos e à recuperação de ativos, permitiu à empresa, em 2012, superar em 18,1% o lucro líquido registrado no ano anterior, atingindo R\$ 335,8 milhões. Vital para garantir o crescimento duradouro e sustentável, o panorama econômico da Companhia é reconhecido pelo mercado acionário e pelos investidores de maneira geral. As ações da Sanepar na BM&FBOVESPA tiveram lucratividade de 106,45% em 2012. A ação SAPR4, preferencial, foi o 11º papel mais lucrativo no ano. Foi ainda a maior entre as empresas paranaenses listadas na Bolsa.

O investimento em seu maior patrimônio, o corpo técnico e funcional, também foi prioridade em 2012. A implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR)

contempla a valorização do trabalho de cada empregado na construção da Companhia, ao instituir regras claras e indicadores objetivos para o crescimento profissional individual, que também refletem a Visão, Missão, e as metas da empresa. Além das vantagens financeiras para o empregado, a Sanepar busca reter seus talentos, uma necessidade cada vez maior em um mercado altamente competitivo. Hoje a Sanepar é uma empresa que incentiva a qualificação de seus empregados e atrai novos profissionais, para garantir a excelência do corpo técnico e a qualidade dos serviços prestados no futuro.

A Sanepar ampliou seus canais de comunicação com os clientes. Um novo website, muito mais interativo, foi implantado, assim como a atuação em redes sociais como o Twitter e o Facebook. De forma institucional, a empresa marcou sua presença nas mais importantes exposições e feiras realizadas no estado. Patrocinou em 2012 projetos culturais e esportivos, com um volume de recursos da ordem de R\$ 4,2 milhões.

Também reforçou seu perfil de empresa acessível à população com o lançamento de seu Portal de Transparência, no site da Companhia, onde o cidadão pode consultar uma série de informações, disponível no site www.sanepar.com.br. Anteriormente os dados eram publicados no portal do Governo do Estado.

Entre as informações disponíveis, são apresentadas a composição e atribuições dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva, seus membros e os cargos; a estrutura organizacional; o planejamento estratégico; a previsão e a realização dos investimentos nos sistemas de água e de esgoto, durante o exercício; metas e resultados pactuados nos contratos de gestão; execução financeira; despesas com pessoal; custos de viagens e diárias; contratos celebrados com outras empresas; custos e despesas com materiais de consumo; legislação e as várias possibilidades de contato com a Sanepar, como pelo telefone 115, Ouvidoria e diretamente nas cidades onde a empresa atua.

A estruturação do Portal da Transparência da Sanepar segue as determinações, da lei Estadual n.º 16.595/2010 (Lei da Transparência), da Lei Federal n.º 12.527/2011 (Acesso à Informação) e do Decreto n.º 4531/2012. A atualização das informações é variável: mensal, trimestral ou anual, dependendo da sua característica.

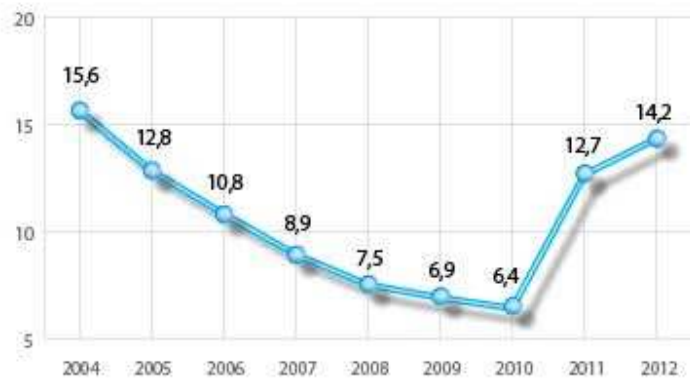
A administração encerra 2012 confiante de que as decisões tomadas garantirão o crescimento sustentável e duradouro da empresa nos próximos anos. A empresa estreitou ainda mais os laços com seus clientes, consumidores finais e o Poder Público, em seus diversos níveis. Trabalhou em conjunto com eles para oferecer serviços de água e esgoto e de gerenciamento de resíduos sólidos de qualidade. A empresa conta com um corpo técnico altamente motivado e capacitado. Sua gestão é reconhecida pela sociedade pela transparência e foco nos objetivos.

A Sanepar chega ao cinquentenário como referência entre as melhores empresas de saneamento do País. E preparada para dar prosseguimento a uma história que orgulha o Paraná e o Brasil.

Endividamento e Rentabilidade

A Sanepar manteve em 2012 a evolução da sua rentabilidade em relação ao patrimônio líquido médio. O resultado final de 2012 foi de 14,2%, superior aos 12,7% registrados no ano anterior, devido ao crescimento do lucro líquido, que passou de R\$ 284,3 milhões em 2011 para R\$ 335,8 milhões.

RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em %)



A Companhia encerrou 2012 com ativos de R\$ 6,2 bilhões, enquanto a dívida total era de R\$ 3,8 bilhões. O Índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 60,6%. O Patrimônio Líquido no final de 2012 era de R\$ 2,4 bilhões.

Mercado de Capitais e Remuneração aos Acionistas

A política de valorização da Sanepar vem sendo bem recebida pelo mercado de capitais. As ações da Sanepar estão entre as ações mais valorizadas do ano na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa). Em 2012, as ações preferenciais da Sanepar (SAPR4) registraram lucratividade de 106,45%. O resultado é muito superior ao desempenho do Ibovespa, o índice de ações da bolsa brasileira, que registrou alta de 7,40%. Para efeito de comparação, tendo como base 31/12/2012, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 5,84%, o dólar americano teve alta de 9,4% e o ouro fechou com uma valorização de 7,12% e a taxa SELIC, utilizada pelo governo como referência de juros no país, encerrou o ano com a variação de 8,49%.

Em dezembro de 2012 a ação preferencial nominativa (PN) da empresa, SAPR4, alcançou R\$ 9,05, bem acima dos R\$ 4,63 de dezembro de 2011.

Os investidores acreditaram na boa gestão da Sanepar e aumentaram o volume financeiro de negócios com ações da empresa. No total, foram negociados R\$ 145 milhões em ações em 2012, uma alta de 34% em relação aos R\$ 108 milhões negociados em 2011.

AÇÕES DA SANEPAR

Evolução da cotação das ações (SAPR4) na BM&Bovespa*
(Em R\$)



* Cotação do último dia útil de cada mês

A Sanepar também aumentou a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas. No total, foram distribuídos R\$ 121,7 milhões de reais, sendo R\$ 63,4 milhões referentes ao primeiro semestre de 2012 e R\$ R\$ 58,4 milhões referentes ao segundo semestre de 2012. O volume representa uma leve alta de 2,7% em relação ao total distribuído em 2011.

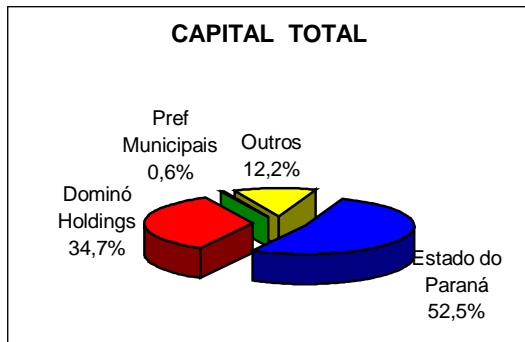
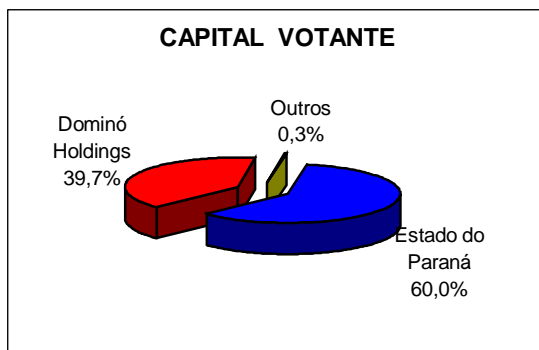
A administração, em cumprimento ao acordo de acionistas, que estabelece a distribuição de 50% do lucro líquido do exercício como dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, propôs o pagamento de dividendos complementares no montante de R\$ 37,2 milhões, os quais foram aprovados na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, realizada em 25 de abril de 2013.

10.1.b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

Estrutura Capital

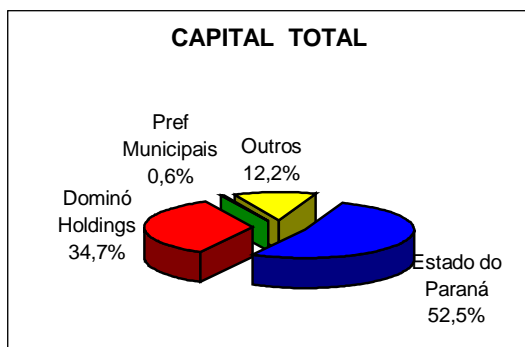
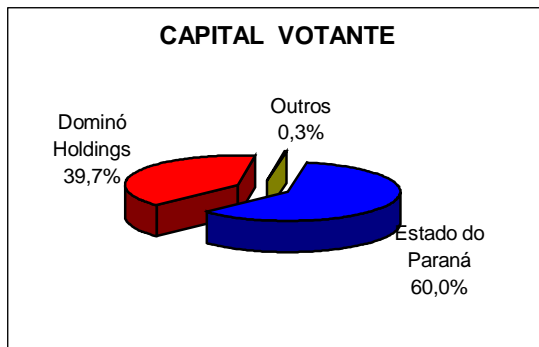
O organograma a seguir indica nossa estrutura de capital do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 2012:

	Nº de Ações			Capital Social - R\$			% de participação	
	ON	PN	Total	ON	PN	Total	Cap. Votante	Cap. Total
Estado do Paraná	173.902.122	43.475.530	217.377.652	755.946	188.986	944.932	60,0%	52,5%
Dominó Holdings	115.106.273	28.776.568	143.882.841	500.363	125.091	625.454	39,7%	34,7%
Pref Municipais	-	2.339.005	2.339.005	-	10.168	10.168	-	0,6%
Outros	828.475	49.654.209	50.482.684	3.601	215.845	219.446	0,3%	12,2%
Total	289.836.870	124.245.312	414.082.182	1.259.910	540.090	1.800.000	100,0%	100,0%



O organograma a seguir indica nossa estrutura de capital dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010:

	Nº de Ações			Capital Social - R\$			% de participação	
	ON	PN	Total	ON	PN	Total	Cap. Votante	Cap. Total
Estado do Paraná	173.902.122	43.475.530	217.377.652	349.292	87.323	436.615	60,0%	52,5%
Dominó Holdings	115.106.273	28.776.568	143.882.841	231.197	57.799	288.996	39,7%	34,7%
Pref Municipais	-	2.339.005	2.339.005	-	4.756	4.756	-	0,6%
Outros	828.475	49.654.209	50.482.684	1.664	99.676	101.340	0,3%	12,2%
Total	289.836.870	124.245.312	414.082.182	582.153	249.554	831.707	100,0%	100,0%



10.1.b.i. Hipótese de resgate:

Informamos que nos exercícios de 2010, 2011 e 2012, não houve resgate de ações e até o presente momento inexistente na Sanepar essa possibilidade.

10.1.b.ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate:

Conforme informado no item anterior a Sanepar não possui fórmula de cálculo do valor de resgate tendo em vista que não houve resgate das ações até o presente momento.

10.1 c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Informamos que no triênio 2010 a 2012, a Sanepar honrou todos os compromissos financeiros assumidos, apresentamos a seguir os índices de liquidez de 2010, 2011 e 2012:

ÍNDICES	2010	2011	2012
LIQUIDEZ CORRENTE	0,86	0,85	1,06
LIQUIDEZ GERAL	0,23	0,27	0,32

10.1.d Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Para garantir os recursos necessários à manutenção do plano de investimentos, a Sanepar recorre a várias fontes de financiamento, além dos recursos próprios.

Entre as principais fontes de recursos para investimento em ativo não-circulante, a Companhia obteve, no triênio de 2010 a 2012, financiamentos da Caixa Econômica Federal (recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (recursos do FAT e do Fundo de Participação do PIS/PASEP), do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, referentes a repasses de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID no âmbito do Programa Paraná Urbano II.

Em relação a cobertura de deficiências de capital de giro, a Sanepar não precisou tomar empréstimos junto a Instituições Financeiras no triênio 2010 a 2012.

10.1.e Fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Entre as principais fontes de recursos para investimento em ativo não-circulante, a Companhia utilizou em 2010, 2011 e 2012 linhas de financiamentos junto a Caixa Econômica Federal (recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES (recursos do FAT, do Fundo de Participação do PIS/PASEP) e recursos do BNDES-PSI - Programa de Sustentação dos Investimentos.

10.1.f Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:**10.1.f.i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:**

Os contratos de empréstimos e financiamentos relevantes na Sanepar são com as instituições financeiras relacionadas a seguir:

Banco do Brasil;
Caixa Econômica Federal;
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Grau de Endividamento:

2010	58%
2011	58%
2012	61%

10.1.f.ii Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Nos três últimos exercícios sociais a Sanepar não possuiu outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

10.1.f.iii Grau de subordinação entre as dívidas:

Nos três últimos exercícios sociais os contratos de financiamentos firmados com a Sanepar não possuíam grau de subordinação entre as dívidas.

10.1.f.iv Eventuais restrições ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

A Companhia se comprometeu a manter os seguintes índices Econômicos - Financeiros nos contratos de financiamentos junto ao BNDES:

- i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,5;
- ii) Margem EBITDA maior ou igual a 35%;
- iii) Grau de endividamento menor ou igual a 70%; e
- iv) Dívida Bancária Líquida menor ou igual a 3.

A companhia deverá manter os seguintes índices financeiros, no encerramento de cada exercício social, até o vencimento das debêntures da 2ª emissão:

- i) Dívida líquida/EBITDA: igual ou inferior a 3,0 (três inteiros);
- ii) EBITDA/ROL: igual ou superior a 35% (trinta e cinco por cento);
- iii) EBITDA/Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos).

Ressaltamos que até o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sanepar vem cumprindo integralmente os limites financeiros estabelecidos, tanto na Escritura de Emissão das Debêntures da 2ª emissão quanto nos contratos de financiamento junto ao BNDES.

10.1.g. Limites de utilização dos financiamentos contratados:

Dos financiamentos firmados com os agentes financeiros, os recursos são utilizados de acordo com o andamento dos empreendimentos para os quais foram contratados até o limite de cada financiamento firmado.

10.1.h Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Exercício de 2010

Principais Pronunciamentos que Impactaram as Demonstrações Contábeis no exercício de 2010:

Ativo Imobilizado

De acordo com o CPC 27, a Companhia realizou estudo técnico de revisão da vida útil econômica estimada e as correlatas taxas de depreciação/amortização de seus bens patrimoniais. As novas taxas foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações contábeis a partir de 01/01/2010.

A Companhia considerou essa nova estimativa de vida útil de seus bens patrimoniais como mudança de estimativa contábil, produzindo efeitos contábeis a partir do período corrente, sem efeitos retrospectivos sobre os saldos contábeis apresentados para fins comparativos.

Custo Atribuído

Em atendimento a ICPC 10, a Companhia identificou alguns bens ainda em operação, com provável geração futura de caixa, apresentando valor contábil inferior ao seu valor justo.

Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia adotou um novo valor em substituição ao valor contábil original de aquisição e vida útil remanescente.

Demais Pronunciamentos e Interpretações

As Interpretações e os Pronunciamentos Técnicos emitidos, a partir de 2009, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em vigor em 31 de dezembro de 2010, estão sendo adotados integralmente nas demonstrações contábeis da Companhia.

Exercício de 2011

Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

A Demonstração do Resultado Abrangente não foi divulgada, em função da Companhia não possuir resultados abrangentes.

A Companhia está divulgando a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, a qual não é requerida pela legislação vigente. Essa demonstração objetiva permitir

análises adicionais sobre as demonstrações contábeis básicas apresentadas.

Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, exceto aqueles indicados de outra forma.

Exercício de 2012

Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

Em atendimento ao preconizado no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis, reclassificou o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para apresentar o imposto de renda e contribuição social ativos e passivos pelo valor líquido, conforme apresentado a seguir:

Ativo	2011	2011	
	<u>Divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reclassificado</u>
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	322.399	(114.676)	207.723
Total do Ativo	5.678.744	(114.676)	5.564.068

Passivo**Não Circulante**

Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	114.676	(114.676)	-
Total do Passivo	5.678.744	(114.676)	5.564.068

Mudança de Prática Contábil

Até o exercício de 2011 a Companhia tinha como prática contábil o registro de ganhos e perdas atuariais advindos dos Planos de Aposentadoria e Saúde mantidos para seus colaboradores, no resultado do exercício. Conforme permitido no Pronunciamento Técnico CPC 33 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 2012 a Companhia alterou a forma de registro de referidos ganhos e perdas, passando a registrá-los diretamente no patrimônio líquido (Outros Resultados Abrangentes).

Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reapresentou os saldos do balanço patrimonial e da demonstração de resultado do exercício de 2011, conforme demonstrado a seguir:

Balanço Patrimonial

	<u>2011</u>		<u>2011</u>
Passivo	Divulgado	Ajuste	Reapresentado
Patrimônio Líquido	2.310.399		2.310.399
Reserva de Lucros	368.213	35.106	403.319
Outros Resultados Abrangentes	-	(35.106)	(35.106)
Total do Passivo	5.564.068		5.564.068

Demonstração do Resultado

	<u>2011</u>		<u>2011</u>
	Divulgado	Ajuste	Reapresentado
Provisões			
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(95.237)	53.191	(42.046)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	314.816	53.191	368.007
Imposto de Renda e Contribuição Social	(65.646)	(18.085)	(83.371)
Lucro Líquido do Exercício	249.170	35.106	284.276

As demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, também estão sendo reapresentadas para refletir os efeitos da alteração na demonstração do resultado do exercício daquele exercício.

Considerando que a referida mudança de prática contábil não gerou qualquer efeito sobre o balanço patrimonial de abertura em 1 de janeiro de 2011 (em comparação com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010, anteriormente divulgado), referido balanço não está sendo apresentado.

Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, exceto aqueles indicados de outra forma.

RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO

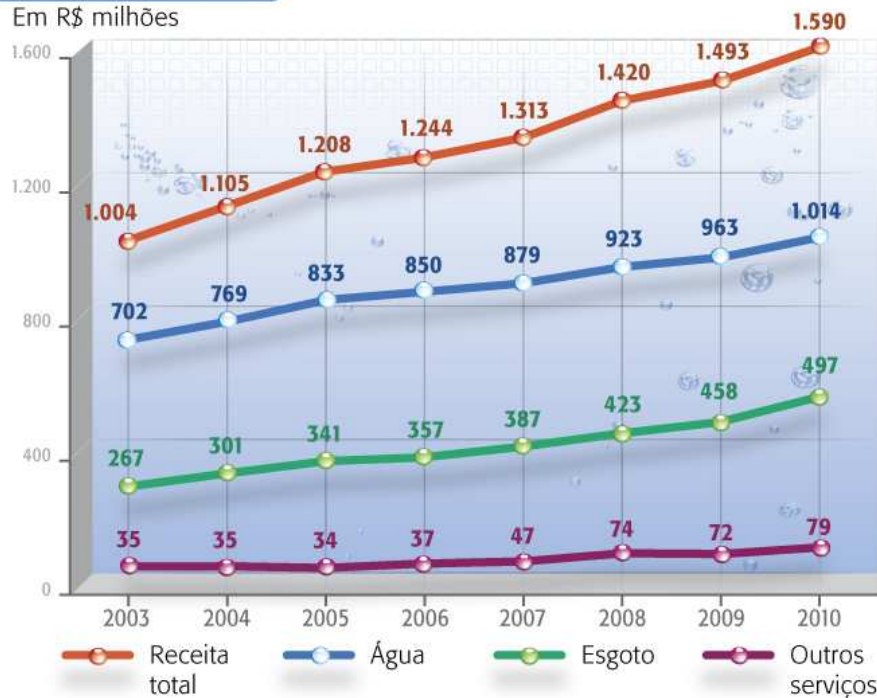
10.2.a. Resultados das operações do emissor:

2010

Em 2010 a Sanepar manteve o sólido desempenho econômico-financeiro que marcou os últimos exercícios. A Receita Operacional Bruta totalizou R\$ 1,59 bilhão, um incremento de 6,5% em relação a 2009. Desse total, R\$ 1.014,0 milhões foram provenientes do serviço de distribuição de água tratada e R\$ 496,7 milhões das operações de coleta e tratamento de esgoto. Outros serviços prestados pela Companhia geraram R\$ 79,3 milhões, o equivalente a 5% da Receita Operacional Bruta.

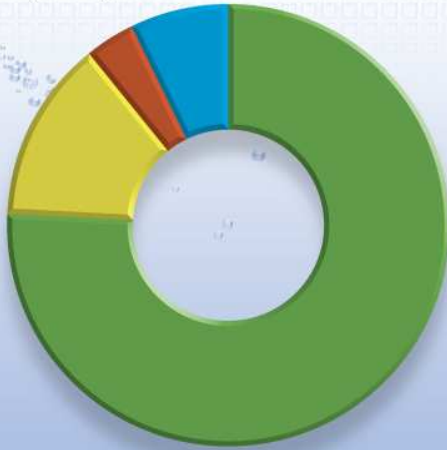
Receita tarifária

Em R\$ milhões



Receita tarifária

Origem: água



76,0% Residencial

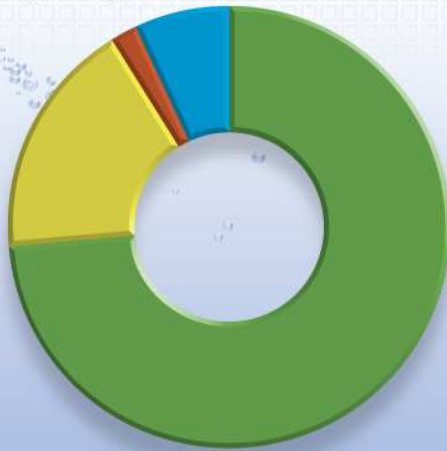
13,3% Comercial

3,7% Industrial

7,0% Poderes públicos

Receita tarifária

Origem: esgoto



73,7% Residencial

17,5% Comercial

2,0% Industrial

6,8% Poderes públicos

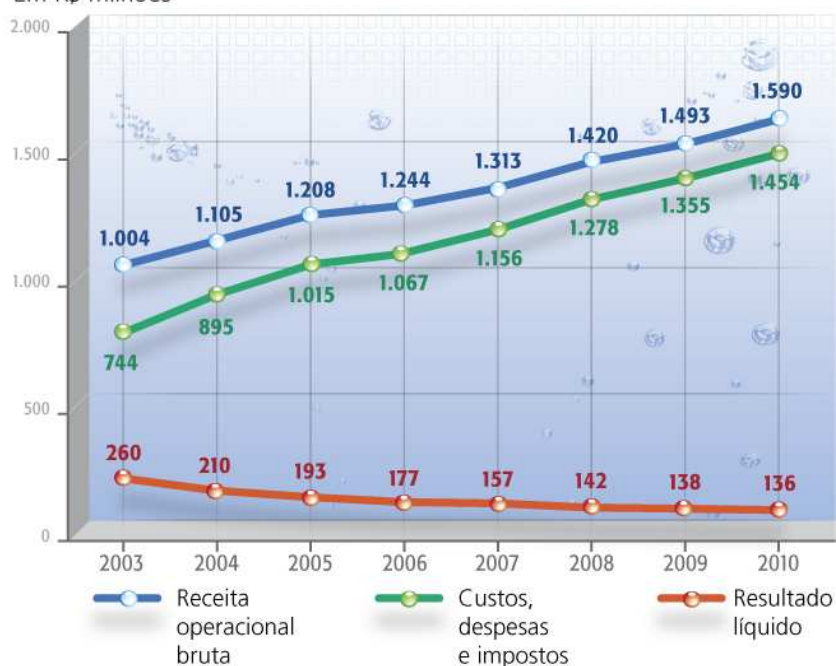


Ao final de 2010 a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 1,48 bilhão, um incremento de 6,5% em relação ao resultado anterior, que foi de R\$ 1,39 bilhão. Excluídas depreciações e amortizações, os custos e despesas totalizaram R\$ 902,3 milhões - aumento de 13,4% em relação a 2009. Assim o Ebitda, que reflete a geração operacional de caixa, atingiu R\$ 578,0 milhões, um decréscimo de 2,6% se comparado ao do ano anterior.

Sem reajustar tarifas há seis anos e atendendo a uma parcela cada vez maior da população, a Sanepar alcançou lucro líquido de R\$ 136 milhões em 2010. Esse valor é 1,7% inferior ao registrado em 2009.

Desempenho econômico-financeiro

Em R\$ milhões



Resultado Econômico-Financeiro

R\$ milhões

Descrição/Anos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Receita operacional líquida	1.032	1.118	1.154	1.218	1.318	1.389	1.480
Custos e despesas (-) depreciações e amortizações	535	599	668	677	741	796	902
Ebitda	497	519	486	541	577	593	578
Depreciações e amortizações	98	105	115	129	138	150	144
Despesas financeiras e extraordinárias, líquidas	107	151	126	193	245	255	250
Imposto de renda e contribuição social	82	70	68	62	52	50	48
Resultado líquido	210	193	177	157	142	138	136

2011

A Sanepar fechou 2011 com um avanço expressivo de 18% em seu faturamento, devido a dois fatores principais. O primeiro é a recomposição da tarifa de água e esgoto depois de seis anos de congelamento. A tarifa foi reajustada em 16% em março. O segundo fator é a manutenção da cobertura de atendimento da Sanepar, que leva água tratada a 100% dos moradores da área urbana das cidades atendidas. Nesse caso, a empresa acompanha o crescimento das cidades e ganha novos consumidores à medida em que as concentrações urbanas se avolumam. O investimento em esgotamento sanitário também foi expressivo, elevando a 63,2% o índice de atendimento à população. Em 2011, o aumento foi de 3,3% no número de ligações de água e de 6,3% nas ligações de esgoto.

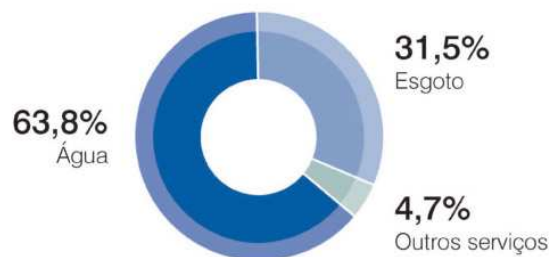
RECEITA TARIFÁRIA

Em R\$ milhões

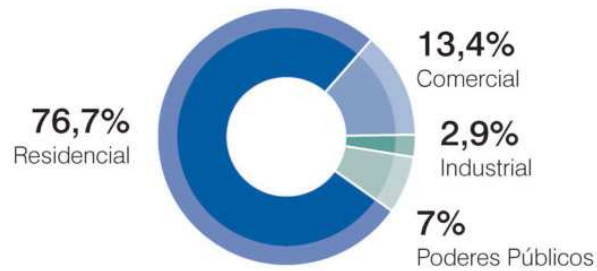
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Total	1.105	1.208	1.244	1.313	1.420	1.493	1.590	1.876
Água	769	833	850	879	923	963	1.014	1.197
Esgoto	301	341	357	387	423	458	497	592
Outros Serviços	35	34	37	47	74	72	79	87

COMPOSIÇÃO DA RECEITA TARIFÁRIA

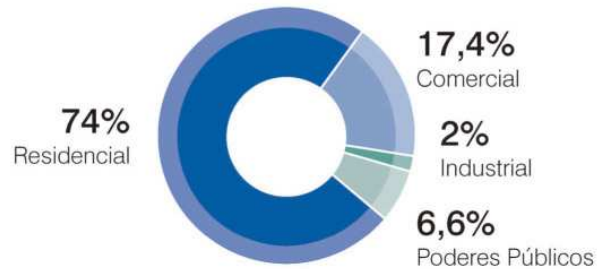
Produtos



ÁGUA

Composição da receita tarifária

ESGOTO

Composição da receita tarifária

O lucro líquido da Sanepar apresentou um avanço de 83,9% em relação a 2010, alcançando R\$ 249,2 milhões. Além da recomposição da tarifa e da manutenção da cobertura de atendimento, houve também um programa de corte nas despesas de custeio da empresa. A margem EBITDA subiu 3,2 pontos percentuais, passando de 39,1% em 2010 para 42,3% ao fim de 2011. A margem líquida também deu um salto positivo, alcançando 14,3% em 2011, superior aos 9,2% em 2010.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO*Em R\$ milhões*

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Operacional Bruta	1.105	1.208	1.244	1.313	1.420	1.493	1.590	1.876
Custos, Despesas e Impostos	895	1.015	1.067	1.156	1.278	1.355	1.454	1.627
Resultado Líquido	210	193	177	157	142	138	136	249

RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO*Em R\$ milhões*

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Operacional Líquida	1.032	1.118	1.154	1.218	1.318	1.389	1.480	1.742
Custos e Despesas (-) Depreciações e Amortizações	535	599	668	677	741	796	902	1.004
Ebitda	497	519	486	541	577	593	578	738
Depreciações e Amortizações	98	105	115	129	138	150	144	148
Despesas Financeiras e Extraordinárias, Líquidas	107	151	126	193	245	255	250	275
IR e Contribuição Social	82	70	68	62	52	50	48	66
Resultado Líquido	210	193	177	157	142	138	136	249
Margem Ebitda (em %)	48,2	46,5	42,1	44,4	44,6	42,7	39,1	42,3

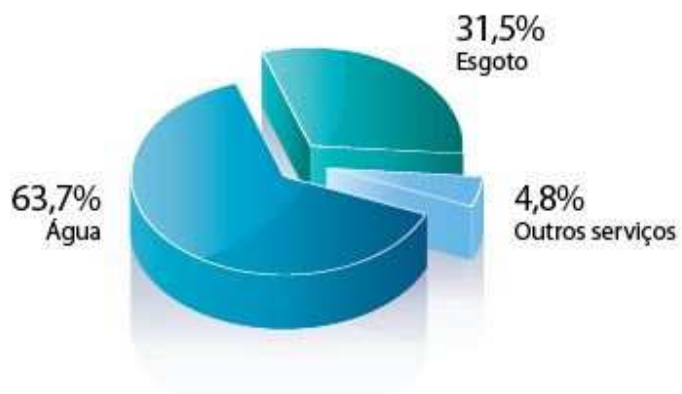
2012

A Sanepar manteve o significativo desempenho financeiro demonstrado no ano anterior, resultado da ampliação da base de clientes, à política de recomposição tarifária e ao rígido controle de gastos. A tarifa de água e esgoto foi reajustada em 16,5% em março de 2012, com a tarifa mínima passando de R\$ 18,97 para R\$ 22,10, (março de 2011 a tarifa de água e esgoto foi reajustada em 16,0%). A receita bruta da empresa evoluiu 22,1% passando de R\$ 1,9 bilhão, em 2011, para R\$ 2,3 bilhões em 2012. Também contribuiu para o aumento da receita a inclusão de 105.519 novas ligações de esgoto - um crescimento de 22,0% em relação ao número executado no ano anterior - e de 89.989 novas ligações de água.

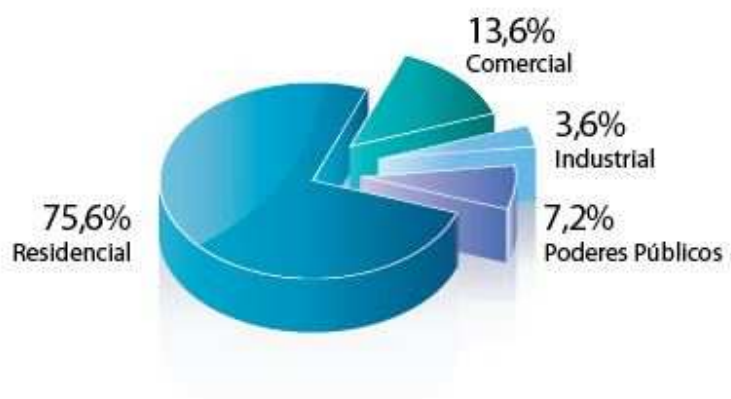
RECEITA OPERACIONAL
(Em R\$ milhões)

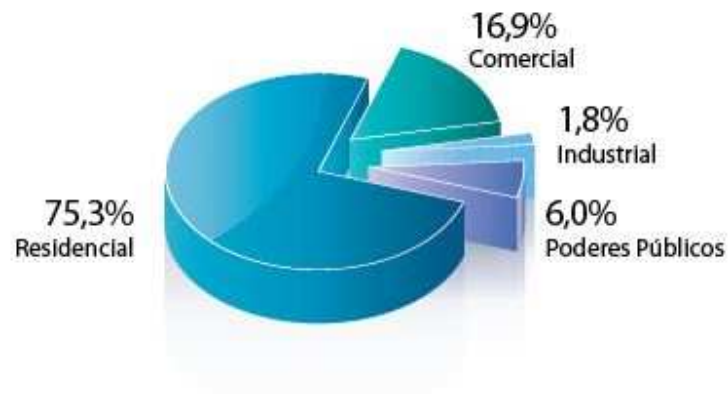


**COMPOSIÇÃO DA RECEITA
(Produtos)**



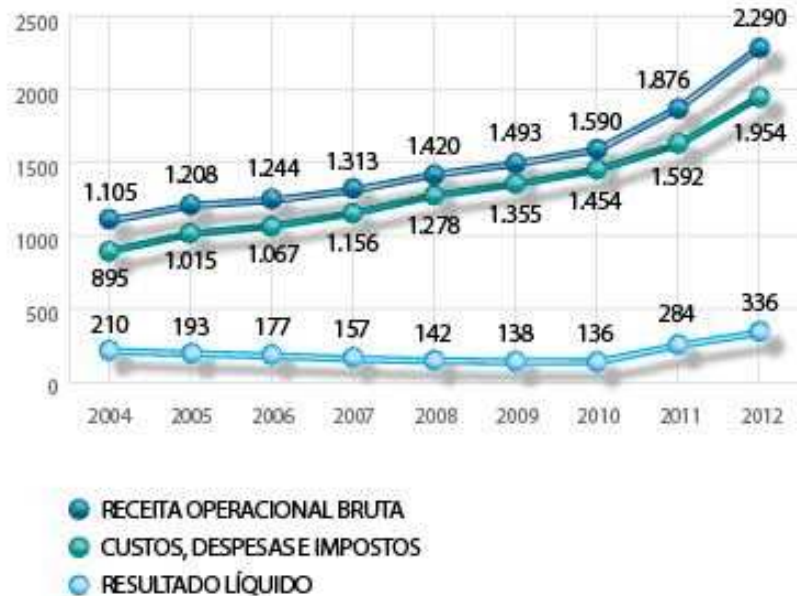
**ÁGUA
(Composição da receita)**



ESGOTO
(Composição da receita)

O lucro líquido da Sanepar continuou sua progressão em 2012, alcançando R\$ 335,8 milhões, valor 18,1% superior ao registrado em 2011. A margem EBITDA sofreu uma queda de 1,0 ponto percentual, passando de 42,3% em 2011 para 41,3% em 2012. A margem líquida passou de 16,3% em 2011 para 15,8% em 2012.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (Em R\$ milhões)



RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO

(Em R\$ milhões)

	Receita operacional líquida	Custos e despesas (+) depreciações e amortizações	Ebitda	Depreciações e amortizações	Despesas financeiras e extraordinárias líquidas	IR e Contribuição Social	Resultado líquido	Margem Ebitda (em %)
2004	1.032	535	497	98	107	82	210	48,2
2005	1.118	599	519	105	151	70	193	46,5
2006	1.154	668	486	115	126	68	177	42,1
2007	1.218	677	541	129	193	62	157	44,4
2008	1.318	741	577	138	245	52	142	44,6
2009	1.389	796	593	150	255	50	138	42,7
2010	1.480	902	578	144	250	48	136	39,1
2011	1.742	1.004	738	148	222	84	284	42,3
2012	2.123	1.245	878	149	283	110	336	41,3

10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

O aumento verificado nas receitas operacionais da Sanepar, no ano de 2010 ocorreu devido ao acréscimo de novas ligações de água e esgoto, neste ano não houve reajuste tarifário. No biênio 2011 e 2012 houve a recomposição da tarifa de água e esgoto depois de seis anos de congelamento, a tarifa foi reajustada em março de 2011 em 16,0% e em março de 2012 em 16,5%. No triênio não houve a introdução de novos produtos e serviços que alterassem significativamente as receitas operacionais da Companhia.

10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

A inflação, a variação de preços dos principais insumos e produtos e os juros sobre os financiamentos no período de 2010 a 2012, foram absorvidos pelo crescimento vegetativo da Companhia e pela recomposição tarifária, o que gerou receita suficiente para suportar estes impactos, conforme os resultados apurados no triênio. Em março de 2011 e 2012 a Companhia reajustou suas tarifas em 16,0% e 16,5% respectivamente, para recompor a tarifa depois de seis anos de congelamento.

A eficiência operacional é um dos focos do modelo de gestão da Sanepar. Ao longo dos anos, a Companhia tem alcançado resultados significativos devido ao investimento em sistemas e processos mais eficazes. Desta forma, além de melhorar o seu desempenho econômico-financeiro, a Sanepar amplia a qualidade dos serviços oferecidos à população e consolida sua atuação sustentável.

EFEITOS RELEVANTES NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**10.3.a. Introdução ou alienação de segmento operacional:**

Informamos que no triênio 2010 a 2012 não houve na Sanepar introdução ou alienação de segmento operacional.

10.3.b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Informamos que no triênio 2010 a 2012 não houve na Sanepar constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

10.3.c. Eventos ou operação não usuais:

Informamos que no triênio 2010 a 2012 não houve na Sanepar eventos ou operações não usuais.

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**10.4.a. Mudanças significativas nas práticas contábeis:**

Alterações a partir de 2009:

Novos Pronunciamentos Contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e a CVM aprovou em 2009 diversos pronunciamentos contábeis, alinhados às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board, com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com efeitos retroativos para o ano de 2009 para fins comparativos.

Os Pronunciamentos e as Interpretações Técnicas que poderão impactar as Demonstrações Contábeis da Companhia são:

- CPC 16 - Estoques;
- CPC 20 - Custos de Empréstimos;
- CPC 22 - Informações por Segmento;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 24 - Evento Subsequente;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado;
- CPC 30 - Receitas;
- CPC 32 - Tributos sobre o Lucro;
- CPC 33 - Benefícios a Empregados;
- CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
- CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a CPC 40;
- ICPC 01 - Contratos de Concessão;
- ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos;
- ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28.

2010

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando a adoção da totalidade dos Pronunciamentos, das Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários até 31 de dezembro de 2010 em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS. Dessa forma, e tendo por objetivo preservar a comparabilidade entre os exercícios, a Companhia reclassificou o saldo de abertura em 01 de janeiro de 2009 e o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, conforme apresentado a seguir:

	<u>2008</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2008</u>
Ativo	Divulgado		Reclassifica do
Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.721	(12.721)	-
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	178.498	12.721	191.219
Depósitos Judiciais	-	64.046	64.046
Total do Ativo	4.668.298	64.046	4.732.344
Passivo			
Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.901	(5.901)	-
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	110.319	5.901	116.220
Provisão para Contingências	108.524	64.046	172.570
Total do Passivo	4.668.298	64.046	4.732.344

	<u>2009</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2009</u>
Ativo	Divulgado		Reclassifica do
Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.725	(13.725)	-
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	213.270	13.725	226.995
Depósitos Judiciais	-	86.344	86.344
Total do Ativo	4.858.229	86.344	4.944.573
Passivo			
Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.923	(5.923)	-
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	104.859	5.923	110.782
Provisão para Contingências	104.204	86.344	190.548
Total do Passivo	4.858.229	86.344	4.944.573

Principais Pronunciamentos que Impactaram as Demonstrações Contábeis no Exercício de 2010:

Ativo Imobilizado

De acordo com o CPC 27, a Companhia realizou estudo técnico de revisão da vida útil econômica estimada e as correlatas taxas de depreciação/amortização de seus bens patrimoniais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8 "e". As novas taxas foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações contábeis a partir de 01/01/2010.

A Companhia considerou essa nova estimativa de vida útil de seus bens patrimoniais como mudança de estimativa contábil, produzindo efeitos contábeis a partir do período corrente, sem efeitos retrospectivos sobre os saldos contábeis apresentados para fins comparativos.

Custo Atribuído

Em atendimento a ICPC 10, a Companhia identificou alguns bens ainda em operação, com provável geração futura de caixa, apresentando valor contábil inferior ao seu valor justo.

Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia adotou um novo valor em substituição ao valor contábil original de aquisição e vida útil remanescente demonstrados na nota explicativa nº 8 "f".

Demais Pronunciamentos e Interpretações

As Interpretações e os Pronunciamentos Técnicos emitidos, a partir de 2009, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em vigor em 31 de dezembro de 2010, estão sendo adotados integralmente nas demonstrações contábeis da Companhia.

2011

Informamos que no exercício social de 2011 não houveram mudanças significativas nas práticas contábeis.

2012

Em atendimento ao preconizado no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis, reclassificou o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para apresentar o imposto de renda e contribuição social ativos e passivos pelo valor líquido, conforme apresentado a seguir:

Ativo	<u>2011</u> <u>Divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>2011</u> <u>Reclassificado</u>
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	322.399	(114.676)	207.723
Total do Ativo	5.678.744	(114.676)	5.564.068
Passivo			
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	114.676	(114.676)	-
Total do Passivo	5.678.744	(114.676)	5.564.068

Até o exercício de 2011 a Companhia tinha como prática contábil o registro de ganhos e perdas atuariais advindos dos Planos de Aposentadoria e Saúde mantidos para seus colaboradores, no resultado do exercício. Conforme permitido no Pronunciamento Técnico CPC 33 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 2012 a Companhia alterou a forma de registro de referidos ganhos e perdas, passando a registrá-los diretamente no patrimônio líquido (Outros Resultados Abrangentes).

Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reapresentou os saldos do balanço patrimonial e da demonstração de resultado do exercício de 2011, conforme demonstrado a seguir:

Balanço Patrimonial

	2011		2011
	Divulgado	Ajuste	Reapresentado
Passivo			
Patrimônio Líquido	2.310.399		2.310.399
Reserva de Lucros	368.213	35.106	403.319
Outros Resultados Abrangentes	-	(35.106)	(35.106)
Total do Passivo	5.564.068		5.564.068

Demonstração do Resultado

	2011		2011
	Divulgado	Ajuste	Reapresentado
Provisões			
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(95.237)	53.191	(42.046)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	314.816	53.191	368.007
Imposto de Renda e Contribuição Social	(65.646)	(18.085)	(83.371)
Lucro Líquido do Exercício	249.170	35.106	284.276

As demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, também estão sendo reapresentadas para refletir os efeitos da alteração na demonstração do resultado do exercício daquele exercício.

Considerando que a referida mudança de prática contábil não gerou qualquer efeito sobre o balanço patrimonial de abertura

em 1 de janeiro de 2011 (em comparação com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010, anteriormente divulgado), referido balanço não está sendo apresentado.

10.4.b Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

2010

Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01/07, aprovado pela Deliberação CVM 527/07, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para apuração do valor recuperável dos ativos da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, considerando como unidade geradora de caixa os segmentos de água e esgoto e a empresa de forma global;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas para um período de cinco anos
- As estimativas de fluxos de caixa foram realizadas em moeda constante, desconsiderando portanto, os efeitos da inflação nos fluxos de caixa e na taxa de desconto;
- Nas projeções das receitas, as premissas adotadas foram: o crescimento médio do número de ligações e do consumo médio em m³ por ligação, bem como a tarifa média por m³;
- O valor contábil dos ativos apurado, na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável, em virtude dos contratos de concessão atualmente em vigor estabelecerem indenização por parte dos municípios, em caso de não renovação ou quebra de contrato;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), calculado na Companhia de 7,63%.

O estudo técnico nos levou a concluir que:

- O Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável;
- O saldo contábil do Imobilizado e Intangível em operação em 31/12/2010, é de R\$ 3.943.245; e o valor presente dos ativos em uso na Companhia, conforme fluxos de caixa projetados até o ano de 2015, totaliza R\$ 5.381.247.

Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

Em atendimento a Lei 11.638/2007, a Companhia, em 17 de agosto de 2009, constituiu comissão interna, composta por funcionários da empresa, com reconhecida competência em suas áreas de atuação, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas no âmbito da Sanepar. A equipe foi composta por 2 Contadores, 1 Analista de Sistemas, 2 Engenheiros Civis, 1 Engenheiro Mecânico, 1 Engenheiro de Materiais e 1 Engenheiro Elétrico.

Para o desenvolvimento do estudo técnico o Ativo Imobilizado e o Intangível foram segmentados em grupos de bens de acordo com a sua natureza e representatividade. No primeiro grupo, para o qual foi dado maior importância e peso no estudo, encontram-se os bens que representam uma parte significativa do valor total do imobilizado e intangível da Companhia, entre os quais cita-se as tubulações de redes de água e de esgoto e unidades construtivas (barragens, estações de tratamento de água e de esgoto e demais construções civis).

No segundo grupo estão os itens de importância relativa conforme a quantidade de bens e seu valor total com relação ao imobilizado e intangível, entre os quais encontram-se máquinas, equipamentos e veículos, sendo que para esse grupo os estudos foram focados no histórico da Companhia e nas características construtivas que interferem na expectativa de durabilidade.

Para os demais itens do imobilizado e intangível, tais como móveis, utensílios, microinformática, telecomunicações, equipamentos eletromecânicos e

ferramentas, foi considerado o histórico de utilização, reposição e baixa dos bens.

A adoção das novas taxas de depreciação/amortização, a partir de 01/01/2010, impactaram positivamente o resultado da Companhia, no exercício de 2010, na ordem de R\$15.008.

Foram considerados também, neste estudo, os aspectos de atribuição de valor residual aos ativos conforme o CPC 27 e a ICPC 10, e analisando as particularidades do setor de saneamento, constata-se a pouca probabilidade de venda de bens patrimoniais operacionais. Diante disso, a comissão constituída para o estudo concluiu pela não atribuição do valor residual aos ativos ao final da vida útil estimada.

A seguir apresentamos, por natureza dos bens, a vida útil e as taxas de depreciação:

Descrição	Vida Útil		Taxa de depreciação/ amortização		
	Anterior	Atual	Anterior	Atual (b)	
			(a)	Nominal	Média Ponderada
Imobilizado					
Poços	20 anos	35 anos	5%	2,86%	-
Barragens	33 anos	50 anos	3%	2%	-
Construções Cíveis	50 anos	50 e 60 anos	2%	1,67% e 2%	1,83%
Benfeitorias	50 anos	50 anos	2%	2%	-
Tubulações	52 anos	30 a 60 anos	1,93%	1,67% a 3,33%	1,95%
Ligações Prediais	20 anos	30 anos	5%	3,33%	-
Instalações	10 anos	15 anos	10%	6,67%	-
Hidrômetros	10 anos	10 anos	10%	10%	-
Macromedidores	10 anos	10 anos	10%	10%	-
Equipamentos	10 anos	12 a 20 anos	10%	5% a 8,33%	6,22%
Móveis e Utensílios	10 anos	14 anos	10%	7,14%	-
Equipamentos de Informática	5 anos	5 a 20 anos	20%	5% a 20%	19,78%
Ferramentas	5 anos	15 anos	20%	6,67%	-
Veículos	5 anos	5 a 10 anos	20%	10% a 20%	13,05%
Máquinas, Tratores e Similares	4 anos	4 e 10 anos	25%	10% e 25%	19,35%
Intangível					
Concessão do Município de Curitiba	30 anos	30 anos	3,33%	3,33%	-
Concessão do Município de Cianorte	20 anos	20 anos	5%	5%	-
Programas de Informática	5 anos	5 anos	20%	20%	-
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	10 anos	16 anos	10%	6,25%	-
Proteção e Preservação Ambiental	5 anos	5 anos	20%	20%	-

(a) Refere-se à taxa de depreciação/amortização que foi utilizada até 31/12/2009.

(b) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada a partir de 01/01/2010, com base em estudos internos da Companhia.

Custo Atribuído

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22/12/2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando

benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.

A seguir apresentamos, resumo por natureza, do valor contábil anterior e do novo custo atribuído:

Descrição	Valor Contábil em 31/12/2009	Custo Atribuído	Valor Contábil em 01/01/2010	Vida Útil Remanescente (em meses)
Imobilizado				
Poços	92	3.610	3.702	180
Barragens	6	849	855	201
Construções Civas	8	122	130	120 a 300
Tubulações	6	1.115	1.121	120 a 720
Ligações Prediais	1.207	7.900	9.107	120
Instalações	93	1.795	1.888	60
Hidrômetros	252	2.323	2.575	60
Macromedidores	-	467	467	60
Equipamentos	419	19.497	19.916	24 a 120
Móveis e Utensílios	34	1.895	1.929	48
Equipamentos de Informática	48	13.889	13.937	30 a 240
Ferramentas	1	90	91	120
Veículos	12	9.347	9.359	120
Máquinas, Tratores e Similares	84	6.596	6.680	150
Totais	2.262	69.495	71.757	

O registro contábil do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado no montante de R\$ 69.495 teve como contrapartida a conta de Patrimônio Líquido denominada de Ajustes de Avaliação Patrimonial no montante de R\$ 45.867 e a conta de Tributos Diferidos no Passivo Não Circulante no montante de R\$ 23.628. Na medida em que os bens forem depreciados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores serão realizados e transferidos para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados e para a conta de Tributos Correntes. A adoção desse novo custo, impactou negativamente o resultado da Companhia durante o exercício de 2010, por conta do aumento dos custos e das despesas com depreciação e baixas no montante de R\$ 17.575.

Política de Distribuição de Dividendos

Os impactos decorrentes da implantação destes novos Pronunciamentos foram considerados integralmente nos resultados e conseqüentemente no cálculo da distribuição dos Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio, de acordo com a legislação societária e o estatuto social da Companhia.

2011

Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 639/10, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradores de caixa da Sanepar, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33 b;
- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, também foram considerados como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos prevêem ressarcimento pelos Municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;
- As projeções das despesas, nos fluxos de caixa, foram realizadas por grupo de análises e projetadas com base na média dos últimos cinco anos de cada análise em relação a receita bruta;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 56.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

Em atendimento a Lei 11.638/2007, a Companhia, em 17 de agosto de 2009, constituiu comissão interna, composta por funcionários da empresa, com reconhecida competência em suas áreas de atuação, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas no âmbito da Sanepar.

Para o desenvolvimento do estudo técnico o Ativo Imobilizado e o Intangível foram segmentados em grupos de bens de acordo com a sua natureza e representatividade. No primeiro grupo, de maior relevância e peso no estudo, encontram-se os bens que representam uma parte significativa do valor total do imobilizado e intangível da Companhia, entre os quais cita-se as tubulações de redes de água e de esgoto e unidades construtivas (barragens, estações de tratamento de água e de esgoto e demais construções civis).

No segundo grupo estão os itens de importância relativa conforme a quantidade de bens e seu valor total com relação ao imobilizado e intangível, entre os quais encontram-se máquinas, equipamentos e veículos, sendo que para esse grupo os estudos foram focados no histórico da Companhia e nas características construtivas que interferem na expectativa de durabilidade.

Para os demais itens do imobilizado e intangível, tais como móveis, utensílios, microinformática, telecomunicações, equipamentos eletromecânicos e ferramentas, foi considerado o histórico de utilização, reposição e baixa dos bens.

No exercício de 2011 a Companhia constituiu uma comissão interna para revisão do estudo técnico realizado no exercício de 2009, a qual concluiu que neste intervalo de tempo não ocorreram novos fatos, evidências, tecnologias, paradigmas e renovação significativa dos bens que justifique alterações no tempo de vida útil utilizado. Desta forma, a comissão recomendou a manutenção da vida útil e das taxas de depreciação atualmente utilizadas para os exercícios de 2011 e 2012.

A adoção das novas taxas de depreciação/amortização, a partir de 01/01/2010, impactaram positivamente o resultado da Companhia, no exercício de 2011, na ordem de R\$ 16.258.

Custo Atribuído

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22/12/2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.

A adoção desse novo custo, impactou negativamente o resultado da Companhia durante o exercício de 2011, por conta do aumento dos custos e das despesas com depreciação e baixas no montante de R\$ 13.635.

Política de Distribuição de Dividendos

Os impactos decorrentes da implantação destes novos Pronunciamentos foram considerados integralmente nos resultados e conseqüentemente no cálculo da distribuição dos Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio, de acordo com a legislação societária e o estatuto social da Companhia.

2012

Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 639/10, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- As unidades geradoras de caixa, identificadas para o teste de recuperabilidade dos ativos, foram os segmentos de negócio de água e esgoto;
- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33 b;
- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, também foram considerados como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos prevêm ressarcimento pelos Municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;
- As projeções das despesas, nos fluxos de caixa, foram realizadas por grupo de análises e projetadas com base na média dos últimos cinco anos de cada análise em relação a receita bruta;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi de 6,81%. O referido percentual foi baseado no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 56.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

Em atendimento a Lei 11.638/2007, a Companhia, em 17 de agosto de 2009, constituiu comissão interna, composta por funcionários da empresa, com reconhecida competência em suas áreas de atuação, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de

depreciação/amortização a serem aplicadas no âmbito da Sanepar.

Para o desenvolvimento do estudo técnico o Ativo Imobilizado e o Intangível foram segmentados em grupos de bens de acordo com a sua natureza e representatividade. No primeiro grupo, de maior relevância e peso no estudo, encontram-se os bens que representam uma parte significativa do valor total do imobilizado e intangível da Companhia, entre os quais cita-se as tubulações de redes de água e de esgoto e unidades construtivas (barragens, estações de tratamento de água e de esgoto e demais construções civis).

No segundo grupo estão os itens de importância relativa conforme a quantidade de bens e seu valor total com relação ao imobilizado e intangível, entre os quais encontram-se máquinas, equipamentos e veículos, sendo que para esse grupo os estudos foram focados no histórico da Companhia e nas características construtivas que interferem na expectativa de durabilidade.

Para os demais itens do imobilizado e intangível, tais como móveis, utensílios, microinformática, telecomunicações, equipamentos eletromecânicos e ferramentas, foi considerado o histórico de utilização, reposição e baixa dos bens.

No exercício de 2011 a Companhia constituiu uma comissão interna para revisão do estudo técnico realizado no exercício de 2009, a qual concluiu que neste intervalo de tempo não ocorreram novos fatos, evidências, tecnologias, paradigmas e renovação significativa dos bens que justifique alterações no tempo de vida útil utilizado. Desta forma, a comissão recomendou a manutenção da vida útil e das taxas de depreciação atualmente utilizadas para os exercícios de 2011 e 2012.

10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Informamos que os Relatórios dos Auditores Independentes referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 não apresentaram ressalvas ou ênfases.

POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS PELA SANEPAR

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas *pro rata die* e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos da data da contratação;

b) Contas a Receber de Clientes

Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. O saldo de contas a receber referente a parcelamentos foi ajustado a valor presente;

c) Provisão para Perdas na Realização de Créditos

Foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

d) Estoques

Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização;

e) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável;

f) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros

Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira;

g) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear.

O Imobilizado não supera o seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao *impairment test*;

h) Intangível

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação, Direito de Uso e Contratos de Programas. A amortização é calculada pelos prazos de vigência dos contratos, mencionados nas notas explicativas n^{os} 8 e 12. O intangível não supera seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao *impairment test*;

A Companhia, em atendimento a Lei 11.638/07, Interpretação Técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão e Lei 11.445/07 - Marco Regulatório do Saneamento, registra no intangível os bens patrimoniais vinculados aos Contratos de Programas e efetua a amortização de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos bens, dos dois o menor, caso a vida útil dos ativos ultrapasse o prazo do contrato é constituído ativo financeiro;

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%;

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos, conforme nota 15.c. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras;

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal;

j) Passivo Circulante e Não Circulante

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente;

k) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto, inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil;

l) Juros sobre o Capital Próprio

Foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis;

m) Transações com Partes Relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel e alguns municípios, em condições usuais de mercado;

n) Benefícios Pós-emprego Concedidos aos Empregados

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 600 da CVM. A partir do exercício de 2012 a Companhia adotou nova prática contábil;

o) Questões Ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas no resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Administração da Companhia acredita que a provisão definida para perdas, relacionadas a questões ambientais, é necessária e adequada com base na Legislação Ambiental em vigor no Brasil;

p) Uso de Estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados;

q) Concessões

A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma: No Ativo Imobilizado os Bens Patrimoniais decorrentes de

"Contratos de Concessão" (aqueles assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07), e no Ativo Intangível os decorrentes de Contratos de Programas, em observância as regras da Lei 11.445/07 - Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Os valores são depreciados ou amortizados até a data de término do período contratual de cada Contrato de Programa. O valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente é reclassificado do ativo intangível para ativo financeiro.

r) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

Normas	Vigência
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes	Para os exercícios iniciados em ou 1º de julho de 2012
IAS 19 - Benefícios aos Empregados (Emenda)	Para os exercícios iniciados em ou 1º de janeiro de 2013
IAS 32 - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32	Para os exercícios iniciados em ou 1º de janeiro de 2014
IFRS 7 - Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IFRS 7	Para os exercícios iniciados em ou 1º de janeiro de 2013
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração	Para os exercícios iniciados em ou 1º de janeiro de 2015
IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo	Para os exercícios iniciados em ou 1º de janeiro de 2013

PROVISÕES

A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. Para as ações de natureza trabalhista,

considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

A Companhia acredita que os montantes de provisões registrados são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

A posição em 31 de dezembro das provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais, é a seguinte:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão para Contingências	
	2010	2009	2010	2009
Trabalhistas (1)	76.895	67.700	126.132	108.821
Cíveis (2)	30.165	17.704	95.206	71.087
Ambientais (3)	536	16	12.706	8.274
Outras	937	924	5.873	2.366
Totais	108.533	86.344	239.917	190.548

Natureza	31/12/2010	Adições	Reversões	Utilizações	31/12/2011
Ações Trabalhistas (1)	126.132	34.265	(8.199)	(15.004)	137.194
Ações Cíveis (2)	95.206	66.701	(7.177)	(3.334)	151.396
Ações Ambientais (3)	12.706	85	(9.002)	-	3.789
Ações Tributárias (4)	5.873	722	(6.318)	(5)	272
Total	239.917	101.773	(30.696)	(18.343)	292.651

Natureza	31/12/2011	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/2012
Ações Trabalhistas (1)	137.194	46.079	(20.863)	(13.327)	149.083
Ações Cíveis (2)	151.396	118.192	(81.383)	(1.280)	186.925
Ações Ambientais (3)	3.789	55.192	(10)	(1.488)	57.483
Ações Tributárias (4)	272	2.011	-	-	2.283
Total	292.651	221.474	(102.256)	(16.095)	395.774

Passivos Contingentes

A Companhia suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para as quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição em 31 de dezembro dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	31/12/2012	31/12/2011
Ações Cíveis (2)	93.653	95.551
Ações Ambientais (3)	59.208	7.364
Ações Tributárias (4)	11.955	11.731
Totais	164.816	114.646

(1)As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.

(2)As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de montantes provisionados em decorrência de ações por reclamações de danos causados a terceiros.

(3)As provisões ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais decorrentes principalmente de vazamento/extravazamento de redes coletoras de esgoto, além de efluentes de estações de tratamento de esgoto em desacordo com o padrão.

(4)As provisões tributárias relacionam-se, basicamente, a questionamentos movidos pela prefeitura municipal de Tamboara referente ao ISSQN e do município de Santo Antônio da Platina referente ao IPTU.

Depósitos judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A posição em 31 de dezembro é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	31/12/2011	31/12/2010
Ações Trabalhistas	84.082	76.895
Ações Cíveis	37.566	30.165
Ações Ambientais	560	536
Ações Tributárias	1.471	937
Totais	123.679	108.533

Natureza	Depósitos Judiciais	
	31/12/2012	31/12/2011
Ações Trabalhistas	88.611	84.082
Ações Cíveis	44.463	37.566
Ações Ambientais	560	560
Ações Tributárias	3.858	1.471
Totais	137.492	123.679

RECONHECIMENTO DA RECEITA

Na receita operacional incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. O saldo de contas a receber referente a parcelamentos foi ajustado a valor presente.

CRÉDITOS FISCAIS**IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR****2010**

Apresenta a seguinte composição

Descrição	2010	2009
Imposto de Renda a compensar (1)	2.912	8.333
Contribuição Social a compensar (1)	182	1.360
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.395	1.501
Outros tributos a compensar	282	282
Totais	4.771	11.476
Curto Prazo	3.799	10.417
Longo Prazo	972	1.059

2011

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2011	2010
Imposto de Renda a compensar (1)	10.703	2.912
Contribuição Social a compensar (1)	2.734	182
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.284	1.395
Outros tributos a compensar	282	282
Totais	15.003	4.771
Curto Prazo	14.045	3.799
Longo Prazo	958	972

2012

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2012	2011
Imposto de Renda a compensar (1)	19.332	10.703
Contribuição Social a compensar (1)	5.611	2.734
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.371	1.284
Outros tributos a compensar	282	282
Totais	26.596	15.003
Curto Prazo	25.573	14.045
Longo Prazo	1.023	958

(1) Estes valores referem-se aos saldos negativos, relativos ao pagamento mensal por estimativa do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL em comparação com o lucro real apurado. Esses valores são corrigidos pela taxa SELIC.

ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO**2010****IMOBILIZADO E INTANGÍVEL****a) Imobilizado**

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2010	2009
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	2.758.876	(891.327)	1.867.549	1.795.210
Sistemas de Esgoto	2.375.407	(462.664)	1.912.743	1.655.166
Administração	137.761	(77.376)	60.385	43.092
Outras Imobilizações	21.222	(12.140)	9.082	7.465
Projetos e Obras em Andamento	496.685	-	496.685	543.519
Estoques para Obras	35.459	-	35.459	20.253
Totais	5.825.410	(1.443.507)	4.381.903	4.064.705

Por Natureza						2010	2009
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo		Depreciação Acumulada		Valor	Líquido
		Custo	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Custo	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Terrenos	-	54.906	-	-	-	54.906	49.627
Poços	2,86%	79.245	3.610	(26.365)	(233)	56.257	50.044
Barragens	2%	127.549	10.167	(27.129)	(7.789)	102.798	102.128
Construções Cíveis	* 1,83%	1.183.499	47.214	(236.212)	(27.224)	967.277	945.586
Benfeitorias	2%	6.974	-	(1.103)	-	5.871	5.395
Tubulações	* 1,95%	2.392.198	344.121	(419.201)	(178.515)	2.138.603	1.909.877
Ligações Prediais	3,33%	327.594	7.396	(125.177)	(686)	209.127	169.551
Instalações	6,67%	36.587	1.785	(17.222)	(334)	20.816	14.652
Hidrômetros	10%	121.930	1.951	(60.375)	(365)	63.141	61.312
Macromedidores	10%	2.588	467	(1.391)	(92)	1.572	1.227
Equipamentos	* 6,22%	299.809	19.257	(159.858)	(2.662)	156.546	132.781
Móveis e Utensílios	7,14%	19.642	1.852	(14.132)	(454)	6.908	5.129
Equipamentos de Informática	* 19,78%	98.936	13.691	(64.615)	(5.324)	42.688	39.064
Ferramentas	6,67%	481	89	(363)	(8)	199	66
Veículos	* 13,05%	55.722	9.281	(44.636)	(3.370)	16.997	11.837
Máquinas, Tratores e Similares	* 19,35%	18.128	6.597	(16.334)	(2.338)	6.053	447
Proteção e Preservação Ambiental	20%	-	-	-	-	-	2.210
Projetos e Obras em Andamento	-	496.685	-	-	-	496.685	543.519
Estoques para Obras	-	35.459	-	-	-	35.459	20.253
Totais		5.357.932	467.478	(1.214.113)	(229.394)	4.381.903	4.064.705

* Taxa Média Ponderada

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991 e atribuição de custos ao Imobilizado em 2010, cujos saldos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$ 238.084 e R\$ 195.159, respectivamente. A Administração da Companhia entende que a manutenção da reavaliação é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização.

O saldo de projetos e obras em andamento em 2010, refere-se a 119 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 67 localidades, no montante de R\$ 104.960; 189 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 77 localidades, no montante de R\$ 318.492, e ainda R\$ 73.233 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2010 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram as obras da Companhia, no montante de R\$ 11.070 (R\$ 7.760 em 2009).

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	2010	2009
				Valor Líquido	
Concessão do Município de Curitiba (1)	3,33%	125.000	(37.847)	87.153	91.320
Concessão do Município de Cianorte (2)	5%	120	(50)	70	75
Programas de Informática	20%	11.296	(9.742)	1.554	2.078
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	192	(141)	51	-
Proteção e Preservação Ambiental	20%	8.570	(3.912)	4.658	-
Totais		145.178	(51.692)	93.486	93.473

- (1) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 12.
- (2) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

c) Imobilizado e Intangível

O Ativo Imobilizado e Intangível apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	2009	Custo Atribuído	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas	Transferências	2010
Imobilizado							
Terrenos	49.627	-	1.437	-	-	3.842	54.906
Poços	50.044	3.610	58	(1.139)	(52)	3.736	56.257
Barragens	102.128	849	159	(2.363)	-	2.025	102.798
Construções Civas	945.586	122	2.578	(21.660)	(582)	41.233	967.277
Benfeitorias	5.395	-	183	(130)	(1)	424	5.871
Tubulações	1.909.877	1.115	16.335	(52.331)	-	263.607	2.138.603
Ligações Prediais	169.551	7.900	56	(8.397)	(1.041)	41.058	209.127
Instalações	14.652	1.795	832	(1.735)	(10)	5.282	20.816
Hidrômetros	61.312	2.323	12	(11.386)	(1.213)	12.093	63.141
Macromedidores	1.227	467	-	(246)	-	124	1.572
Equipamentos	132.781	19.497	9.631	(13.096)	(1.902)	9.635	156.546
Móveis e Utensílios	5.129	1.895	664	(1.003)	(59)	282	6.908
Equipamentos de Informática	39.064	13.889	2.620	(15.655)	(165)	2.935	42.688
Ferramentas	66	90	63	(15)	(1)	(4)	199
Veículos	11.837	9.347	1.458	(5.563)	(82)	-	16.997
Máquinas, Tratores e Similares	447	6.596	1.532	(2.524)	-	2	6.053
Proteção e Preservação Ambiental	2.210	-	115	(180)	-	(2.145)	-
Subtotais Imobilizado Operacional	3.500.933	69.495	37.733	(137.423)	(5.108)	384.129	3.849.759
Projetos e Obras em Andamento	543.519	-	343.856	-	(479)	(390.211)	496.985
Estoques para Obras	20.253	-	15.206	-	-	-	35.459
Totais Imobilizado	4.064.705	69.495	396.795	(137.423)	(5.587)	(a) (6.082)	4.381.903
Intangível							
Concessão do Município de Curitiba	91.320	-	-	(4.167)	-	-	87.153
Concessão do Município de Cianorte	75	-	-	(5)	-	-	70
Programas de Informática	2.078	-	280	(1.453)	-	649	1.554
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	-	-	-	(5)	-	56	51
Proteção e Preservação Ambiental	-	-	157	(876)	-	5.377	4.658
Totais Intangível	93.473	-	437	(6.506)	-	6.082	93.486
Total Geral	4.158.178	69.495	397.232	(143.929)	(5.587)	-	4.475.389

d) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01/07, aprovado pela Deliberação CVM 527/07, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para apuração do valor recuperável dos ativos da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, considerando como unidade geradora de caixa os segmentos de água e esgoto e a empresa de forma global;

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas para um período de cinco anos
- As estimativas de fluxos de caixa foram realizadas em moeda constante, desconsiderando portanto, os efeitos da inflação nos fluxos de caixa e na taxa de desconto;
- Nas projeções das receitas, as premissas adotadas foram: o crescimento médio do número de ligações e do consumo médio em m³ por ligação, bem como a tarifa média por m³;
- O valor contábil dos ativos apurado, na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável, em virtude dos contratos de concessão atualmente em vigor estabelecerem indenização por parte dos municípios, em caso de não renovação ou quebra de contrato;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), calculado na Companhia de 7,63%.

O estudo técnico nos levou a concluir que:

- O Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável;
- O saldo contábil do Imobilizado e Intangível em operação em 31/12/2010, é de R\$ 3.943.245; e o valor presente dos ativos em uso na Companhia, conforme fluxos de caixa projetados até o ano de 2015, totaliza R\$ 5.381.247.

e) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

Em atendimento a Lei 11.638/2007, a Companhia, em 17 de agosto de 2009, constituiu comissão interna, composta por funcionários da empresa, com reconhecida competência em suas áreas de atuação, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas no âmbito da Sanepar. A equipe foi composta por 2 Contadores, 1 Analista de Sistemas, 2 Engenheiros Cíveis, 1 Engenheiro Mecânico, 1 Engenheiro de Materiais e 1 Engenheiro Elétrico.

Para o desenvolvimento do estudo técnico o Ativo Imobilizado e o Intangível foram segmentados em grupos de bens de acordo com a sua natureza e representatividade. No primeiro grupo, para o qual foi dado maior importância e peso no estudo, encontram-se os bens que representam uma parte significativa do valor total do imobilizado e intangível da Companhia, entre os quais cita-se as tubulações de redes de água e de esgoto e unidades construtivas (barragens, estações de tratamento de água e de esgoto e demais construções civis).

No segundo grupo estão os itens de importância relativa conforme a quantidade de bens e seu valor total com relação ao imobilizado e intangível, entre os quais encontram-se máquinas, equipamentos e veículos, sendo que para esse grupo os estudos foram focados no histórico da Companhia e nas características construtivas que interferem na expectativa de durabilidade.

Para os demais itens do imobilizado e intangível, tais como móveis, utensílios, microinformática, telecomunicações, equipamentos eletromecânicos e ferramentas, foi considerado o histórico de utilização, reposição e baixa dos bens.

A adoção das novas taxas de depreciação/amortização, a partir de 01/01/2010, impactaram positivamente o resultado da Companhia, no exercício de 2010, na ordem de R\$ 15.008.

Foram considerados também, neste estudo, os aspectos de atribuição de valor residual aos ativos conforme o CPC 27 e a ICPC 10, e analisando as particularidades do setor de saneamento, constata-se a pouca probabilidade de venda de bens patrimoniais operacionais. Diante disso, a comissão constituída para o estudo concluiu pela não atribuição do valor residual aos ativos ao final da vida útil estimada.

A seguir apresentamos, por natureza dos bens, a vida útil e as taxas de depreciação:

Descrição	Vida Útil		Taxa de depreciação/ amortização		
	Anterior	Atual	Anterior (a)	Atual (b)	
				Nominal	Média Ponderada
Imobilizado					
Poços	20 anos	35 anos	5%	2,86%	-
Barragens	33 anos	50 anos	3%	2%	-
Construções Cíveis	50 anos	50 e 60 anos	2%	1,67% e 2%	1,83%
Benfeitorias	50 anos	50 anos	2%	2%	-
Tubulações	52 anos	30 a 60 anos	1,93%	1,67% a 3,33%	1,95%
Ligações Prediais	20 anos	30 anos	5%	3,33%	-
Instalações	10 anos	15 anos	10%	6,67%	-
Hidrômetros	10 anos	10 anos	10%	10%	-
Macromedidores	10 anos	10 anos	10%	10%	-
Equipamentos	10 anos	12 a 20 anos	10%	5% a 8,33%	6,22%
Móveis e Utensílios	10 anos	14 anos	10%	7,14%	-
Equipamentos de Informática	5 anos	5 a 20 anos	20%	5% a 20%	19,78%
Ferramentas	5 anos	15 anos	20%	6,67%	-
Veículos	5 anos	5 a 10 anos	20%	10% a 20%	13,05%
Máquinas, Tratores e Similares	4 anos	4 e 10 anos	25%	10% e 25%	19,35%
Intangível					
Concessão do Município de Curitiba	30 anos	30 anos	3,33%	3,33%	-
Concessão do Município de Cianorte	20 anos	20 anos	5%	5%	-
Programas de Informática	5 anos	5 anos	20%	20%	-
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	10 anos	16 anos	10%	6,25%	-
Proteção e Preservação Ambiental	5 anos	5 anos	20%	20%	-

(a) Refere-se à taxa de depreciação/amortização que foi utilizada até 31/12/2009.

(b) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada a partir de 01/01/2010, com base em estudos internos da Companhia.

f) Custo Atribuído

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22/12/2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.

A seguir apresentamos, resumo por natureza, do valor contábil anterior e do novo custo atribuído:

Descrição	Valor Contábil em 31/12/2009	Custo Atribuído	Valor Contábil em 01/01/2010	Vida Útil Remanescente (em meses)
Imobilizado				
Poços	92	3.610	3.702	180
Barragens	6	849	855	201
Construções Civas	8	122	130	120 a 300
Tubulações	6	1.115	1.121	120 a 720
Ligações Prediais	1.207	7.900	9.107	120
Instalações	93	1.795	1.888	60
Hidrômetros	252	2.323	2.575	60
Macromedidores	-	467	467	60
Equipamentos	419	19.497	19.916	24 a 120
Móveis e Utensílios	34	1.895	1.929	48
Equipamentos de Informática	48	13.889	13.937	30 a 240
Ferramentas	1	90	91	120
Veículos	12	9.347	9.359	120
Máquinas, Tratores e Similares	84	6.596	6.680	150
Totais	2.262	69.495	71.757	

O registro contábil do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado no montante de R\$ 69.495 teve como contrapartida a conta de Patrimônio Líquido denominada de Ajustes de Avaliação Patrimonial no montante de R\$ 45.867 e a conta de Tributos Diferidos no Passivo Não Circulante no montante de R\$ 23.628. Na medida em que os bens forem depreciados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores serão realizados e transferidos para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados e para a conta de Tributos Correntes. A adoção desse novo custo, impactou negativamente o resultado da Companhia durante o exercício de 2010, por conta do aumento dos custos e das despesas com depreciação e baixas no montante de R\$ 17.575.

g) Política de Distribuição de Dividendos

Os impactos decorrentes da implantação destes novos Pronunciamentos foram considerados integralmente nos resultados e conseqüentemente no cálculo da distribuição dos Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio, de acordo com a legislação societária e o estatuto social da Companhia.

2011

INTANGÍVEL E IMOBILIZADO**a) Intangível**

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2011	2010
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	11.031	(6.789)	4.242	4.672
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.120	(42.070)	83.050	87.223
Outros Ativos Intangíveis	16.543	(9.975)	6.568	1.591
Totais	152.694	(58.834)	93.860	93.486

Por Natureza				2011	2010
Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Poços (1)	2,67%	145	(19)	126	-
Construções Civas (1)	* 2,19%	82	(47)	35	-
Benfeitorias (1)	2%	31	(7)	24	-
Tubulações (1)	* 2,88%	277	(133)	144	-
Ligações Prediais (1)	2,55%	78	(36)	42	-
Instalações (1)	6,67%	133	(42)	91	-
Hidrômetros (1)	10%	80	(58)	22	-
Macromedidores (1)	10%	1	(1)	-	-
Equipamentos (1)	* 6,22%	96	(42)	54	-
Móveis e Utensílios (1)	7,14%	1	(1)	-	-
Programas de Informática	20%	17.712	(11.134)	6.578	1.554
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	146	(99)	47	51
Proteção e Preservação Ambiental	20%	8.792	(5.145)	3.647	4.658
Concessão do Município de Curitiba (2)	3,33%	125.000	(42.014)	82.986	87.153
Concessão do Município de Cianorte (3)	5%	120	(56)	64	70
Totais		152.694	(58.834)	93.860	93.486

- Taxa Média Ponderada

- Bens patrimoniais referentes às renovações contratuais, anteriormente denominadas de concessão plena para concessão de operação, através de contratos de programas que têm por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, onde a Companhia detém a posse e a gestão dos bens adquiridos ou construídos durante a vigência dos contratos. A amortização ocorre pelo prazo de vigência dos contratos (30 anos) ou pela vida útil dos bens (dos dois o menor).
- Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba.

- Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

b) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2011	2010
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	2.834.259	(954.980)	1.879.279	1.867.549
Sistemas de Esgoto	2.556.072	(516.015)	2.040.057	1.912.743
Resíduos Sólidos	3.160	(2.064)	1.096	-
Administração	137.551	(78.463)	59.088	60.385
Outras Imobilizações	17.931	(9.862)	8.069	9.082
Projetos e Obras em Andamento	553.303	-	553.303	496.685
Estoques para Obras	38.118	-	38.118	35.459
Totais	6.140.394	(1.561.384)	4.579.010	4.381.903

Por Natureza					2011	2010	
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo		Depreciação Acumulada		Valor Líquido	
		Custo	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Custo	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Terrenos	-	56.953	-	-	-	56.953	54.906
Poços	2,86%	81.886	3.610	(27.397)	(464)	57.635	56.257
Barragens	2%	127.688	10.167	(29.404)	(7.908)	100.543	102.798
Construções Civis	* 1,83%	1.210.499	47.178	(257.370)	(28.301)	972.006	967.277
Benfeitorias	2%	7.416	-	(1.245)	-	6.171	5.871
Tubulações	* 1,95%	2.575.638	344.086	(467.810)	(186.439)	2.265.475	2.138.603
Ligações Prediais	3,33%	354.599	7.111	(129.126)	(1.317)	231.267	209.127
Instalações	6,67%	39.881	1.784	(18.933)	(669)	22.063	20.816
Hidrômetros	10%	121.197	1.524	(63.565)	(572)	58.584	63.141
Macromedidores	10%	2.814	465	(1.551)	(184)	1.544	1.572
Equipamentos	* 6,22%	313.159	18.792	(167.794)	(4.993)	159.164	156.546
Móveis e Utensílios	7,14%	20.596	1.737	(14.340)	(852)	7.141	6.908
Equipamentos de Informática	* 19,77%	98.419	10.825	(71.252)	(7.980)	30.012	42.688
Ferramentas	6,67%	530	88	(370)	(16)	232	199
Veículos	* 13,05%	56.318	9.275	(46.758)	(4.550)	14.285	16.997
Máquinas, Tratores e Similares	* 19,35%	18.141	6.597	(16.665)	(3.559)	4.514	6.053
Projetos e Obras em Andamento	-	553.303	-	-	-	553.303	496.685
Estoques para Obras	-	38.118	-	-	-	38.118	35.459
Totais		5.677.155	463.239	(1.313.580)	(247.804)	4.579.010	4.381.903

* Taxa Média Ponderada

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991 e atribuição de custos ao Imobilizado em 2010,

cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$ 215.435 e R\$ 238.084, respectivamente. A Administração da Companhia entende que a manutenção da reavaliação é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização.

O saldo da conta "Projetos e Obras em Andamento" em 31 de dezembro de 2011, refere-se a 175 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 94 localidades, no montante de R\$ 134.330; 220 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 88 localidades, no montante de R\$ 342.507, e ainda R\$76.466 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2011 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$ 14.595 (R\$ 11.070 em 2010).

c) Movimentação do Intangível e Imobilizado

Descrição	2010	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas	Transferências	2011
Intangível						
Poços	-	-	(2)	-	128	126
Construções Cíveis	-	-	(2)	-	37	35
Benfeitorias	-	-	(1)	-	25	24
Tubulações	-	1	(8)	-	151	144
Ligações Prediais	-	-	(2)	-	44	42
Instalações	-	-	(8)	-	99	91
Hidrômetros	-	-	(8)	(2)	32	22
Equipamentos	-	-	(5)	-	59	54
Programas de Informática	1.554	6.424	(1.400)	-	-	6.578
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	51	-	(4)	-	-	47
Proteção e Preservação Ambiental	4.658	222	(1.233)	-	-	3.647
Concessão do Município de Curitiba	87.153	-	(4.167)	-	-	82.986
Concessão do Município de Cianorte	70	-	(6)	-	-	64
Totais Intangível	93.486	6.647	(6.846)	(2)	575	93.860
Imobilizado						
Terrenos	54.906	517	-	(41)	1.571	56.953
Poços	56.257	307	(1.177)	2	2.246	57.635
Barragens	102.798	-	(2.395)	-	140	100.543
Construções Cíveis	967.277	2.541	(22.728)	(1.066)	25.982	972.006
Benfeitorias	5.871	144	(141)	(8)	305	6.171
Tubulações	2.138.603	12.999	(56.620)	(31)	170.524	2.265.475
Ligações Prediais	209.127	29	(9.527)	(1.294)	32.932	231.267
Instalações	20.816	995	(2.105)	(13)	2.370	22.063
Hidrômetros	63.141	-	(11.070)	(1.304)	7.817	58.584
Macromedidores	1.572	-	(258)	(2)	232	1.544
Equipamentos	156.546	13.188	(13.789)	(3.155)	6.374	159.164
Móveis e Utensílios	6.908	1.391	(1.049)	(123)	14	7.141
Equipamentos de Informática	42.688	3.542	(15.506)	(1.039)	327	30.012
Ferramentas	199	52	(18)	(1)	-	232
Veículos	16.997	737	(3.431)	(18)	-	14.285
Máquinas, Tratores e Similares	6.053	13	(1.552)	-	-	4.514
Subtotais Imobilizado Operacional	3.849.759	36.455	(141.366)	(8.093)	250.834	3.987.589
Projetos e Obras em Andamento	496.685	308.419	-	(286)	(251.515)	553.303
Estoques para Obras	35.459	2.659	-	-	-	38.118
Totais Imobilizado	4.381.903	347.533	(141.366)	(8.379)	(681)	4.579.010
Total Geral	4.475.389	354.180	(148.212)	(8.381)	(a)	4.672.870

(a) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente ao montante esperado de recebimento ao final do contrato com o município de Quitandinha.

d) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 639/10, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o

valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradores de caixa da Sanepar, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33 b;
- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, também foram considerados como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos prevêm ressarcimento pelos Municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;
- As projeções das despesas, nos fluxos de caixa, foram realizadas por grupo de análises e projetadas com base na média dos últimos cinco anos de cada análise em relação a receita bruta;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 56.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

e) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

Em atendimento a Lei 11.638/2007, a Companhia, em 17 de agosto de 2009, constituiu comissão interna, composta por funcionários da empresa, com reconhecida competência em suas áreas de atuação, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas no âmbito da Sanepar.

Para o desenvolvimento do estudo técnico o Ativo Imobilizado e o Intangível foram segmentados em grupos de bens de acordo com a sua natureza e representatividade. No primeiro grupo, de maior relevância e peso no estudo, encontram-se os bens que representam uma parte significativa do valor total do imobilizado e intangível da Companhia, entre os quais cita-se as tubulações de redes de água e de esgoto e unidades construtivas (barragens, estações de tratamento de água e de esgoto e demais construções civis).

No segundo grupo estão os itens de importância relativa conforme a quantidade de bens e seu valor total com relação ao imobilizado e intangível, entre os quais encontram-se máquinas, equipamentos e veículos, sendo que para esse grupo os estudos foram focados no histórico da Companhia e nas características construtivas que interferem na expectativa de durabilidade.

Para os demais itens do imobilizado e intangível, tais como móveis, utensílios, microinformática, telecomunicações, equipamentos eletromecânicos e ferramentas, foi considerado o histórico de utilização, reposição e baixa dos bens.

No exercício de 2011 a Companhia constituiu uma comissão interna para revisão do estudo técnico realizado no exercício de 2009, a qual concluiu que neste intervalo de tempo não ocorreram novos fatos, evidências, tecnologias, paradigmas e renovação significativa dos bens que justifique alterações no tempo de vida útil utilizado. Desta forma, a comissão recomendou a manutenção da vida útil e das taxas de depreciação atualmente utilizadas para os exercícios de 2011 e 2012.

A adoção das novas taxas de depreciação/amortização, a partir de 01/01/2010, impactaram positivamente o resultado da Companhia, no exercício de 2011, na ordem de R\$ 16.258.

f) Custo Atribuído

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22/12/2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.

A adoção desse novo custo, impactou negativamente o resultado da Companhia durante o exercício de 2011, por conta do aumento dos custos e das despesas com depreciação e baixas no montante de R\$ 13.635.

g) Política de Distribuição de Dividendos

Os impactos decorrentes da implantação destes novos Pronunciamentos foram considerados integralmente nos resultados e consequentemente no cálculo da distribuição dos Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio, de acordo com a legislação societária e o estatuto social da Companhia.

2012**IMOBILIZADO E INTANGÍVEL****Imobilizado**

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2012	2011
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	2.852.201	(970.375)	1.881.826	1.879.279
Sistemas de Esgoto	2.682.836	(550.208)	2.132.628	2.040.057
Resíduos Sólidos	3.206	(2.241)	965	1.096
Administração	144.210	(79.921)	64.289	59.088
Outras Imobilizações	23.245	(13.233)	10.012	8.069
Projetos e Obras em Andamento	628.609	-	628.609	553.303
Estoques para Obras	41.793	-	41.793	38.118
Totais	6.376.100	(1.615.978)	4.760.122	4.579.010

Por Natureza				2012	2011
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	59.202	-	59.202	56.953
Poços	2,86%	84.897	(26.426)	58.471	57.635
Barragens	2%	137.143	(39.204)	97.939	100.543
Construções Cíveis	*1,84%	1.266.080	(298.239)	967.841	972.006
Benfeitorias	2%	9.415	(1.379)	8.036	6.171
Tubulações	*1,95%	3.035.909	(683.511)	2.352.398	2.265.475
Ligações Prediais	3,33%	382.813	(131.896)	250.917	231.267
Instalações	6,67%	45.299	(20.885)	24.414	22.063
Hidrômetros	10%	120.931	(64.013)	56.918	58.584
Macromedidores	10%	3.243	(1.905)	1.338	1.544
Equipamentos	*6,23%	341.388	(177.820)	163.568	159.164
Móveis e Utensílios	7,14%	25.727	(15.478)	10.249	7.141
Equipamentos de Informática	*19,82%	106.522	(83.348)	23.174	30.012
Veículos	*13,05%	63.261	(51.815)	11.446	14.285
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	23.228	(19.668)	3.560	4.514
Ferramentas	6,67%	640	(391)	249	232
Projetos e Obras em Andamento	-	628.609	-	628.609	553.303
Estoques para Obras	-	41.793	-	41.793	38.118
Totais		6.376.100	(1.615.978)	4.760.122	4.579.010

- Taxa Média Ponderada

O saldo da conta "Projetos e Obras em Andamento" em 31 de dezembro de 2012, refere-se a 210 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 102 localidades, no montante de R\$203.467; 274 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 101 localidades, no montante de R\$344.698, e ainda R\$80.444 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2012 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$15.709 (R\$14.595 em 2011). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 9,7%.

Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2012	2011
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	107.361	(53.231)	54.130	4.242
Sistemas de Esgoto	86.563	(23.536)	63.027	4
Resíduos Sólidos	526	(93)	433	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.120	(46.243)	78.877	83.050
Outros Ativos Intangíveis	20.875	(13.815)	7.060	6.564
Totais	340.445	(136.918)	203.527	93.860

Por Natureza			2012	2011
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	1.357	-	1.357
Poços (1)	3,33%	6.887	(2.805)	4.082
Barragens (1)	3,33%	778	(507)	271
Construções Cíveis (1)	3,33%	36.254	(10.930)	25.324
Benfeitorias (1)	3,33%	238	(42)	196
Tubulações (1)	3,33%	92.985	(31.209)	61.776
Ligações Prediais (1)	3,33%	15.993	(7.201)	8.792
Instalações (1)	6,67%	2.762	(1.150)	1.612
Hidrômetros (1)	10%	6.630	(3.544)	3.086
Macromedidores (1)	10%	186	(104)	82
Equipamentos (1)	*6,23%	14.411	(7.088)	7.323
Móveis e Utensílios (1)	7,14%	114	(56)	58
Equipamento de Informática (1)	*19,82%	1.426	(1.312)	114
Programas de Informática (1)	20%	22.036	(14.967)	7.069
Veículos (1)	*13,05%	2.256	(2.034)	222
Máquinas, Tratores e Similares (1)	*19,35%	1.509	(1.404)	105
Ferramentas (1)	6,67%	11	(9)	2
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	*6,25%	153	(103)	50
Proteção e Preservação Ambiental	20%	9.339	(6.210)	3.129
Concessão do Município de Curitiba (2)	3,33%	125.000	(46.181)	78.819
Concessão do Município de Cianorte (3)	5%	120	(62)	58
Totais		340.445	(136.918)	203.527

* Taxa Média Ponderada

(1) Bens patrimoniais referentes às renovações contratuais, anteriormente denominadas de concessão plena para concessão de operação, através de contratos de programas que têm por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, onde a

Companhia detém a posse e a gestão dos bens adquiridos ou construídos durante a vigência dos contratos. A amortização ocorre pelo prazo de vigência dos contratos (30 anos) ou pela vida útil dos bens (dos dois o menor), caso a vida útil dos ativos ultrapasse o prazo do contrato é constituído ativo financeiro.

- (2) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba.
- (3)Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

Movimentação do Imobilizado e Intangível

Descrição	2011	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas	Transferências	2012
Imobilizado						
Terrenos	56.953	2.928	-	-	(679)	59.202
Poços	57.635	320	(1.221)	(36)	1.773	58.471
Barragens	100.543	45	(2.394)	-	(255)	97.939
Construções Cíveis	972.006	3.962	(23.207)	(59)	15.139	967.841
Benfeitorias	6.171	224	(167)	(2)	1.810	8.036
Tubulações	2.265.475	20.037	(59.916)	(36)	126.838	2.352.398
Ligações Prediais	231.267	26	(10.500)	(463)	30.587	250.917
Instalações	22.063	1.158	(2.360)	(3)	3.556	24.414
Hidrômetros	58.584	11	(10.508)	(1.072)	9.903	56.918
Macromedidores	1.544	-	(271)	(1)	66	1.338
Equipamentos	159.164	15.625	(14.540)	(2.217)	5.536	163.568
Móveis e Utensílios	7.141	3.925	(860)	(78)	121	10.249
Equipamentos de Informática	30.012	1.487	(8.098)	(230)	3	23.174
Veículos	14.285	269	(2.826)	(2)	(280)	11.446
Máquinas, Tratores e Similares	4.514	-	(800)	-	(154)	3.560
Ferramentas	232	42	(22)	(1)	(2)	249
Subtotais Imobilizado Operacional	3.987.589	50.059	(137.690)	(4.200)	193.962	4.089.720
Projetos e Obras em Andamento	553.303	417.497	-	(498)	(341.693)	628.609
Estoques para Obras	38.118	3.675	-	-	-	41.793
Totais Imobilizado	4.579.010	471.231	(137.690)	(4.698)	(147.731)	4.760.122
Intangível						
Terrenos	-	86	-	-	1.271	1.357
Poços	126	31	(41)	-	3.966	4.082
Barragens	-	-	(5)	-	276	271
Construções Cíveis	35	(544)	(273)	(19)	26.125	25.324
Benfeitorias	24	-	(3)	-	175	196
Tubulações	144	109	(656)	-	62.179	61.776
Ligações Prediais	42	-	(145)	(5)	8.900	8.792
Instalações	91	46	(59)	(4)	1.538	1.612
Hidrômetros	22	-	(232)	(30)	3.326	3.086
Macromedidores	-	-	(6)	-	88	82
Equipamentos	54	483	(230)	(32)	7.048	7.323
Móveis e Utensílios	-	15	(2)	-	45	58
Equipamentos de Informática	-	-	(110)	-	224	114
Programas de Informática	6.578	4.324	(3.833)	-	-	7.069
Veículos	-	-	(59)	-	281	222
Máquinas, Tratores e Similares	-	-	(49)	-	154	105
Ferramentas	-	-	-	-	2	2
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	47	5	(4)	-	2	50
Proteção e Preservação Ambiental	3.647	548	(1.066)	-	-	3.129
Concessão do Município de Curitiba	82.986	-	(4.167)	-	-	78.819
Concessão do Município de Cianorte	64	-	(6)	-	-	58
Totais Intangível	93.860	5.103	(10.946)	(90)	115.600	203.527
Total Geral	4.672.870	476.334	(148.636)	(4.788)	(a) (32.131)	4.963.649

(b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente a expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas.

Reserva de Reavaliação e Atribuição do Novo Custo

Reserva de Reavaliação

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991 e atribuição de custos ao Imobilizado em 2010, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$200.232 e R\$215.435, respectivamente. A Administração da Companhia entende que a manutenção da reavaliação é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização.

Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 639/10, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- As unidades geradoras de caixa, identificadas para o teste de recuperabilidade dos ativos, foram os segmentos de negócio de água e esgoto;
- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33 b;
- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa,

também foram considerados como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos prevêem ressarcimento pelos Municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;

- As projeções das despesas, nos fluxos de caixa, foram realizadas por grupo de análises e projetadas com base na média dos últimos cinco anos de cada análise em relação a receita bruta;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi de 6,81%. O referido percentual foi baseado no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 56.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

Em atendimento a Lei 11.638/2007, a Companhia, em 17 de agosto de 2009, constituiu comissão interna, composta por funcionários da empresa, com reconhecida competência em suas áreas de atuação, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas no âmbito da Sanepar.

Para o desenvolvimento do estudo técnico o Ativo Imobilizado e o Intangível foram segmentados em grupos de bens de acordo com a sua natureza e representatividade. No primeiro grupo, de maior relevância e peso no estudo, encontram-se os bens que representam uma parte significativa do valor total do imobilizado e intangível da Companhia, entre os quais cita-se as tubulações de redes de água e de esgoto e unidades construtivas (barragens, estações de tratamento de água e de esgoto e demais construções civis).

No segundo grupo estão os itens de importância relativa conforme a quantidade de bens e seu valor total com relação ao imobilizado e intangível, entre os quais encontram-se máquinas, equipamentos e veículos, sendo que para esse grupo os estudos foram focados no histórico da Companhia e nas

características construtivas que interferem na expectativa de durabilidade.

Para os demais itens do imobilizado e intangível, tais como móveis, utensílios, microinformática, telecomunicações, equipamentos eletromecânicos e ferramentas, foi considerado o histórico de utilização, reposição e baixa dos bens.

No exercício de 2011 a Companhia constituiu uma comissão interna para revisão do estudo técnico realizado no exercício de 2009, a qual concluiu que neste intervalo de tempo não ocorreram novos fatos, evidências, tecnologias, paradigmas e renovação significativa dos bens que justifique alterações no tempo de vida útil utilizado. Desta forma, a comissão recomendou a manutenção da vida útil e das taxas de depreciação atualmente utilizadas para os exercícios de 2011 e 2012.

PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: i) aposentadorias programadas, as quais são tratadas como contribuição definida; ii) benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-doença e acidente) como benefício definido. Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$ 21.376 (R\$ 17.805 em 2011) como contribuição à FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,6% pela patrocinadora e 36,4% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no

regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$33.117 (R\$28.540 em 2011).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar são determinadas por atuário externo, (ATU-VERITA - Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda.), a qual emitiu parecer datado de 31 de janeiro de 2013, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33, aprovado pela Deliberação 600 da CVM, foi contratada a Actuarial - Assessoria e Consultoria Atuarial S/C Ltda., que emitiu relatório detalhado, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

Demonstração do passivo atuarial de 2010, 2011 e 2012:

2010

Descrição	Plano de		2010	2009
	Aposentadoria	Assistência Médica		
Valor Presente das Obrigações Atuariais, Total ou Parcialmente, Cobertas	503.700	317.220	820.920	696.327
Valor Justo dos Ativos	(333.329)	(6.546)	(339.875)	(313.861)
Valor Líquido dos Ganhos e (Perdas) Atuariais	29.640	(9.303)	20.337	46.511
Totais	200.011	301.371	501.382	428.977
Curto Prazo	13.334	20.091	33.425	28.598
Longo Prazo	186.677	281.280	467.957	400.379

2011

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2011	2010
Valor Presente das Obrigações Atuariais, Total ou Parcialmente, Cobertas	552.584	343.784	896.368	820.920
Valor Justo dos Ativos	(347.187)	(5.753)	(352.940)	(339.875)
Valor Líquido dos Ganhos e (Perdas) Atuariais	39.683	13.508	53.191	20.337
Totais	245.080	351.539	596.619	501.382
Curto Prazo	16.339	23.436	39.775	33.425
Longo Prazo	228.741	328.103	556.844	467.957

2012

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2012	2011
Valor Presente das Obrigações Atuariais, Total ou Parcialmente, Cobertas	681.825	398.339	1.080.164	896.368
Valor Justo dos Ativos	(425.081)	(4.653)	(429.734)	(352.940)
Valor Líquido dos Ganhos e (Perdas) Atuariais	92.736	116.132	208.868	53.191
Totais	349.480	509.818	859.298	596.619
Curto Prazo	23.299	33.988	57.287	39.775
Longo Prazo	326.181	475.830	802.011	556.844

Apuração do passivo atuarial:

2010

Descrição	Plano de		2010	2009
	Aposentadoria	Assistência Médica		
Valor presente da obrigação no início do ano	475.340	267.498	742.838	627.559
Custo de juros sobre a obrigação	49.911	28.087	77.998	69.032
Custo de serviço passado não reconhecido	27.927	19.760	47.687	31.119
Custo do serviço corrente	1.440	8.923	10.363	9.044
Benefícios pagos no exercício	(35.616)	(7.439)	(43.055)	(37.096)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	14.338	(8.912)	5.426	43.180
Obrigação total no exercício de 2010	533.340	307.917	841.257	742.838
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(307.942)	(5.919)	(313.861)	(274.814)
Juros sobre os ativos do plano	(32.334)	(621)	(32.955)	(30.229)
Contribuição dos participantes	(2.901)	-	(2.901)	(2.634)
Contribuição da patrocinadora	(13.143)	(7.054)	(20.197)	(15.492)
Benefícios pagos no exercício	35.616	7.439	43.055	37.096
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	(12.625)	(391)	(13.016)	(27.788)
Valor justo dos ativos no exercício	(333.329)	(6.546)	(339.875)	(313.861)
Passivo reconhecido no final do exercício	200.011	301.371	501.382	428.977

2011

Descrição	Plano de		2011	2010
	Aposentadoria	Assistência Médica		
Valor presente da obrigação no início do ano	533.340	307.917	841.257	742.838
Custo de juros sobre a obrigação	60.001	34.641	94.642	77.998
Custo de serviço passado não reconhecido	16.140	-	16.140	47.687
Custo do serviço corrente	1.838	10.212	12.050	10.363
Benefícios pagos no exercício	(36.650)	(8.256)	(44.906)	(43.055)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	17.598	12.778	30.376	5.426
Obrigação total no exercício de 2011	592.267	357.292	949.559	841.257
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(333.329)	(6.546)	(339.875)	(313.861)
Juros sobre os ativos do plano	(37.499)	(736)	(38.235)	(32.955)
Contribuição dos participantes	(3.235)	-	(3.235)	(2.901)
Contribuição da patrocinadora	(15.719)	(7.457)	(23.176)	(20.197)
Benefícios pagos no exercício	36.650	8.256	44.906	43.055
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	5.945	730	6.675	(13.016)
Valor justo dos ativos no exercício	(347.187)	(5.753)	(352.940)	(339.875)
Passivo reconhecido no final do exercício	245.080	351.539	596.619	501.382

2012

Descrição	Plano de		2012	2011
	Aposentadoria	Assistência Médica		
Valor presente da obrigação no início do ano	592.267	357.292	949.559	841.257
Custo de juros sobre a obrigação	66.630	40.195	106.825	94.642
Custo de serviço passado não reconhecido	-	-	-	16.140
Custo do serviço corrente	2.255	11.865	14.120	12.050
Benefícios pagos no exercício	(41.839)	(8.832)	(50.671)	(44.906)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	155.248	113.951	269.199	30.376
Obrigação total no exercício de 2012	774.561	514.471	1.289.032	949.559
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(347.187)	(5.753)	(352.940)	(339.875)
Juros sobre os ativos do plano	(39.059)	(647)	(39.706)	(38.235)
Contribuição dos participantes	(3.671)	-	(3.671)	(3.235)
Contribuição da patrocinadora	(14.491)	(9.266)	(23.757)	(23.176)
Benefícios pagos no exercício	41.839	8.832	50.671	44.906
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	(62.512)	2.181	(60.331)	6.675
Valor justo dos ativos no exercício	(425.081)	(4.653)	(429.734)	(352.940)
Passivo reconhecido no final do exercício	349.480	509.818	859.298	596.619

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano e da obrigação atuarial de 2010, 2011 e 2012:

2010

Ativos do Plano	Plano de Aposentadoria
Ativo bruto em 31/12/2010	751.324
Exigível operacional	(3.696)
Exigível contingencial	(3.164)
Fundo Previdencial – Desligamentos	(323)
Fundo de investimentos	(1.307)
Fundo administrativo	(801)
Ativo Previdenciário Líquido	742.033
Fundos individuais (CD)	(408.705)
Valor Justo dos Ativos em 31/12/2010	333.329

2011

Ativos do Plano	Plano de Aposentadoria
Ativo bruto em 31/12/2011	814.977
Exigível operacional	(3.829)
Exigível contingencial	(6.749)
Fundo Previdencial – Desligamentos	(343)
Fundo de investimentos	(1.530)
Fundo administrativo	(597)
Ativo Previdenciário Líquido	801.929
Fundos individuais (CD)	(454.742)
Valor Justo dos Ativos em 31/12/2011	347.187

2012

Ativos do Plano	Plano de Aposentadoria
Ativo bruto em 31/12/2012	992.727
Exigível operacional	(5.012)
Exigível contingencial	(8.443)
Fundo Previdencial – Desligamentos	(431)
Fundo de investimentos	(1.997)
Fundo administrativo	(881)
Ativo Previdenciário Líquido	975.963
Fundos individuais (CD)	(537.662)
Patrimônio dos Participantes e de Outras Patrocinadoras	(8.567)
Valor Justo dos Ativos em 31/12/2012	429.734

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial de 2010, 2011 e 2012:

2010

Hipóteses Econômicas

Taxa de Desconto	11,25% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	11,25% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,46% ao ano
Inflação	5,25% ao ano
Crescimento dos Custos Médicos	11,04% ao ano

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-2000 Male (Previdência) e AT-2000 (Saúde)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Light Média
Idade de aposentadoria	55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	Experiência da FUSAN

2011

Hipóteses Econômicas

Taxa de Desconto	11,25% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	11,25% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,50% ao ano
Inflação	5,50% ao ano
Crescimento dos Custos Médicos	8,65% ao ano

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-2000 Male (Previdência) e AT-2000 (Saúde)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Light Média
Idade de aposentadoria	55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	Experiência da FUSAN

2012**Hipóteses Econômicas**

Taxa de Desconto	9,75% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	9,75% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,53% ao ano
Inflação	5,50% ao ano
Crescimento dos Custos Médicos	8,65% ao ano

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-2000 Male (Previdência) e AT-2000 (Saúde)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Light Média
Idade de aposentadoria	55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	Experiência da FUSAN

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Companhia aos seus empregados para os exercícios de 2010, 2011 e 2012:

2010

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Participantes Ativos		
Número	6.434	(a) 2.731
Idade Média	40,0	47,7
Tempo de Serviço Médio	12,2	-
Idade Média de Aposentadoria	52,5	-
Salário de Participação Médio	R\$2.718,39	-
Folha Mensal	R\$17.490.121,26	-
Participantes Aposentados		
Número	1.683	(b) 4.471
Idade Média	62,3	53,7
Benefício Médio Mensal	R\$1.306,92	-
Pensionistas		
Número de Pensionistas	493	-
Média de Idade de Todos os Pensionistas	51,3	-
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$865,28	-

- Impacto atuarial sobre os participantes ativos admitidos até 01/03/2002.
- Inclui, além dos participantes aposentados, os pensionistas e os dependentes.

2011

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Participantes Ativos		
Número	6.481	(a) 2.718
Idade Média	40,8	48,7
Tempo de Serviço Médio	12,9	-
Idade Média de Aposentadoria	52,4	-
Salário de Participação Médio	R\$2.926,72	-
Folha Mensal	R\$18.968.072,32	-
Participantes Aposentados		
Número	1.685	(b) 4.387
Idade Média	63,0	55,1
Benefício Médio Mensal	R\$1.400,93	-
Pensionistas		
Número de Pensionistas	515	-
Média de Idade de Todos os Pensionistas	53,0	-
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$906,20	-

(a) Impacto atuarial sobre os participantes ativos admitidos até 01/03/2002.

(b) Inclui, além dos participantes aposentados, os pensionistas e os dependentes.

2012

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Participantes Ativos		
Número	6.834	(a) 2.604
Idade Média	41,0	49,4
Tempo de Serviço Médio	12,6	-
Idade Média de Aposentadoria	52,4	-
Salário de Participação Médio	R\$3.428,41	-
Folha Mensal	R\$23.429.753,94	-
Participantes Aposentados		
Número	1.688	(b) 4.437
Idade Média	63,7	56,1
Benefício Médio Mensal	R\$1.510,20	-
Pensionistas		
Número de Pensionistas	535	-
Média de Idade de Todos os Pensionistas	54,4	-
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$967,60	-

(a) Impacto atuarial sobre os participantes ativos admitidos até 01/03/2002.

(b) Inclui, além dos participantes aposentados, os pensionistas e os dependentes.

Distribuição da Massa de Beneficiários e os Prêmios Mensais Totais do Plano de Assistência Médica dos exercícios de 2010, 2011 e 2012:

2010

Faixa Etária	Total de Beneficiários¹	Valor em reais
0 a 18 anos	2.836	78,00
19 a 23 anos	1.120	111,98
24 a 28 anos	94	116,68
29 a 33 anos	194	133,86
34 a 38 anos	364	139,50
39 a 43 anos	1.001	182,80
44 a 48 anos	1.552	190,47
49 a 53 anos	1.628	251,08
54 a 58 anos	1.555	261,62
59 anos ou mais	2.295	281,15

¹ Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

2011

Faixa Etária	Total de Beneficiários¹	Valor em reais
0 a 18 anos	2.593	81,12
19 a 23 anos	1.085	116,46
24 a 28 anos	76	122,51
29 a 33 anos	175	139,21
34 a 38 anos	301	146,47
39 a 43 anos	867	190,11
44 a 48 anos	1.457	199,99
49 a 53 anos	1.619	261,12
54 a 58 anos	1.593	274,70
59 anos ou mais	2.568	297,89

¹ Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

2012

Faixa Etária	Total de Beneficiários¹	Valor em reais
0 a 18 anos	2.335	96,92
19 a 23 anos	998	139,15
24 a 28 anos	35	146,37
29 a 33 anos	145	166,33
34 a 38 anos	277	175,00
39 a 43 anos	722	227,14
44 a 48 anos	1.359	238,95
49 a 53 anos	1.549	311,09
54 a 58 anos	1.692	328,21
59 anos ou mais	2.751	355,92

¹ Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

Rentabilidade dos Investimentos

No ano de 2012 a FUSAN obteve rentabilidade de 23,48% na sua carteira de investimentos, acima da meta atuarial de 12,30% (juros de 5,75% + INPC/IBGE), considerando a mudança de precificação de parte de seus ativos do critério de marcação na curva para marcação a mercado. Ao desconsiderar a mudança de precificação, a rentabilidade obtida no exercício foi 12,56%, também superior a meta Atuarial.

O Conselho Deliberativo da FUSAN aprovou a Política de Investimentos-2013, com o objetivo de parametrizar os investimentos para os próximos 5 anos, conforme estabelece a legislação em vigor.

A alocação estratégica da carteira visa atingir os objetivos dos investimentos, descritas no quadro a seguir:

Segmento/ Mandato	Alocação %			Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
	Objetivo	Mínimo	Máximo		
Renda fixa	76,7	30,0	100,0	CDI	INPC + 5,0% aa
Renda variável	10,8	0,0	35,0	Ibovespa	INPC + 10,0% aa
Investimentos Estruturados	3,7	0,0	10,0	INPC + 5,8% aa	INPC + 8,0% aa
Investimento no Exterior	0,0	0,0	10,0	INPC + 5,8% aa	INPC + 5,8% aa
Imóveis	2,5	0,0	8,0	INPC + 5,8% aa	INPC + 5,8% aa
Operações com Participantes	6,3	0,0	15,0	INPC + 5,8% aa	INPC + 5,8% aa

Composição da carteira de investimentos em 31/12/2012:

Descrição	Plano de Previdência	%
Renda fixa	734.865	76,6%
Renda variável	136.304	14,2%
Imóveis	20.452	2,1%
Operações com participantes	54.819	5,7%
Estruturados	12.858	1,4%
Total	959.298	100%

Tipos de investimentos não permitidos:

- *Day-Trade*: é vedada a realização de operações de *day-trade* nos fundos exclusivos investidos pelo plano;
- Financiamentos imobiliários: é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos;
- O investimento em Parcerias Público-Privadas (PPPs) somente será permitido quando a operação fizer sentido econômico-financeiro, em termos relativos às demais alternativas que se apresentem para a FUSAN. Além disso, essa operação deverá necessariamente contar com a aprovação do Conselho Deliberativo;
- As operações com derivativos em fundos exclusivos podem ser realizadas somente se estiverem em conformidade com as restrições estabelecidas nessa Política de Investimentos;
- Não serão permitidos investimentos em papéis ou instrumentos classificados como "Grau Especulativo", considerando-se a classificação descrita naquela seção.

O Plano de Assistência à Saúde da Sanepar, administrado pela Fundação Sanepar de Assistência Social, é custeado em pré-pagamento, de acordo com a tabela acima, por contribuições mensais da Patrocinadora (Sanepar) de 70% do valor mensal, cabendo os 30% restantes aos Beneficiários Titulares.

Para os Beneficiários Dependentes, a participação da Patrocinadora no custeio do Plano varia de 50% até 70%, escalonada em função da faixa salarial dos Beneficiários Titulares.

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercícios de 2011, 2012 e 2013:

2011

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2011
Custo do Serviço Corrente	1.838	10.212	12.050
Custo dos Juros	60.001	34.641	94.642
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(37.499)	(736)	(38.235)
Contribuições dos Empregados	(3.235)	-	(3.235)
Totais	21.105	44.117	65.222

2012

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2011
Custo do Serviço Corrente	2.255	11.865	14.120
Custo dos Juros	66.630	40.195	106.825
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(39.059)	(647)	(39.706)
Contribuições dos Empregados	(3.671)	-	(3.671)
Totais	26.155	51.413	77.568

2013

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2013
Custo do Serviço Corrente	4.295	17.249	21.544
Custo dos Juros	75.520	50.161	125.681
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(41.445)	(454)	(41.899)
Contribuições dos Empregados	(4.602)	-	(4.602)
Totais	33.768	66.956	100.724

CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

As provisões ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais decorrentes principalmente de vazamento/extravazamento de

redes coletoras de esgoto, além de efluentes de estações de tratamento de esgoto em desacordo com o padrão.

A Companhia investiu em sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário nos exercícios de 2010 a 2012 o montante de 691,5 milhões de reais, assim distribuídos:

2010 - 243,9 milhões de reais

2011 - 207,0 milhões de reais

2012 - 240,6 milhões de reais

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis, encontra-se a seguir:

Descrição	Valor Contábil		Valor Justo	
	2012	2011	2012	2011
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de caixa	219.175	140.292	219.175	140.292
Contas a Receber de Clientes, líquido	350.920	297.310	350.920	297.310
Total	570.095	437.602	570.095	437.602
Passivos Financeiros				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	960.479	949.160	960.479	949.160
Empreiteiros e Fornecedores	101.793	83.078	101.793	83.078
Título a Pagar	19.649	23.307	19.649	23.307
Total	1.081.921	1.055.545	1.081.921	1.055.545

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

Caixa e Equivalentes de Caixa: os montantes divulgados no balanço patrimonial, aproximam-se do valor justo. O saldo refere-se, basicamente, a aplicações financeiras com características de curto prazo de alta liquidez, realizadas na Caixa Econômica Federal, em fundos de renda fixa, cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal.

Depósitos Vinculados: Os depósitos vinculados de longo prazo referem-se a programas da Agência Nacional da Água - ANA no valor de R\$ 5.550 (R\$ 5.196 em 2011); bem como as reservas mantidas junto à Caixa Econômica Federal, mencionada na nota 9 (2), no valor de R\$ 8.426 (R\$ 7.884 em 2011), e R\$ 10.511 (R\$ 7.932 em 2011).

Contas a Receber: os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se do valor justo, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adotou para cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros da poupança para as contas de órgãos públicos.

A movimentação do Ajuste a Valor Presente foi a seguinte:

Descrição	2012	2011
Saldos no Início do Exercício	(1.694)	(1.977)
Ajuste a Valor Presente	527	283
Saldos no Final do Exercício	(1.167)	(1.694)

Contas a Pagar: as contas a pagar a empreiteiros e fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo, em razão disso, reconhecidos como valor justo. O prazo médio de pagamentos praticado pela Companhia é de 26 (vinte e seis) dias.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: são contabilizados ao valor justo no início da operação, líquidos dos custos das transações incorridas e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e não incluem encargos futuros em seus saldos. As características e taxas de atualização estão descritas na

nota 9, e não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento. Todos os empréstimos e financiamentos, em 31/12/2012, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado e intangível.

Obrigações Contratuais: em relação à 2ª emissão de debêntures simples em emissão privada, não-conversíveis em ação, a Companhia deve manter, durante toda a vigência e até o vencimento final, os seguintes índices: dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0; EBITDA/ROL igual ou superior a 35%; EBITDA/Serviço da Dívida igual ou superior a 1,5. As debêntures da 2ª Emissão contam com garantia real, consubstanciada na cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, em valor correspondente à parcela mensal de R\$ 29.000, corrigido anualmente pelo IPCA, com data-base de maio de 2011.

A Companhia firmou no ano de 2007, três contratos de financiamento com o BNDES e deve manter os seguintes índices econômicos-financeiros, apurados anualmente com base nas Demonstrações Contábeis: cobertura do serviço da dívida igual ou maior que 1,5; margem EBITDA igual ou maior que 35%; dívida bancária líquida/EBITDA menor ou igual a 3; grau de endividamento menor ou igual a 70%. Os financiamentos contam com vinculação da receita da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em valor mensal não inferior a R\$ 14.100, corrigidos anualmente pelo IPCA, com data-base de dezembro de 2007. Além disso, os financiamentos estabelecem a necessidade de se manter uma conta reserva, com movimentação exclusiva pelo banco depositário, na qual ficam depositados valores que não podem ser inferiores ao montante equivalente à soma das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida, vencíveis nos 3 meses seguintes e cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 10.511 (R\$ 7.932 em 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está atendendo integralmente às cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamento do BNDES.

Outras Contas: segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente pela Companhia e seus valores prováveis de realização e de mercado em 31 de dezembro de 2012. Também não conhecemos nenhum fato relevante

ou evento subsequente a esta data, que possa impactar de forma significativa os montantes registrados.

Risco de negócio: O negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 sedes municipais operadas no Estado do Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detêm as respectivas concessões municipais, atendendo aproximadamente 10,2 milhões de pessoas com água tratada e 6,3 milhões com o serviço de coleta e tratamento de esgoto.

Existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia. Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2012	2011
TR	723.662	751.406
TJLP	236.817	197.754
	960.479	949.160

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% a mais ou menos, com todas as

outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos teria sido de R\$ 2.177 e R\$4.354 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável conforme descrito abaixo:

Descrição	Indexador	+ 25%	-25%	+50%	-50%
Paraná urbano II	TJLP	(50)	50	(100)	100
Caixa Econômica Federal – CEF	TR	(391)	391	(782)	782
Banco do Brasil S/A	TR	(60)	60	(120)	120
Debêntures	TJLP	(310)	310	(620)	620
Debêntures 2ª Emissão	TJLP	(275)	275	(550)	550
BNDES	TJLP	(1.091)	1.091	(2.182)	2.182
Efeitos no Lucro antes da Tributação		(2.177)	2.177	(4.354)	4.354

Risco de Crédito: praticamente toda a população do Estado é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Concessão: os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados.

Derivativos: a Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em

aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

CONTROLES INTERNOS

10.6.a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

No planejamento e execução da nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, levamos em consideração sua estrutura de controle interno para determinar os nossos procedimentos de auditoria com a finalidade de expressar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, e não para oferecer uma garantia sobre a estrutura de controle interno. Nosso estudo e avaliação da estrutura de controle interno não revelariam necessariamente todos os assuntos que poderiam constituir fraquezas significativas, de acordo com as normas profissionais.

Como parte integrante de nosso estudo e avaliação da estrutura de controles internos, nossos exames incluíram procedimentos para avaliar sua qualidade e adequação, incluindo os riscos inerentes, de forma a estabelecer o grau de confiança que nele podemos depositar e, em função dessa confiança, determinar quais os procedimentos e em que extensão devem ser aplicados, de forma a nos proporcionar condições de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e não sobre a eficiência dos sistemas que geram as demonstrações financeiras.

10.6.b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

Uma fraqueza significativa é uma condição na qual o modelo ou o funcionamento de um ou mais elementos específicos da estrutura de controle interno não reduz a nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades em valores que seriam significativos em relação às demonstrações financeiras que estão sendo auditadas, e não serem detectados, em tempo hábil, pelos funcionários durante o curso normal de execução das funções que lhes são atribuídas. Entretanto não notamos nenhum problema que envolve a estrutura de controle interno e seu funcionamento, que consideramos fraquezas significativas, conforme definido acima.

I - Principais assuntos sobre os procedimentos contábeis e controles internos:**1. Títulos vencidos reclassificados para o Longo Prazo e PCLD**

Verificamos que a Companhia reclassificou, integralmente, os títulos vencidos há mais de 01 (um) ano das prefeituras para o longo prazo.

Em 31/12/2012 o saldo reclassificado era de R\$ 56.424 mil sendo que R\$ 47.563 mil (equivalente aos títulos vencidos a mais de 02 anos) estavam provisionados para perda. Não fomos informados a respeito de nenhuma renegociação ou postergação de prazo que justificasse esta reclassificação e que este procedimento se deve ao fato da companhia esperar que esses títulos não sejam liquidados no curto prazo.

Visto que o motivo da reclassificação é a possibilidade de inadimplimento, recomendamos que a companhia reveja seu critério de provisão para perda a fim de incluir saldos mais recentes de clientes (principalmente prefeituras) com problemas de recebimento e que registre no Longo Prazo somente os títulos cujo vencimento exceda 12 (doze) meses da data de encerramento do exercício.

Comentários da Gerência

A Administração da Companhia irá rever esse procedimento e, se for o caso, alterará a forma de registro das provisões.

2. Critério de constituição PCLD

Verificamos que a Companhia provisiona as faturas dos clientes particulares e federais vencidas há mais de 180 dias e as faturas dos clientes municipais vencidas há mais de 02 anos. Entretanto a Companhia não faz uma análise individual dos clientes provisionados a fim de verificar a recuperabilidade das faturas vencidas a menos tempo, nem leva em conta o histórico de perdas efetivas ao longo do tempo.

Ao avaliarmos a razoabilidade da provisão em 31 de dezembro de 2012, analisamos os créditos referentes aos municípios provisionados como crédito de liquidação duvidosa e verificamos que a Companhia possui R\$ 19,3 milhões em faturas vencidas há menos de dois anos, referentes a municípios com histórico de inadimplência sem análise e que não estão provisionadas. Os principais exemplos são os municípios de

Foz do Iguaçu e Ponta Grossa cujas faturas a vencer e vencidas em menos de dois anos somam R\$ 4,4 milhões e R\$ 7,7 milhões, respectivamente.

A base de cálculo da PCLD é outro ponto a ser observado, pois a companhia utiliza um relatório de títulos vencidos por idade de vencimento que não é conciliado com o saldo contábil, pois inclui serviços, como a coleta de lixo, que não são recebíveis da Sanepar. Em 31 de dezembro de 2012, por exemplo, a companhia registrou R\$ 918 mil a maior como PCLD referente a estes serviços.

Recomendamos que a Companhia aprimore seu critério de provisão para créditos de liquidação duvidosa, classificando os clientes por risco de perda, de modo que seu saldo de contas a receber reflita o mais próximo possível da realidade sob o ponto de vista de sua recuperabilidade.

Comentários da Gerência

A Administração utiliza este critério por entender que os montantes das provisões são suficientes e adequados até o encerramento das demonstrações financeiras do exercício de 2012.

A Companhia registra diretamente como perdas o montante das contas vencidas há mais de 180 dias de Clientes Particulares e Órgãos Públicos Federais, levando em consideração o saldo vencido, conforme preconizado na legislação fiscal.

Para as contas vencidas do setor público municipal, a companhia efetua provisão dos montantes vencidos há mais de 02 anos, levando em consideração o tempo de negociação para a realização de parcelamentos, renovações de concessões e a viabilização de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto a Sanepar.

Contudo, a Companhia irá revisar o seu critério de constituição de PCLD para o setor público municipal.

Quanto à utilização de valores não recebíveis na composição da base de cálculo da PCLD, a Sanepar está reestruturando os critérios desta composição, fato que acarretará na aplicação dos critérios gerenciais estabelecidos, sobre os dados comerciais, resultando inclusive na melhoria do processo, por intermédio de uma "integração" dos lançamentos contábeis necessários para o respectivo registro contábil.

3. Ausência de Registro de AVP Ajuste a Valor Presente sobre o ativo financeiro

Verificamos que a Companhia não registra Ajuste a Valor Presente do saldo de Ativo Financeiro relativo aos Contratos de Programa firmados em 2012.

Em dezembro de 2012, calculamos o AVP sobre o saldo de R\$ 32.237 mil do ativo financeiro e obtivemos um valor de R\$ 23.057 mil, o qual está descrito em nosso Sumário de Diferenças de Auditoria.

Como o ativo financeiro trata-se de um valor recuperável a longo prazo, recomendamos que a Companhia calcule o ativo a valor presente.

Comentários da Gerência

A Companhia registra no Ativo Financeiro, os valores referentes à expectativa de valor residual a receber ao final dos Contratos de Programas. Esse Ativo Financeiro é constituído em função da vida útil dos ativos que ultrapassa o prazo dos Contratos de Programas.

Os valores são registrados pelo custo histórico, e não há previsão nos Contratos de Programas para a utilização de índice de correção, portanto, não se aplica neste caso o Ajuste a Valor Presente.

4. Pagamento de adicional sobre abono pecuniário sem formalização

Durante nosso entendimento do processo de folha de pagamento, recalculamos um pagamento de férias aleatório e verificamos que, além da gratificação (1/3 do salário), a Sanepar paga mais 1/3 sobre o Abono (Valor das férias vendidas), entretanto não recebemos nenhuma norma interna ou regimento que normalize tal procedimento.

Entendemos que tal procedimento deveria ser amplamente divulgado para todos os funcionários e formalizado adequadamente junto ao sindicato representativo dos funcionários para que não haja questionamentos legais a respeito de seu pagamento.

Portanto, a fim de evitar possíveis ações trabalhistas, recomendamos que a companhia formalize oficialmente este pagamento junto ao respectivo sindicato e o divulgue amplamente a todos os funcionários.

Comentários da Gerência

Desde a implementação do terço adicional a Sanepar efetua o pagamento de 1/3 das férias sobre os dias de abono pecuniário, isto porque quando da implantação da obrigatoriedade do pagamento do terço de férias, entendeu-se que o abono pecuniário também é remuneração, logo possui incidência para cálculo do referido terço da remuneração de férias.

5. Ausência de Relatório Analítico por funcionário do FGTS e INSS incidente sobre a provisão de gratificações de férias

Durante nossos procedimentos substantivos de cálculo da Folha de Pagamento e Encargos, verificamos que a SANEPAR não possui um relatório analítico por funcionário do FGTS e INSS incidente sobre a provisão das gratificações de férias.

Com a ausência dessa informação não foi possível confrontar nossos cálculos de encargos com a provisão do cliente.

Tendo em vista que a provisão é realizada mensalmente pelo sistema, recomendamos que seja criado um relatório que extraia essas informações para que ela possa ser revisada e com isso gerar maior confiabilidade nos números provisionados.

Comentários da Gerência

A Companhia possui relatórios analíticos de provisões de férias, gratificação de férias e 13º salário por empregado. Entretanto, para os testes, foram realizados aleatoriamente cálculos por ficha funcional.

As provisões dos encargos de INSS e FGTS são percentuais incidentes sobre as provisões, essas são apresentadas de forma analítica, adotamos a conferência das provisões de encargos apenas pelo resumo geral da folha de pagamento, com totais por unidade e total da empresa. Realizamos testes aleatórios, por situação e por empregado.

Não obstante, encaminharemos a recomendação para nossa área de TI desenvolver relatório analítico, para vir a subsidiar os próximos trabalhos de auditoria e auxiliar nas conciliações das contas.

6. Registro Contábil das Contas Bancárias de Pagamento

Verificamos que a Sanepar trabalha com 3 contas bancárias (Uma conta no Banco Itaú e duas contas na Caixa Econômica Federal), as quais são utilizadas exclusivamente para pagamentos de "Teleprocessamento". As contas são para pagamentos de fornecedores e para o pagamento da folha.

Segundo a empresa, essas contas existem devido à solicitação dos Bancos para facilitar o controle dos pagamentos estornados ou rejeitados. Essas contas bancárias não são registradas contabilmente, pois segundo a empresa as contas sempre são conciliadas e não tendem a apresentar saldos, pois são apenas contas transitórias.

Solicitamos os extratos bancários destas contas e recebemos a informação da Tesouraria de que essas contas não eram conhecidas e não possuíam acessos para a obtenção dos extratos para a data base de 31 de Dezembro de 2012. Conforme resposta da circularização bancária, em outubro de 2012, o Banco Itaú C/C 1944-2 apresentava um saldo de 40.326,19, a Caixa C/C 2-0 apresentava um saldo de 15.892,66 e C/C 3-8 apresentava um saldo de 6.490,25. Por serem valores imateriais para a Sanepar e devido estes valores terem caráter transitório relativo a pagamentos de fornecedores ainda não compensados, mas que os mesmos já foram "baixados" na contabilidade, não propusemos ajustes.

Entretanto, recomendamos que exista um controle contábil dessas contas para refletir na contabilidade, possíveis saldos ao final do exercício.

Um modelo de contabilização destas contas transitórias poderia ser o seguinte:

1) No momento da transferência de numerários para essas contas:

D - Conta transitória pagamentos Conta BBB
C - Banco XXX

2) No momento do pagamento dos fornecedores:

D - Fornecedor XXX
D - Fornecedor YYY
D - Fornecedor AAA
C - Conta transitória pagamentos Conta BBB

Comentários da Gerência

A Companhia não possui três, mas quatro contas bancárias para transitar a realização de pagamentos aos credores e empregados, feitos por meio de teleprocessamento, discriminadas abaixo com os respectivos saldos em 31 de dezembro de 2012:

Banco do Brasil (Fornecedores)

Agência 3306 - conta corrente nº 3300-6 saldo R\$ 0,00

Caixa Econômica Federal (Folha de Pagamento)

Agência 3158 - conta corrente nº 2-0 saldo R\$ 12.270,45

Caixa Econômica Federal (Fornecedores)

Agência 3158 - conta corrente nº 3-8 saldo R\$ 4.230,20

Itaú Unibanco (Fornecedores)

Agência 4131 - conta corrente nº 01944-2 saldo R\$ 74.345,79

Estas contas são utilizadas para débito pelos Bancos dos pagamentos enviados pela Sanepar e em caso de rejeição de determinado pagamento ou devolução pelo banco de ordens de pagamento - OP's não sacadas, tais valores permanecem na referida conta até a efetiva regularização.

As rejeições ocorrem basicamente pelos seguintes motivos:

1. Informação incorreta pelos credores e/ou empregados/estagiários dos dados bancários, como nº da c/c ou agência;
2. Conta bancária informada já encerrada;
3. Credores e clientes que não retiram junto ao banco as OP's no prazo de 90 dias, retornando os valores para a conta de transmissão.

Os valores pendentes nestas contas não pertencem à Companhia, e à medida que os credores/empregados corrigem as informações, os valores são regularizados.

Ressaltamos ainda que a Unidade de Serviço Finanças - USFI e Unidade de Serviço de Recursos Humanos - USRH mantém relatórios internos de controle desses saldos, demonstrando a quem os créditos pertencem efetivamente e, além disso, esta sistemática é adotada há muitos anos e até a presente data não houve qualquer problema em relação à prática adotada, pelo que somos de opinião pela manutenção dos procedimentos atuais.

7. Falta de conciliação tempestiva dos Impostos

Durante nosso entendimento do processo de Impostos Diretos, verificamos que a companhia não possui controles auxiliares que possam ser conciliados com os saldos contábeis para as contas a seguir relacionadas:

Conta	Descrição
21431	IR RETIDO NA FONTE
21432	ISS RETIDO NA FONTE
21433	INSS RETIDO NA FONTE
21434	CSLL, COFINS E PIS/PASEP RETIDO NA FONTE

Fomos informados que esta é feita somente após o pagamento dos tributos. Entretanto, a ausência de controles auxiliares, e sua reconciliação periódica com a contabilidade, impossibilitam a identificação e regularização tempestiva de eventuais pendências, além de fazer com que sejam gerados demonstrativos contábeis incorretos.

Visando fortalecimento dos controles internos, recomendamos a elaboração tempestiva de uma posição auxiliar e a realização de uma conciliação formal e mensal dos saldos contábeis das contas acima citadas, a fim de possibilitar a conferência, em datas futuras, por pessoa independente da que as preparou.

Comentários da Gerência

Efetivamente, o método de conciliação até a data de 31/12/2012, era embasado na confrontação do saldo a recolher em relação ao efetivo recolhimento, fato que prolongava em um mês a obtenção dos saldos conciliados dos impostos e contribuições retidos na fonte, entretanto, a conciliação existia e eventuais pendências eram regularizadas.

Informamos que já existia projeto em 2012 para adequação desta demanda, e a partir de janeiro/2013, foi implantado o processo de conciliação de forma automática no sistema contábil (SC1), baseado na análise de saldos finais de cada período, analisando individualmente cada saldo dos documentos fiscais que tiveram retenção na fonte. Desta forma, todos os saldos "devedores", e todos os saldos "credores", em relação a cada nota fiscal, que não tiveram origem no mês são analisados antes do fechamento do período. Desta forma, para o exercício de 2013 a conciliação será em tempo adequado, fato que otimizou inclusive os esforços laborais dos profissionais envolvidos, já que agora as conciliações das pendências são efetuadas pelo próprio sistema.

8. Falta de customização de Relatórios Analíticos

Durante a execução de nossos procedimentos de auditoria, ficou evidente que alguns relatórios analíticos que poderiam ser utilizados nas análises dos departamentos da Sanepar, bem como no aprimoramento dos controles da Companhia não são gerados pelos sistemas informatizados. Alguns relatórios precisaram ser desenvolvidos pelo departamento de TI da Sanepar, como por exemplo, relatório Analítico de contas a receber e de fornecedores para atender aos testes de auditoria. Entretanto, é um processo demorado e que nem sempre apresenta exatidão nas primeiras informações, demandando horas adicionais da equipe de auditoria e da equipe de TI para verificação e customização dos relatórios com a contabilidade, e reuniões com o pessoal de TI para obtenção da informação correta.

O relatório de clientes a receber, por diversas vezes precisou ser gerado novamente por não estar conciliado com o Relatório resumo utilizado pela contabilidade e com os saldos contábeis.

Recomendamos o desenvolvimento destes relatórios e outros relatórios de forma analítica, e que os mesmos possam ser gerados em arquivo eletrônico para serem utilizados pela companhia como forma de controle e análises departamentais, principalmente na verificação da natureza, prazos e cálculos efetuados pelo sistema, bem como na conciliação dos saldos contábeis.

Comentários da Gerência

Entendemos que a empresa possui inúmeros relatórios analíticos e ferramentas que subsidiam a gestão de contas a receber pelas unidades regionais. Nos foi solicitado para testes relatórios com leiaute específico e dados analíticos conciliados com relatório resumo e posição contábil, o que demandou conferências e validações durante os próprios procedimentos de auditoria. As rotinas para manutenção da geração sistemática destes relatórios já foram implementadas.

A conciliação da conta fornecedores é realizada por vários mecanismos de confronto da base do Sistema Financeiro (contas a pagar) com a conta fornecedores e demais contas a pagar do sistema contábil da companhia, não existindo no final de cada período documentos não conciliados. O desenvolvimento de relatórios e arquivos eletrônicos podem auxiliar e facilitar ainda mais a conciliação e acompanhamento destas contas. Encaminharemos a recomendação para área de Finanças e TI.

9. Registro do saldo de Juros sobre Capital Próprio - Governo do Estado do Paraná

Identificamos que a Companhia possui em 31/12/12, saldo de R\$ 49.942 mil correspondente a Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2004 a pagar ao Governo do Estado do Paraná, registrado no passivo circulante, o qual vem sendo corrigido mensalmente. Este Saldo está em negociação com o Estado do Paraná juntamente com o saldo de Créditos para Aumento de Capital registrado no Passivo não circulante e não possui prazo de conclusão.

Considerando que não há, por parte da Sanepar, expectativa para pagamento em curto prazo dos juros sobre o capital próprio de 2004 e que a manutenção do registro deste saldo no passivo circulante distorce os indicadores da Companhia, entendemos que o mesmo deveria ser reclassificado para o passivo não circulante.

Comentários da Gerência

A Sanepar concorda com a recomendação e irá avaliar a possibilidade de reclassificar o saldo.

II - Principais assuntos fiscais

10. PIS e COFINS - Créditos sobre bens do ativo imobilizado - natureza dos itens

De acordo com a legislação¹ fiscal vigente, é assegurado aos contribuintes do PIS e da COFINS, sujeitos ao regime não cumulativo, a apropriação de créditos sobre encargos de depreciação de máquinas e equipamentos utilizados nas atividades de prestação de serviços da empresa.

1 Inciso VI do artigo 3º, da Lei nº 10.833/03.

Analizamos os itens que compõem o crédito do PIS e da COFINS e identificamos alguns que, pela natureza, podem ser questionados pelo fisco por não serem diretamente utilizados nas atividades fins de prestações de serviços desenvolvidas pela SANEPAR:

Telefone Marca Intelbras Modelo CP20
Cadeira Giratória Tecido Azul Royal, Modelo 4707
Interfone
Armário Em Madeira MDF em Fórmica Marfim
Nobreak Off Line Compact 600 Ns.218798 500va 110/220v 6/3a
Lavadora De Alta Pressão Eletrolux Mini
Chuveiro Lava-Olhos
Monitor De TV (p/ Circuito Fechado)
Motor Elétrico (p/ Portão Automático)
Mesa Com Teclado Retrátil e Suporte p/ CPU
Aparelho de Fax Marca Sharp - Modelo Uxp200 Série 47133383
Refrigerador Consul 280 Litros Cor Branca
Fogão 04 Bocas Marca Dako Modelo Luna

Sugerimos que a Companhia reavalie detalhadamente a natureza dos itens do ativo imobilizado que compõe a base de cálculo dos créditos do PIS e da COFINS, efetuando os ajustes fiscais e contábeis se necessários e, se for o caso, recolher as contribuições com os devidos acréscimos legais.

Ressaltamos que tal ponto se baseia em uma interpretação extensiva da lei, entretanto sua aplicação só é possível mediante normas e conceitos infralegais. Neste caso, existe um risco em potencial.

O departamento Fiscal mencionou que o seu departamento recebe mensalmente um valor fechado do departamento patrimonial sobre os bens que poderiam gerar créditos. Informou que desconhecia que o departamento patrimonial estava incluindo na lista de bens que geram créditos telefones e fogões, por exemplo. Argumentou que desconhecia tal situação até porque o setor fiscal nunca havia solicitado ao setor patrimonial uma lista por bens que geram créditos. Mencionou que irá avaliar a representatividade dos itens que podem gerar questionamentos e estudará a possibilidade de parar de apropriar créditos desses bens específicos.

Comentários da Gerência

A Companhia utiliza como crédito no cálculo da COFINS/PASEP os encargos de depreciação e amortização dos bens adquiridos a partir de maio de 2004, controlados no Sistema de Gestão Patrimonial (SGP), alocados exclusivamente nos sistemas produtivos da Companhia, não compondo por tanto, aqueles bens das áreas administrativas.

Desta forma, vale esclarecer que os bens alocados nas áreas operacionais são essenciais para o pleno desempenho das atividades de produção. Em relação aos exemplos mencionados, citamos que a lavadora de alta pressão é essencial para lavagem de filtros; rotores, refrigerador e fogão são utilizados no laboratório. Já o chuveiro lava olhos é um equipamento obrigatório em locais que utilizam produtos químicos e somente existem em locais onde existem operadores de sistema.

Vale destacar que o montante dos itens mencionados desta natureza representa 0,1% dos valores utilizados como crédito de COFINS/PASEP.

11. PIS e COFINS - Créditos sobre insumos - forma de desconto dos créditos - crédito pela aquisição x crédito pela efetiva utilização dos insumos

A Lei nº 10.833/03 permite que créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de mercadorias consideradas insumos nas atividades da Sociedade sejam descontados no próprio mês em que são adquiridas. Vejamos:

*Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:
(...)*

II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento de que trata o art. 2º da Lei nº 10.485, de 03 de julho de 2002, devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da TIPI;

(...)

§ 1º Observado o disposto no § 15 deste artigo, o crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota prevista no caput do art. 2º desta Lei sobre o valor:

I - dos itens mencionados nos incisos I e II do caput, adquiridos no mês;

Verificamos que a SANEPAR opta por não descontar créditos de PIS e COFINS sobre a totalidade das compras/aquisições que gerariam créditos no mês. O procedimento adotado pela SANEPAR é descontar créditos de acordo com a efetiva utilização dos insumos nas atividades da Sociedade, feita com base nas requisições de materiais do almoxarifado. Entendemos que o procedimento adotado pela Sociedade não causa ônus ao Fisco, e que a SANEPAR pode fazer referida opção.

Contudo, sugerimos à SANEPAR a elaboração de controle interno que fique disponível para consulta do Fisco e que permita ao Fisco observar que a Sociedade não está descontando mais créditos do que efetivamente tem direito.

Na sistemática de desconto de créditos adotada pela Sociedade, geralmente, o seguinte cenário ocorre, por exemplo:

Compras de insumos no mês que geram créditos: R\$ 100 mil

Insumos efetivamente utilizados na prestação de serviços sobre os quais a Sociedade descontou créditos: R\$ 80 mil

Entretanto, tendo em vista que a SANEPAR possui estoque de bens que serão utilizados como insumos, o seguinte cenário poderá ocorrer, por exemplo:

Compras de insumos no mês que geram créditos: R\$ 100 mil

Insumos efetivamente utilizados na prestação de serviços sobre os quais a Sociedade descontou créditos: R\$ 120 mil

Nesse último caso, pode o Fisco Federal questionar a SANEPAR sobre o motivo pelo qual a Sociedade descontou mais créditos do que o total de aquisições do mês. Tal fato exigiria um controle interno que comprovasse a movimentação de estoque e

que demonstrasse que há justificativa para o desconto do crédito.

Observação: Ressaltamos que tal ponto se baseia em uma interpretação extensiva da lei, entretanto sua aplicação só é possível mediante normas e conceitos infralegais. Neste caso, existe um risco em potencial.

A Companhia argumentou que não possui o controle pronto, mas que, se necessário, em caso de fiscalização, conseguiria comprovar através do somatório das notas fiscais que comprou efetivamente as mercadorias, e que, com base nas requisições do almoxarifado, o valor dos créditos descontados no mês.

Comentários da Gerência

Conforme define a legislação citada, o contribuinte "poderá" descontar os créditos relativos aos insumos diretamente ligados à produção pela "compra"/"aquisição". Entretanto, a SANEPAR, por deter postura conservadora, não realizou naquela época os créditos de abertura dos estoques quando da instituição das legislações da não-cumulatividade da COFINS/PIS-PASEP, adotando o critério de controlar os créditos na conta de estoque de produtos químicos, combustíveis e materiais de manutenção e utilizar no cálculo da COFINS/PASEP somente os valores que compõem efetivamente os custos classificáveis como passíveis de créditos.

De forma prática, a SANEPAR informa como passível de crédito, inclusive na EFD - Contribuições e DACON, todos os documentos fiscais que deram entrada no estoque nas contas contábeis pertinentes (produtos químicos, combustíveis e materiais de manutenção), mas somente utiliza pela real aplicação do estoque, ou seja, pelas requisições, pois eventualmente parte da compra que entrou no estoque de produtos químicos, não deu saída do estoque por uma conta de custo que conservadoramente a SANEPAR classifica como passível de crédito, efetuando o devido ajuste, nos campos apropriados da EFD - Contribuições e na DACON.

Como o saldo é controlado, para fins de cálculo da COFINS/PASEP pelos estoques, é claramente possível, que em um determinado mês, existam mais valores pelas requisições do que pelas entradas, devido ao próprio volume de créditos estocados. Toda a movimentação de estoques que forma os saldos é efetivamente demonstrada tanto na EFD - Contribuições e quanto no DACON.

Todos os créditos informados tanto na EFD - Contribuições quanto no DACON, tem origem nas notas que entraram no estoque da SANEPAR, é possível a qualquer tempo, demonstrar a origem de contabilização, tanto que estes documentos são demonstrados individualmente na própria EFD - Contribuições. Como a Sanepar utiliza os saldos contábeis dos custos diretamente ligados a produção, o próprio "diário" contábil, e demonstrações contábeis, que se encontram na ECD (Escrituração Contábil Digital), são respaldos para a Receita Federal do Brasil, a qualquer tempo, validar os dados do cálculo da COFINS/PASEP.

Entendemos que, se o Fisco Federal questionar a SANEPAR, temos o respaldo suficiente em nossos controles de estoque (SMA) e controles contábeis (SC1), que fornecem informações consolidadas com a movimentação dos estoques diretamente ligados a produção de água e contabilização dos custos e despesas da COMPANHIA, informações estas, disponibilizadas ao Fisco por intermédio da EFD - Contribuições, ECD e DACON.

Desta forma fica claro que os controles existentes são suficientes, sendo desnecessário a criação de um relatório gerencial extra, pois estaríamos replicando as informações que já existem armazenadas eletronicamente nos sistemas de materiais e contábil. Lembrando que, existem relatórios de confrontação de saldos entre os sistemas corporativos e as informações que compõem a EFD - Contribuições e DACON.

12. Registros das Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento

Durante a execução de nossos trabalhos, verificamos que a Sanepar usufrui do benefício fiscal de Inovação Tecnológica, instituído pela Lei nº 11.196/2005 e regulamentado pelo Decreto 5.798/06, sendo que para o ano de 2012 o valor da exclusão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL foi de R\$ 508 mil.

Porém, constatamos que os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento utilizados no âmbito do incentivo não estão sendo contabilizados em conta específica, de maneira segregada dos demais custos e despesas relacionados às outras atividades da Companhia, conforme sugere o inciso I, artigo 10 do Decreto supracitado:

Art. 10. Os dispêndios e pagamentos de que tratam os arts. 3o ao 9o:

I - deverão ser controlados contabilmente em contas específicas

Muito embora o valor do incentivo esteja abaixo da materialidade, sugerimos que o procedimento adotado atualmente seja reavaliado de tal forma que os lançamentos contábeis referentes às despesas computadas no cálculo do incentivo fiscal em tela sejam realizados em contas específicas. Portanto, não descartamos a possibilidade de questionamentos por parte das autoridades fiscais, fundamentados nas exigências legais acima mencionadas.

Comentários da Gerência

A Companhia não criou uma "conta contábil" específica para "pesquisa e desenvolvimento", pois detém uma "área" (Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento - APD) para tanto, e esta área tem segmentação na própria escrituração contábil, por intermédio de seu centro de custo.

Desta forma, todos os valores utilizados como passíveis de usufruir os benefícios fiscais, da Lei do bem, estão respaldados e segmentados dentro da contabilidade, para fins de fiscalização, pelo centro de custo, fato que a Companhia entende ser suficiente para a comprovação dos gastos envolvidos em pesquisa e desenvolvimento.

III - Principais assuntos sobre o ambiente de Tecnologia da Informação

13. Revisão periódica dos perfis de acesso aos sistemas

Não há procedimento de revisão periódica dos usuários ativos nos sistemas FATOR RH, SAM, SFI, SCP, SC1 e SGP, a fim de identificar e revogar acessos indevidos e atualizar os perfis de acesso dos colaboradores de acordo com seus respectivos cargos/funções.

Verificamos que o procedimento de revisão periódica dos usuários ativos e seus respectivos perfis de acessos no sistema SGC, não geram evidências da revisão dos gestores responsáveis.

Não há procedimento formal definido para o processo de revisão dos acessos quando da transferência do colaborador, a fim de adequar os perfis de acessos para que sejam pertinentes com as funções desempenhadas atualmente.

Adicionalmente, para 6 usuários analisados, identificamos que 3 destes, possuem seus acessos em desacordo com suas funções, conforme confirmação dos seus respectivos gestores.

O risco no caso destes perfis é o acesso indevido e/ou não autorizado, podendo incorrer em perda de informações, modificações indevidas em dados críticos e acessos conflitantes.

Recomendamos que a Companhia adote os seguintes procedimentos para evitar que os riscos se materializem:

- Revisar periodicamente todos os perfis dos usuários registrados nos sistemas e documentar a aprovação formal dos gestores responsáveis. A documentação suporte deve evidenciar os responsáveis pela revisão e pelas aprovações, as datas, os usuários e perfis de acesso revisados e aprovados;
- Definição de controle, preferencialmente sistêmico, para solicitação de aprovação dos acessos de funcionários ao gestor responsável no caso de qualquer alteração de cargo ou lotação;
- Definição de prazo máximo para aprovação dos acessos de funcionários após a transferência;
- Definição de controle, preferencialmente sistêmico, para bloqueio de usuários transferidos cujo perfil de acesso não tenha sido aprovado pelo gestor dentro de prazo definido após a transferência.

Comentários da Gerência

A SANEPAR deu início ao projeto de segurança da informação no último trimestre de 2012. Neste projeto estão previstas ações relativas a todas as categorias inseridas no assunto Segurança da Informação. Para este item específico, podemos destacar as seguintes atividades que deverão ocorrer ao longo do biênio 2013/2014:

Avaliação para implantação de uma solução de gerenciamento de identidades, que possibilitará mapear e gerenciar automaticamente os perfis de acesso dos usuários de todos os sistemas suportados pela TI.

Criação e revisão de políticas de acesso a dados e ao ambiente de TI, incluindo regras para concessão e revisão de perfis de acesso.

Definição de procedimentos para revisão dos perfis de acesso com os gestores dos sistemas.

14. Monitoramento de acessos dos usuários nos sistemas

Não há procedimento de controle que contemple a análise e revisão de logs relacionados a atividades e transações do processo de TI consideradas críticas nos sistemas escopo da auditoria, tais como alteração de parâmetros de segurança, alteração nos perfis de acesso e concessão/revogação de acessos.

Assim, pode haver morosidade ou impossibilidade de identificação de acessos indevidos ou em desacordo com as políticas da Companhia.

Sugerimos que a Companhia defina procedimento formal de monitoramento de acessos que contemple os seguintes aspectos:

- Definição das operações críticas a serem monitoradas;
- Definição dos responsáveis pela revisão das trilhas de auditoria;
- Definição da periodicidade da revisão/monitoramento.

Comentários da Gerência

Para este item, o projeto de segurança da informação prevê as seguintes ações:

Revisão do ambiente para que seja possível incluir a geração de trilhas de auditoria em sistemas críticos que não possuem este recurso atualmente.

Definição de procedimentos para monitoramento dos acessos dos usuários nos sistemas baseado nas trilhas de auditoria. Criação de políticas de monitoramento de acessos aos sistemas corporativos, com definição de responsáveis, periodicidade e demais características deste monitoramento.

15. Segregação de função nos processos de associação dos perfis de acesso

Atualmente, o departamento de TI é responsável pela criação do usuário no sistema, entretanto, a definição e associação dos perfis de acesso aos usuários, são de responsabilidade e execução dos gestores das áreas de negócio.

Tal procedimento pode acarretar em acesso indevido e/ou não autorizado, podendo incorrer em perda de informações e modificações indevidas em dados críticos.

Assim, recomendamos que a Companhia procure efetuar os seguintes procedimentos para evitar acessos indesejados:

- O papel de associação dos perfis de acesso aos usuários deve ser executado, única e exclusivamente, pelo departamento de TI.
- O privilégio de associação dos perfis de acesso aos usuários, deve ser restrito ao departamento de TI.

Comentários da Gerência

Conforme descrito no item 13 - Revisão periódica dos perfis de acesso, este tópico será tratado com a implantação de uma solução de gerenciamento de identidades. Com a instalação desta solução, após a aprovação do gestor, a efetivação do acesso será executada de forma automatizada pela própria ferramenta, sem a intervenção do gestor.

Atualmente os acessos dos usuários a recursos de TI são efetuados pela TI. Somente a associação dos perfis de acesso aos sistemas é administrada pelos gestores que tem conhecimento da necessidade de cada usuário. Desta forma, quando o gestor aprovar o acesso, a mesma poderá ser implementada ou de forma automática ou através da TI.

16. Monitoramento das mudanças aplicadas em produção

A Companhia não possui controle de monitoramento das mudanças transportadas para produção, com a finalidade de identificar possíveis falhas não detectadas durante a especificação funcional e homologação.

Tal fato pode impossibilitar a identificação de erros não perceptíveis durante fase de testes, vinculados a mudanças aplicadas em ambiente de produção.

O monitoramento pós-implementação das mudanças deve ser efetuado com o intuito de identificar possíveis falhas em ambiente produtivo que não foram identificadas nas etapas de especificação, desenvolvimento e testes (adequabilidade da modificação em ambiente real).

Sob a perspectiva de auditoria, a natureza deste controle é detectiva, ou seja, não previne que o risco se materialize, mas identifica ou detecta falhas na execução de outros controles sobre as mudanças.

Para operacionalização de tal controle, pode-se definir um período de quarentena de acordo com a criticidade da modificação, onde os resultados decorrentes do programa modificado devem ser monitorados e reportados formalmente pela área usuária.

Comentários da Gerência

Atualmente os acessos dos usuários a recursos de TI são efetuados pela TI. Somente a associação dos perfis de acesso aos sistemas é administrada pelos gestores que tem conhecimento da necessidade de cada usuário. Desta forma, quando o gestor aprovar o acesso, a mesma poderá ser implementada ou de forma automática ou através da TI.

Já estão sendo definidos novos procedimentos para monitoramento das mudanças aplicadas em produção, que serão adotados a partir da implantação da nova metodologia de desenvolvimento e manutenção de sistemas.

17. Segregação de funções nas etapas de gerenciamento de mudanças

Verificamos que não existe segregação de funções entre atividades presentes nas etapas do gerenciamento de mudança para aplicações desenvolvidas internamente. Atualmente o colaborador responsável pelo desenvolvimento da solução, também é responsável pelo transporte da mudança para ambiente de produção.

Adicionalmente, identificamos 01 colaborador da área de negócio com acesso ao transporte de mudanças para o ambiente de produção.

Ausência de segregação infere o risco de alterações no ambiente de produção sem o devido conhecimento e aprovação de comitê ou gestor da área usuária e da área de TI, potencializando alteração indevida de dados intencionalmente ou acidentalmente.

Recomendação:

Para todas as mudanças solicitadas, os funcionários responsáveis pela solicitação, desenvolvimento, aprovação e transporte para produção devem estar em grupos de autorização segregados, de forma que nenhum funcionário tenha acesso concomitante a mais de uma dessas atividades. Somente funcionários responsáveis pelo transporte devem ter acesso aos diretórios e ferramentas de transporte de produção.

Comentários da Gerência

Já está sendo definida nova metodologia de desenvolvimento e manutenção de sistemas, na qual os papéis e funções estão sendo revisados.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS**Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados:**

Informamos que nos exercícios de 2010, 2011 e 2012 a Sanepar efetuou apenas uma oferta pública, que foi em 2011 a 2ª emissão de Debêntures - emitidas em 15/08/2011 para colocação em 3 séries, com valor nominal unitário de trinta e nove mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta e três centavos, sendo: a 1ª série com 3.000 debêntures, a 2ª série com 3.000 debêntures e a 3ª série com 4.000 debêntures, totalizando 10.000 debêntures no montante total de R\$395.155. Em 22/06/2012 ocorreu a colocação de R\$59.273 referente a 1ª série. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, com garantia real para distribuição privada. As debêntures da 1ª e 3ª séries serão amortizadas em 121 parcelas mensais e sucessivas com remuneração de 1,92% ao ano, acima da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, com carência de 36 meses. A 2ª série será amortizada em 10 parcelas anuais e sucessivas com remuneração de 9,195575% (taxa de referência + 1,92%) ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado pelo IPCA, com carência de 37 meses.

Os recursos obtidos estão sendo investidos na substituição e assentamento de novas redes para distribuição de água tratada em 99 cidades. No sistema de esgoto estão sendo implantados 1,2 mil quilômetros de redes coletoras e feitas 65 mil novas ligações prediais em 49 municípios.

Em 2013 a Sanepar fez uma oferta pública com a emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sendo que o valor total da emissão foi de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão serão destinados a negócios de gestão ordinária, quais sejam: (i) pagamento de dívidas já contraídas; e (ii) capital de giro.

Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Informamos que não houve desvios na aplicação dos recursos.

Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Conforme já informado no item anterior, não houve desvios na aplicação dos recursos.

ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Informamos que nos três últimos exercícios sociais a Sanepar não possuiu itens relevantes que não estejam evidenciados nas Demonstrações Contábeis.

**COMENTÁRIOS SOBRE OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Sanepar não elaborou comentários sobre os itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Contábeis, por que, Conforme já informado anteriormente não possui nenhum item relevante não evidenciado nas Demonstrações Contábeis.

11. PROJEÇÕES

11.1. As Projeções devem identificar:

a. objeto da projeção

A projeção de Investimento é o instrumento direcionador das ações da companhia para o triênio 2013 a 2015, necessárias para os empreendimentos em sistemas de água, esgoto e infraestrutura, visando atender de maneira satisfatória as metas da Companhia, os anseios da população e do poder concedente, titulares do serviço de saneamento ambiental.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

O período compreendido pela projeção é trienal de 2013 a 2015 com revisão anual.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Premissas da projeção:

1. Manutenção, ampliação e expansão dos sistemas de água, esgoto e infraestrutura existentes, observando a viabilidade econômico-financeira dos investimentos;
2. Legislação pertinente ao setor de saneamento no âmbito municipal, estadual e federal;
3. Captação e liberação de recursos financeiros não onerosos junto a União.

A premissa nº. 1 é de domínio da Companhia, sendo que as de nºs. 2 e 3 com total domínio externo.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Informamos a seguir o Programa de Investimentos para os anos de 2013 a 2015 da **Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar**, aprovado na 1ª/2013 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 29 de janeiro de 2013.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Este Programa de Investimentos já foi informado à CVM - Comissão de Valores Mobiliários, BM&FBOVESPA e o mercado em geral pelo Fato Relevante encaminhado no dia 29 de janeiro de 2013.

O Programa de Investimentos para os anos de 2013 a 2015 contempla recursos próprios e financiados, nos valores de (**2013** - R\$ 801,8 milhões, **2014** - R\$ 754,2 milhões e **2015** - R\$ 566,1 milhões).

ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES

Informamos que a Sanepar realiza o acompanhamento das projeções para investimentos e divulga ao mercado trimestralmente, os investimentos realizados, por meio das Informações Trimestrais - ITRs.

12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

12.1.a Atribuições de cada órgão e comitê

A seguir apresentamos as partes do Estatuto Social da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, que tratam sobre cada órgão da administração e suas atribuições:

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 11 - A administração da Companhia será exercida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva.

SEÇÃO I DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 12 - O Conselho de Administração da Companhia será composto de 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes, dentre os quais um será o seu presidente e outro, vice-presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

§ 1º - Os conselheiros suplentes substituirão os respectivos titulares em suas eventuais ausências e impedimentos.

§ 2º - Integrará obrigatoriamente o Conselho de Administração, um empregado da Companhia, na condição de titular, e outro na condição de suplente, escolhidos e indicados pelos demais, na forma da legislação estadual pertinente.

§ 3º - O montante global dos honorários do Conselho de Administração será determinado pela Assembleia Geral e a fixação da remuneração individual de cada um dos membros caberá ao próprio Conselho.

Art. 13 - No caso de vacância de qualquer cargo de conselheiro efetivo, o mesmo será substituído por seu suplente até a realização da Assembleia Geral seguinte, que deverá eleger o Conselheiro substituto para o período restante do mandato do antigo Conselheiro.

Art. 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, de seu Vice-Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva, e deliberará validamente com a presença mínima de 5 (cinco) de seus membros.

§ 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas, mediante aviso escrito enviado com antecedência de 7 (sete) dias, contendo a pauta de matérias a tratar, podendo, entretanto, ser dispensada a convocação se estiverem presentes todos os seus membros titulares, ou os respectivos suplentes.

§ 2º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos conselheiros presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Art. 15 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença aos seus membros, e a estes conceder licença ao Presidente.

Art. 16 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos por seus pares, na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a eleição de seus membros, cabendo ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 17 - Caberá ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir os diretores da Companhia;
- c) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum, observados o disposto no § 2º deste artigo, o interesse da Companhia e a exigência de procedimento licitatório;
- d) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, e sobre a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- e) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre empréstimos e financiamentos a serem celebrados pela Companhia que excederem a 2% (dois por cento) do valor do patrimônio líquido da Companhia, quando demonstrada a compatibilidade com o Plano de Negócios Plurianual, o Orçamento Anual e taxas de mercado, observado o disposto no § 2º deste artigo;
- f) convocar a Assembleia Geral;

- g) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- h) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;
- i) escolher, mediante processo licitatório aplicável, e, se for o caso, destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;
- j) decidir sobre a proposta de destinação dos lucros do exercício, observado o disposto no § 2º deste artigo e no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia;
- k) aprovar o plano de cargos e salários, bem como a política salarial da Companhia;
- l) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre o exercício de voto em assembleias gerais de coligadas e controladas da Companhia, quando versarem sobre matérias contempladas no Plano de Negócios Plurianual;
- m) deliberar sobre a distribuição de dividendos semestrais, bem como sobre possíveis pagamentos de juros a título de remuneração do capital próprio;
- n) encaminhar à Assembleia Geral Extraordinária, proposta de reforma deste Estatuto;
- o) homologar os resultados dos procedimentos licitatórios, adjudicando o objeto ao licitante vencedor em processos que envolvam valores acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), sendo que processos homologados pela Diretoria entre R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) deverão ser comunicados ao Conselho para ratificação;
- p) ratificar, como autoridade superior, e como condição para sua eficácia, as contratações com dispensa, inclusive contratações por emergência, ou inexigibilidade de licitação em processos que envolvam valores acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- q) deliberar sobre o Orçamento Anual, que deverá refletir o Plano de Negócios Plurianual e as práticas de mercado, bem como qualquer investimento ou despesa não previstos no Orçamento Anual na hipótese de ocorrerem acontecimentos novos, imprevisíveis pelos acionistas e a eles não imputáveis, que possam refletir na economia ou na administração da Companhia e exijam a alteração das previsões orçamentárias, respeitando-se, em qualquer hipótese, as alçadas atribuídas aos órgãos de administração neste Estatuto e observado o disposto no § 2º deste artigo;
- r) deliberar sobre o Plano de Negócios Plurianual, observado o disposto no § 2º deste artigo;

- s) deliberar sobre o Plano de Organização da Companhia, observado o disposto no § 2º deste artigo;
- t) aprovar previamente qualquer investimento, contratação ou despesa não previstos no Orçamento Anual que, individualmente ou em conjunto, excedam a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por exercício social;
- u) ratificar quaisquer decisões de Diretoria, como órgão colegiado, ou de diretores isolada ou conjuntamente, que envolvam valores superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sempre que tenham por objeto ou impliquem, ainda que de forma indireta ou reflexa, em: obrigações não previstas em contratos; revisão ou realinhamento de preços, inclusive para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela Companhia; inadimplemento de obrigações contratuais ou suspensão unilateral de pagamentos contratados, mesmo nos casos em que se alegue exceção de contrato não cumprido e celebração de acordos judiciais e extrajudiciais;
- v) aprovar doações a projetos culturais e artísticos, desportivos e paradesportivos, a fundos dos direitos da criança e do adolescente, fundo dos direitos do idoso, desde que enquadrados em leis de incentivos fiscais, com dedução integral do imposto de renda, para projetos com valor acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- x) decidir sobre os casos omissos neste Estatuto, com base na legislação em vigor.

§ 1º - As atribuições previstas na alínea “o” do presente artigo poderão ser delegadas à Diretoria Executiva.

§ 2º - As deliberações relativas aos itens “c”, “e”, “j”, “q”, “r” e “s” do caput deste artigo serão obrigatoriamente precedidas de pareceres do Comitê Técnico, nos termos do artigo 18 deste Estatuto, os quais terão caráter consultivo e não vinculante da decisão do Conselho de Administração.

COMITÊ TÉCNICO

Art. 18 – O Comitê Técnico será constituído por 5 (cinco) membros, escolhidos pelo Conselho de Administração, respeitando-se sempre a proporção de 3 (três) membros indicados pelo Estado e 2 (dois) membros indicados pela Sociedade, podendo os membros do Comitê Técnico serem ou não membros do Conselho de Administração.

§ 1º - Caberá ao Comitê Técnico examinar e opinar, em caráter consultivo e não vinculante, acerca das proposições relativas aos itens “c”, “e”, “j”, “q”, “r” e “s” do caput do artigo 17 deste Estatuto, inclusive no que toca às diretrizes para a formulação do Orçamento Anual, aos critérios para avaliação

dos resultados da Companhia e aos demais aspectos econômico-financeiros associados a empréstimos/refinanciamentos, gestão de dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, execução orçamentária, política de dividendos e emissão de ações e debêntures e aos dados necessários a acompanhar a gestão de riscos da Companhia. Caberá ao Comitê Técnico, ainda, identificar, avaliar, monitorar continuamente os riscos e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos, acompanhar a evolução dos passivos da Companhia, acompanhar a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da Companhia, propor critérios para a identificação de riscos inerentes à atuação dos Conselheiros e a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração referente aos assuntos da auditoria interna e externa.

§ 2º - Os estudos realizados pelo Comitê Técnico, bem como as respectivas conclusões, deverão fazer parte dos pareceres a serem apresentados aos acionistas.

§ 3º - Em suas manifestações, o Comitê Técnico deverá:

- a) registrar os fatos e o direito aplicáveis e recomendar as melhores práticas de mercado, os parâmetros e níveis de eficiência observados em companhias e atividades comparáveis, as taxas e índices aplicáveis a operações semelhantes e as regras prudenciais sobre a matéria; e
- b) pronunciar-se sobre a eventual ocorrência de acontecimentos novos, imprevisíveis pelos acionistas e a eles não imputáveis, que possam refletir na economia ou na administração da Companhia e efetivamente exijam a alteração das previsões orçamentárias.

§ 4º - O Comitê Técnico deverá se manifestar por maioria de seus membros, devendo os pontos de divergência constar dos pareceres a serem apresentados aos acionistas.

SEÇÃO II DA DIRETORIA

Art. 19 - A Diretoria Executiva será constituída por até 9 (nove) diretores, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, designados Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com os Investidores, Diretor de Operações, Diretor Administrativo, Diretor Comercial, Diretor de Investimentos, Diretor de Meio Ambiente e Ação Social e Diretor Jurídico.

§ 1º - O mandato dos Diretores será de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores permanecerão em seus cargos até que seus sucessores devidamente eleitos sejam empossados. § 2º - O montante global da remuneração dos membros da Diretoria será determinado pela Assembleia Geral e a fixação da remuneração individual de cada diretor caberá ao Conselho de Administração.

Art. 20 - Ocorrendo vaga, renúncia, licença ou impedimento, superior a 30 (trinta) dias, de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, o Conselho de Administração deverá reunir-se extraordinariamente em, no máximo, 15 (quinze) dias, para eleger o Diretor substituto.

Parágrafo único - Fica facultado ao Conselho de Administração indicar, a qualquer tempo, os respectivos substitutos de cada diretor por outro diretor, em seus impedimentos temporários.

Art. 21 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores.

Parágrafo único - A Diretoria Executiva deliberará validamente com a presença mínima de 5 (cinco) de seus membros. As deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos diretores presentes, cabendo ao Diretor-Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. A cada diretor presente conferir-se-á o direito a um único voto, mesmo na hipótese de eventual acumulação de diretorias. Não será admitido o voto por representação.

Art. 22 - Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, obedecidos o Plano de Organização, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto.

§1º - O Plano de Negócios Plurianual da Companhia conterà os planos e as projeções até o final do exercício financeiro de 2021, devendo ser revisado e atualizado a cada ano, e abordará em detalhe:

- a) as atividades e estratégias da Companhia, incluindo qualquer projeto para construção ou expansão de instalações;
- b) os novos investimentos e oportunidades de negócios, incluindo em controladas e coligadas da Companhia;

- c) os valores a serem investidos ou de outra forma contribuídos a partir de recursos próprios ou de terceiros e o respectivo cronograma físico-financeiro ou de embolsos e desembolsos; e
- d) as taxas de rentabilidade a serem obtidas, esperadas ou geradas pela Companhia.

§2º - O Orçamento Anual da Companhia refletirá o Plano de Negócios Plurianual, e deverá detalhar as receitas, despesas operacionais, os custos e investimentos, o fluxo de caixa, as fontes de recursos e outros dados que a Administração considerar necessários.

§3º - O Plano de Organização, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual de funcionamento e de investimentos, serão elaborados pela Diretoria Executiva, sob a coordenação do Diretor Financeiro e do Diretor de Investimentos, em conjunto, e submetidos, acompanhados da manifestação do Comitê Técnico, à aprovação do Conselho de Administração.

§4º - Os movimentos bancários da Companhia, os endossos e aceites cambiais e a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia serão efetuados pela assinatura conjunta de dois diretores, sendo um o Diretor-Presidente ou diretor executivo por este expressamente designado, e outro o Diretor Financeiro ou diretor executivo por este expressamente designado. As movimentações bancárias, exclusivamente entre contas bancárias de titularidade da Companhia, poderão ser efetuadas pela assinatura conjunta de um diretor executivo e um procurador expressamente designado pelo Diretor Financeiro.

§5º - Nos contratos e demais atos bilaterais que celebrar, a Companhia será representada por dois diretores em conjunto, sendo necessariamente um deles o Diretor-Presidente, ou um Diretor Executivo por este expressamente designado e outro o diretor executivo da respectiva área a que a matéria se submeter.

§6º - Os mandatos em nome da Companhia deverão ser outorgados sempre a termo, por dois diretores em conjunto, sendo necessariamente um deles o Diretor-Presidente e outro o Diretor Executivo da respectiva área a que a matéria se submeter.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

Art. 24 - A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos.

Art. 25 - O Conselho Fiscal funcionará permanentemente e reunir-se-á quando convocado por qualquer de seus membros efetivos, com as atribuições, competências, deveres e responsabilidades estabelecidos em lei.

Art. 26 - Os membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o mínimo legal.

12.1.b. Data da Instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação de comitês:

Informamos que a Sanepar possui um Conselho Fiscal permanente e possui um Comitê Técnico instituído em 19 de novembro de 2013 na 11ª./2013 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração.

12.1.c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:

Informamos que a Sanepar não possui mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão e do Comitê Técnico.

12.1.d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais:

A seguir apresentamos as partes do Estatuto Social que determinam as atribuições dos membros da Diretoria Executiva:

Art. 23 - Observado o disposto nos artigos precedentes, são atribuições dos membros da Diretoria:

I - Do Diretor-Presidente:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) propor matérias ao Conselho de Administração;
- c) coordenar as atividades de auditoria interna;
- d) acompanhar a programação executiva e a avaliação final dos resultados;
- e) desenvolver e coordenar a política de comunicação social;
- f) representar a Companhia perante o poder concedente e empresas afins;

- g) representar a Companhia perante outras empresas congêneres do setor de saneamento para o estabelecimento de políticas conjuntas;
- h) representar a Companhia em juízo e fora dele, ativa e passivamente;
- i) apresentar o relatório anual de administração da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária;
- j) coordenar a elaboração do Plano Diretor de Saneamento da Companhia elaborado pelos diretores de Operações e de Investimentos, bem como acompanhar a aplicação das metas estabelecidas, promovendo sua constante atualização;
- k) propor metas, instrumentos normativos e decisórios que definam as políticas de planejamento do sistema de saneamento da Companhia;
- l) coordenar, em conjunto com o Diretor de Operações, a contratação de empresa de serviços de saneamento básico, visando adquirir novas tecnologias operacionais para a Companhia;
- m) definir as diretrizes da política da Companhia referente a licitações e contratos para o fornecimento de bens, serviços e obras;
- n) nomear, em conjunto com o Diretor Administrativo, as comissões de licitação;
- o) prospectar e coordenar, em conjunto com o Diretor Financeiro, as atividades inerentes a projetos financiados por entidades e organismos internacionais;
- p) propor ao Conselho de Administração, em conjunto com o diretor da área interessada, e mediante parecer do Diretor Financeiro, a criação e a extinção de cargos na estrutura da Companhia. e
- q) homologar procedimentos licitatórios para aquisição de insumos indispensáveis aos processos de tratamento de água e esgoto, operados pela Companhia, bem como, para aquisição de sais, reagentes e vidrarias utilizadas no controle de qualidade da produção de água tratada.

II - Do Diretor Financeiro:

- a) planejar, coordenar e orientar as atividades econômico-financeiras, propondo diretrizes e normas para a sua execução;
- b) promover o acompanhamento do orçamento da Companhia, de acordo com os planos e programas estabelecidos;
- c) gerenciar a arrecadação das receitas operacionais;
- d) promover a captação de recursos financeiros, quando necessários;
- e) administrar a aplicação dos recursos financeiros;
- f) efetuar o pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia, observando as formalidades legais, administrativas, orçamentárias e contratuais, interagindo com os demais órgãos da empresa e com as partes envolvidas;
- g) elaborar as demonstrações contábeis;

- h) empreender, em conjunto com o Diretor Administrativo, estudos e propor alternativas que objetivem o equilíbrio econômico-financeiro dos planos de benefício previdenciário e de assistência à saúde patrocinados pela Companhia;
- i) coordenar a elaboração, em conjunto com o Diretor de Investimentos, do Orçamento Anual e do Plano de Negócios Plurianual da Companhia;
- j) prospectar e coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, as atividades inerentes a projetos financiados por entidades e organismos internacionais; e
- k) disponibilizar a estrutura de suporte necessária ao funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia.

III - Do Diretor de Relações com os Investidores:

- a) administrar a política acionária da Companhia;
- b) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e comunicação entre os acionistas, Bolsas de Valores e Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- c) estudar e propor diretrizes e normas para as Relações com o Mercado;
- d) promover a valorização das ações da Companhia, através da permanente divulgação de informações ao mercado financeiro, pertinentes às operações da Companhia; e
- e) promover a política de divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia.

IV - Do Diretor de Operações:

- a) planejar, coordenar e manter o controle das atividades de operação, manutenção e modernização do sistema de saneamento;
- b) promover a orientação normativa aos órgãos da Companhia em sua área de atuação;
- c) orientar e acompanhar a elaboração e implantação de normas, métodos e rotinas operacionais, de acordo com as metas estabelecidas;
- d) propor à Diretoria a celebração de contratos de parcerias com outras empresas de saneamento;
- e) acompanhar as atividades da área no que se refere à sua participação no programa de expansão;
- f) operar e manter o serviço de saneamento;
- g) estudar e promover a introdução de novas tecnologias e serviços na Companhia;
- h) executar, em conjunto com o Diretor de Investimentos, o Plano Diretor de Saneamento da Companhia;
- i) planejar e coordenar as atividades de comercialização dos serviços;
- j) realizar análise do mercado visando a melhoria da qualidade dos serviços existentes;

- k) comercializar os serviços e suas facilidades, administrando o faturamento dos serviços prestados, efetuando o planejamento do desenvolvimento dos serviços e operacionalizando sua implementação;
- l) planejar a expansão do sistema de saneamento da Companhia;
- m) relacionar-se comercialmente com o consumidor final e efetuar venda dos serviços de água e esgotamento sanitário e demais serviços correlatos;
- n) acompanhar e supervisionar o atendimento aos usuários em suas solicitações;
- o) planejar, em conjunto com os diretores de Investimentos e Comercial, a expansão dos serviços de saneamento da Companhia; e
- p) coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, a contratação de empresa de serviços de saneamento básico, visando adquirir novas tecnologias operacionais para a Companhia.

V - Do Diretor Administrativo:

- a) coordenar o desenvolvimento de estudos de caráter organizacional, prestando assessoramento específico para a solução de problemas administrativos a todas as áreas da empresa;
- b) planejar e coordenar a aquisição de bens, equipamentos, serviços e obras, promovendo os respectivos procedimentos licitatórios;
- c) nomear, em conjunto com o Diretor-Presidente, as comissões de licitação;
- d) proceder ao recebimento, o armazenamento e a distribuição de materiais e efetuar o controle de estoque;
- e) administrar os serviços de transporte da empresa, buscando dar atendimento às necessidades de locomoção de pessoal, equipamentos e cargas em geral;
- f) planejar, coordenar e orientar o apoio administrativo referente a administração, manutenção e conservação de prédios;
- g) planejar, coordenar e executar as atividades relativas a administração de pessoal;
- h) promover e estimular a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de recursos humanos;
- i) elaborar, em conjunto com o Diretor Financeiro, estudos e propor alternativas que objetivem o equilíbrio econômico-financeiro dos planos de benefício previdenciário e assistência à saúde patrocinados pela Companhia;
- j) desenvolver sistemas de organização e métodos; e
- k) gerir e manter os recursos de informática da Companhia.

VI - Do Diretor Comercial:

- a) gerir os contratos de concessão;
- b) formular e implementar o plano de marketing relacionado às atividades de fornecimento de água e esgotamento sanitário e sua comercialização;

- c) desenvolver programas e ações junto a consumidores, no sentido de melhor aproveitamento da utilização da água fornecida;
- d) realizar análise do mercado, visando a melhoria da qualidade dos serviços existentes;
- e) prospectar e desenvolver novos negócios;
- f) coordenar, dirigir e gerenciar estudos em projetos estratégicos e parcerias em empreendimentos não relacionados diretamente ao objeto principal da Companhia; e
- g) buscar novos clientes e implementar medidas visando evitar a evasão dos atuais.

VII - Do Diretor de Investimentos:

- a) planejar, coordenar e manter o controle das atividades de projetos e implantação do sistema de saneamento;
- b) programar, coordenar e controlar as atividades referentes à execução dos projetos e do orçamento de investimentos;
- c) propor a especificação técnica dos equipamentos, materiais, serviços e mão-de-obra para os planos de expansão, mantendo uma estrutura de análise de custos de engenharia;
- d) elaborar e gerenciar os contratos e promover a execução das obras necessárias à prestação dos serviços de saneamento, inclusive pré-operação;
- e) planejar, em conjunto com os diretores de Operações e Comercial, a expansão dos serviços de saneamento da Companhia; e
- f) coordenar a elaboração, em conjunto com o Diretor Financeiro, do Orçamento Anual e do Plano de Negócios Plurianual da Companhia.

VIII - Do Diretor de Meio Ambiente e Ação Social:

- a) contribuir para a implantação da política estadual de meio ambiente em conjunto com os órgãos estaduais e federais;
- b) propor instrumentos de controle e monitoramento da qualidade do produto, e medidas para eventuais adequações;
- c) planejar, coordenar e manter o controle das atividades e ações de interesse ambiental, social, de pesquisa e da qualidade;
- d) promover a orientação normativa na Companhia em suas áreas de atuação;
- e) desenvolver e coordenar as políticas ambiental, social, de pesquisa e da qualidade;
- f) propor à diretoria a celebração de contratos, convênios e acordos de cooperação com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, dentro de suas áreas de atuação;
- g) elaborar e propor o plano de ações e metas ambientais da Companhia visando à adequação das atividades da empresa à legislação ambiental vigente;

- h) promover a gestão ambiental e de recursos hídricos da Companhia;
- i) coordenar e gerenciar os processos de pesquisa e desenvolvimento executados pela Companhia;
- j) coordenar com as diretorias afins, os programas de implementação da inovação tecnológica;
- k) definir e coordenar as estratégias para implementação do processo de educação e formação ambiental, interna e externamente à Companhia;
- l) definir em conjunto com as demais diretorias, diretrizes para implementação do planejamento ambiental estratégico;
- m) propor instrumentos de controle e monitoramento da qualidade ambiental, dos efluentes e da gestão de recursos hídricos; e
- n) implantar e gerenciar o sistema de informações ambientais da Companhia.

IX - Do Diretor Jurídico:

- a) dar a orientação jurídica superior e final à Companhia; e
- b) planejar, propor e implantar políticas e atuações da Companhia em matéria jurídica; supervisionar e coordenar os serviços jurídicos da Companhia.

Parágrafo único - Caberá ao Diretor-Presidente designar, formalmente e por escrito, dentre os demais diretores, quem o substituirá em suas ausências e impedimentos.

12.1.e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria:

Informamos que a Sanepar não possui mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê Técnico.

12.2. REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS

12.2.a. Prazos de convocação

As Assembleias Gerais dos acionistas deverão ser convocadas com 15 (quinze) dias de antecedência de sua realização.

12.2.b. Competências

CAPITULO III

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 9º - A Assembleia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses do ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações as prescrições legais pertinentes.

§ 1º - As Assembleias Gerais dos acionistas deverão ser convocadas com 15 (quinze) dias de antecedência de sua realização.

§2º A Assembleia Geral de acionistas é o órgão social competente para deliberar sobre a emissão de ações pela Companhia.

Art. 10 - A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será presidida por um acionista eleito dentre aqueles com direito a voto presentes, que escolherá um ou mais secretários, podendo ser convocada:

- a) pelo Presidente e pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, em conjunto;
- b) pelo Conselho de Administração, nos termos da alínea “f”, do artigo 17;
- c) nas formas previstas no parágrafo único do art. 123, da lei 6.404/76.

12.2.c. Endereço (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço físico: Rua Engenheiros Rebouças, 1376;

Endereço eletrônico: www.sanepar.com.br

12.2.d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Informamos que no Estatuto Social da Sanepar não existe regras para tratar de conflitos de interesses.

12.2.e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Informamos que as procurações, se houver, serão admitidas sempre em obediência a legislação que rege a matéria.

12.2.f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Informamos que a Sanepar não possui formalidades específicas para a aceitação de instrumentos de procurações, as mesmas serão admitidas se estiverem cumprindo a legislação pertinente.

12.2.g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Sanepar não possui fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

12.2.h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Sanepar não utiliza mecanismos para transmissão ao vivo das assembleias.

12.2.i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Sanepar, dentro do prazo legal, analisa a possibilidade ou não de inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

12.4. REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

12.4.a. Freqüência das reuniões:

Art. 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, de seu Vice-Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva, e deliberará validamente com a presença mínima de 5 (cinco) de seus membros.

12.4.b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho:

TRANSCREVEMOS A SEGUIR PARTES DO ACORDO DE ACIONISTAS QUE ESTABELECEM RESTRIÇÃO OU VINCULAÇÃO AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO:

EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO NAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

4.3 Nas Assembléias Gerais que deliberarem sobre o Estatuto, as Partes se comprometem a votar no sentido de estabelecer a competência do Conselho de Administração para deliberar, dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir, na forma prevista neste Acordo, os membros da Diretoria Executiva;
- c) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, seja por eles controladas ou estejam sob seu controle comum, observados o disposto no item 4.3.1, o interesse da Companhia e a exigência de procedimento licitatório;
- d) deliberar sobre o Orçamento Anual (aqui denominado ORÇAMENTO ANUAL), que deverá refletir o PLANO DE NEGÓCIOS PLURIANUAL e as práticas de mercado, bem como qualquer investimento ou despesa não previstos no ORÇAMENTO ANUAL na hipótese de ocorrerem acontecimentos novos, imprevisíveis pelas partes e a elas não imputáveis, que possam refletir na economia ou na administração da Companhia e exijam alteração das previsões orçamentárias, respeitando-se, em qualquer hipótese, as alçadas atribuídas aos órgãos de

- administração no ESTATUTO e observado o disposto no item 4.3.1;
- e) deliberar por proposta da Diretoria Executiva sobre empréstimos e financiamentos a serem celebrados pela Companhia que excederem a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido da Companhia, quando demonstrada a compatibilidade com o PLANO DE NEGÓCIOS PLURIANUAL, ORÇAMENTO ANUAL e taxas de mercado, observado o disposto no item 4.3.1;
 - f) convocar a Assembleia Geral;
 - g) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
 - h) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração da Diretoria Executiva;
 - i) escolher mediante processo licitatório aplicável à Companhia, e, se for o caso, destituir os auditores da Companhia, entre empresas de renome internacional atualizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;
 - j) decidir sobre a proposta de destinação dos lucros do exercício, observado o disposto no item 4.3.1;
 - k) aprovar o plano de cargos e salários, bem como a política salarial da Companhia;
 - l) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre o exercício de voto em Assembleias Gerais de coligadas e controladas da Companhia, quando versarem sobre matérias contempladas no PLANO DE NEGÓCIOS PLURIANUAL;
 - e
 - m) deliberar sobre o PLANO DE NEGÓCIOS PLURIANUAL, observado o disposto no item 4.3.1.

4.3.1 As deliberações relativas aos itens "c", "d", "e", "j" e "m" do item 4.3 supra serão obrigatoriamente precedidas de pareceres do Comitê Técnico, observadas as seguintes condições:

- a) em suas manifestações o Comitê Técnico deve examinar e opinar, em caráter consultivo e não vinculante da decisão do Conselho de Administração, a cerca das proposições relativas aos itens "c", "d", "e", "j" e "m", inclusive no que toca as diretrizes para a formulação do ORÇAMENTO ANUAL, aos critérios para avaliação dos resultados da Companhia e aos demais

- aspectos econômico-financeiros associados a empréstimos/financiamentos, gestão de dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, execução orçamentária, política de dividendos e emissão de ações e Debêntures e aos dados necessários a acompanhar a gestão de riscos da Companhia. O Comitê Técnico deverá ainda identificar, avaliar, monitorar continuamente os riscos e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos, acompanhar a evolução dos passivos da Companhia, acompanhar a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da Companhia, propor critérios para identificação de riscos inerentes a atuação dos conselheiros e a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração referente aos assuntos da auditoria interna e externa. Os estudos realizados pelo Comitê Técnico, bem como as respectivas conclusões, devem fazer parte dos pareceres a serem apresentados aos acionistas;
- b) em suas manifestações, o Comitê Técnico deve registrar os fatos e o direito aplicáveis e recomendar as melhores práticas de mercado, os parâmetros e níveis de eficiência observados em companhias e atividades comparáveis, as taxas e índices aplicáveis a operações semelhantes e as regras prudenciais sobre a matéria;
 - c) em suas manifestações o Comitê Técnico deve pronunciar-se sobre a eventual ocorrência de acontecimentos novos, imprevisíveis pelas Partes e a elas não imputáveis, que possam refletir na economia ou na administração da Companhia e efetivamente exijam a alteração das previsões orçamentárias;
 - d) o regimento interno do Conselho de Administração deverá estabelecer, ainda, que o Comitê Técnico será composto por 5 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, respeitando-se sempre a proporção de 3 (três) membros indicados pelo Estado e 2 (dois) membros indicados pela Sociedade, podendo os membros do Comitê Técnico ser ou não membros do Conselho de Administração;
 - e) O Comitê Técnico deve se manifestar por maioria de seus membros, devendo os pontos de divergência constarem dos pareceres a serem apresentados aos acionistas.

4.3.2 As decisões de investimentos da Companhia serão pautadas pelo interesse público na busca da universalização dos serviços.

4.4 As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas mediante aviso escrito enviado com antecedência mínima de 7 (sete) dias contendo a pauta das matérias a tratar, e poderão instalar-se com a presença mínima de 5 (cinco) conselheiros, sendo suas deliberações tomadas pela maioria de votos dos conselheiros presentes, cabendo a seu presidente em caso de empate, voto de qualidade.

4.5 Nas Assembleias Gerais que deliberarem sobre o Estatuto da Companhia, as Partes se comprometem a votar no sentido de que a administração corrente da Companhia será exercida por uma Diretoria Executiva composta por até 9 (nove) Diretores acionistas ou não eleitos pelo Conselho de Administração, assim designados: a) Diretor - Presidente; b) Diretor Financeiro; c) Diretor de Relações com Investidores; d) Diretor Administrativo; e) Diretor de Operações; f) Diretor Comercial; g) Diretor de Investimento; h) Diretor de Meio Ambiente e Ação Social; e i) Diretor Jurídico.

4.5.1 O Estatuto compromete-se a fazer com que seus representantes no Conselho de Administração votem no sentido de eleger:

- a) 3 (três) Diretores entre nomes apresentados pela Sociedade, com exceção do Diretor - Presidente, que será sempre indicado pelos representantes do Estado no Conselho de Administração, todos com base em critério de competência técnica e profissional; e
- b) entre os 3 (três) Diretores indicados pela Sociedade na forma do item "a", o Diretor Financeiro.

4.5.2 A indicação dos 3 (três) Diretores pela Sociedade deverá ser realizada observando-se a proporcionalidade entre os acionistas da Sociedade.

4.5.3 Para os efeitos do item 4.5, cada uma das Partes apresentará ao presidente do Conselho de Administração, com antecedência de 48(quarenta e oito) horas da realização da reunião, os nomes de seus candidatos para os cargos da Diretoria Executiva, que correspondem a cada Parte, entre os quais os conselheiros deverão eleger os respectivos ocupantes.

4.5.4 No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria Executiva, o respectivo substituto será eleito entre nomes indicados pela mesma Parte que indicou o diretor substituído.

4.5.5 As Partes reconhecem que a eleição da Diretoria Executiva da Companhia na forma referida nos subitens precedentes constituem condição essencial para ensejar a contribuição de cada um para a gestão da Companhia; por conseguinte qualquer deliberação relativa a eleição dos membros da Diretoria Executiva referida no item anterior que contrariar as disposições aqui estabelecidas será ineficaz em relação à Companhia, devendo ser imediatamente promovida nova eleição com estrita observância dos subitens precedentes.

COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

A COMPANHIA será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, que serão compostos e funcionarão de conformidade com o ESTATUTO e com as disposições deste Acordo.

O Conselho de Administração da Companhia será composto de 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes, um dos quais será o presidente e outro o vice-presidente, eleitos para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Dos membros do Conselho de Administração, caberá ao Estado indicar 5 (cinco) titulares e seus respectivos suplentes, e à Sociedade caberá indicar 3 (três) titulares e respectivos suplentes, observados os requisitos legais. O membro restante e seu respectivo suplente serão indicados pelos empregados da Companhia.

Cada Parte indicará à outra, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da realização da assembléia, as pessoas por ela escolhidas para preencher os cargos do Conselho de Administração, obrigando-se ambas as Partes a votar em bloco nas pessoas assim indicadas, cujos nomes não poderão ser recusados salvo na hipótese de desatendimento a prescrições legais.

Na eventualidade de adotar-se o processo de votação por voto múltiplo, as Partes estarão obrigadas a distribuir seus votos de modo a refletir a composição do Conselho de Administração estabelecida no presente Acordo.

No caso de vacância de qualquer cargo de conselheiro efetivo, o mesmo será substituído por seu suplente. Na primeira Assembléia Geral que se realizar, as Partes votarão de modo a

eleger um substituto indicado pela mesma Parte que indicou o substituído.

Nenhuma das Partes poderá destituir conselheiro, titular ou suplente, eleito para o Conselho de Administração por indicação da outra Parte; todavia, caso qualquer das Partes deseje destituir conselheiro, efetivo ou suplente, por ela indicado, a outra Parte votará pela destituição e elegerá, em substituição, outro conselheiro indicado pela mesma Parte que indicou o destituído.

Caso qualquer conselheiro deixe de manifestar seu voto em consonância com a orientação aprovada pela Parte que o houver indicado, sua deliberação será considerada ineficaz, e o conselheiro responderá pelos prejuízos que causar à Companhia, devendo as Partes promover as medidas necessárias para a sua substituição, se for assim solicitado por qualquer delas. Os membros do Conselho de Administração deverão, em qualquer hipótese, observar os deveres de respeito a legislação vigente, diligência lealdade e sigilo, em obediência ao disposto no artigo 153 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Competirá a Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios sociais, observando o disposto no Estatuto, nas deliberações da Assembleia Geral, nas resoluções do Conselho de Administração e neste Acordo.

Sem prejuízo das demais atribuições, a Diretoria deverá elaborar e submeter à aprovação, acompanhado de manifestação do Comitê Técnico a que se refere o item 4.3.1, do Conselho de Administração:

- a) O plano de organização da Companhia, bem como as respectivas modificações;
- b) O PLANO DE NEGÓCIO PLURIANUAL, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;
- c) O ORÇAMENTO ANUAL, que deverá refletir o PLANO DE NEGÓCIOS PLURIANUAL, bem como qualquer investimento ou despesa não previstos no ORÇAMENTO ANUAL aprovado que, individualmente ou em conjunto, exceder a 0,5% (meio por cento) do ORÇAMENTO ANUAL da Companhia.

O presidente da Assembleia ou do órgão colegiado de deliberação da Companhia não computará o voto proferido com infração ao Acordo. Adicionalmente, o não comparecimento à

Assembleia ou às reuniões dos órgãos da administração da Companhia, bem como abstenções de votos de qualquer das Partes ou de membros do Conselho de Administração eleitos nos termos deste acordo, assegura à Parte prejudicada o direito de votar com as ações ao acionista em violação deste acordo, ausente ou omissa e, no caso de membro do Conselho de Administração, pelo conselheiro eleito com os votos da Parte prejudicada.

12.4.c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses:

ESTATUTO SOCIAL

Informamos que o Estatuto Social da Sanepar é omissa quanto a definição de regras de identificação e administração de conflitos de interesses.

ACORDO DE ACIONISTAS

O Acordo de Acionistas não define as regras de identificação e administração de conflitos de interesses, somente elege o foro para dirimir eventuais conflitos conforme apresentamos a seguir:

As Partes elegem o foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente Acordo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
PAULO ALBERTO DEDAVID		Pertence apenas à Diretoria	24/05/2012	09 DE JUNHO DE 2015	0
186.915.109-78	ENGENHEIRO QUÍMICO	19 - Outros Diretores	10/06/2012	Não	0%
Admitido na Sanepar em 1977		Diretor de Operações			
<p>- 1977 a 1979 - Engenheiro Projetista; - 1979 a 1983 - Chefe da Divisão de Projetos; - 1983 a 1987 - Gerente de Desenvolvimento Operacional; - 1987 a 1991 - Gerente de Projetos; - 1991 a 1992 - Superintendente de Planejamento de Operações; - 1992 a 1995 - Superintendente de Planejamento Técnico; - 1995 a 1996 - Engenheiro de Planejamento; - 1998 a 1999 - Gerente de Aquisições; - 1996 a 2003 – Gerente Geral da Unidade de Gerenciamento do Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná – PARANASAN; - 2003 a 2004 – Engenheiro de Planejamento; - 2004 a 2004 – Assessor do Diretor Presidente; - 2004 a 2010 – Gerente da Assessoria de Planejamento Estratégico da Sanepar; - 1992 a 2010 – Engenheiro responsável Técnico pelos Processos de Tratamento de Água e Esgotos para os Sistemas em Operação pela Sanepar, perante o conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, conforme ART 891.495, de 27 de fevereiro de 1992.</p>					
JOÃO MARTINHO CLETO REIS JUNIOR		Pertence apenas à Diretoria	24/05/2012	09 DE JUNHO DE 2015	0
403.280.829-53	ENGENHEIRO CIVIL	19 - Outros Diretores	10/06/2012	Sim	0%
		Diretor de Investimentos			
PÉRICLES SÓCRATES WEBER		Pertence apenas à Diretoria	24/05/2012	09 DE JUNHO DE 2015	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
615.361.139-72	ENGENHEIRO QUÍMICO	19 - Outros Diretores	10/06/2012	Sim	0%
Admitido na Sanepar em 1986		Diretor de Meio Ambiente e Ação Social			
<ul style="list-style-type: none"> - Engenheiro de pesquisa em bioenergia; - Gerente de Operações de sistemas de água e esgoto; - Gerente de meio ambiente; - Coordenador de projeto de recursos hídricos no Paraná em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA; - Supervisor do laboratório de água e esgoto; - Engenheiro de desenvolvimento da qualidade; - 1998 – Coordenou o Programa de Educação Ambiental da Sanepar vencedor do Prêmio Expressão de Ecologia e Prêmio Top de Ecologia concedido pela Revista Expressão; - 1999 a 2000 - Presidente do Conselho da Fundação Sanepar de Assistência Social; - 2008 - Coordenou o projeto de bioenergia da estação de tratamento de esgoto Ouro Verde, de Foz do Iguaçu, vencedor do Prêmio Von Marthius de Meio Ambiente concedido pela Câmara de Comércio Brazil – Alemanha; - Coordenou a implantação e certificação do primeiro sistema de gestão ambiental ISO 14001 de saneamento básico, na Cidade de Foz do Iguaçu. 					
ANTONIO HALLAGE		Pertence apenas à Diretoria	24/05/2012	09 DE JUNHO DE 2015	0
250.466.088-04	ENGENHEIRO ELETRÔNICO	19 - Outros Diretores	10/06/2012	Sim	0%
		Diretor Administrativo			
FRANCISCO CESAR FARAH		Pertence apenas à Diretoria	21/06/2013	09 DE JUNHO DE 2015	0
598.142.419-20	BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	12 - Diretor de Relações com Investidores	21/06/2013	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
FLÁVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI		Pertence apenas à Diretoria	24/05/2012	09 DE JUNHO DE 2015	0
005.574.599-74	ADVOGADO	19 - Outros Diretores	10/06/2012	Sim	0%
Gerente Jurídico - 02/2011 a 08/2011.		Diretor Jurídico			
FERNANDO EUGENIO GHIGNONE		Pertence apenas à Diretoria	05/03/2013	09 DE JUNHO DE 2015	0
139.212.829-34	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	10 - Diretor Presidente / Superintendente	05/03/2013	Sim	0%
Diretor - Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar no período de 04 janeiro de 2011 a 29 de janeiro de 2013.					
EMILIA DE SALLES BELINATI		Pertence apenas à Diretoria	06/08/2013	09 DE JUNHO DE 2015	0
879.473.409-78	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	19 - Outros Diretores	06/08/2013	Sim	0%
		Diretora Comercial			
DIRCEU WICHNIESKI		Pertence apenas à Diretoria	24/05/2012	09 DE JUNHO DE 2015	0
500.256.519-00	CONTADOR	19 - Outros Diretores	10/06/2012	Não	0%
Admitido na Sanepar em 06/04/1981		Diretor Financeiro			
- 1981 a 1987 – Analista financeiro; - 1987 a 1995 – Chefe da Divisão de Contas a Pagar; - 1995 a 1997 – Gerente de Auditoria; - 1998 a 2008 – Gerente da Unidade de Serviço Finanças; - 2008 a Atualmente – Diretor Administrativo – Financeiro da fundação Sanepar de Previdência Social – FUSAN e da Fundação Sanepar de Assistência Social.					
EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES		Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/12/2013	28 DE ABRIL DE 2014	0
205.909.389-91	ANALISTA DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/12/2013	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
EMPREGADO DA SANEPAR DESDE 1983 FUNÇÕES EXERCIDAS NA SANEPAR: - Analista de processos organizacionais; - Diretor de Relações com Investidores - 04/01/2011 a 24/06/2013.					
HAMILTON APARECIDO GIMENES		Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2011	28 DE ABRIL DE 2014	0
408.520.249-91	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2011	Não	0%
Na Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR: Auxiliar de Manutenção, de 1983 a 1988; Agente Administrativo Comercial, de 1988 a 1995; Agente Técnico Administrativo V, a partir de 1995.					
JUAREZ BURIOL		Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2011	28 DE ABRIL DE 2014	0
249.897.460-15	CONTADOR	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2011	Não	0%
Kevin Michael Altit		Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2011	28 DE ABRIL DE 2014	0
842.326.847-00	ADVOGADO	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2011	Não	0%
LUIZ CARLOS BRUM FERREIRA		Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2011	28 DE ABRIL DE 2014	0
149.201.580-68	ENGENHEIRO CIVIL	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2011	Não	0%
Renato Torres de Faria		Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2011	28 DE ABRIL DE 2014	0
502.153.966-34	ENGENHEIRO DE MINAS	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	28/04/2011	Não	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
CONSELHEIRO SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
MICHELE CAPUTO NETO		Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2011	28 DE ABRIL DE 2014	0
570.893.709-25	FARNACÊUTICO	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2011	Sim	0%
FABIANO SAPORITI CAMPELO					
008.718.699-34	ADVOGADO	20 - Presidente do Conselho de Administração	28/04/2011	Sim	0%
Diretor Presidente no período de 1983 a 1986					
CHRISTIAN GULIN CRIVELLARO					
016.539.399-82	ENGENHEIRO CIVIL	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2011	Sim	0%
Julio Jacob Junior					
025.639.649-38	ADVOGADO	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2011	Sim	0%
SEZIFREDO PAULO ALVES PAZ					
366.713.809-10	MÉDICO VETERINÁRIO	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2011	Sim	0%
JOSÉ GERALDO GOULART BOLDA					
157.661.879-04	JORNALISTA	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2011	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
ORLANDO AGULHAN JUNIOR		Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2011	28 DE ABRIL DE 2014	0
401.466.509-72	ENGENHEIRO CIVIL	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2011	Sim	0%
FRANCISCO JOSÉ AZEVEDO FREIRE		Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2011	28 DE ABRIL DE 2014	0
441.684.204-00	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2011	Não	0%
Admitido na Sanepar em 06/12/1989, onde ocupou as seguintes funções: - Coordenador do Comitê da Qualidade; - Analista de Demanda de Distribuição de Água; - Programador de Produção; - Gestor da Captação.					
ARIELSON BITTENCOURT		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2011	28 DE ABRIL DE 2014	0
405.120.709-97	ADVOGADO	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/06/2011	Sim	0%
Membro suplente do Conselho de Administração da Sanepar - 04/01/2011 a 27/04/2011.					
JULIO CESAR ZEM CARDOZO		Pertence apenas ao Conselho de Administração	05/06/2012	28 DE ABRIL DE 2014	0
709.434.609-30	ADVOGADO	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	05/06/2012	Sim	0%
MAURICIO JANDOI FANINI ANTONIO		Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/11/2011	28 DE ABRIL DE 2014	0
557.672.819-04	ENGENHEIRO CIVIL	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	09/11/2011	Sim	0%
Não ocupou outros cargos ou funções na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS		Conselho Fiscal	25/04/2013	24 DE ABRIL DE 2014	0
813.975.696-20	CONTADOR	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	25/04/2013	Não	0%
Conselheiro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, de 25/04/2005 a 23/04/2007.					
IVENS MORETTI PACHECO		Conselho Fiscal	25/04/2013	24 DE ABRIL DE 2014	0
201.806.089-91	JORNALISTA	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	25/04/2013	Sim	0%
Vanderlei Dominguez da Rosa		Conselho Fiscal	25/04/2013	24 DE ABRIL DE 2014	0
422.881.180-91	CONTADOR	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	25/04/2013	Não	0%
JORGE SEBASTIÃO DE BEM		Conselho Fiscal	25/04/2013	24 DE ABRIL DE 2014	0
353.542.759-20	ECONOMISTA	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	25/04/2013	Sim	0%
SEBASTIÃO HENRIQUE MEDEIROS		Conselho Fiscal	25/04/2013	24 DE ABRIL DE 2014	0
040.922.379-44	ADVOGADO	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	25/04/2013	Sim	0%
JURACI BARBOSA SOBRINHO		Conselho Fiscal	25/04/2013	24 DE ABRIL DE 2014	0
201.576.909-97	ADVOGADO	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	25/04/2013	Sim	0%
- Membro efetivo do Conselho Fiscal da Sanepar - 1995 a 2002					
Eduardo da Gama Godoy		Conselho Fiscal	25/04/2013	24 DE ABRIL DE 2014	0
395.416.650-04	CONTADOR	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	25/04/2013	Não	0%
JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO		Conselho Fiscal	25/04/2013	24 ABRIL DE 2014	0
322.757.069-68	ECONOMISTA	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	25/04/2013	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Rubens Rodrigues dos Santos		Conselho Fiscal	25/04/2013	24 DE ABRIL DE 2014	0
310.939.301-87	ECONOMISTA, CONTADOR E ADVOGADO	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	25/04/2013	Não	0%
FABIO ANTONIO DALLAZEM		Conselho Fiscal	25/04/2013	24 DE ABRIL DE 2014	0
503.717.899-15	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	25/04/2013	Sim	0%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

PAULO ALBERTO DEDAVID - 186.915.109-78

- 1975 – Engenheiro Projetista – Proben – Projetos e Engenharia de Sistemas – Curitiba - Paraná;
- 1976 – Engenheiro Projetista associado a Belba – Engenheiros Consultores Ltda. – Belo Horizonte – Minas Gerais;
- 1977 – Engenheiro – Nuclebrás – Empresas Nucleares Brasileiras S.A.; - Belo Horizonte – Minas Gerais;

Admitido na Sanepar em 1977

Funções exercidas na Sanepar:

- 1977 a 1979 - Engenheiro Projetista;
- 1979 a 1983 - Chefe da Divisão de Projetos;
- 1983 a 1987 - Gerente de Desenvolvimento Operacional;
- 1987 a 1991 - Gerente de Projetos;
- 1991 a 1992 - Superintendente de Planejamento de Operações;
- 1992 a 1995 - Superintendente de Planejamento Técnico;
- 1995 a 1996 - Engenheiro de Planejamento;
- 1998 a 1999 - Gerente de Aquisições;
- 1996 a 2003 – Gerente Geral da Unidade de Gerenciamento do Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná – PARANASAN;
- 2003 a 2004 – Engenheiro de Planejamento;
- 2004 a 2004 – Assessor do Diretor Presidente;
- 2004 a 2010 – Gerente da Assessoria de Planejamento Estratégico da Sanepar;
- 1992 a 2010 – Engenheiro responsável Técnico pelos Processos de Tratamento de Água e Esgotos para os Sistemas em Operação pela Sanepar, perante o conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, conforme ART 891.495, de 27 de fevereiro de 1992;
- A partir de 04/01/2011 Diretor de Operações - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

JOÃO MARTINHO CLETO REIS JUNIOR - 403.280.829-53

- 1980 a 1983 – Engenheiro de Obras – Habitação S/A. Construções e Empreendimentos;
- 1983 a 1989 – Chefe da Assessoria de Planejamento – Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR;
- Assessor da Diretoria Técnica – Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR;
- 1986 a 1988 – Coordenador da Secretaria de Habitação – Ministério de Desenvolvimento Urbano;

- 1989 a 1995 – Diretor – Carandá Engenharia Civil Ltda;
 - Diretor – Abra Construções e Empreendimentos Ltda.;
 - 1997 – Gerente de obras – Companhia de Habitação de Curitiba – COHAB – CT;
 - 1998 – 1999 – Engenheiro prestador de serviços – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC;
 - 2000 – 2002 – Diretor de Programas Especiais – Secretaria Municipal de Abastecimento de Curitiba;
 - 2002 – 2004 – Técnico da Supervisão de Implantação – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC;
 - 2005 – 2010 – Membro do CONSECON – Conselho do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC;
 - Membro representante do poder público de Curitiba em três conferências das Cidades no Estado do Paraná;
 - Membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente;
 - Membro do Conselho Municipal do Urbanismo;
 - Superintendente de Projetos – Secretaria do Urbanismo de Curitiba – PR;
 - A partir de 04/01/2011 Diretor de Investimentos - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.
-

PÉRICLES SÓCRATES WEBER - 615.361.139-72

Admitido na Sanepar em 1986

Funções exercidas na Sanepar:

- Engenheiro de pesquisa em bioenergia;
- Gerente de Operações de sistemas de água e esgoto;
- Gerente de meio ambiente;
- Coordenador de projeto de recursos hídricos no Paraná em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA;
- Supervisor do laboratório de água e esgoto;
- Engenheiro de desenvolvimento da qualidade;
- 1998 – Coordenou o Programa de Educação Ambiental da Sanepar vencedor do Prêmio Expressão de Ecologia e Prêmio Top de Ecologia concedido pela Revista Expressão;
- 1999 a 2000 - Presidente do Conselho da Fundação Sanepar de Assistência Social;
- 2008 - Coordenou o projeto de bioenergia da estação de tratamento de esgoto Ouro Verde, de Foz do Iguaçu, vencedor do Prêmio Von Marthius de Meio Ambiente concedido pela Câmara de Comércio Brazil – Alemanha;
- Coordenou a implantação e certificação do primeiro sistema de gestão ambiental ISO 14001 de saneamento básico, na Cidade de Foz do Iguaçu;
- A partir de 04/01/2011 - Diretor de Meio Ambiente e Ação Social - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

OUTRAS ATIVIDADES:

- Atuou no projeto de bioenergia para países em desenvolvimento, Guatemala e Haiti em parceria com o Energy Efficiency Center da University of Califórnia, Davis e com a organização internacional The Appropriate Infrastructure Development Group – AIDG;
 - Ex – bolsista do British Council – Reino Unido, do NUFFIC – Holanda e do Fulbright Comission – Estados Unidos;
 - Professor de pós – graduação da FAE Business School nas disciplinas de ISO 14001 e auditoria ambiental.
-

ANTONIO HALLAGE - 250.466.088-04

- 1968 a 1971 – Gerente de Sistemas – Byington Motorola;
- 1968 a 1971 – Professor de Processamento de Sinais – Universidade Mackenzie;
- 1971 a 1979 – Projetos de Sistemas de Alta Frequência – Companhia Paranaense de Energia - COPEL;
- 1979 a 1991 – Superintendente de Sistemas Eletrônicos – Companhia Paranaense de Energia – COPEL;
- 1994 a 1995 – Presidente – Seccional Brasil S/A.;
- 1997 a 2010 – Diretor – Brasilsat Harald S/A.;
- 1998 a 2000 – Presidente – Röhn – Brasilsat;
- 1991 a atualmente – Presidente – SET Ltda. e da AHR Serviços e Consultoria Ltda;
- 1974 a 2010 – Professor de Antenas e Sistemas de Transmissão – Universidade Federal do Paraná – UFPR;
- 1996 a 1998 – Conselheiro do Instituto de Engenharia do Paraná;
- Apresentou trabalhos nas áreas de telecomunicações e controle em diversos congressos nacionais e internacionais;
- Diretor de Esportes e Presidente do Clube Sírio – Libanês do Paraná;
- Diretor de Sedes, Diretor de Finanças e Conselheiro Fiscal do Clube Curitibano;
- 1984 a 1985 – Presidente do Rotary Club de Curitiba Leste;
- 1995 a 1996 – Governador do Distrito 4730 no Paraná do Rotary Club;
- 2009 a 2011 – Diretor Internacional do Rotary;
- 2001 a atualmente – Membro do Conselho Superior da Revista Brasil Rotário e do Conselho da Associação Brasileira da Fundação Rotária;
- Recebeu o Prêmio Cidade de Curitiba e o título de Cidadão Honorário de Curitiba, pela Câmara de Vereadores de Curitiba;
- A partir de 04/01/2011 Diretor Administrativo - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar. Excepcionalidade em ocupar o cargo de Diretor - Presidente cumulativamente com o cargo de Diretor Administrativo, no período de 02 de agosto de 2012 a 15 de outubro de 2012, face a licença não remunerada do Diretor - Presidente Sr. Fernando Eugênio Ghignone.

FRANCISCO CESAR FARAH - 598.142.419-20

- Auditor da Receita Estadual, nomeado em virtude de habilitação em concurso público em 04 de julho de 1985, na função vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, onde ocupou diversos cargos, tanto de ordem técnica, como administrativa, atualmente está lotado na assessoria do Diretor da Receita.

FLÁVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI - 005.574.599-74

- Advogado - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE;
- Advogado - Chevron Brasil Ltda. (Texado do Brasil Ltda.);
- Procurador Geral do Município de Campina Grande do Sul - Pr.;
- Gerente Jurídico - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - 02/2011 a 08/2011;
- Diretor Jurídico - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - a partir de 09/08/2011.

FERNANDO EUGENIO GHIGNONE - 139.212.829-34

VIDA EMPRESARIAL

- Sócio de empresas que atuam nas áreas de empreendimentos turísticos, imobiliários, distribuição e logística. Também atuou na área de radiofusão;
- Ex - Presidente do Clube dos Diretores Lojistas de Curitiba;
- Membro do Conselho Político da Associação Comercial do Paraná.

VIDA PÚBLICA

- 1983 - 1986 - Secretário da Cultura, Esporte e Turismo do Estado do Paraná;
(Neste período foi Presidente dos Conselhos Estaduais de Cultura, Esporte, Turismo, Fundação Teatro Guaíra e Celepar. Criador da Orquestra Sinfônica do Paraná e responsável pelo Tombamento da Serra do Mar no Estado do Paraná.)
- 1986 - Secretário de Atividades Sócio Culturais do Ministério de Cultura - Gestão Celso Furtado;
- 1987 - 1988 - Presidente da Embrafilme S.A. - gestão Celso Furtado. Foi responsável pela reorganização e pelo saneamento financeiro da empresa. Viabilizou mais de 200 produções cinematográficas (curtas, longas e documentários) em 18 meses de gestão. Neste período foi membro do Conselho da Funarte e do Conselho Federal da Censura;
- 2005 - Secretário Municipal de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Curitiba;
- 2006 - 2010 - Diretor de Transportes da URBS S.A. - Realizou a primeira licitação do Transporte Coletivo de Curitiba;
- Diretor - Presidente - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar. - de 04/01/2011 a 29/01/2013
- A partir de 05/03/2013 Diretor - Presidente - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

EMILIA DE SALLES BELINATI - 879.473.409-78

1991 a 1994 - Deputada Estadual pelo Estado do Paraná.

1995 a 2002 - Vice Governadora do Estado do Paraná, onde exerceu o cargo de Governadora em exercício por 54 vezes.

DIRCEU WICHNIESKI - 500.256.519-00

Admitido na Sanepar em 06/04/1981

Funções exercidas na Sanepar:

- 1981 a 1987 – Analista Financeiro;
- 1987 a 1995 – Chefe da Divisão de Contas a Pagar;
- 1995 a 1997 – Gerente de Auditoria;
- 1998 a 2008 – Gerente da Unidade de Serviço Finanças;
- 2008 a 2010 – Diretor Administrativo – Financeiro da fundação Sanepar de Previdência Social – FUSAN e da Fundação Sanepar de Assistência Social;
- A partir de 04/01/2011 - Diretor Financeiro - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar

OUTRAS ATIVIDADES:

- 1990 a 1992 – Consultor pela Sanepar no Projeto de Modernização da empresa de saneamento do Uruguay – Administracion de Las Obras Sanitárias Del Estado – OSE;
 - 2008 a atualmente – Membro efetivo do Conselho Fiscal da empresa Terminal Portuário Ponta do Felix S/A.
-

EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES - 205.909.389-91

EMPREGADO DA SANEPAR DESDE 1983

FUNÇÕES EXERCIDAS NA SANEPAR:

- Analista de processos organizacionais;
- Diretor de Relações com Investidores - 04/01/2011 a 24/06/2013.

OUTRAS EXPERIÊNCIAS:

- Assistente Administrativo – Prefeitura Municipal de Araçongas;
 - Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal – Prefeitura Municipal de Araçongas;
 - Assessor Legislativo – Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;
 - Secretário Municipal – Prefeitura Municipal de Curitiba;
 - Chefe de Gabinete da Presidência – Câmara Municipal de Curitiba.
-

HAMILTON APARECIDO GIMENES - 408.520.249-91

Na Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR:

Auxiliar de Manutenção, de 1983 a 1988;

Agente Administrativo Comercial, de 1988 a 1995;

Agente Técnico Administrativo V, a partir de 1995.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, de 28/04/1999 a 04/07/2005, de 29/04/2008 a 28/04/2011 e a partir de 28/04/2011.

JUAREZ BURIOL - 249.897.460-15

Caixa Econômica Federal, de 1978 a 2001;

Onde ocupou as funções de Escriturário, Chefe de Divisão, Gerente Geral, Gerente de Mercado Segmento Empresarial, Gerente de Mercado para Estados e Municípios, Gerente de Mercado de Relacionamento Pessoa Física e Superintendente Substituto.

Professor das disciplinas Noções de Marketing, Sistemas de Gestão da Qualidade, teoria Geral das Organizações e Gestão de Recursos Humanos – Escola Técnica Cenecista Estância Velha, de 2001 a 2002; Professor de Graduação nas disciplinas Administração de Vendas e Organização, Sistemas e Métodos, Planejamento Organizacional e Negociação Empresarial, Gestão empresarial e Estratégia de Vendas – Centro Universitário FEEVALE, RS, de 2001 a 2007;

Professor de Pós Graduação nas disciplinas de Organização de empresas; organização administrativa e financeira na gestão escolar; negociação em serviços e; negociação em vendas – Centro Universitário FEEVALE, RS, de 2003 a 2007;

Conselheiro da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários do Centro Universitário FEEVALE – Scred:

- Conselho Fiscal de 2003 a 2004;

- Conselho de Administração a partir de 2004.

Membro Suplente do Conselho de Administração da VALEPAR de 2006 a 2007;

Conselheiro Suplente do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a partir de 29/04/2008.

Kevin Michael Altit - 842.326.847-00

Diretor Jurídico e Vice – Presidente da Azurix do Brasil Ltda;

Diretor Jurídico da Light Serviços de Eletricidade S.A.;

Diretor Jurídico da Trikem S.A.;

Integrante do Departamento Jurídico da Odebrecht S.A.;

Sócio de Garcia & Keener Advogados;

Advogado visitante de Baker, Brown, Parker & Leahy, LLP;

Sócio de Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados;

Presidente do Conselho de Administração de Zain Participações S.A., Newtel Participações S.A., Mem Celular Participações S.A., Oeste Participações S.A., Sorocaba Empreendimentos e Participações S.A.,

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., Invitel S.A., Telpart Participações S.A., Capitalpart Participações S.A., Serranby Participações S.A., Selectpart Participações S.A. e Sul 116 Participações S.A.;

Vice Presidente do Conselho de Daleth Participações S.A.;

Membro Titular do Conselho de Administração de Quigley Company, Inc. (Grupo Pfizer – NY), Dominó Holdings S.A. e Brasil Telecom Participações S.A.;

Diretor Presidente de Serranby Participações S.A.

Diretor Econômico-Financeiro de Mem Celular Participações S.A., Futuretel S.A., Daleth Participações S.A., Oeste Participações S.A., Sorocaba Empreendimentos e Participações S.A., Newtel Participações S.A.,

Zain Participações S.A., Invitel S.A., Capitalpart Participações S.A. e Sul 116 Partic. S.A.;

Diretor de Dados de Mem Celular Participações S.A., Futuretel S.A., Daleth Participações S.A., Oeste Participações S.A. e Sorocaba empreendimentos e Participações S.A.;

Diretor Administrativo de Newtel Participações S.A., Zain Participações S.A., Invitel S.A. e Solpart Participações S.A.;

Diretor de Operações de Ret Participações S.A. e Capitalpart Participações S.A.;

Diretor de Relação com Investidores de Selectpart Partic. S.A., Ret Partic. S.A., Teleinvest S.A. e Capitalpart Partic. S.A.;

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a partir de 29/04/2008.

LUIZ CARLOS BRUM FERREIRA - 149.201.580-68

Engenheiro Assistente do DAER, de 1974 a 1975;

Engenheiro Coordenador do DAER, de 1975 a 1976;

Construtora Castilho de Porto Alegre S.A., de 1976 a 2002, onde ocupou as funções de Engenheiro de Obra, Diretor Regional e Diretor Geral;

Diretor da Andrade e Gutierrez Concessões S.A., a partir de 2002;

Diretor da Concessionária Águas de Paranaguá, de 1997 a 1999;

Conselheiro nas Concessionárias de Rodovias e Consórcios: Rodonorte, CCVN, Univias e CCS, de 1997 a 1998;

Vice – Presidente do Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação, Obras e Terraplanagem em Geral no Estado do Paraná, de 1992 a 1995;

Vice Presidente da Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas, de 1993 a 1997;

Presidente do Conselho do Consórcio Construtor do Sul – CCS, de 2000 a 2003;

Vice – Presidente do Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagem em Geral no Estado do Paraná, de 2001 a 2004;

Membro Vitalício do Conselho Consultivo da Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas;

Conselheiro Suplente do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a partir de 29/04/2008.

Renato Torres de Faria - 502.153.966-34

Engenheiro de Minas da Mineração Boquira S/A, 1985 a 1986;
Chefe de Seção da Mineração Morro Velho S/A, 1986 a 1991;
Coordenador de Projetos da Consulta Engenharia e Mineração, fev a set de 1991;
Coordenador de Projetos da Andrade Gutierrez S/A, de 1991 a 1994;
Gerente Industrial da Andrade Gutierrez Granitos S/A, 1995 a 1998;
Assistente de Diretor Superintendente e de Diretor Financeiro da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, 1999;
Gerente de Projetos da Andrade Gutierrez Concessões S/A, 2000 a maio/2002;
Diretor da Andrade Gutierrez Concessões S/A e Diretor Superintendente e membro do Conselho da Dominó Holdings S/A, a partir de junho/2002;
Conselheiro suplente do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, de 05/11/2001 a 25/04/2005 e, a partir de 24/04/2007 a 28/04/2008;
Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a partir de 29/04/2008.

MICHELE CAPUTO NETO - 570.893.709-25

- SERVIDOR PÚBLICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DESDE 1985

- Chefe de gabinete da Fundação Nacional de Saúde;
- Chefe da vigilância Sanitária Estadual;
- Diretor Geral do Centro de Medicamentos do Paraná;
- Diretor dos Órgãos Produtores de Insumos e Imunobiológicos da Secretaria de Estado da Saúde;
- Secretário Municipal de Saúde do Município de Curitiba por duas vezes;
- Secretário Municipal de Assuntos Metropolitanos;
- A partir de 04/01/2011 - Membro Efetivo do Conselho de Administração - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

FABIANO SAPORITI CAMPELO - 008.718.699-34

- 1983 a 1986 - Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar;
- A partir de 04/01/2011 - Membro Efetivo do Conselho de Administração - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

CHRISTIAN GULIN CRIVELLARO - 016.539.399-82

- 1995 a 1997 - Administrador de Empresas - Traço Indústria ;
- 1997 a 1998 - Supervisor Educacional de Engenharia Civil - SENAC;
- 1998 a 1999 - Engenheiro Administrativo - Makra Construções;
- 2001 a 2002 - Pratical Training - Merrill Lynch & Co - Oakland - Califórnia - USA;
- 2002 a 2004 - Analista Financeiro - Global Invest;
- 2003 a 2005 - Sócio - Proprietário - Investidor - Gabianna Pizza Lounge;
- 2003 a 2009 - Sócio - Proprietário - Investidor - Forneria Belluna;
- 2006 - Engenheiro de Vendas - Tecnocasa - Barcelona - Espanha;
- 2006 a 2007 - Agente Comercial - V R Business Brokers - Barcelona - Espanha;
- 2007 a 2008 - Agente Comercial - P & B World Forest Products;
- 2008 a 2009 - Gerente de Desenvolvimento de Negócios - Vega Engenharia;
- 2009 a 2011 - Diretor Administrativo Financeiro - Eeljor - Centrais Elétricas do Rio Jordão;
- A partir de 04/01/2011 - Membro Efetivo do Conselho de Administração - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

Julio Jacob Junior - 025.639.649-38

- A partir de 04/01/2011 - Membro Suplente do Conselho de Administração - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

SEZIFREDO PAULO ALVES PAZ - 366.713.809-10

CARGOS E FUNÇÕES OCUPADAS

Secretaria Estadual da Saúde do Paraná - SESA - PR:

- 1992 - Médico Veterinário;
- 1985 a 1987 - 1989 a 1991 - Chefe da Divisão de Higiene e Controle de Alimentos;
- 1991 a 1993 - Diretor do Centro de Saneamento e Vigilância Sanitária;
- 1994 - Diretor de Vigilância e Pesquisa.

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor:

- 1995 a 1998 - Coordenador Técnico;
- 1999 a 2004 - Consultor Técnico;
- 2005 a 2006 - Coordenador Executivo.

Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor - FNECDC - funções não remuneradas:

- 1998 a 2006 - Secretário Executivo;
- 2006 a 2010 - Presidente.

Prefeitura Municipal de Curitiba:

- Diretor do Centro de Saúde Ambiental da Secretaria Municipal de Saúde.

CARGOS E FUNÇÕES ATUAIS

- Superintendente de Vigilância em Saúde - Secretaria Estadual da Saúde do Paraná - SESA - PR;
- A partir de 04/01/2011 - Membro Suplente do Conselho de Administração - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

JOSÉ GERALDO GOULART BOLDA - 157.661.879-04

- Funcionário Público Estadual, trabalhou na redação de jornais e revistas, em agências de publicidade, no Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), na Superintendência da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) em Curitiba, no Banco Bamerindus do Brasil e na Federação Nacional das Seguradoras no Rio de Janeiro.
- A partir de 04/01/2011 - Membro Suplente do Conselho de Administração - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar

ORLANDO AGULHAN JUNIOR - 401.466.509-72

- 1982 - 1990 - Construção Civil;
- 1984 - 1988 - Assessoria em Projetos - Prefeitura de Rio Azul e Reboças;
- 1984 - 1988 - Secretário de Obras - Prefeitura de Irati;
- 1989 a 1992 - Vereador;
- 1990 a 1991 - Secretário de Planejamento;
- 1992 - Candidato a Prefeito do Município de Irati;
- 1989 a 1992 - Assessor de Planejamento - Prefeitura de Rio Azul;
- 1982 a 2004 - Elaboração de projetos para varias Prefeituras da ANCESPAR;
- 2001 a 2004 - Vice - Prefeito de Irati;
- 2001 a 2003 - Secretário de Planejamento - Prefeitura de Irati;
- 2002 - Coordenador regional campanha de Beto Richa ao Governo Estadual;
- 2002 - Coordenador regional campanha de Eduardo Sciarra;
- 2004 - Candidato a prefeito do Município de Irati;
- 2005 a 2006 - Assessor em projetos - Curitiba S/A.
- 2006 a 2010 - Assessor político - Prefeitura Municipal de Curitiba;
- A partir de 04/01/2011 - Membro Suplente do Conselho de Administração - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

FRANCISCO JOSÉ AZEVEDO FREIRE - 441.684.204-00

- Coordenador e Professor de Matemática - CEDUCARTE - Centro de Cultura e Arte de Maringá - Curso Pré - Vestibular - desde 05/2004

Empregado da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, onde ocupou as seguintes funções:

- Coordenador do Comitê da Qualidade;
- Analista de Demanda de Distribuição de Água;
- Programador de Produção;
- Gestor da Captação.

ARIELSON BITTENCOURT - 405.120.709-97

- Atividades administrativas e gerenciais de gestão de carteiras - Caixa Econômica Federal - 1882 a 1990;
- Gerente Regional de Negócios PJ Privado - Caixa Econômica Federal - 1990 - 2002;
- Gerente Regional Negócios PJ Privado - Caixa Econômica Federal - 2002 - 2006;
- Gerente Regional Governo - Caixa Econômica Federal - 2006 - 2010.

JULIO CESAR ZEM CARDOZO - 709.434.609-30

- Chefe da Assessoria Jurídica da Empresa de Correios e Telégrafos;
- Ingressou na Procuradoria Geral do Estado em 1999;
- Atuou na Procuradoria Regional de Campo Mourão e de Maringá;
- Chefe da Procuradoria Trabalhista em Curitiba - 2002;
- Membro do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado;
- Chefe da Coordenadoria do interior - 2004;
- Tesoureiro do Fundo Especial da PGE entre 2008 e 2010;
- Corregedor da Procuradoria Geral do Estado;
- Diretor Geral da PGE - 2011;
- Procurador Geral do Estado;
- Membro da Comissão de Advocacia Pública da Ordem dos Advogados do Brasil;
- Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - desde 05/06/2012

MAURICIO JANDOI FANINI ANTONIO - 557.672.819-04

- Estagiário de Engenharia – Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Urbanismo – 1984 a 1986;
- Engenheiro responsável técnico - Arrimo Empreendimentos Imobiliários Ltda. 1988 – atualmente;
- Diretor Vice – Presidente Administrativo – Sindicato da Indústria da Construção - SECONCI – 1996 – 2000;
- Diretor Vice – Presidente Financeiro - Sindicato da Indústria da Construção – SINDUSCON – 1999 – 2000;
- Presidente da Comissão de Materiais – COMAT – Sindicato da Indústria da Construção - SINDUSCON – 1999 – 2000;
- Diretor de Infra Estrutura de Tráfego – Secretaria Municipal de Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Curitiba – 01/2001 – 11/2001;
- Diretor de Pavimentação - Secretaria Municipal de Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Curitiba – 11/2001 – 05/2003;
- Diretor de Engenharia – Secretaria da Educação do Estado do Paraná.
- Membro Efetivo do Conselho de Administração - Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - a partir de 08/11/2011

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

- Supervisor na Bronaço Produtos Siderúrgicos Ltda, julho/1993 a fevereiro/1994;
- Gerente de Setor no Carrefour Com. e Ind. Ltda, março/1994 a Março/1995;
- Contador na A.R.G. Ltda., maio/1995 a outubro/1996;
- Perito Contábil, agosto/1996 a setembro/1997;
- Gerente Administrativo Financeiro da Visoconsult Engenharia Ltda., outubro/1997 a julho/1998;
- Gerente de Controle da Andrade e Gutierrez Concessões S.A., desde julho/1998;
- Conselheiro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, de 25/04/2005 a 23/04/2007;
- Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a partir de 24/04/2007.

IVENS MORETTI PACHECO - 201.806.089-91

- Jornalista - Universidade Católica do Paraná - 1979;
 - Chefe de Gabinete do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente cumulativamente com a Chefia da Assessoria de Imprensa do órgão - 1986 a 1987;
 - Chefe da Assessoria de Imprensa da Secretaria de Transportes do Paraná - 1982 - 1985;
 - Diretor Geral da Secretaria de Comunicação social;
 - Assessor da Casa Civil do Estado do Paraná;
 - Diretor de Operações de Curitiba;
 - Superintendente da Secretaria de Comunicação Social e da Secretaria de Governo - 2005 a 2010;
 - Diretor Presidente do Departamento de Imprensa Oficial do Estado;
 - Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Sanepar a partir de 27/04/2011.
-

Vanderlei Dominguez da Rosa - 422.881.180-91

- Sócio Gerente da Empresa HB Audit - Auditores Independentes, sucessora de Handel, Bittencourt & Cia., na qual era sócio desde 1994, atua na empresa desde dezembro de 1988 - Responsável Técnico perante a CVM - Comissão de Valores Mobiliários;
 - Perito ou Assistente Técnico em litígios trabalhistas, dissolução de sociedades, atualização de débitos, liquidação de sentença e outros;
 - Membro Titular do Conselho Fiscal da Odontoprev S.A. - a partir de abril de 2007;
 - Membro Titular do Conselho Fiscal da Tegma Gestão Logística S.A. - a partir de abril de 2011;
 - Membro Titular do Conselho Fiscal da Triunfo Part. e Investimentos S.A. - a partir de abril de 2011;
 - Membro Suplente do Conselho Fiscal da Padtec S.A. - a partir de setembro de 2007;
 - Membro Suplente do Conselho Fiscal Idéiasnet S.A. - a partir de outubro de 2007;
 - Membro Suplente do Conselho Fiscal da MPX Energia S.A. - a partir de setembro de 2011;
 - Membro Suplente do Conselho Fiscal da Equatorial Energia S.A. - a partir de março de 2012;
 - Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - a partir de 25/04/2012.
-

JORGE SEBASTIÃO DE BEM - 353.542.759-20

- Membro suplente do Conselho Fiscal da Sanepar a partir 27/04/2011.
-

SEBASTIÃO HENRIQUE MEDEIROS - 040.922.379-44

- Membro suplente do Conselho Fiscal da Sanepar a partir de 27/04/2011.
-

JURACI BARBOSA SOBRINHO - 201.576.909-97

- Membro efetivo do Conselho Fiscal da Sanepar - 1995 a 2002;
 - Membro suplente do Conselho Fiscal da Sanepar a partir de 27/04/2011.
-

Eduardo da Gama Godoy - 395.416.650-04

- Auditor e Sócio da HB Audit - Auditores Independentes S/S, desde janeiro de 1994, sua principal função é de executar, revisar e supervisionar os trabalhos de auditoria independente, é responsável técnico perante a CVM - Comissão de Valores Mobiliários;
 - Sócio fundador da Godoy Empresarial Serviços Contábeis - desde 1993;
 - Membro Titular do Conselho Fiscal da Padtec S.A. - desde 2007;
 - Membro Titular do Conselho Fiscal da Ideiasnete S.A. - desde 2005;
 - Membro Titular do Conselho Fiscal da Officer Distribuidora S.A. - desde 2010;
 - Membro Titular do Conselho Fiscal do Instituto Cultural Brasileiro Norte Americano - desde 2008;
 - Membro Suplente do Conselho Fiscal da TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A. - desde 2011;
 - Membro Suplente do Conselho Fiscal da Brasil Telecom S.A. - desde 2011;
 - Membro Suplente do Conselho Fiscal da Tegma Gestão Logística S.A. - desde 2011;
 - Membro Suplente do Conselho Fiscal da WEG S.A. - desde 2010;
 - Membro Suplente do Conselho Fiscal da Odontoprev S.A. - desde 2008;
 - Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - desde 25/04/2012.
-

JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO - 322.757.069-68

Membro efetivo do Conselho Fiscal desde 25/04/2013

Rubens Rodrigues dos Santos - 310.939.301-87

- Chefe do Departamento de Finanças/Contabilidade - Prefeitura Municipal de Palmeiras de Goiás - 1982 - 1988;

Empregado da Caixa Econômica Federal onde exerceu as seguintes funções:

- Chefe do Setor na área Financeira;
- Chefe de Divisão na área Financeira;
- Gerente de Logística na área de Tecnologia da Informação - CERET;
- Gerente de Filial na área de Contabilidade GIINC;
- Gerente de Filial na área de Back Office - GIRET;
- Gerente Nacional na área de Controles Internos;
- Gerente de Filial na área de Recuperação de Crédito - GIPRO - função que exerce atualmente;
- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - desde 25/04/2012

FABIO ANTONIO DALLAZEM - 503.717.899-15

- Gerente Administrativo - Empresa Bergerson Jóias e Relógios Ltda. - 01/1996 - 07/1999;
- Diretor Distritos de Manutenção Urbana - Prefeitura Municipal de Curitiba - 01/2004 - 02/2008;
- Diretor de Operações - COHAB Curitiba - 02/2008 - 04/2009;
- Secretário Especial de Estado - Governo do Estado do Paraná - 01/2011;
- Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - desde 05/06/2011.

PAULO ALBERTO DEDAVID - 186.915.109-78

JOÃO MARTINHO CLETO REIS JUNIOR - 403.280.829-53

PÉRICLES SÓCRATES WEBER - 615.361.139-72

ANTONIO HALLAGE - 250.466.088-04

FRANCISCO CESAR FARAH - 598.142.419-20

FLÁVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI - 005.574.599-74

FERNANDO EUGENIO GHIGNONE - 139.212.829-34

EMILIA DE SALLES BELINATI - 879.473.409-78

DIRCEU WICHNIESKI - 500.256.519-00

EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES - 205.909.389-91

HAMILTON APARECIDO GIMENES - 408.520.249-91

JUAREZ BURIOL - 249.897.460-15

Kevin Michael Altit - 842.326.847-00

LUIZ CARLOS BRUM FERREIRA - 149.201.580-68

Renato Torres de Faria - 502.153.966-34

MICHELE CAPUTO NETO - 570.893.709-25

FABIANO SAPORITI CAMPELO - 008.718.699-34

CHRISTIAN GULIN CRIVELLARO - 016.539.399-82

Julio Jacob Junior - 025.639.649-38

SEZIFREDO PAULO ALVES PAZ - 366.713.809-10

JOSÉ GERALDO GOULART BOLDA - 157.661.879-04

ORLANDO AGULHAN JUNIOR - 401.466.509-72

FRANCISCO JOSÉ AZEVEDO FREIRE - 441.684.204-00

ARIELSON BITTENCOURT - 405.120.709-97

JULIO CESAR ZEM CARDOZO - 709.434.609-30

MAURICIO JANDOI FANINI ANTONIO - 557.672.819-04

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

IVENS MORETTI PACHECO - 201.806.089-91

Vanderlei Dominguez da Rosa - 422.881.180-91

JORGE SEBASTIÃO DE BEM - 353.542.759-20

SEBASTIÃO HENRIQUE MEDEIROS - 040.922.379-44

JURACI BARBOSA SOBRINHO - 201.576.909-97

Eduardo da Gama Godoy - 395.416.650-04

JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO - 322.757.069-68

Rubens Rodrigues dos Santos - 310.939.301-87

FABIO ANTONIO DALLAZEM - 503.717.899-15

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Gilberto Mendes Fernandes 317.905.859-53	Outros Comitês COMITÊ TÉCNICO	TECNÓLOGO EM ELETRÔNICA	Membro do Comitê (Efetivo)	19/11/2013	19/11/2013 0	INDETERMINADO 0%
JOEL MUSMAN 519.618.576-34	Outros Comitês COMITÊ TÉCNICO	ENGENHEIRO CIVIL	Membro do Comitê (Efetivo)	19/11/2013	19/11/2013 0	INDETERMINADO 0%
JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO 322.757.069-68	Outros Comitês COMITÊ TÉCNICO	ECONOMISTA	Membro do Comitê (Efetivo)	19/11/2013	19/11/2013 0	INDETERMINADO 0%
MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO FISCAL A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 2013.						
JOSÉ LUIZ DA COSTA TABORDA HAUEN 254.801.119-49	Outros Comitês COMITÊ TÉCNICO	ADVOGADO	Membro do Comitê (Efetivo)	19/11/2013	19/11/2013 0	INDETERMINADO 0%
- EMPREGADO DO EMISSOR DESDE 04/10/1979; - A PARTIR DE 2011 DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANEPAR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FUSAN						
RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA 907.085.129-68	Outros Comitês COMITÊ TÉCNICO	ADVOGADO	Membro do Comitê (Efetivo)	19/11/2013	19/11/2013 0	INDETERMINADO 0%
DIRETOR JURÍDICO DE 04/01/2011 A 09/08/2011						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Gilberto Mendes Fernandes - 317.905.859-53

JOEL MUSMAN - 519.618.576-34

JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO - 322.757.069-68

JOSÉ LUIZ DA COSTA TABORDA HAUEN - 254.801.119-49

RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA - 907.085.129-68

Gilberto Mendes Fernandes - 317.905.859-53

JOEL MUSMAN - 519.618.576-34

JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO - 322.757.069-68

JOSÉ LUIZ DA COSTA TABORDA HAUEN - 254.801.119-49

RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA - 907.085.129-68

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informamos que na Sanepar inexistente relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Administradores da Sanepar;

Administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas e indiretas;

Administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar;

Administradores da Sanepar e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Sanepar.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Informamos que nos três últimos exercícios sociais, inexistiu na Sanepar relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores da Sanepar e:
Sociedade controladora, direta ou indiretamente, pela Sanepar;
Controlador direto ou indireto do emissor;

12.11. ACORDOS/SEGURO DE ADMINISTRADORES

Informamos que a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, possui cobertura securitária na modalidade de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e Administradores (D & O Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, contratada com a empresa ACE SEGURADORA S.A., com validade de 365 dias, até 12 de março de 2014.

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE AS ASSEMBLÉIAS E ADMINISTRADORES

Informamos que a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, não possui outras informações relevantes sobre as Assembléias de Acionistas e sobre os Administradores.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar possui como administradores o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão deliberativo responsável por determinar as diretrizes e orientação geral para os negócios e por formular e expressar as políticas da Companhia.

O Conselho de Administração é composto de 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes, dentre os quais um será o seu presidente e outro, vice-presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Administração Geral, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, de seu Vice-Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva, e deliberará validamente com a presença mínima de 4 (quatro) de seus membros. As atribuições do Conselho de Administração estão previstas no artigo 17 do Estatuto Social da Companhia.

Composição do Conselho de Administração

Membros Efetivos

FABIANO SAPORITI CAMPELO

Presidente

RENATO TORRES DE FARIA

Vice-Presidente

MICHELE CAPUTO NETO

JULIO CESAR ZEM CARDOZO

EXEQUIAS MOREIRA RODRIGUES

MAURICIO JANDOI FANINI ANTONIO

CHRISTIAN GULIN CRIVELLARO

KEVIN MICHAEL ALTIT

HAMILTON APARECIDO GIMENES, conselheiros

Membros Suplentes

JOSÉ GERALDO GOULART BOLDA
LUIZ CARLOS BRUM FERREIRA
SEZIFREDO PAULO ALVES PAZ
JULIO JACOB JUNIOR
ARIELSON BITENCOURT
ORLANDO AGULHAN JUNIOR
JUAREZ BURIOL
FRANCISCO JOSÉ AZEVEDO FREIRE

Diretoria Executiva

Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, obedecidos o Plano de Organização, o Plano de Negócios e o Orçamento Anual elaborados e aprovados de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

A Diretoria Executiva é constituída de 9 (nove) diretores, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, designados: Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Investimentos, Diretor de Operações, Diretor de Meio Ambiente e Ação Social, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo, Diretor Comercial, e Diretor Jurídico.

O mandato dos Diretores é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente pelo menos uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por 2 (dois) diretores.

A Diretoria Executiva deliberará validamente com a presença mínima de 5 (cinco) de seus membros.

As atribuições da Diretoria Executiva estão previstas no Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia.

Composição da Diretoria Executiva

FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE
Diretor Presidente
DIRCEU WICHNIESKI
Diretor Financeiro

JOÃO MARTINHO CLETO REIS JUNIOR

Diretor de Investimentos

PAULO ALBERTO DEDAVID

Diretor de Operações

PÉRICLES SÓCRATES WEBER

Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

FRANCISCO CESAR FARAH

Diretor de Relações com Investidores

ANTONIO HALLAGE

Diretor Administrativo

EMILIA DE SALLES BELINATI

Diretora Comercial

FLAVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI

Diretor Jurídico

Conselho Fiscal

A Companhia tem um Conselho Fiscal composto de (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, para o mandato de um ano podendo ser reeleito.

O Conselho Fiscal funciona permanentemente e reunir-se-á quando convocado por qualquer de seus membros efetivos, com as atribuições, competências, deveres e responsabilidades estabelecidas em lei, (artigo 163 da Lei nº 6404/76).

Composição do Conselho Fiscal

Membros Efetivos

IVENS MORETTI PACHECO

Presidente

FABIO ANTONIO DALLAZEM**JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO****NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS****VANDERLEI DOMINGUEZ DA ROSA, conselheiros**

Membros Suplentes

JORGE SEBASTIÃO DE BEM**SEBASTIÃO HENRIQUE MEDEIROS****JURACI BARBOSA SOBRINHO****RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**

EDUARDO DA GAMA GODOY**13.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, e do Conselho Fiscal:****13.1.a. Objetivos da política ou prática de remuneração para 2010, 2011 e 2012:**

A política de remuneração para os administradores da Companhia é remunerar os membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, como contrapartida pelo trabalho e empenho dos mesmos na administração da Companhia, na gestão corrente dos negócios, obedecidos o Plano de Organização, o Plano de Negócios e o Orçamento Anual elaborados e aprovados de acordo com o Estatuto Social.

De acordo com o Artigo 152 da Lei nº 6.404/1976, a Assembléia Geral de acionistas da Sanepar, fixa o montante global da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Conforme o parágrafo 3º do Artigo 12 do Estatuto Social da Sanepar - O montante global dos honorários do Conselho de Administração será determinado pela Assembléia Geral e a fixação da remuneração individual de cada um dos membros caberá ao próprio Conselho.

13.1 b. Composição da remuneração para 2010:**Para o exercício de 2010:**

A Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2010, aprovou o montante global de provisão para a remuneração dos Conselheiros e Administradores da Companhia para o exercício de 2010, no valor de R\$ 5.175.657,36 (cinco milhões, cento e setenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e trinta e sete centavos), com aplicação do índice de 4,77% (quatro vírgula setenta e sete por cento) sobre o montante anterior.

A 5ª/2010 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 10 de maio de 2010, aprovou a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com incidência sobre os meses compreendidos entre março de 2010 e fevereiro de 2011, nos termos seguintes:

Diretoria: para o Diretor Presidente foi fixado o valor mensal de R\$ 22.365,00 (vinte e dois mil e trezentos e sessenta e cinco reais), sobre o qual será acrescida verba de representação de R\$ 4.473,00 (quatro mil e quatrocentos e setenta e três reais), totalizando a remuneração de R\$ 26.838,00 (vinte e seis mil e oitocentos e trinta e oito reais). Para os demais diretores foi fixado o valor de R\$ 17.850,00 (dezessete mil e oitocentos e cinquenta reais), sobre o qual será acrescida verba de representação de R\$ 3.570,00 (três mil e quinhentos e setenta reais), totalizando a remuneração mensal de R\$ 21.420,00 (vinte e um mil e quatrocentos e vinte reais).

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva, excluído o Diretor Presidente, permanecerá sendo composta de duas parcelas, uma fixa, correspondente a 60% do montante mensal e outra variável, correspondente aos 40% restantes, proporcionais à efetiva participação de cada diretor nas reuniões de Diretoria (Redir) havidas no mês, conforme deliberado na reunião ordinária de 10/03/2008.

Membros do Conselho de Administração: o valor de R\$ 4.404,40 (quatro mil quatrocentos e quatro reais e quarenta centavos), corresponde a um quinto do que, em média, foi atribuído a cada diretor como remuneração base acrescida da verba de representação.

Membros do Conselho Fiscal: o valor de R\$ 2.202,20 (dois mil duzentos e dois reais e vinte centavos), corresponde a 10% (dez por cento) do que, em média, foi atribuído a cada diretor como remuneração base, incluída a verba de representação.

Farão jus à remuneração os Conselheiros que exercerem efetivamente a função, devendo a verba ser partilhada entre o membro efetivo e seu suplente, proporcionalmente ao número de reuniões a que cada um comparecer.

Informamos que na composição do Conselho de Administração da Companhia, há um membro titular e um membro suplente eleitos

pelos empregados e estes conselheiros não possuem remuneração conforme o artigo 11 do anexo que integra o Decreto Estadual nº 6.343 de 20 de setembro de 1985. Os conselheiros eleitos pelos empregados são: Membro Titular - Hamilton Aparecido Gimenes e Membro Suplente - Paulo Roberto Borges Berlim.

Para o exercício de 2011:

A 5ª/2011 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 17 de maio de 2011, aprovou a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com incidência sobre os meses compreendidos entre março de 2011 e fevereiro de 2012, nos termos seguintes:

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, foi aprovado por unanimidade a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva para o período de março de 2011 à fevereiro de 2012, conforme consta da tabela de remuneração dos administradores, documento rubricado pelos Conselheiros presentes, anexado a esta ata e arquivado na sede da Companhia, respeitando o montante aprovado na 47ª Assembleia Geral Ordinária no valor total de R\$ 5.925.981,41 (cinco milhões, novecentos e vinte cinco mil, novecentos e oitenta e um reais e quarenta e um centavos).

Integrarão a remuneração o salário, adicional por tempo de serviço, 13º salário, abono de férias, gratificação de férias, inclusive podendo optar pelo adiantamento de férias parcelado, programa de alimentação do trabalhador, participação nos resultados, indenização compensatória, plano de benefícios previdenciários - FUSANPREV, plano de saúde - SANESAÚDE e outros benefícios, adotando-se como base de cálculo a remuneração acrescida de verba de representação.

Os Conselheiros de Administração e Fiscal que exercerem efetivamente a função farão jus à remuneração, devendo a verba ser partilhada entre o membro efetivo e o seu suplente, proporcionalmente à participação nas reuniões.

Para o exercício de 2012:

A 5ª/2012 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 09 de maio de 2012, aprovou a remuneração

individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com incidência sobre os meses compreendidos entre março de 2012 e fevereiro de 2013, nos termos seguintes:

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada por unanimidade a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva para o período de março de 2012 a fevereiro de 2013, conforme consta das tabelas de remuneração dos administradores, documento rubricado pelos Conselheiros presentes, anexadas a esta ata e arquivadas na sede da Companhia, respeitando o montante aprovado na 48ª Assembleia Geral Ordinária no valor total de R\$ 7.872.178,42 (Sete milhões, oitocentos e setenta e dois mil, cento e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

Integrarão a remuneração o salário, adicional por tempo de serviço, 13º salário, abono de férias, gratificação de férias, inclusive podendo optar pelo adiantamento de férias parcelado, programa de alimentação do trabalhador, participação nos resultados, indenização compensatória, plano de benefícios previdenciários - FUSANPREV, plano de saúde - SANESAÚDE e outros benefícios, adotando-se como base de cálculo a remuneração acrescida de verba de representação.

Os Conselheiros de Administração e Fiscal que exercerem efetivamente a função farão jus à remuneração, devendo a verba ser partilhada entre o membro efetivo e o seu suplente, proporcionalmente à participação nas reuniões.

Para o exercício de 2013:

A 5ª/2013 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 14 de maio de 2013, aprovou a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com incidência sobre os meses compreendidos entre março de 2013 e fevereiro de 2014, nos termos seguintes:

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada por unanimidade a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva para o período de março de 2013 a fevereiro de 2014, conforme consta das tabelas de remuneração dos administradores, documento rubricado pelos Conselheiros presentes e pelos

Diretores da Companhia, anexadas a esta ata e arquivadas na sede da Companhia, respeitando o montante aprovado na 49ª Assembleia Geral Ordinária no valor total de R\$ 9.317.427,62 (nove milhões, trezentos e dezessete mil, quatrocentos e vinte sete reais e sessenta e dois centavos).

Integrarão a remuneração o salário, adicional por tempo de serviço, 13º salário, abono de férias, gratificação de férias, inclusive podendo optar pelo adiantamento de férias parcelado, programa de alimentação do trabalhador, participação nos resultados, indenização compensatória, plano de benefícios previdenciários - FUSANPREV, plano de saúde - SANESAÚDE e outros benefícios, adotando-se como base de cálculo a remuneração acrescida de verba de representação.

Os Conselheiros de Administração e Fiscal que exercerem efetivamente a função farão jus à remuneração, devendo a verba ser partilhada entre o membro efetivo e o seu suplente, proporcionalmente à participação nas reuniões.

13.1.b.i Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Remuneração de Diretor:

Descrição: corresponde a remuneração base, aprovada em Assembleia Geral e Reunião do Conselho de Administração, paga mensalmente para cada diretor;

Objetivos: Remunerar os serviços prestados.

Verba de representação:

Descrição: corresponde a 33% (trinta e três por cento) da remuneração de diretor, aprovada em Assembleia Geral e Reunião do Conselho de Administração, paga mensalmente, para ser utilizada na representação da Companhia pelo diretor com executivos de outras entidades;

Objetivos: compensar o diretor com eventuais gastos representando a Companhia.

13º Salário:

Descrição: corresponde ao somatório da remuneração de diretor mais a verba de representação, paga anualmente, conforme estabelece a CLT e o acordo coletivo;

Objetivo: cumprimento da legislação trabalhista.

Abono de férias:

Descrição: corresponde a eventual venda de 10 (dez) dias das férias, quando houver, conforme estabelece a CLT e o acordo coletivo, pago por ocasião das férias;

Objetivo: Cumprimento da legislação trabalhista.

Gratificação de férias:

Descrição: corresponde a 1/3 do valor das férias, conforme estabelece a CLT e o acordo coletivo, paga por ocasião das férias;

Objetivo: Cumprimento da legislação trabalhista.

Programa de Alimentação ao Trabalhador:

Descrição: Crédito recebido de forma indireta, por meio de cartão eletrônico, para ser utilizado exclusivamente para refeições ou aquisição de produtos alimentícios, este crédito é igual para todos os empregados da Companhia, conforme o acordo coletivo;

Objetivo: Suprir com a refeição o diretor da Companhia, assim como os demais empregados.

Participação nos Resultados:

Descrição: Valor referente ao Plano de Participação nos resultados, conforme legislação vigente o critério de pagamento é igual para todos os empregados da Companhia;

Objetivo: Como forma de motivar os diretores e empregados, a Companhia distribui uma parcela do resultado gerado em cada exercício.

Salário:

Descrição: Valor correspondente a remuneração de diretores empregados;

Objetivo: Remunerar os serviços prestados.

Férias Indenizadas:

Descrição: Valor indenizado que corresponde a remuneração de férias, paga quando o diretor é destituído, referente ao período aquisitivo de férias;

Objetivo: Cumprimento da legislação trabalhista.

Gratificação de Férias Indenizadas:

Descrição: Valor indenizado que corresponde a gratificação de férias, paga quando o diretor é destituído, incidente sobre as férias indenizadas;

Objetivo: Cumprimento da legislação trabalhista.

Indenização Compensatória:

Descrição: Indenização paga anualmente, com critérios equivalentes aos aplicados aos empregados da Companhia;

Objetivo: compensação por perdas salariais em exercícios anteriores.

Diárias:

Descrição: Corresponde ao valor gasto pelo diretor quando em viagem ao exterior.

Objetivo: Custear as despesas com viagens ao exterior dos diretores executivos.

Plano de benefícios Previdenciários - FUSANPREV:

Descrição: Corresponde ao valor pago mensalmente referente a participação da Sanepar como patrocinadora, no plano de previdência privada.

Objetivo: Participar da formação do capital que servirá para complementar a aposentadoria, conforme previsto em regulamento.

Plano de saúde - SANESAÚDE:

Descrição: Corresponde ao valor pago mensalmente referente a participação da Sanepar como patrocinadora do plano de saúde.

Objetivo: Contribuir com o custo do plano de saúde, conforme previsão no regulamento.

13.1 b.iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Os reajustes da remuneração dos Conselheiros de Administração, Diretoria Executiva e dos Conselheiros Fiscais, é anual conforme aprovação em Assembleia Geral e reunião do Conselho de Administração.

13.1.b.iv. Razões que justificam a composição da remuneração:

A Companhia estabeleceu critérios de acordo com estudos e levantamentos da remuneração paga para os executivos de outras empresas do setor, bem como, para executivos de outras empresas do Estado do Paraná, conforme os preceitos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

13.1 c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Não se aplica

13.1 d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Não se aplica

13.1 e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

A Companhia entende que a remuneração paga aos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, motiva o empenho destes executivos no fortalecimento dos interesses da Sanepar, no desenvolvimento das políticas de gestão e na administração dos serviços de saneamento básico.

13.1 f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos:

Na Sanepar não existe Conselheiro de Administração, Diretor Executivo e Conselheiro Fiscal com remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

13.1 g Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor:

Na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar a remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, não está baseada em indicadores e nem na ocorrência de evento societário.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2013 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00			5,00
Nº de membros remunerados	0,00			0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00			0,00
Benefícios direto e indireto	0,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	893.439,18			328.183,43
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação	- OS VALORES PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013 SÃO PREVISTOS - O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO EMISSOR É FORMADO POR 9 (NOVE) MEMBROS, NO ENTANTO 1 (UM) NÃO POSSUI REMUNERAÇÃO POR SER EMPREGADO E ELEITO PELOS DE MAIS EMPREGADOS, CONFORME LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.			
Nº total de membros		9,00		5,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		4.857.500,00		0,00
Benefícios direto e indireto		2.077.400,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		1.134.405,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas		Diárias = R\$ 4.000,00 e Encargos Sociais = 1.130.500,00		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		26.500,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		328.183,43
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		OS VALORES PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013 SÃO PREVISTOS		
Nº total de membros			5,00	5,00
Nº de membros remunerados			0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			0,00	0,00
Benefícios direto e indireto			0,00	0,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus			0,00	0,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			328.183,43	328.183,43
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego			0,00	0,00
Cessação do cargo			0,00	0,00

Baseada em ações (incluindo opções)			0,00	0,00
Observação			OS VALORES DO EXERCÍCIO DE 2013 SÃO PREVISTOS	
Total da remuneração	893.439,18			328.183,43

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00			5,00
Nº de membros remunerados	0,00			0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00			0,00
Benefícios direto e indireto	0,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	527.683,08			187.436,80
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação	O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO EMISSOR É FORMADO POR 9 (NOVE) MEMBROS, NO ENTANTO 1 (UM) NÃO POSSUI REMUNERAÇÃO POR SER EMPREGADO E ELEITO PELOS DEMAIS EMPREGADOS, CONFORME LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.			
Nº total de membros		9,00		5,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		3.394.616,61		0,00
Benefícios direto e indireto		854.901,97		0,00

Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		1.478.983,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Diárias no valor de R\$ 3.511,00 e Encargos Sociais no valor de R\$ 1.475.472,00		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		20.728,80		0,00
Participação em reuniões		0,00		187.436,80
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação				
Nº total de membros			5,00	5,00
Nº de membros remunerados			0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			0,00	0,00
Benefícios direto e indireto			0,00	0,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus			0,00	0,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			187.436,80	187.436,80
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				

Pós-emprego			0,00	0,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)			0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	527.683,08			187.436,80

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00			5,00
Nº de membros remunerados	0,00			0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00			0,00
Benefícios direto e indireto	0,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	467.886,00			153.218,71
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação	O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO EMISSOR É FORMADO POR 9 (NOVE) MEMBROS, NO ENTANTO 1 (UM) NÃO POSSUI REMUNERAÇÃO POR SER EMPREGADO E ELEITO PELOS DEMAIS EMPREGADOS, CONFORME LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.			
Nº total de membros		9,00		5,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Remuneração fixa anual				

Salário ou pró-labore		1.858.702,86		0,00
Benefícios direto e indireto		979.273,15		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		5.867,12		0,00
Participação em reuniões		982.904,58		153.218,71
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação				
Nº total de membros			5,00	5,00
Nº de membros remunerados			0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			0,00	0,00
Benefícios direto e indireto			0,00	0,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus			0,00	0,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			153.218,71	153.218,71
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego			0,00	0,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)			0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	467.886,00			153.218,71

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00			4,00
Nº de membros remunerados	0,00			0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00			0,00
Benefícios direto e indireto	0,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	369.427,49			98.571,35
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação				

Nº total de membros		9,00		4,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		1.441.243,09		0,00
Benefícios direto e indireto		574.046,82		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		54.196,46		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Salário recebido do órgão de origem = R\$ 54.196,46		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		17.433,92		0,00
Participação em reuniões		886.228,01		98.571,35
Comissões		0,00		0,00
Outros		149.923,67		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Diárias = R\$ 2.466,21, Gratificação de chefia = R\$ 1.530,00 e Indenização Compensatória = R\$ 145.927,46.		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação				
Nº total de membros			4,00	4,00
Nº de membros remunerados			0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			0,00	0,00
Benefícios direto e indireto			0,00	0,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus			0,00	0,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			98.571,35	98.571,35
Comissões			0,00	0,00

Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego			0,00	0,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)			0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	369.427,49			98.571,35

13.3. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

Conselho de Administração

A remuneração dos conselheiros de administração é tão somente aquela aprovada nas Reuniões do Conselho de Administração, não havendo nenhuma outra verba paga a estes conselheiros.

Farão jus à remuneração os Conselheiros que exercerem efetivamente a função, devendo a verba ser partilhada entre o membro efetivo e seu suplente, proporcionalmente ao número de reuniões a que cada um comparecer.

Conforme explicado acima, toda a remuneração do Conselho de Administração foi considerada como remuneração variável, pois pode variar de acordo com a participação de cada conselheiro nas reuniões.

Apresentamos a seguir a remuneração total e variável do Conselho de Administração nos exercícios de 2010 a 2013:

EXERCÍCIOS	REMUNERAÇÃO TOTAL E VARIÁVEL
2010	369.427,89
2011	467.886,00
2012	527.683,08
2013	893.439,18

NOTA: A remuneração total e variável do Conselho de Administração de 2013 aqui apresentada é a prevista pela Companhia.

Diretoria Executiva

A Remuneração da Diretoria Executiva está segregada em remuneração de diretor e verba de representação, a verba de representação está fixada em 20% da remuneração de diretor.

Fazem parte da Diretoria Executiva empregados de carreira da Sanepar e recebem salário, neste caso, a remuneração de diretor está diminuída do salário.

Na Diretoria Executiva alguns diretores receberam rendimentos de outros órgãos do Estado, no exercício de 2010, neste caso suas respectivas remunerações de diretor estão diminuídas dos valores recebidos dos órgãos de origem.

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva, excluído o Diretor Presidente, era composta até o exercício de 2010, de duas parcelas, uma fixa, correspondente a 60% do montante mensal e outra variável, correspondente aos 40% restantes, proporcionais à efetiva participação de cada diretor nas reuniões de Diretoria (Redir) havidas no mês, conforme deliberado na reunião ordinária de 10/03/2008.

Na 5ª/2011 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 17 de maio de 2011, foi aprovada por unanimidade que somente os Conselheiros de Administração e Fiscal que exercerem efetivamente a função farão jus à remuneração, devendo a verba ser partilhada entre o membro efetivo e o seu suplente, proporcionalmente à participação nas reuniões, ou seja, a partir desta data os membros da Diretoria Executiva passam a receber a remuneração em apenas uma parcela fixa.

Apresentamos a seguir a remuneração variável da Diretoria Executiva nos exercícios de 2010 a 2013.

Exercício de 2010:

Participação nas reuniões de diretoria	- R\$ 761.157,19
Indenização Compensatória	- R\$ 150.460,78
Plano de Participação nos Resultados	- R\$ 17.433,92
Diárias	- R\$ 2.466,21
Gratificação por substituição de Chefia	- R\$ 1.530,00
Verbas Rescisórias	- R\$ 304,97
Ajuda de Custo e Diferença ACT	- R\$ 6.719,44
Auxílio Mudança	- R\$ 1.100,00
Total	- R\$ 941.172,51

Exercício de 2011:

Diárias	- R\$ 35.264,16
Gratificação por substituição de chefia	- R\$ 315,20
Plano de Participação nos Resultados	- R\$ 5.867,12
Indenização Compensatória	- R\$ 196.627,80
Total	- R\$ 238.074,28

Exercício de 2012:

Diárias	- R\$ 3.511,00
Indenização Compensatória	- R\$ 275.744,35
Plano de Participação nos Resultados	- R\$ 20.728,80
Total	- R\$ 299,984,15

Exercício de 2013

Darias	- R\$ 12.000,00
Indenização Compensatória	- R\$ 300.000,00
Plano de Participação nos Resultados	- R\$ 30.000,00
Total	- R\$ 342.000,00

NOTA: A remuneração variável da Diretoria Executiva de 2013 aqui apresentada é a prevista pela Companhia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos conselheiros fiscais é tão somente aquela aprovada nas Reuniões do Conselho de Administração, não havendo nenhuma outra verba paga a estes conselheiros.

Farão jus à remuneração os Conselheiros que exercerem efetivamente a função, devendo a verba ser partilhada entre o membro efetivo e seu suplente, proporcionalmente ao número de reuniões a que cada um comparecer.

Conforme explicado acima, toda a remuneração do Conselho Fiscal foi considerada como remuneração variável, pois pode variar de acordo com a participação de cada conselheiro nas reuniões.

Apresentamos a seguir a remuneração total e variável do Conselho Fiscal nos exercícios de 2010 a 2013:

EXERCÍCIOS	REMUNERAÇÃO TOTAL E VARIÁVEL
2010	104.861,36
2011	153.218,71
2012	170.000,00
2013	328.183,43

NOTA: A remuneração total e variável do Conselho Fiscal de 2013 aqui apresentada é a prevista pela Companhia.

13.4. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Informamos que a Sanepar não possui plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

PARTICIPAÇÃO DETIDA, POR ÓRGÃO

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Demonstramos a seguir uma tabela com a participação acionária na Sanepar, em 31 de dezembro de 2012, dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal:

AÇÕES	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO FISCAL
Preferenciais	23	0	0
Totais	23	0	0

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES BASEADA EM AÇÕES

13.6. Em relação a remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Informamos que na Sanepar não há remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva.

OPÇÕES EM ABERTO

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Informamos que a Companhia não possuía opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva em 31 de dezembro de 2012.

OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais:

Informamos que a Sanepar nos últimos três exercícios sociais não teve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria executiva.

PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES/OPÇÕES

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções;

Não aplicável a Sanepar tendo em vista que a mesma não possui remuneração baseada em ações nos três últimos exercícios sociais para o conselho de administração e diretoria executiva e não tinha opções em aberto do conselho de administração e da diretoria executiva no final do último exercício social, diante destas informações, também não possui explicação sobre método de precificação do valor das ações e das opções.

PLANOS DE PREVIDÊNCIA

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações:

13.10.a. Órgão

Informamos que alguns membros da Diretoria Executiva participam do Plano de Previdência da Sanepar.

13.10.b. Número de membros

Cinco (5) membros participam atualmente do plano.

Nome	Cargo	Data da Inscrição
1) João Martinho Cleto Reis Junior	Diretor de Investimentos	01.02.2011
2) Antonio Carlos Salles Belinati	Diretor Comercial	01.06.2011
3) Flávio Luis Coutinho Slivinski	Diretor Jurídico	01.03.2011
4) Antonio Hallage	Diretor Administrativo	01.06.2012
5) Fernando Eugenio Ghignone	Diretor-Presidente	01.11.2012

13.10.c. Nome do Plano

O plano de previdência administrado pela Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social, é denominado FusanPrev.

13.10.d. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:

Pela Renda Mensal Vitalícia Normal a data em que os mesmo reúnem as condições será:

Nome	Cargo	Preenchimento de Carência para Apos.
1) João Martinho Cleto Reis Junior	Diretor de Investimentos	01.02.2021
2) Antonio Carlos Salles Belinati	Diretor Comercial	15.01.2030
3) Flávio Luis Coutinho Slivinski	Diretor Jurídico	14.01.2030
4) Antonio Hallage	Diretor Administrativo	01.06.2022
5) Fernando Eugenio Ghignone	Diretor-Presidente	01.11.2022

*Ressaltamos que o requerimento do benefício somente é possível após o desligamento da Sanepar.

13.10.e. Condições para se aposentar antecipadamente:

No regulamento do FusanPrev, artigo 35 - inciso II, está prevista a concessão da Renda Mensal Vitalícia Normal Antecipada, cujos requisitos cumulativos são:

- a) idade mínima igual ou superior a 43 anos e inferior a 55 anos de idade;
- b) mínimo de 10 anos ininterruptos de vinculação ao FusanPrev;
- c) Término do vínculo patronal.

Destacamos que o plano previdenciário paga um pecúlio por morte aos beneficiários do participante falecido, assim como, pensão por morte.

13.10.f. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:

As contribuições realizadas pela Sanepar, como patrocinadora do FusanPrev, corrigidas, em favor dos participantes abaixo desde sua inscrição e até 31/12/2012 totalizaram:

Nome	Cargo	Contribuição Patronal
1) João Martinho Cleto Reis Junior	Diretor de Investimentos	R\$ 23.019,61
2) Antonio Carlos Salles Belinati	Diretor Comercial	R\$ 19.146,10
3) Flávio Luis Coutinho Slivinski	Diretor Jurídico	R\$ 22.053,37
4) Antonio Hallage	Diretor Administrativo	R\$ 6.559,97
5) Fernando Eugenio Ghignone	Diretor-Presidente	R\$ 1.631,40

13.10.g. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:

As contribuições realizadas pela Sanepar, como patrocinadora do FusanPrev, em favor dos participantes abaixo entre 01/01/2012 e 31/12/2012 totalizaram:

Nome	Cargo	Contribuição Patronal
1) João Martinho Cleto Reis Junior	Diretor de Investimentos	R\$ 9.899,37
2) Antonio Carlos Salles Belinati	Diretor Comercial	R\$ 9.899,37
3) Flávio Luis Coutinho Slivinski	Diretor Jurídico	R\$ 9.899,37
4) Antonio Hallage	Diretor Administrativo	R\$ 5.863,44
5) Fernando Eugenio Ghignone	Diretor-Presidente	R\$ 1.571,47

13.10.h. Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:

De acordo com o regulamento do FusanPrev, o resgate é um instituto previsto no artigo 22 e a única condição para exercer é o desligamento com a Patrocinadora, no caso com a Sanepar.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Nº de membros	9,00	9,00	9,00	8,00	8,00	8,00	5,00	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração	709.577,90	489.629,03	356.286,11	74.974,72	63.108,80	52.430,66	37.487,36	31.554,40	26.215,34
Valor da menor remuneração	433.562,20	209.255,70	301.722,24	2.715,00	4.917,20	2.202,20	11.269,60	3.227,80	17.617,60
Valor médio da remuneração	638.803,38	425.194,19	347.008,00	65.960,39	58.485,76	46.178,44	37.487,36	30.643,74	24.642,84

Observação**Diretoria Estatutária****Conselho de Administração**

31/12/2012	O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO EMISSOR É FORMADO POR 9 (NOVE) MEMBROS, NO ENTANTO 1 (UM) NÃO POSSUI REMUNERAÇÃO POR SER EMPREGADO E ELEITO PELOS DEMAIS EMPREGADOS, CONFORME LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.
31/12/2011	O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO EMISSOR É FORMADO POR 9 (NOVE) MEMBROS, NO ENTANTO 1 (UM) NÃO POSSUI REMUNERAÇÃO POR SER EMPREGADO E ELEITO PELOS DEMAIS EMPREGADOS, CONFORME LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.
31/12/2010	O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO EMISSOR É FORMADO POR 9 (NOVE) MEMBROS, NO ENTANTO 1 (UM) NÃO POSSUI REMUNERAÇÃO POR SER EMPREGADO E ELEITO PELOS DEMAIS EMPREGADOS, CONFORME LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.

Conselho Fiscal

MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO/INDENIZAÇÃO

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Informamos que a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Informamos que a Sanepar, nos três últimos exercícios sociais, não reconheceu no resultado nenhum valor referente a remuneração total ou parcial de membros do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal, que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos e indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam o assunto.

Informamos ainda, que de acordo com a legislação vigente, os conselheiros de administração e fiscal, são eleitos pelos acionistas. Os membros da diretoria executiva são eleitos pelo conselho de administração.

REMUNERAÇÃO - OUTRAS FUNÇÕES

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Informamos que nos três últimos exercícios sociais a Sanepar não pagou nenhuma outra remuneração aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, pois os mesmos não ocuparam outras funções na Companhia, somente aquela para a qual foram eleitos.

REMUNERAÇÃO RECONHECIDA - CONTROLADOR/CONTROLADA

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Informamos que nos três últimos exercícios sociais não houve o reconhecimento no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal da Sanepar.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - REMUNERAÇÃO

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informamos que a Sanepar não possui outras informações relevantes a respeito da remuneração dos administradores.

14. RECURSOS HUMANOS

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

14.1.a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

dez/10						
Região	Técnico		Profissional	Aprendiz	Gerencial	Total
	Operacional/ Administrativo	Técnico				
CURITIBA	1.846	439	492	31	282	3.090
LONDRINA	920	101	47	11	34	1.113
CASCADEL	667	78	51	13	28	837
MARINGÁ	716	80	38	13	23	870
PONTA GROSSA	537	67	33	2	18	657
Total	4.686	765	661	70	385	6.567

dez/11						
Região	Técnico		Profissional	Aprendiz	Gerencial	Total
	Operacional/ Administrativo	Técnico				
CURITIBA	1.717	448	483	34	312	2.994
LONDRINA	915	100	54	6	51	1.126
CASCADEL	656	78	54	13	43	844
MARINGÁ	699	81	45	11	39	875
PONTA GROSSA	646	69	39	5	39	798
Total	4.633	776	675	69	484	6.637

dez/12						
Região	Técnico		Profissional	Aprendiz	Gerencial	Total
	Operacional/ Administrativo	Técnico				
CURITIBA	1.800	481	506	20	358	3.165
LONDRINA	951	108	50	9	53	1.171
CASCADEL	707	87	60	8	48	910
MARINGÁ	727	86	42	13	41	909
PONTA GROSSA	639	82	41	5	40	807
Total	4.824	844	699	55	540	6.962

14.2. ALTERAÇÕES RELEVANTES - RECURSOS HUMANOS

Informamos que nos três últimos exercícios sociais não houve alterações relevantes no número de empregados da Sanepar, como pode ser observado pelo índice de rotatividade.

14.3. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS

Apresentamos as políticas de remuneração dos empregados do Sanepar nos três últimos exercícios sociais:

- política de salários e remuneração variável;
- política de benefícios;
- características dos planos de remuneração baseados em ações de empregados não-administradores, identificando:
 - i - grupos de beneficiários
 - ii - condições para exercício
 - iii - preços de exercício
 - iv - prazos de exercício
 - v - quantidade de ações comprometidas pelo plano

A política de salários adotada pela Companhia é o salário conforme a função e carreira que o empregado está posicionado.

A Sanepar tem implantado o Sistema de Gestão de Pessoas voltadas para Resultados que tem como peças fundamentais a valorização dos empregados e o constante investimento em treinamento, alinhando os esforços individuais para o alcance do resultado global. Cada empregado tem indicadores claros que medirão o seu desempenho e o impacto de sua atividade no resultado final da Companhia. Os gestores têm contratos de gestão atrelados a metas e indicadores.

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração - PCCR, implantado em junho/2012, está regulamentado e registrado junto a SRTE - Secretaria Regional do Trabalho e Emprego no Paraná, permite ao empregado uma visão clara de suas perspectivas na empresa. Possui uma estrutura de carreira que permite seu desenvolvimento e crescimento através dos resultados dos indicadores (institucionais e setoriais) e de suas competências.

Os empregados, que atendem os requisitos, participam do ciclo anual de avaliação, que analisa os resultados dos indicadores que compõem a dimensão institucional (indicadores que representam os objetivos estratégicos da Companhia) e da dimensão setorial (indicadores que representam os resultados das diversas áreas que compõem a empresa (diretorias e unidades), acrescido da dimensão individual (avaliação das competências). O resultado do ciclo anual de avaliação possibilita um crescimento salarial e profissional conforme os critérios estabelecidos em regulamento.

A empresa oferece o Programa de Participação nos Lucros - PPR, que é baseado em metas e indicadores.

Os benefícios da Companhia são administrados pela empresa (vale alimentação, vale transporte, auxílio creche/auxílio babá, entre outros) e, em parte, pela Fundação Sanepar de Assistência Social e Fundação Sanepar de Previdência Social como assistência médica e odontológica, programas complementares, previdência privada, empréstimos, entre outros auxílios.

Em 2012, a Companhia aplicou em treinamento e desenvolvimento de pessoal um volume de investimentos 250% maior em comparação com o ano anterior, ampliou a sua capacidade de treinamento à distância e realizou cursos "in company" de longa duração em diversas áreas, estabelecendo convênios e contratos com instituições reconhecidas, registrando uma participação de 92,50% de seus empregados em treinamentos.

Implantou, também, o Programa de Demissão Voluntária com Transmissão de Conhecimento - PDVTC que prevê que os empregados mais antigos da Companhia possam ter benefícios ao solicitar seu desligamento, desde que se comprometam a repassar seus conhecimentos para as novas gerações de empregados da Sanepar.

O emissor não pratica planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores.

14.4. RELAÇÕES EMISSOR / SINDICATOS

A seguir informamos as relações entre a Sanepar e os sindicatos:

A Companhia mantém relação com seus sindicatos para negociações que requerem a intermediação de representante de forma agrupada por categoria dos empregados (negociações coletivas), grupos específicos e, também, de forma individualizada. Em negociações coletivas, a Companhia negocia com aproximadamente 20 sindicatos, por meio de pauta de reivindicações e reuniões.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
DOMINÓ HOLDINGS S/A.					
02.358.947/0001-02	BRASILEIRO-PR	Sim	Não	24/11/1998	
115.106.273	39,714	28.776.568	15,406	143.882.841	30,188
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ					
76.416.940/0001-28	BRASILEIRO-PR	Sim	Sim	17/10/2013	
173.902.122	60,000	106.006.325	56,754	279.908.447	58,728
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
828.475	0,286	36.284.065	19,426	37.112.540	7,787

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
POLLUX CAPITAL ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA						
06.195.084/0001-42	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	30/11/2011		
0	0,000	5.101.900	2,731	5.101.900	1,070	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
289.836.870	100,000	186.783.336	100,000	476.620.206	100,000	
UNA CAPITAL LTDA						
05.336.089/0001-85	BRASILEIRA-SP	Não	Não	18/10/2013		
0	0,000	4.164.178	2,229	4.164.178	0,874	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda						
10.917.835/0001-64	BRASILEIRA-SP	Não	Não	16/07/2012		
0	0,000	6.450.300	3,453	6.450.300	1,353	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
DOMINÓ HOLDINGS S/A.				02.358.947/0001-02	
ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S/A.					
03.601.314/0001-38	BRASILEIRO-MG	Sim	Sim	31/12/2005	
69.280.342	27,500	0	0,000	69.280.342	27,500
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
CIA. PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL					
76.483.817/0001-20	BRASILEIRO-PR	Sim	Sim	14/01/2008	
113.367.832	45,000	0	0,000	113.367.832	45,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
DALETH PARTICIPAÇÕES S/A.					
02.312.604/0001-07	BRASILEIRO-RJ	Sim	Sim	31/12/2005	
69.280.342	27,500	0	0,000	69.280.342	27,500
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DOMINÓ HOLDINGS S/A.				02.358.947/0001-02		
TOTAL						
251.928.516	100,000	0	0,000	251.928.516	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda				10.917.835/0001-64		
CAIXA VINCI VALOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES						
14.507.681/0001-93	BRASILEIRA-SP	Não	Não	16/07/2012		
0	0,000	2.653.600	41,139	2.653.600	41,139	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
DURIAN INVESTMENTS LLC						
12.732.882/0001-69	BRASILEIRA-SP	Não	Não	16/07/2012		
0	0,000	1.061.900	16,463	1.061.900	16,463	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
NAF ENIGMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES						
13.962.697/0001-23	BRASILEIRA-SP	Não	Não	16/07/2012		
0	0,000	177.008	2,744	177.008	2,744	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	364.192	5,646	364.192	5,646	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda				10.917.835/0001-64		
TOTAL						
0	0,000	6.450.300	100,000	6.450.300	100,000	
VINCI GAS DISCOVERY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES						
11.865.475/0001-67	BRASILEIRA-SP	Não	Não	16/07/2012		
0	0,000	1.065.400	16,517	1.065.400	16,517	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
VINCI GAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES						
05.006.152/0001-15	BRASILEIRA-SP	Não	Não	16/07/2012		
0	0,000	898.900	13,936	898.900	13,936	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
VINCI GAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - FHS						
55.538.508/0001-30	BRASILEIRA-SP	Não	Não	16/07/2012		
0	0,000	229.300	3,555	229.300	3,555	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S/A.				03.601.314/0001-38		
AG INVEST FIP						
08.968.987/0001-44	BRASILEIRO-RJ	Não	Não	31/12/2007		
4.806.293	8,656	4.806.294	8,656	9.612.587	8,656	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S/A.						
04.031.960/0001-70	BRASILEIRO-MG	Não	Não	31/12/2007		
43.178.281	77,763	43.178.494	77,764	86.356.775	77,763	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
IFC - INTERNATIONAL FINANCE COPORATION						
03.670.864/0001-09	EUA	Não	Não	31/12/2007		
7.532.777	13,566	7.532.777	13,566	15.065.554	13,566	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
8.028	0,014	7.808	0,014	15.836	0,014	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S/A.				03.601.314/0001-38	
TOTAL					
55.525.379	100,000	55.525.373	100,000	111.050.752	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CIA. PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL				76.483.817/0001-20		
BNDES PARTICIPAÇÕES S/A - BNDESPAR						
00.383.281/0001-09	BRASILEIRO-RJ	Não	Não	31/12/2007		
38.298.775	26,407	27.282.006	21,211	65.580.781	23,965	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
ESTADO DO PARANÁ						
76.416.890/0001-89	BRASILEIRO-PR	Não	Não	31/12/2007		
85.028.598	58,628	13.639	0,011	85.042.237	31,076	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
21.703.707	14,965	101.328.650	78,779	123.032.357	44,959	
TOTAL						
145.031.080	100,000	128.624.295	100,000	273.655.375	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
DALETH PARTICIPAÇÕES S/A.				02.312.604/0001-07	
CITIGROUP VENT CAP INTERNAT BRAZIL, LP					
33.479.023/0001-80	ILHAS CAYMAN	Não	Não	31/12/2005	
22.321.000	24,517	0	0,000	22.321.000	24,517
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
FUND ECONOM DA CEF - FUNCEF					
00.436.923/0001-90	BRASILEIRO-RJ	Não	Não	31/12/2005	
14.000.000	15,377	0	0,000	14.000.000	15,377
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
GLOBAL ENVIRONMENT E M F II WATER LLC					
	EUA	Não	Não	31/12/2005	
21.041.899	23,112	0	0,000	21.041.899	23,112
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
DALETH PARTICIPAÇÕES S/A.				02.312.604/0001-07	
INVEST INSTITUCIONAIS FUNDO DE INV EM AÇÕES					
01.909.558/0001-57	BRASILEIRO-RJ	Não	Não	31/12/2005	
31.001.000	34,051	0	0,000	31.001.000	34,051
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
2.679.002	2,943	0	0,000	2.679.002	2,943
TOTAL					
91.042.901	100,000	0	0,000	91.042.901	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S/A.				04.031.960/0001-70		
ANDRADE GUTIERREZ S/A.						
17.262.197/0001-30	BRASILEIRO-MG	Não	Não	29/09/2006		
233.761.338	100,000	467.522.687	100,000	701.284.025	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
5	0,000	0	0,000	5	0,000	
TOTAL						
233.761.343	100,000	467.522.687	100,000	701.284.030	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ANDRADE GUTIERREZ S/A.				17.262.197/0001-30	
ADMINISTRADORA SANT'ANA					
16.741.134/0001-01	BRASILEIRA-MG	Não	Não	31/12/2007	
238.663.826	33,333	477.336.173	33,333	715.999.999	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA.					
19.135.623/0001-08	BRASILEIRO-MG	Não	Não	31/12/2007	
238.663.826	33,333	477.336.173	33,333	715.999.999	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
ADMINSITRADORA SANTO ESTEVÃO S/A.					
27.157.783/0001-78	BRASILEIRO-MG	Não	Não	31/12/2007	
238.663.827	33,333	477.336.173	33,333	716.000.000	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
9	0,000	0	0,000	9	0,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ANDRADE GUTIERREZ S/A.				17.262.197/0001-30	
TOTAL					
715.991.488	100,000	1.432.008.519	100,000	2.148.000.007	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	25/04/2013
Quantidade acionistas pessoa física	692
Quantidade acionistas pessoa jurídica	99
Quantidade investidores institucionais	111

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	828.475	0,286%
Quantidade preferenciais	52.000.443	27,840%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	52.828.918	11,084%

15.4. ORGANOGRAMA DOS ACIONISTAS

Informamos que a Sanepar não possui o organograma dos seus acionistas.

15.5. ACORDO DE ACIONISTAS

Pelo Acordo de Acionistas o **ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, representado pelo Governador do Estado do Paraná, doravante designado simplesmente **Estado** e **DOMINÓ HOLDINGS S/A.**, sociedade com sede no Estado do Paraná, na cidade de Curitiba, na Av. Batel, 1230, conjunto 703, inscrita no CNPJ sob nº. 02.358.947/0001-02, representada pelos seus representantes legais, doravante designada simplesmente **Sociedade**.

Estado e Sociedade doravante denominados **Partes**, quando em conjunto e **Parte**, quando isoladamente.

15.5.a. Partes

Acordo entre os acionistas Estado do Paraná e Dominó Holdings S/A.

15.5.b. Data de Celebração

O Acordo de Acionistas celebrado em 27 de agosto de 2013.

15.5.c. Prazo de Vigência

O Acordo de Acionistas vigorará até 04 setembro de 2021.

15.d. Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Participação das partes no Capital Votante da Companhia

A participação das PARTES no capital votante da COMPANHIA na data do presente Acordo é a seguinte:

ESTADO: 60% (sessenta por cento), representado por 173.902.122 (cento e setenta e três milhões, novecentas e duas mil, cento e vinte e duas) AÇÕES;

SOCIEDADE: 39,71% (trinta e nove por cento e setenta e um centésimos), representado por 115.106.273 (cento e quinze milhões, cento e seis mil, duzentas e setenta e três) AÇÕES.

Todas e quaisquer AÇÕES emitidas pela COMPANHIA que forem subscritas ou adquiridas pelas PARTES durante a vigência do presente Acordo serão consideradas a ele sujeitas a partir do momento de sua emissão, subscrição ou aquisição, e todos

os direitos a elas referentes somente serão exercidos em conformidade com as normas e condições estipuladas no presente instrumento.

Exercício do direito do voto nas Assembléias Gerais

Nas assembléias gerais que deliberarem sobre o ESTATUTO, as Partes se comprometem a votar no sentido de estabelecer a competência do Conselho de Administração para deliberar, dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir, na forma prevista neste Acordo, os membros da Diretoria Executiva;
- c) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sobre seu controle comum, observados o disposto no item 4.3.1, o interesse da Companhia e a exigência de procedimento licitatório;
- d) deliberar sobre o Orçamento Anual (aqui denominado **ORÇAMENTO ANUAL**), que deverá refletir o PLANO DE NEGÓCIOS PLURIANUAL e as práticas de mercado, bem como qualquer investimento ou despesa não previstos no ORÇAMENTO ANUAL na hipótese de ocorrerem acontecimentos novos, imprevisíveis pelas partes e a elas não imputáveis, que possam refletir na economia ou na administração da Companhia e exijam a alteração das provisões orçamentárias, respeitando-se, em qualquer hipótese, as alçadas atribuídas aos órgãos de administração no ESTATUTO e observando o disposto no item 4.3.1;
- e) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre empréstimos e financiamentos a serem celebrados pela Companhia, que excederem a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido da Companhia, quando demonstrada a compatibilidade com o PLANO DE NEGÓCIOS PLURIANUAL, ORÇAMENTO ANUAL e taxas de mercado, observado o disposto no item 4.3.1;
- f) convocar Assembleia Geral;
- g) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer

outros fatos ou atos administrativos que julgar do seu interesse;

- h) manifestar-se previamente sobre o relatório de administração e as contas da Diretoria Executiva;
- i) escolher mediante processo licitatório aplicável à Companhia, e, se for o caso, destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;
- j) decidir sobre a proposta de destinação do lucro do exercício;
- k) aprovar o plano de cargos e salários, bem como a política salarial da Companhia;
- l) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre o exercício de voto em Assembléias Gerais de coligadas e controladas da Companhia, quando versarem sobre matérias contempladas no PLANO DE NEGÓCIOS PLURIANUAL; e
- m) deliberar sobre o PLANO DE NEGÓCIOS PLURIANUAL, observado o disposto no item 4.3.1.

As deliberações relativas aos itens "c", "d", "e", "j" e "m" do item 4.3 supra serão obrigatoriamente precedidas de pareceres do Comitê Técnico, observadas as seguintes condições:

- a) em suas manifestações, o Comitê Técnico deve examinar e opinar, em caráter consultivo e não vinculante da decisão do Conselho de Administração, acerca das proposições relativas aos itens "c", "d", "e", "j" e "m", inclusive no que toca às diretrizes para a formulação do ORÇAMENTO ANUAL, aos critérios para avaliação dos resultados da Companhia e aos demais aspectos econômicos - financeiros associados a empréstimos/refinanciamentos, gestão de dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, execução orçamentária, política de dividendos e emissão de ações e debêntures e aos dados necessários a acompanhar a gestão de riscos da Companhia. O Comitê Técnico deverá ainda identificar, avaliar, monitorar continuamente os riscos e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos, acompanhar a evolução dos passivos da Companhia, acompanhar aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da

Companhia, propor critérios para identificação de riscos inerentes à atuação dos conselheiros e a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração referente aos assuntos da auditoria interna e externa. Os estudos realizados pelo Comitê Técnico, bem como as respectivas conclusões devem fazer parte dos pareceres a serem apresentados aos acionistas;

- b) em suas manifestações o Comitê Técnico deve registrar os fatos e o direito aplicáveis e recomendar as melhores práticas de mercado, os parâmetros e níveis de eficiência observados em companhias e atividades comparáveis, as taxas e índices aplicáveis a operações semelhantes e as regras prudenciais sobre a matéria;
- c) em suas manifestações, o Comitê Técnico deve pronunciar-se sobre a eventual ocorrência de acontecimentos novos, imprevisíveis pelas Partes e a elas não imputáveis, que possam refletir na economia ou na administração da Companhia e efetivamente exijam a alteração das provisões orçamentárias;
- d) o Regimento Interno do Conselho de Administração deverá estabelecer, ainda, que o Comitê Técnico será composto por 5 (cinco) membros, escolhidos pelo Conselho de Administração, respeitando-se sempre a proporção de 3 (três) membros indicados pelo Estado e 2 (dois) membros indicados pela Sociedade, podendo os membros do Comitê Técnico ser ou não membros do Conselho de Administração;
- e) o Comitê Técnico deve se manifestar por maioria dos seus membros, devendo os pontos de divergência constarem dos pareceres a serem apresentados aos acionistas.

As decisões de investimentos da Companhia serão pautadas pelo interesse público na busca da universalização dos serviços.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas mediante aviso escrito enviado com antecedência mínima de 7 (sete) dias contendo a pauta das matérias a tratar, e poderão instalar-se com a presença mínima de 5 (cinco) conselheiros, sendo suas deliberações tomadas pela maioria de votos dos conselheiros presentes, cabendo a seu presidente, em caso de empate, voto de qualidade.

15.5.e. Indicação de administradores

Nas Assembléias Gerais que deliberarem sobre o Estatuto da Companhia, as Partes se comprometem a votar no sentido de que a administração corrente da Companhia será exercida por uma Diretoria Executiva composta por 9 (nove) Diretores, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, assim designados: a) Diretor Presidente; b) Diretor Financeiro; c) Diretor de Relações com Investidores; d) Diretor Administrativo; e) Diretor de Operações; f) Diretor Comercial; g) Diretor de Investimento; h) diretor de Meio Ambiente e Ação Social; e i) Diretor Jurídico.

O Estado compromete-se a fazer com que seus representantes no Conselho de Administração votem no sentido de eleger:

- a) 3 (três) diretores entre nomes apresentados pela Sociedade, com exceção do Diretor Presidente, que será sempre indicado pelo representante do Estado no Conselho de Administração, todos com base em critério de competência técnica e profissional; e
- b) entre o 3 (três) diretores indicados pela Sociedade na forma do item "a", o Diretor Financeiro.

A indicação dos 3 (três) diretores pela sociedade deverá ser realizada observando-se a proporcionalidade entre os acionistas da Sociedade.

Cada uma das Partes apresentará ao presidente do Conselho de Administração, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da realização da reunião, os nomes de seus candidatos para os cargos da Diretoria Executiva, que correspondem a cada Parte, entre os quais os conselheiros deverão eleger os respectivos ocupantes.

No caso da vacância de qualquer cargo na Diretoria Executiva, o respectivo substituto será eleito entre nomes indicados pela mesma parte que indicou o diretor substituído.

As Partes reconhecem que a eleição da Diretoria Executiva da Companhia na forma referida nos subitens precedentes constitui condição essencial para ensejar a contribuição de cada um para a gestão da Companhia; por conseguinte, qualquer deliberação à eleição dos membros da Diretoria Executiva referida no item anterior que contrariar as disposições aqui estabelecidas será ineficaz em relação a Companhia, devendo ser imediatamente promovida nova eleição com estrita observância dos subitens precedentes.

15.5.f. Transferência de ações e à preferência para adquiri-las:**Cessão e oneração de ações**

Observadas as condições estabelecidas neste Acordo de Acionistas, na legislação brasileira e na Constituição do Estado do Paraná, as partes poderão ceder suas AÇÕES, independente de consentimento ou direito de preferência da outra parte.

Tendo em vista que o Estado mantém a qualidade de acionista controlador da Companhia, a cessão, pelo Estado, de AÇÕES que consubstanciem o controle somente poderá ser feita de conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis, devendo fazer-se em blocos de suas Ações de modo a preservar o valor inerente às referidas AÇÕES.

Em qualquer hipótese de cessão pelo Estado, de AÇÕES ou de direitos de subscrição de sua propriedade, será previamente assegurado que o adquirente se submeterá aos termos do presente Acordo, devendo subscrevê-lo no ato da transferência das AÇÕES para o seu nome, de modo a assegurar o cumprimento dos direitos e obrigações aqui contempladas.

Caso o Estado resolva efetuar a venda de sua participação societária na Companhia a Sociedade poderá participar no processo, se assim o desejar, em igualdade de condições com terceiros.

Na hipótese de a Sociedade reduzir sua participação, em qualquer momento, a menos de 10% (dez por cento) das ações ordinárias da Companhia, o presente acordo ficará extinto de pleno Direito.

Qualquer das partes poderá efetuar a oneração das AÇÕES de sua propriedade, sendo aplicáveis, contudo, as disposições acima se, em decorrência da oneração, vier a ocorrer a transferência das AÇÕES a terceiros.

Será nula a cessão ou oneração das Ações sem observância do disposto acima, sendo vedada a respectiva transferência ou anotação nos livros da Companhia.

15.5.g. Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração:

Caso qualquer conselheiro deixe de manifestar seu voto em consonância com a orientação aprovada pela Parte que o houver indicado, sua deliberação será considerada ineficaz, e o conselheiro responderá pelos prejuízos que causar à Companhia, devendo as Partes promover as medidas necessárias para sua substituição, se for assim solicitado por qualquer delas. Os membros do Conselho de Administração deverão, em qualquer hipótese, observar os deveres de respeito à legislação vigente, diligência, lealdade e sigilo, em obediência ao disposto no art. 153 e seguintes da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

15.6. ALTERAÇÕES RELEVANTES NAS PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO DE CONTROLE E ADMINISTRADORES DO EMISSOR

Informamos que nos exercícios sociais de 2010, 2011 e 2012 não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor.

Em 17 de outubro de 2013 na 101ª. Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado, por unanimidade, o aumento do capital social da Companhia, por subscrição particular, do acionista Governo do Estado do Paraná, no valor de R\$ 797.359.806,00 (setecentos e noventa e sete milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e seis reais), mediante a emissão de 62.538.024 (sessenta e dois milhões, quinhentos e trinta e oito mil e vinte e quatro) ações preferenciais, da mesma classe prevista no Estatuto Social, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 12,75 (doze reais e setenta e cinco centavos) por ação, aumentando a participação do referido acionista nas ações preferenciais de 34,991686% para 56,757202% e no total de ações de 52,496258% para 56,757502%.

15.7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - CONTROLE

Informamos que a Sanepar não possui outras informações relevantes a respeito do controle acionário da Companhia.

16.1. REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS - PARTES RELACIONADAS

O Governo do Estado do Paraná possuía, em 31/12/2012, os seguintes créditos junto à Companhia:

- ◆ Créditos para Aumento de Capital, registrado no passivo não circulante, no valor de R\$ 984.713 e Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2004 registrado no passivo circulante, no valor de R\$ 49.942, cujo montante total devido ao Governo do Estado do Paraná é de R\$ 1.034.655;
- ◆ Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2012, no montante de R\$ 63.291 e dividendos adicionais propostos de R\$ 19.339 totalizando R\$ 82.630. Este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária;

Além disso, as transações com partes relacionadas são relativas ao fornecimento de água e serviços de esgoto, providos ao Estado do Paraná, cuja receita montou de R\$ 58.891 e R\$ 49.020 para os exercícios de 2012 e 2011, respectivamente.

A Companhia também possui transações com a Dominó Holdings S/A referente a Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$5.608 e dividendos adicionais propostos de R\$ 12.800 totalizando R\$ 48.408, sendo que este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

Os custos com energia da Companhia, os quais são gerados pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL (uma das acionistas da Dominó Holdings S/A e controlada pelo Estado do Paraná) foram de R\$ 184.236 e R\$ 167.415, durante os exercícios de 2012 e 2011, respectivamente.

Essas operações de vendas e compras têm sido realizadas, aplicando-se as mesmas condições daquelas realizadas com terceiros.

A Companhia também transaciona com diversas prefeituras municipais do Estado do Paraná o fornecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto sanitário, com as quais mantêm contratos de concessões e contratos de programas municipais para prestação de serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, cuja receita, com esses órgãos municipais, durante o exercício de 2012, montou de R\$ 62.442 (R\$ 47.221 em 2011).

Essas operações são consideradas, pela Administração da Sanepar, como normais de mercado, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício. Quanto à forma de liquidação financeira desses créditos, além do pagamento na rede bancária autorizada, poderá acontecer por intermédio de encontro de contas com as prefeituras devedoras que possuam créditos junto à Companhia.

Eventos realizados em 2013:

Em 17 de outubro de 2013, na 101ª. Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado, por unanimidade, o aumento do capital social da Companhia, por subscrição particular, do Governo do Estado do Paraná, com a utilização de parte dos Créditos para Aumento de Capital / Parte Relacionada, no valor de R\$ 797.359.806,00 (setecentos e noventa e sete milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e seis reais), mediante a emissão de 62.538.024 (sessenta e dois milhões, quinhentos e trinta e oito mil e vinte e quatro) ações preferenciais, da mesma classe prevista no Estatuto Social, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 12,75 (doze reais e setenta e cinco centavos) por ação. O Saldo remanescente a favor do acionista Governo do Estado do Paraná será equacionado oportunamente.

Do saldo dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Complementares referentes ao exercício de 2012, ao acionista Governo do Estado do Paraná, no montante de R\$ 82.630, a Companhia já efetuou o pagamento de R\$ 78.668, sendo que o saldo restante no valor de R\$ 3.962 será pago oportunamente.

O saldo dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Complementares referentes ao exercício de 2012, a acionista Dominó Holdings S/A, no montante de R\$ 48.408, já foi pago.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	17/10/2013	275.856.891,44	Saldo remanescente de Créditos para Aumento de Capital após a 101ª Assembleia Geral Extraordinária	R\$ 275.856.891,44	Indeterminada	SIM	0,000000
Relação com o emissor	ACIONISTA CONTROLADOR						
Objeto contrato	CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL						
Garantia e seguros	Não existem garantias relacionadas a este crédito.						
Rescisão ou extinção	A extinção acontecerá quando o recurso for pago ou utilizado para aumentar o Capital Social.						
Natureza e razão para a operação	- Necessidades financeiras da Companhia para cumprir cronograma de obras programadas; - Falta de reajuste tarifário; - Dificuldade de obter novos financiamentos.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	24/06/2013	3.962.000,00	O saldo existente em 24/06/2013 era de R\$ 3.962.000,00.	R\$ 3.962.000,00	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	ACIONISTA CONTROLADOR						
Objeto contrato	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO						
Garantia e seguros	Não existem garantias.						
Rescisão ou extinção	A extinção acontecerá com o pagamento.						
Natureza e razão para a operação	Saldo remanescente dos Juros sobre o Capital Próprio e dos Dividendos Complementares referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16.3. TRATAMENTO DE CONFLITOS / COMUTATIVIDADE

Informamos que não existe medida pontual para tratar os conflitos de interesses com as partes relacionadas, a Companhia tem negociado de forma administrativa os eventuais conflitos que surgem em função do ramo do negócio e da forma como são celebrados os contratos com o poder concedente.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Integralizado				
17/10/2013	2.597.359.806,00		289.836.870	186.783.336	476.620.206

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/12/2011	99ª Assembléia Geral Extraordinária	26/12/2011	968,292,970.32	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

17/10/2013	101ª. Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas	17/10/2013	797,359,806.00	Subscrição particular	0	62,538,024	62,538,024	44.29776700	12.75	R\$ por Unidade
------------	---	------------	----------------	-----------------------	---	------------	------------	-------------	-------	-----------------

Capital social por classe ações**Classe ação preferencial****Quantidade ação por classe**

62.538.024

Critério para determinação do preço de emissão

Fixado com base no valor econômico da Companhia, determinado pela média das avaliações econômico-financeiras realizadas por 3 instituições financeiras, de acordo com o valor de fluxo de caixa descontado da Companhia, em observância ao disposto no § 1º, do art. 170, da Lei nº. 6.404/1976.

Forma de integralização

A integralização do aumento de capital se dá mediante a capitalização parcial de crédito preexistente devido pelo Governo do Estado do Paraná contra a Companhia, nos termos da Proposta da Administração. É assegurado aos acionistas, na forma do § 2º do artigo 171 da Lei nº 6.404/1976, o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência, a contar da data de publicação do Aviso aos Acionistas que noticiar a aprovação do aumento de capital, respeitada a proporção de suas respectivas participações no capital social total, antes do encerramento do pregão do dia 18 de outubro de 2013.

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Informamos que nos três últimos exercícios sociais, não houve desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações e valores mobiliários na Sanepar.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informamos que nos três últimos exercícios sociais, não houve redução do Capital Social da Sanepar.

17.5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O CAPITAL SOCIAL

Informamos que a Sanepar não possui outras informações relevantes sobre o capital social.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com o disposto no art. 202 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Eventual alteração dos direitos assegurados às ações ordinárias deverá ser por meio do Estatuto Social e aprovada pelos acionistas em Assembléia Geral, tendo como base a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores.
Outras características relevantes	As ações ordinárias e preferenciais concorrerão em iguais condições na distribuição de bonificações. As ações ordinárias conferem direito a voto nas deliberações das Assembléias Gerais da Companhia e as preferenciais não conferem direito a voto, mas dão prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, e fazem jus ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do inciso II, do parágrafo 1º, do art. 17, da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com o disposto no art. 202 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76 e fazem jus ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais não conferem direito a voto, mas dão prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, e fazem jus ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Eventual alteração dos direitos assegurados às ações preferenciais deverá ser por meio do Estatuto Social e aprovada pelos acionistas em Assembléia Geral, tendo como base a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores.
Outras características relevantes	As ações ordinárias e preferenciais concorrerão em iguais condições na distribuição de bonificações. As ações ordinárias conferem direito a voto nas deliberações das Assembléias Gerais da Companhia e as preferenciais não conferem direito a voto, mas dão prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, e fazem jus ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do inciso II, do parágrafo 1º, do art. 17, da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01.

18.2. REGRAS ESTATUTÁRIAS QUE LIMITAM O DIREITO DE VOTO

O Estatuto Social da Sanepar não prevê regras que limitam o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

Apresentamos a seguir as regras constantes do acordo de acionistas:

Exercício do direito de voto nas Assembléias Gerais

Nas Assembléias Gerais que deliberarem sobre o Estatuto, as Partes se comprometem a votar no sentido de estabelecer a competência do Conselho de Administração para deliberar, dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir, na forma prevista neste Acordo, os membros da Diretoria Executiva;
- c) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, seja por eles controladas ou estejam sob seu controle comum, observados o interesse da Companhia e a exigência de procedimento licitatório;
- d) deliberar sobre o Orçamento Anual (aqui denominado ORÇAMENTO ANUAL), que deverá refletir o PLANO DE NEGÓCIOS PLURIANUAL e as práticas de mercado, bem como qualquer investimento ou despesa não previstos no ORÇAMENTO ANUAL na hipótese de ocorrerem acontecimentos novos, imprevisíveis pelas partes e a elas não imputáveis, que possam refletir na economia ou na administração da Companhia e exijam alteração das previsões orçamentárias, respeitando-se, em qualquer hipótese, as alçadas atribuídas aos órgãos de administração no ESTATUTO;
- e) deliberar por proposta da Diretoria Executiva sobre empréstimos e financiamentos a serem celebrados pela Companhia que excederem a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido da Companhia, quando demonstrada a compatibilidade com o PLANO DE NEGÓCIOS PLURIANUAL, ORÇAMENTO ANUAL e taxas de mercado;
- f) convocar a Assembleia Geral;
- g) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer

- outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- h) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração da Diretoria Executiva;
 - i) escolher mediante processo licitatório aplicável à Companhia, e, se for o caso, destituir os auditores da Companhia, entre empresas de renome internacional atualizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;
 - j) decidir sobre a proposta de destinação dos lucros do exercício;
 - k) aprovar o plano de cargos e salários, bem como a política salarial da Companhia;
 - l) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre o exercício de voto em Assembleias Gerais de coligadas e controladas da Companhia, quando versarem sobre matérias contempladas no PLANO DE NEGÓCIOS PLURIANUAL;
e
 - m) deliberar sobre o PLANO DE NEGÓCIOS PLURIANUAL.

18.3. SUSPENSÃO DOS DIREITOS PATRIM./POLÍTICOS

O Estatuto Social da Sanepar e o Acordo de Acionistas não possuem previsão de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários**Exercício social 31/12/2012**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	25.342.755	7,39	4,54	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	40.931.106	7,90	7,10	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	42.639.615	9,19	7,49	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	36.200.132	9,05	8,21	R\$ por Unidade	0,00

Exercício social 31/12/2011

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	29.918.653	4,29	3,88	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.566.316	4,20	4,04	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.006.438	4,67	4,29	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.439.916	4,74	4,34	R\$ por Unidade	0,00

Exercício social 31/12/2010

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.037.900	2,93	2,35	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.104.527	2,91	2,38	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.254.875	2,90	2,35	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.680.808	3,10	2,75	R\$ por Unidade	0,00

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de debêntures da Sanepar
Data de emissão	15/08/2011
Data de vencimento	15/09/2024
Quantidade	10.000
Valor total	395.155.300,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Amortização Antecipada: a amortização antecipada parcial das debêntures subscritas, quando autorizada pelo BNDES e/ou pela BNDESPAR, deverá ser realizada mediante amortização do saldo devedor decorrente das debêntures subscritas e integralizadas das três séries em iguais proporções.
Características dos valores mobiliários de dívida	Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, para subscrição pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e pela BNDES Participações S/A - BNDESPAR.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	- Subscrição e Integralização: a subscrição das debêntures será formalizada por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição e a integralização se procederá em moeda corrente nacional, e não serão emitidos certificados ou cautelas representativas das debêntures; - Colocação: lançamento privado, mediante subscrição exclusiva pelo BNDES das debêntures da Primeira e Terceira Séries da 2ª Emissão, e subscrição exclusiva pela BNDESPAR, das debêntures da Segunda Série da 2ª Emissão.

Identificação do valor mobiliário	3ª. Emissão de Debêntures Simples da Sanepar, Primeira Série
Data de emissão	15/11/2013
Data de vencimento	15/11/2018
Quantidade	19.967
Valor total	199.670.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer mediante envio de comunicação dirigida ao Agente Fiduciário e aos Debênturistas ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo"), com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para a realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ("Data do Resgate Antecipado Facultativo").</p> <p>Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures Primeira Série, os Debênturistas da Primeira Série farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (Ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da Primeira Série, acrescido (a) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série calculado pró rata temporis desde a Data de Emissão (ou data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, e (b) de prêmio de Resgate Antecipado Facultativo a:</p> <p>(i) 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série objeto do Resgate Antecipado Facultativo, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 25º (vigésimo quinto) e o 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão; (ii) 1,00% (um inteiro por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série objeto do Resgate Antecipado Facultativo, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 37º (trigésimo sétimo) e o 48º (quadragésimo oitavo) mês contado da Data de Emissão; e (iii) 0,30% (trinta centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série objeto do Resgate Antecipado Facultativo, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra a partir do 49º (quadragésimo nono) mês contado da Data de Emissão ("Valor do Resgate da Primeira Série").</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação
Outras características relevantes	- Subscrição e Integralização: As Debêntures serão inscritas, a qualquer tempo a partir da data de início de distribuição da Oferta Restrita. As Debêntures serão integralizadas no mercado primário à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, por meio dos procedimentos da CETIP, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão (inclusive) até a Data de Integralização (exclusive);- Colocação: oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de subscrição.
<hr/>	
Identificação do valor mobiliário	3ª. Emissão de Debêntures Simples da Sanepar Segunda Série
Data de emissão	15/11/2013
Data de vencimento	15/11/2020
Quantidade	10.033
Valor total	100.330.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer mediante envio de comunicação dirigida ao Agente Fiduciário e aos Debênturistas ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo"), com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para a realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ("Data do Resgate Antecipado Facultativo").</p> <p>Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures Segunda Série, os Debênturistas da Segunda Série farão jus ao pagamento de um prêmio cujo valor será equivalente ao maior entre os seguintes valores, observando que, em todo caso, o prêmio não poderá ser negativo: (a) Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série (Ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável) acrescido da remuneração das Debêntures da Segunda Série calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão (ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data de Resgate Antecipado Facultativo; e (b) soma (i) do valor de cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série e (ii) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, sendo esta soma trazida a valor a presente até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, utilizando-se uma taxa percentual ao ano ("Taxa de Desconto"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, que corresponderá a soma exponencial (a) da taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, NTN-B e (b) de uma sobre taxa (spread) de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação
Outras características relevantes	- Subscrição e Integralização: As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo a partir da data de início de distribuição da Oferta Restrita. As Debêntures serão integralizadas no mercado primário à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, por meio dos procedimentos da CETIP, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão (inclusive) até a Data de Integralização (exclusive);- Colocação: oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de subscrição.

18.6 MERCADOS DE NEGOCIAÇÃO NO BRASIL

Informamos que as ações da Sanepar são negociadas na BM&FBOVESPA.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual
Descrição de Segmento de Negociação	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Descrição do Banco Depositário	Descrição da Instituição Custodiante		

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

18.9. OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO

Informamos que nos três últimos exercícios sociais a Sanepar não efetuou nenhuma oferta pública, para aquisição de ações de emissão de terceiros.

18.10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - VALORES MOBILIÁRIOS

Informamos que a Sanepar não possui outras informações relevantes sobre a distribuição ou aquisição de valores mobiliários, somente aquelas aqui apresentadas.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Informamos que a Sanepar nos três últimos exercícios sociais, não adquiriu suas ações e não possuía nenhum plano de recompra de suas ações.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Informamos que a Sanepar nos três últimos exercícios sociais, não possuía ações e outros valores mobiliários em tesouraria.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Informamos que a Sanepar não adotou nenhuma política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária.

20.2. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO

Informamos que a Sanepar não adotou nenhuma política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária.

21.1. NORMAS, REGIMENTOS OU PROCEDIMENTOS

Para que as informações a serem divulgadas publicamente sejam processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva, a Sanepar adota uma certa centralização no processamento e na divulgação de informações, além disso, possui como norma, entregar para cada profissional responsável em compilar e divulgar as informações, bem como para aqueles que as recebem para analisar ou aprovar, uma pasta contendo todos os procedimentos internos sobre a "Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Sanepar", adicionalmente cada um desses profissionais assina um "Termo de Adesão", declarando ter integral conhecimento das regras que disciplinam a política interna quanto ao uso e divulgação de informações relevantes, obrigando-se a pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras.

21.2. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DIVULGAÇÃO

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Sanepar, tem como propósito:

- Estabelecer as práticas de divulgação e uso de informações relevantes na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar;
- Estabelecer as penalidades que poderão ser impostas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aos infratores, previstas na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, com as alterações introduzidas pelas instruções CVM nºs 369/2002 e 449/2007 e no artigo 11 da Lei nº 6.385/76, da Lei de Sociedades por Ações, das suas resoluções e outras normas vigentes.

A política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Sanepar abrange:

- Administradores, Acionistas Controladores diretos e indiretos, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas e Consultivas da Sanepar;
- Empregados e Executivos com acesso a informações relevantes;
- Por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Sanepar.

As pessoas acima citadas firmam o respectivo Termo de Adesão na forma dos artigos 15, § 1º, inciso I e 16, § 1º da Instrução da CVM - Comissão de Valores Mobiliários número 358, de 03 de janeiro de 2002.

A Sanepar mantém em sua sede, relação das pessoas que firmaram o Termo de Adesão, a qual é atualizada, continuamente, à medida em que for necessária a adesão de novas pessoas. Da mesma forma, sempre que houver alterações nos dados cadastrais, os subscritores dos Termos de Adesão devem comunica-las imediatamente à Sanepar.

Os Termos de Adesão permanecem arquivados na sede da Sanepar na Diretoria de Relações com Investidores, enquanto seus

signatários mantiverem vínculo com a Companhia e por, no mínimo 5 (cinco) anos após o seu desligamento.

21.3. RESPONSÁVEIS PELA POLÍTICA

A Sanepar informa que a área responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, é a Diretoria de Relações com Investidores - DRI

21.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO

Informamos que a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, não possui outras informações relevantes sobre a Política de divulgação de Ato ou Fato Relevante, senão aquelas já apresentadas.